



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem

Tese de Doutoramento

**A Paisagem Como Centro De Decisão – reflexão sobre a
relação ecologia e cultura na paisagem de defesa da Raia
Seca da Fronteira Leste de Portugal**

Maria de Fátima Guedes de Andrade de Oliveira Bacharel

Orientador(es) | Aurora da Conceição Parreira Carapinha
Isabel Alexandra Ramos

Évora 2022



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem

Tese de Doutoramento

**A Paisagem Como Centro De Decisão – reflexão sobre a
relação ecologia e cultura na paisagem de defesa da Raia
Seca da Fronteira Leste de Portugal**

Maria de Fátima Guedes de Andrade de Oliveira Bacharel

Orientador(es) | Aurora da Conceição Parreira Carapinha
Isabel Alexandra Ramos

Évora 2022



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

- Presidente | Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues (Universidade de Évora)
- Vogais | Ana Paula Pinto Gomes da Silva (Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia)
Isabel Alexandra Ramos (Universidade de Évora) (Orientador)
Margarida Angélica Pires Pereira Esteves (Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)
Nuno Lecoq (Instituto Superior de Agronomia (ISA))
Paula Maria Simões (Universidade de Évora)

(página deixada deliberadamente em branco)

RESUMO

O objetivo desta investigação prende-se com a necessidade de recentrar o conceito de paisagem no processo de ordenamento do território.

Usou-se como caso de estudo o conjunto fortificado da Raia seca da fronteira Leste de Portugal. A análise da sua integração na paisagem, do seu registo no final da Idade Média e das plantas de interpretação da situação atual revelam uma marca cultural que estas fortificações representam. Essa marca é uma componente base da estrutura cultural da paisagem, da qual se procurou a articulação com a estrutura ecológica, tendo como fonte de informação, quando disponível, a dos Planos Diretores Municipais.

Aliada à experiência de mais de três décadas ao serviço do ordenamento do território, nomeadamente no estreito acompanhamento da elaboração e aprovação daqueles instrumentos de gestão territorial, esta investigação permite evidenciar que não é o conceito integrador de paisagem e, em particular, o de estrutura ecológica e cultural, que domina e fundamenta as respetivas opções e regulamentos.

Pensar a ação do ser humano sobre os sistemas naturais no sentido da sua transformação em equilíbrio, apontaria para a elaboração de planos de paisagem como suporte da aplicação das políticas públicas e da sua gestão.

Na ausência desses planos, a esquematização dos elementos estruturantes da paisagem revela que a sua operacionalização nos instrumentos de gestão territorial pode transformar-se num ponto de partida para a organização do espaço e vivência das comunidades, no sentido de se tornarem um referencial dos centros de decisão.

O resultado será a concretização de uma política de paisagem em vez de paisagens de políticas.

Palavras chave: paisagem de defesa / relação ecologia e cultura / política de paisagem.

(página deixada deliberadamente em branco)

Landscape as the focus to decision-making - reflection about the ecology and culture link on Raia Seca of the eastern border of Portugal.

ABSTRACT

The aim of this investigation was to demonstrate the need to refocus the concept of landscape, involving ecology and culture, in the process of spatial planning.

The complex of Raia Seca of the eastern border of Portugal defensive structures network is used as a case study. The analysis of its integration into landscape units, the records of the late Middle Ages and interpretation plants of nowadays situation, reveals the cultural mark they represent. They are an important basis of the cultural structure, from which the articulation with the ecological structure was searched, having as information source, when available, the Municipal Master Plans.

Allied to the experience of more than three decades on spatial planning, namely in the near monitoring of the elaboration and approval of that process instruments, this investigation allows to conclude that it is not the integrating landscape concept, neither those of ecological or cultural structure, that underlies the respective options and regulations.

Think about man's action on nature, in the sense of transforming nature into balanced systems demands instead landscape plans, what would imply also that they must be the reference framework for decision makers and both application of public policies and their management.

In its absence, structural elements schemes and landscape typologies reveals that its operationalization in the territorial management instruments can transform the landscape in the decision center of spatial organization and the base for alive communities.

The result would be a landscape politic instead of a set of policies landscapes.

Keywords: territorial defense landscape / ecological and cultural link / landscape politics.

(página deixada deliberadamente em branco)

AGRADECIMENTOS

Fazer agradecimentos é sempre uma tarefa ingrata porque se corre o risco de serem incompletos e, como tal, não totalmente justos ou reveladores de todos os devidos reconhecimentos a manifestar.

Ainda assim, sem prejuízo dos que contribuíram, mesmo que indiretamente, para chegar a este resultado, e que individualmente não seria possível enumerar, expresso o meu agradecimento e apreço:

Às minhas orientadoras Professoras Doutoras Aurora Carapinha e Isabel J. Ramos da Universidade de Évora que me ensinaram a voltar a ser aluna.

Ao Doutor Nuno Lecoq meu estimado amigo e colega da nobre profissão de Arquiteto Paisagista, que me incentivou a abraçar este desafio e me lançou o mote para o tratamento do tema.

À CCDR Alentejo onde trabalhei mais de três décadas, pelo constante reconhecimento institucional e confiança profissional, que me facultou diversas oportunidades para abrir horizontes e temas para reflexão.

À equipa da Direção de Serviços de Ordenamento do Território da CCDR Alentejo que liderei, pela solidariedade e companheirismo no percurso diário que fizemos juntos.

Ao Professor Doutor Pedro Matos Gameiro pela generosidade na cedência de informação e materiais.

À família onde cresci que me inculuiu os valores do trabalho, da justiça e de não tomar nada por adquirido.

Aos meus pais que gostaria de ter ao meu lado na conclusão desta etapa e aos meus irmãos, companheiros de todas as alegrias e também tristezas pelas quais já passámos unidos.

Ao meu marido sem cujo apoio moral e logístico este trabalho não seria possível.

Ao meu filho Francisco porque os filhos são tudo para as mães.

(página deixada deliberadamente em branco)

ÍNDICE GERAL

RESUMO	v
ABSTRACT	vii
AGRADECIMENTOS	ix
ÍNDICE GERAL	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xiii
SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	xv
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – DA PAISAGEM	
Capítulo 1. A paisagem como centro de decisão	19
Capítulo 2. Elementos estruturantes da paisagem	37
Capítulo 3. A paisagem do poder	49
PARTE II – O CASO DE ESTUDO	
Capítulo 4. A Raia seca da fronteira Leste de Portugal	69
Capítulo 5. As transformações estruturais que contribuíram para a construção da paisagem da Raia	81
Capítulo 6. A Paisagem da Raia Seca da Fronteira Leste de Portugal	95
CONCLUSÕES	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

(página deixada deliberadamente em branco)

ÍNDICE DE FIGURAS	Pág.
1. Extrato da Alegoria Ambroggio Lorenzetti. O Bom e o Mau Governo.	23
2. Esquema representativo da distribuição de usos	58
3. Exemplo de perfil das fortificações de Almeida	59
4. Almeida: a representação de Duarte de Armas	59
5. Elvas, a cidade no século XVIII	61
6. Esquema da Raia húmida e da Raia seca, 1. ^a e 2. ^a linhas de fortificação e melhores eixos de penetração em território nacional	75
7. Distribuição dos principais castelos e fortalezas (séculos XIV-XV) da Raia	78
8. Planta anotada da fortificação de Juromenha	86
9. Fortificações na Fronteira Hispano-Lusa	90
10. Esquema da policultura	97
11. Esquema representativo da morfologia da área em estudo e a distribuição de corredores secos e húmidos	98
12. O arco urbano da raia seca	100
13. Arcos urbanos complementares	100
14. Juromenha – escarpa ribeirinha no códice A de Lisboa de Duarte de Armas	103
15. Penha Garcia – relevo rochoso no códice A de Lisboa de Duarte de Armas	104
16. Monsanto – escarpado rochoso no códice A de Lisboa de Duarte de Armas	104
17.A., 17.B., 17.C., 17.D. Elementos da Estratégia para a Requalificação Paisagística Integrada entre Elvas e as fortificações envolventes	105
18. Esquematização de uma estrutura contínua de diferentes atividades	109
19. Extrato da Unidade de Paisagem 106 Albufeira de Alqueva e envolvente	110
20. Vista de Monsaraz a partir de NW com o plano de água da Albufeira de Alqueva	111
21. Esquema de organização da paisagem com base na vista de Duarte de Armas	111
22. Esquematização dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Reguengos de Monsaraz e das tipologias de paisagem	112
23. Extrato da Unidade de Paisagem 91 Várzeas do Caia e Juromenha	113
24. Esquematização dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Alandroal e das tipologias de paisagem	114
25. Extrato da Unidade de Paisagem 90 Colinas de Elvas	116
26. Elvas, fotografia aérea com marcação do campo entrincheirado	117
27. Esquematização dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Elvas e das tipologias de paisagem	118
28. Extrato da Unidade de Paisagem 89 Peneplanície do alto Alentejo e 91 Várzeas do Caia e Juromenha	120

29.	Esquemáticação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Campo Maior e das tipologias de paisagem	121
30.	Extrato da Unidade de Paisagem 89 Peneplanície do alto Alentejo	123
31.	Esquemáticação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Arronches e das tipologias de paisagem	124
32.	Extrato da Unidade de Paisagem 88 Serra de S. Mamede	125
33.	Esquemáticação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Marvão e das tipologias de paisagem	126
34.	Extrato da Unidade de Paisagem 55 Terras de Nisa	128
35.	Esquemáticação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Nisa e das tipologias de paisagem	129
36.	Esquema de conceção para a definição da EEM do concelho de Nisa	130
37.	Extrato das Unidades de Paisagem 50, 51, 52, 54	132
38.	Penha Garcia. Duarte de Armas	133
39.	Monsanto. Duarte de Armas	133
40.	Esquemáticação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Idanha-a-Nova e das tipologias de paisagem	134
41.	Extrato da Unidade de Paisagem 51 Castelo Branco, Penamacor, Idanha	135
42.	Esquemáticação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Penamacor e das tipologias de paisagem	136
43.	Extrato da Unidade de Paisagem 47 Planalto da Beira Transmontana	138
44.	Esquemáticação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Sabugal e das tipologias de paisagem	139
45.	Extrato da Unidade de Paisagem 47 Planalto da Beira Transmontana	141
46.	Esquemáticação dos elementos estruturantes da paisagem para o concelho de Almeida	142
47.	Extrato da Unidade de Paisagem 47 Planalto da Beira Transmontana	143
48.	Esquemáticação dos elementos estruturantes da paisagem para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	144
49.	Diagrama da investigação	149

SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ANTT – Arquivo Nacional / Torre do Tombo

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CE – Conselho da Europa

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEP – Convenção Europeia da Paisagem

DGT – Direção Geral do Território

DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

EEM – Estrutura Ecológica Municipal

ERPVA – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

INE – Instituto Nacional de Estatística

MDT – Modelo Digital do Terreno

PDM – Plano Diretor Municipal

PNAAC – Programa Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PSRN 2000 – Plano Setorial da Rede Natura 2000

SIC – Sítios de Interesse Comunitário

SNIT – Sistema Nacional de Informação Territorial

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

(página deixada deliberadamente em branco)

INTRODUÇÃO

(página deixada deliberadamente em branco)

Esta investigação tem origem na experiência da operacionalização da legislação aplicável à paisagem, em que se confrontam visões setoriais, compartimentadas e redutoras da intervenção da ação humana na transformação dos sistemas naturais.

O **conceito de Paisagem** foi, ao longo do tempo, objeto de diversos entendimentos. Num percurso de abordagens diferenciadas, explanado entre outros autores por Matos (2010), destaca-se a visionária definição de Gonçalo Ribeiro Telles (1994) sobre o conceito de **Paisagem Global**, que garante a continuidade entre natural e cultural, numa aproximação do ser humano à natureza. Permitiu expressar um marco fundamental que viria a ser uma referência para a arquitetura paisagista e que se mantém, ainda, como o **conceito de paisagem que pode responder às grandes problemáticas da contemporaneidade em matéria de transformação dos sistemas e utilização dos recursos naturais**.

Para Ribeiro Telles (1994, p. 28-33):

“O espaço rural e o espaço urbano devem-se interligar de tal maneira que, sem que percam as suas características próprias e funcionamento autónomo, não deixem de servir os interesses comuns da sociedade, quer digam respeito ao mundo rural, quer à vida urbana ... Para isso há que estabelecer o “continuum naturale” no espaço urbano e no espaço rural, como elo entre as respetivas paisagens, permitindo a aproximação dos dois modos de vida e das pessoas. A paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela sua essência biológica, pelo que a localização das atividades, nomeadamente da expansão urbana, tem que estar sujeita à aptidão do território e à paisagem existente.”

Esta visão pioneira foi incorporada na legislação portuguesa, logo na década de oitenta do século XX, através de diplomas como a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional (respetivamente os atuais Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro e Decreto-Lei n.º 124/2019 de 28 de agosto).

Um amplo e diverso **edifício legislativo** se seguiria, compartimentando cada vez mais temáticas como ordenamento do território, ambiente, florestas ou conservação da natureza. Não obstante alguns princípios de base abrangentes para a sua interligação, estabelecidos nos respetivos preâmbulos, a sua operacionalização vem afirmando visões lineares e individualizadas, alheadas das dinâmicas e limiares dos sistemas naturais e, como tal, da interpretação do conceito de paisagem global.

“O território é, segundo a Constituição, um valor eminentemente nacional, porque é o suporte material da vida e da sociedade, traduzindo a cultura de um povo

naquilo que ela tem de mais concreto e coletivo – pessoas, memória e recursos.” (Ribeiro Telles, 2016, p.67).

Mas, como atesta Ferrão (2011, p. 131), a própria política pública¹ de ordenamento do território corresponde, em Portugal, a uma política pública duplamente “fraca”: *fraca em relação à sua missão (desproporção entre a ambição dos objetivos visados e as condições efetivas para os atingir) e fraca em relação a efeitos inesperados e indesejados desencadeados por outras políticas (desproteção face a impactes considerados negativos à luz dos objetivos e princípios de ordenamento do território).*

Significa isto que, decorridos mais de quarenta anos de aplicação do referido edifício legislativo, o que a paisagem portuguesa ainda espelha é a prevalência da afirmação de políticas setoriais concretizadas em atos de gestão, onde a matriz dos limites administrativos funciona ao serviço de uma visão simplista e não integradora do conceito de paisagem como sistema contínuo.

A experiência profissional de mais de três décadas ao serviço do ordenamento do território enquanto arquiteta paisagista fez-nos, assim, colocar em **questão como dar continuidade à relação ecológica e cultural, formal e funcional, que garanta a afirmação do conceito de paisagem global na transformação dos sistemas naturais, operada através da legislação existente.**

Consideramos, para esse efeito, o conceito de paisagem no seu sentido mais abrangente, integrando fatores naturais e culturais, como o definiu Ribeiro Telles no final do século XX e sintetizado em 2016 (p. 110), enquanto *“fundado na humanização do espaço onde as comunidades humanas compreendem e valorizam a natureza segundo as suas próprias regras”*.

A declinação de ecologia e cultura, sintetizada na ideia de paisagem global, assume-se, assim, como um princípio fundamental para o desenho e gestão da paisagem, envolvendo na sua génese os **conceitos operativos, de contínuo natural e de contínuo cultural**, de Caldeira Cabral (1993) e de Ribeiro Telles (1994).

Nesta visão de paisagem adquirem particular importância como os seus **elementos estruturantes, os ecológicos e culturais.**

A estrutura ecológica da paisagem deve, assim, traduzir a presença e interação das componentes naturais relevo, solo, água e clima, onde a ação humana inscreve, por sua vez, a componente cultural. Esta estrutura corresponde ao que Ribeiro Telles (1997b, pp. 20-21) define como conceito de contínuo cultural, isto é, *“a presença de elementos e conjuntos arquitetónicos quer estes se traduzam por volumes edificados ou*

¹ “As políticas públicas são o instrumento privilegiado para o cumprimento das funções do Estado e para a sua estruturação nos planos sociais, económicos e territoriais.” (Fadigas, 2015, p. 29).

espaços abertos, que constitui uma representação e expressão da cultura que a ela está associada, funcionando como sistemas de referência no espaço e no tempo.”

Revemo-nos, perante este quadro referencial, em Magalhães (2001, p. 279) quando afirma que *“o ato criativo de dar forma à paisagem permite ligar estruturas de referências anteriormente separadas, fazendo-nos experimentar uma realidade nova, a partir de factos ou fenómenos que nos são familiares ou conhecidos”*.

É esta criação que pode repor o equilíbrio ecológico entre fatores físicos como o relevo, a água, o clima e o solo e a sua articulação com a estrutura edificada, interligando espaços de materialidades distintas numa expressão formal diferenciada dos elementos mais significativos da arte e da memória. Aqui se inclui a memória ecológica, relativa à diversidade e equilíbrio dos sistemas, mas também o repositório da memória social da intervenção humana.

Como refere Ribeiro Telles (2016, pp. 21, 67), *“a vida é componente preponderante de uma paisagem”* e a correspondente estrutura biológica básica permanente em Portugal assenta no *“solo vivo e na água e nos montados e matas de carvalho”*, constituindo um valioso capital natural.

A simplificação tendencial da paisagem que tem vindo a emergir de políticas setoriais, como as atrás referidas, é um reflexo do não respeito pelos elementos da estrutura ecológica indutor do desequilíbrio dos sistemas naturais, ampliado pelos efeitos das alterações climáticas. Deixa de se perceber a ordem dos ciclos da água, do solo e dos nutrientes, que acompanham e modelam as formas de relevo, a rede hidrográfica, os horizontes, as formas e texturas da flora endémica ou a perceção do ritmo das estações do ano, entre outros.

Por sua vez, a depreciação dos elementos culturais estruturantes coloca em risco a visão integradora e complexa da paisagem na sua dialética natureza/cultura, que Ribeiro Telles (1980, p. 128) entende do seguinte modo:

“A paisagem vai sendo gradualmente transformada pelo homem e com essa transformação vai-se integrando cultura no território. A Cultura é, portanto, património, imagem e expressão dessa evolução. As marcas culturais do passado são também Natureza”.

Na questão que colocamos em causa, a necessidade de dar continuidade à relação ecológica e cultural, formal e funcional, na transformação dos sistemas naturais através da operacionalização da legislação em vigor, torna, assim, fundamental ter presente a paisagem como expressão de funcionalidades essenciais para o ser humano – *“habitar, cultivar, recolher, fruir”* – o que determina *“a compreensão, a caracterização e*

a avaliação inter-relacional dos vários sistemas que desenham a paisagem.” (Matos, 2010, p. 95).

A paisagem é, afinal, o princípio e o fim. Está na origem da interação do ser humano com os sistemas naturais e é, ao mesmo tempo, o seu resultado final.

A cada revisitação traz-nos, da conjugação variável de materiais vivos e inertes, tempos e espaços sempre novos, dinâmicos e complexos. Única em cada momento, essa conjugação não consegue ser facilmente apreendida pela ambição de um edifício legislativo que lhe atribui definições, imprime regulamentações e marca regras de gestão, onde tende a perder-se o conceito de paisagem global. Esta situação é ainda mais evidente no território da Raia, onde o edifício legislativo de um lado e do outro da fronteira não é igual.

Só a noção aglutinadora de ecologia e cultura, abarca todas as dimensões daquela conjugação que sustenta a paisagem como valor intrínseco e bem comum e, enquanto tal, deveria constituir o foco dos centros de decisão, nomeadamente das políticas públicas.

Torna-se, para isso, evidente a necessidade da reaproximação da política e da sociedade à paisagem (r)estabelecendo o elo de ligação da mediação cultural para o reencontro entre a ação humana e os sistemas naturais. Constitui-se mesmo como desafio para um compromisso coletivo contemporâneo, que se pode expressar como **“paisagem global é um novo conceito que tem por fim servir o ordenamento do território e possibilitar o “desenho” da paisagem.”** (Ribeiro Telles, 2016, p. 110).

Para a presente investigação, consultou-se um vasto conjunto de bibliografia que nos permite afirmar que, sob a perspetiva enunciada do conceito de paisagem global, se encontra por explorar uma abordagem à paisagem da Raia enquanto território de fronteira. É a sua perenidade e resiliência enquanto paisagem que nos fez refletir sobre a narrativa da ação humana naquele suporte biofísico e como pode inspirar o atual processo de ordenamento do território.

Uma obra de referência para a evidência de que o termo paisagem pode fundamentar vários conceitos, que cada disciplina – arquitetura, geografia, arqueologia, sociologia, economia ou arquitetura paisagista...– formou e assume como seu, foi *Filosofia da Paisagem, uma Antologia* de Adriana Serrão (2015). Assim, “entre *“tudo é paisagem”* e *“o resto é paisagem”*, a paisagem seria totalmente anulada enquanto existência própria” (Serrão, 2015, p. 14).

Conclui a autora que é na perspetiva atual de função mediadora que o conhecimento contribui para uma nova consciência da paisagem com sentido de futuro, à luz da articulação ente natural e cultural, de onde surge uma terceira dimensão – a

ontológica. Há, portanto, na paisagem um modo específico de ser, que é sujeito e objeto, permanência e movimento, mutabilidade e persistência.

Percorre, então, na linha do tempo, o entendimento de paisagem proveniente de uma noção cénica, que se “*destaca a partir do ensaio de Georg Simmel (1913), como categoria do pensamento humano, uma forma cultural de aprender a natureza enquanto paisagem*” (Serrão, 2015, p. 11).

De Simmel a Ritter (1963) perpassa a nostalgia da pertença original à natureza e da unidade perdida com o ser humano; para o homem moderno, a paisagem substitui o *cosmos*, a ordem de todos os seres incluindo-se a si próprio.

Assunto (1973) é identificado na *Antologia* de Serrão (2015) como o pensador que aprofundou uma compreensão transversal da paisagem, “*através do estabelecimento de critérios para distinguir paisagem e não-paisagem. Paisagem é sempre a natureza num modo espacial próprio: a finitude, a exterioridade e a abertura. A sua fruição é tanto espacial como temporal: contemplamo-la quando lá estamos*” (Serrão, 2015, p. 23).

É ainda Assunto (1976), em *Paesaggio, Ambiente, Territorio. Un tentativo di precisazione concettuale*, que demonstra a especificidade da paisagem como realidade sintética e como espaço de existência, assegurando-lhe um estatuto teórico a não confundir com a noção de território – espaço mensurável proveniente da geografia física.

Serrão (2015, pp. 17-18) sublinha essa diferença, entendendo a paisagem como criação cultural, na aceção de cultura enquanto resultado do trabalho contínuo das comunidades autóctones, repetido ao longo das gerações na transformação e modulação do solo; é uma “*categoria sintética entre natureza e cultura – o Homem modela a paisagem e a paisagem modela o Homem.*”

Reconhece que a temática da paisagem está, ainda, no entanto, pouco divulgada, ao contrário das questões ambientais e mesmo nestas, “*não pondo em causa a perda da natureza como alteridade absoluta para o ser humano, não é evidente que perder a natureza é perder a paisagem*” (Serrão, 2015, p. 29). Trata-se da noção de paisagem como um produto da natureza e da compreensão dos sistemas naturais como seus elementos vivos, tornando-a uma realidade intermédia entre a totalidade e a singularidade.

Outra obra de referência para o desenvolvimento deste trabalho foi *Contributos para a Identificação e Caraterização da Paisagem em Portugal Continental*² (Cancela

² A publicação (composta por 5 volumes, além de informação gráfica e cartográfica) identifica e carateriza as unidades de paisagem e a sua integração em grupos de unidades. Cada uma das unidades de paisagem tem uma ficha que inclui a identificação e caracterização, não só dos aspetos mais relevantes do seu caráter, mas, também as tendências, potencialidades e problemas, os instrumentos de ordenamento aplicáveis e, ainda, orientações para a sua futura gestão, bem como cartografia e fotografias representativas dos padrões e do caráter da respetiva unidade de paisagem.

d'Abreu *et al.* 2004, p. 5), em que se atribui à “*política de ordenamento do território o domínio da integração das várias políticas setoriais com reflexo territorial, como sede para equacionar as questões da paisagem nas suas várias vertentes*”.

Também aqui os autores partem de uma análise de definições e conceitos para, através de estudos de caso, proporem unidades e subunidades de paisagem, à escala 1: 250 000, com a descrição do suporte biofísico e da humanização para as quais é identificado o carácter da paisagem, a sua caracterização particular, o ordenamento, diagnóstico e medidas de gestão. Concluem que esta abordagem “*se aplica às questões da conservação da natureza e, ainda, permite equacionar a transformação das paisagens a partir de instrumentos de gestão em grande parte já disponíveis.*” (Cancela d'Abreu *et al.* 2004, p. 80).

Não obstante, esta “*base de reflexão para compreensão e conhecimento das paisagens portuguesas*”, constituir um marco fundamental na sua identificação e um valioso registo da sua diversidade, a referida transformação a partir de instrumentos de gestão territorial não tem vindo a corresponder à questão que colocamos em causa, da necessidade de, na operacionalização da legislação em vigor, dar continuidade à relação ecológica e cultural, formal e funcional, na transformação dos sistemas naturais.

Esta evidência é perceptível através da análise dos Planos Diretores Municipais, que constituiu outra fonte para o desenvolvimento desta investigação, nomeadamente dos relativos aos concelhos do caso de estudo selecionado. Aí se verifica, designadamente ao nível da definição da estrutura ecológica municipal, planta de ordenamento e regulamento, que os elementos estruturantes da paisagem – ecológicos e culturais, não se constituem como princípio para o seu desenho e gestão.

Nogueira (2016, p. 139) fez a *Análise das Metodologias de Caracterização e Delimitação da Estrutura Ecológica nos Planos Municipais de Ordenamento do Território no Alentejo*. Conclui que esta “*resulta essencialmente da junção das principais áreas de elevado valor ecológico numa tentativa de articulação entre as figuras de planeamento de base ecológica já existentes*”. Nesta análise, sublinha que alguns PDM consultados “*se limitam à transposição de figuras já existentes (como a REN e a RAN), o que levanta a questão – qual a necessidade de outro instrumento se não direciona o concelho a agir de forma apropriada na proteção do seu território?*” (Nogueira, 2016, p. 138).

O que fica, assim, em causa é a paisagem como terceira dimensão ontológica à luz da articulação entre natural e cultural, defendida por Serrão (2015). Mesmo relativamente às duas componentes, que deveriam segundo a legislação integrar a estrutura ecológica municipal, verifica-se, ainda que com limitações, uma clara prevalência da componente ecológica em relação à cultural.

Ora os elementos culturais integram o conceito abrangente e global de paisagem que, na sua estrutura de sistema constituído por vários subsistemas, a entrecruza com a componente ecológica, representando-a como símbolo da vivência.

Segundo Benjamim (2019, p. 30) são estas “*componentes que marcam o carácter do lugar, a forma, a função e a história. Estes três elementos, determinantes no desenho e na compreensão da paisagem, remetem para a matéria (viva e inerte) e para o tempo (histórico e biológico)*”.

Por isso se procurou um testemunho vivo de paisagem marcada por uma unidade cultural resiliente até ao presente, como reflexo da herança da sua história e memória, que se encontrou na Raia seca da fronteira Leste de Portugal.

Estão amplamente trabalhadas as etapas nacionais da história e da estratégia política associadas à definição das fronteiras nacionais, das crises e convulsões sociais e das transformações agrárias, que ilustram situações datadas no tempo.

É o caso de obras de referência como a de Mattoso (1994), que percorre, desde a pré-história até ao final do século XX, os acontecimentos que mais influenciaram o passado para a nossa identidade e memória coletiva futura, ou de Ramos *et al.* (2010) que narra nove séculos da história de Portugal, focando as dimensões política, económica, social e cultural no contexto histórico do País e do Mundo.

Para alguns desses acontecimentos existem registos factuais, como as Memórias Paroquiais (1758)³, fundamentais para estudos de história local do século XVIII, abarcando informação sobre a organização administrativa, judicial, ou eclesiástica, a demografia, a geografia, ou as atividades económicas.

Também da análise da narrativa de Rebello da Silva (1868) ficou-se a conhecer um importante diagnóstico de cinco séculos das diversas fases da vida rural do País, desde o século XI até à primeira metade do século XVII.

Foi complementada com a *História Económica de Portugal 1143 – 2010* em que Freire da Costa *et al.* (2012) procuraram, mais do que a identificação das crises e os contextos em que se inseriram, as alterações mais relevantes e respetivas dinâmicas de transformação do País.

³ De acordo com Braga (2014, pp. 4-5), “*trata-se da coleção de respostas elaboradas pelos párocos ao interrogatório sobre as paróquias e povoações pedindo as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas, e administrativas, para além da questão dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de novembro de 1755. Apesar de a exaustividade das respostas não ser constante, apresentam-se, na generalidade, de forma sequencial aos pontos do interrogatório (que está dividido em três partes relativas à localidade em si, à serra, e ao rio) fornecendo dados de carácter geográfico (localização, relevo, distâncias), administrativo (comarca, concelho, dimensão, e confrontações), e demográfico (número de habitantes), sendo possível obter informações sobre a estrutura eclesiástica e vivência religiosa (orago, benefícios, conventos, igrejas, ermidas, imagens milagrosas, romarias), a assistência social (hospitais, misericórdias, irmandades), as principais atividades económicas (agrícola, mineira, pecuária, feira), a organização judicial (comarca, juiz), as comunicações existentes (correio, pontes, portos marítimos e fluviais), a estrutura defensiva (fortificações, castelos ou torres), os recursos hídricos (rios, lagoas, fontes), outras informações consideradas assinaláveis (pessoas ilustres, privilégios, antiguidades), e quais os danos provocados pelo terramoto de 1755.*”

Ilustram quadros dessas diversas transformações, vários relatos de viagens e monografias como a de Silva Picão (1947) *Através dos Campos – Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos*, um trabalho de cariz etnográfico no cenário da economia agrária do Alto Alentejo (concelho de Elvas) nos meados do século XX.

Outras abordagens mais recentes ao tema da fronteira interna da Península Ibérica, tendem a destacar o problema demográfico e o posicionamento estrutural desfavorável, como a de Pintado e Barrenechea (1974) que a denominaram como a “*fronteira do subdesenvolvimento*”, num retrato resultante da viagem à mais velha fronteira da Europa, numa perspetiva sobretudo jornalística e suportada em dados estatísticos das décadas de 60 e 70 do século XX.

Já em 2020, o Centro de Estudos Ibéricos edita *Geografias & Poéticas da Fronteira. Leituras do Território*. Coordenada por Cristina Robalo-Ribeiro e Rui Jacinto, congrega um conjunto de ensaios críticos sobre as novas realidades das fronteiras numa abordagem a textos literários e à geografia que identificam a Raia central ibérica entre o Douro e o Tejo, como unidade de transição entre o Norte e o Sul do País, com uma identidade (geo)morfológica própria.

Para o estudo da herança da história e memória da Raia seca da fronteira Leste de Portugal, pela sua função de defesa territorial, foi igualmente necessário explorar trabalhos desenvolvidos sobre a representação da afirmação de poder, nas vertentes da sua distribuição geográfica e cronologia relacional.

Do conjunto de investigações sobre estruturas de defesa territorial associadas às questões construtivas e respetivas marcas da arte que as identificam, refere-se a tese de doutoramento *O Semblante Original das Fortalezas Medievais de Portugal* de Matos Gameiro (2014), tendo por base as registadas na viagem de Duarte de Armas, enquanto “*rigorosas memórias das feições dos lugares que representam, com sentido utilitário em forma de levantamento*” (Matos Gameiro, 2014, pp. 24, 25).

Enquadrado no período gótico e tardo-gótico, o levantamento de Duarte de Armas constitui o mais antigo e completo registo dos cinquenta e cinco castelos nacionais, situados na Raia da fronteira entre Portugal e Castela, dos quais cinquenta e três em território nacional e dois que atualmente se encontram em território espanhol (Olivença e Piconha).

Ainda Matos Gameiro em *Azimute* (2018) identifica, em plantas contemporâneas de interpretação, as vistas tomadas por Duarte de Armas registando a cronologia e situação presente das partes das estruturas defensivas, desde a sua passagem até à atualidade.

A leitura da evolução e situação atual das fortificações, enquanto marcas históricas de património edificado foi uma referência essencial para a reflexão sobre a sua condição de elementos da paisagem como símbolo do poder, através da sua evolução desde o registo do século XVI até à atualidade.

Mas é de notar que, para além de um registo no sentido de inventário que lhe tinha sido encomendado para as fortificações originais da Raia que defendiam a fronteira em inícios do século XVI, Duarte de Armas preocupou-se igualmente com a identificação de fatores estratégicos para a sobrevivência, o que lhe confere características únicas, inovadoras e essenciais para a compreensão da paisagem. São referenciados, para além de elementos relevantes do ponto de vista militar ou geográfico, os cursos de água e a morfologia, a par do registo da informação do percurso total dos caminhos terrestres e respetiva orientação, completada com a posição referencial relativa, geográfica e topográfica, das fortalezas e atalhas vizinhas ou mais longínquas, nacionais ou de Castela e Leão.

Por fim, também ao nível das candidaturas a património da UNESCO se podem encontrar um conjunto de textos de autores de referência compilados em obras como a Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial – UNESCO, uma edição da Câmara Municipal de Almeida (2009).

Corporizam um conjunto de informação contextual histórico-cultural de uma série transfronteiriça de exemplares de fortificações abaluartadas, no sentido de *a sua classificação permitir oferecer à comunidade internacional a riqueza da raia luso-espanhola e do seu valor de conjunto* (Câmara Municipal de Almeida, 2009, p.18).

Chegaram, efetivamente, aos nossos dias exemplos diversos das estruturas defensivas em termos da época, da preservação e da sua autenticidade ou da integração noutros sistemas, mas o conjunto de fortificações da Raia seca da fronteira Leste de Portugal, em particular, é um testemunho vivo da estrutura cultural da paisagem, como se evidenciará a partir do estudo de caso na Parte II desta tese.

Os territórios de fronteira, com funções e estruturas de defesa, contribuíram para a construção daquela paisagem que é também a história e a memória da apropriação e reutilização do meio em que se inserem e a expressão das relações espaço-temporais do poder.

No quadro descrito, a abordagem às paisagens com fortificações de defesa em tempo de guerra e de manutenção da paz, exige que se coloquem em relação diversos tempos e espaços que transformaram, se entrecruzaram e produziram uma realidade distinta na Raia da Península Ibérica, que até hoje não foi estudada.

O seu interesse é tanto maior quanto, numa situação de continuidade espacial, um limite administrativo designado como fronteira estabeleceu regras diferenciadas entre dois países para a gestão de uma paisagem que é comum.

Em *Paisaje Agrario Transfronterizo, Estudio comparado Tierra de Sayago-Concelho de Miranda*, LLorente (2011), através de análise à escala local (freguesia) de ambos os lados da fronteira, demonstra a continuidade paisagística na Raia. Também Llorente (2014) em *Dibujando el Paisaje que se va. Un modelo espacial del patrimonio agrario*, analisa, através de uma coleção de desenhos, a condição da paisagem rural tradicional na fronteira, no sentido de revalorizar a sua memória como primeira manifestação de paisagem cultural.

O **objetivo principal** desta investigação é evidenciar a importância da relação ecologia e cultura, no âmbito da integração do conceito de paisagem global nos instrumentos de gestão territorial.

Procurou-se explanar como a política de paisagem enquanto centro de decisão pode constituir o referencial sistémico, funcional e ético da vivência das comunidades como fundamento das decisões mais adequadas ao bem comum.

Considera-se que o interesse científico desta investigação é uma contribuição para a aplicação da política de paisagem, no sentido de mitigar os efeitos de uma visão qualificativa redutora, de mero atributo cénico ou espaço de recreação, em detrimento da *expressão da identidade, história e cultura coletivas* identificada na Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho).

Para tal, terá de se aproximar a visão integradora relativa ao conceito de paisagem global, da abordagem do sistema de gestão territorial e das práticas que devem operacionalizar a definição dos elementos estruturantes da paisagem.

Adotou-se, assim, como **objetivo específico** exemplificar, com base na reflexão sobre a Raia seca da fronteira Leste de Portugal, como é que com os instrumentos de gestão territorial atuais, se podem definir os elementos estruturantes da paisagem que, no âmbito da organização das atividades humanas, garantam o seu carácter global e o correto ordenamento do território.

Anzaldúa (2017) introduz o tema da Teoria da Fronteira (Mendonça, 2017, p.14) da seguinte forma: *“Penso na fronteira como o único ponto da terra que contém todos os outros lugares dentro de si.”*

Também a noção de paisagem global contém todos os lugares dentro de si, estabelecendo a fronteira entre a paisagem viva e com dinâmicas próprias ou apenas

um cenário resultante da intervenção sectorializada do ser humano sobre os sistemas naturais.

O interesse prático desta investigação será, desde logo, a possibilidade de evidenciar como partir da relação entre ecologia e cultura, para que a sua espacialização nos instrumentos de gestão territorial, possa fundamentar o desenho da paisagem e minorar os efeitos de uma visão redutora como a referida, no ordenamento e programação da intervenção humana.

A presente tese propõe-se ler a condição biofísica particular da Raia seca da fronteira Leste de Portugal na sua relação com a estrutura cultural, na seguinte abordagem:

- A Raia como realidade territorial de continuidade, fluxos de pessoas e mercadorias, de cultura e de costumes e as grandes transformações estruturais que definiram a paisagem na apropriação de umas culturas por outras;

- As funções específicas de defesa produziram paisagens símbolo do poder com a marca identitária do conjunto de fortificações, que na Raia seca da fronteira Leste de Portugal são um testemunho vivo da estrutura cultural.

Para dar resposta aos objetivos enunciados foi, de facto, determinante eleger um caso de estudo onde sobreviveram ao tempo, como invariantes do carácter da paisagem, testemunhos da continuidade de uma relação ecológica e cultural.

A Raia seca da fronteira Leste de Portugal é hoje uma realidade periférica que já foi objeto de dinâmicas de decisão; representa a permanência de uma marca de defesa territorial na fluidez espacial da anulação das fronteiras; é, afinal, a geometria resultante do lugar que conteve em si as tensões políticas, culturais, económicas e sociais da separação do que era uno.

Tem como marca cultural particular a consistência e integridade dos elementos do conjunto de fortificações, que constituiu a primeira linha de defesa da fronteira terrestre de Portugal.

Essa matriz acentuou as características do suporte natural, evidenciando-lhe as diferenciações da geomorfologia, tirando partido da diversidade ecológica e tecendo uma estrutura cultural ainda visível neste troço da Raia seca. O referencial das fortificações associadas ao sistema urbano que as fez chegar aos nossos dias num padrão característico, apesar de terem perdido as suas funcionalidades de defesa, mantém viva uma temporalidade histórica do seu papel político e das marcas que lhe conferiram.

Como territórios de fronteira, com funções e estruturas defensivas, contribuíram para a construção de paisagens diferenciadas, por elas fortemente estruturadas e

influenciadas que são também a história e a memória da apropriação e reutilização do património.

Para concretizar os objetivos enunciados procurou-se evidenciar o posicionamento estratégico da Raia seca da fronteira Leste de Portugal na consolidação do território nacional, como dimensão histórica de referência. Entre o Alentejo e a Beira essa evidência tem origem na geomorfologia associada naquela Raia aos relevos de colinas do troço final do prolongamento das grandes regiões orográficas estruturais ibéricas. Aí se encontra uma particular diversidade morfológica e de situações ecológicas relacionadas com a altitude, as bacias hidrográficas e a distribuição da vegetação.

É esta matriz diferenciadora da Raia que propícia a presença das estruturas defensivas em terras de extremos entre os dois países ibéricos, Portugal e Espanha, e contidas nos eixos de penetração terrestre mais facilitada.

As características particulares do Alentejo e da Beira correspondem a essa diferenciação relativamente às da fronteira marítima, das de acessibilidade fluvial ou, ainda, do troço fronteiro entre o rio Douro e o rio Minho.

As estruturas defensivas entre Monsaraz e Castelo Rodrigo leram-se, assim, à luz da morfologia, associadas tanto à sua localização própria como relativa, face aos restantes componentes do sistema, numa equação em que entram fisiografia, altitude e amplitude de visibilidade, tal como requisitos básicos de acesso a recursos hídricos e alimentares.

A forma e estrutura destas paisagens funda-se nos fatores morfológicos e acentua-os. As fortificações conjugam, assim, as condições naturais e a condição política da localização de “extremo” com os respetivos efeitos sociais e económicos, assumindo-se como componentes estruturantes do sistema urbano.

As transformações estruturais definiram a paisagem na apropriação de umas culturas por outras e construíram a sua marca cultural. Tendo como referência o suporte matricial da condição natural, foram-se sobrepondo diversas materialidades e temporalidades – as da ocupação do território na interação dos povos com este suporte biofísico e as marcas essenciais da sua transformação.

Procurou-se construir uma narrativa com base na análise da bibliografia existente, acompanhando a linha do tempo, que situa as dinâmicas determinantes para o carácter destas paisagens no referencial da evolução do País – foram tanto o foco da defesa da soberania como a periferia longínqua, incógnita e de encontro e separação entre cultura e economia.

Para apreender a sua materialidade como símbolo do poder, analisaram-se as vistas do levantamento de Duarte de Armas, da transição do século XV para o século XVI, e as plantas de interpretação das fortalezas da fronteira terrestre de Portugal elaboradas por Matos Gameiro (2018). Destacou-se a prevalência da integridade, integração e vivência urbana do conjunto fortificado da Raia seca da fronteira Leste de Portugal.

Para identificar a caracterização particular desta paisagem usaram-se as Unidades de paisagem, detalhadas em subunidades, à escala 1: 250 000 de *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (Cancela d'Abreu *et al.* 2004).

Com vista à esquematização dos elementos ecológicos e culturais estruturantes da paisagem começou por se procurar o seu reconhecimento nos Planos Diretores Municipais dos concelhos do caso de estudo.

Utilizou-se como ponto de partida a *Análise das Metodologias de Caracterização e Delimitação da Estrutura Ecológica nos Planos Municipais de Ordenamento do Território no Alentejo* (Nogueira, 2016), que reconhece que o estabelecimento das Estruturas Ecológicas Municipais mesmo com as fragilidades detetadas, pode trazer oportunidades e potencialidades.

Seguindo aquela *Análise* partiu-se para a efetuada, nos mesmos pressupostos, aos restantes Planos Diretores Municipais dos concelhos do caso de estudo, no que se refere à delimitação das Estruturas Ecológicas Municipais e à sua adequada regulamentação através de normas operativas diretas e eficazes.

A subsequente esquematização dos elementos estruturantes naturais e culturais pretendeu demonstrar que a função de defesa produziu paisagens com a marca identitária do conjunto de fortificações. Enquanto testemunho cultural vivo constitui-se como estrutura contínua do *habitat* fortificado numa ruralidade dominante. Reflete também a história e a memória cultural da agricultura, num registo da combinação da prática ancestral da transumância e o carácter extensivo dos agro-sistemas.

Após esta Introdução, a presente tese organiza-se em duas partes:

- Na primeira parte abordou-se a paisagem como centro de decisão e a política de paisagem como desafio de um compromisso coletivo contemporâneo. Após uma reflexão sobre os elementos estruturantes da paisagem, procurou-se a sua conceptualização como símbolo do poder, em cuja transformação se sinalizam, desde logo, a relevância de dois grandes momentos diferenciadores devidamente documentados – o povoamento medieval e o período da Restauração da Independência – que marcam definitivamente a matriz de ocupação do território nacional e, em

particular, da Raia.

- Na segunda parte analisou-se o caso de estudo da Raia seca da fronteira Leste de Portugal e as transformações estruturais que contribuíram para a construção da paisagem. Na Beira e no Alentejo, enquanto melhores eixos de penetração terrestre no País e locais privilegiados de investimento em fortificações, constituiu-se a matriz do desenvolvimento urbanístico, social e económico dos territórios de fronteira, cuja marca continua visível e bem conservada num conjunto de fortificações. Esquemmatizaram-se, assim, os elementos estruturantes para os concelhos que integram o caso de estudo que definem a paisagem da Raia Seca da Fronteira Leste de Portugal. Em mais nenhum trecho de linha fortificada, pela sua consistência, autenticidade e representatividade na continuidade – cerca de 350 dos 1319 Km de fronteira terrestre (INE, 2019) –, se pode afirmar com tanta acuidade que não é por acaso que as fortificações se percebem como parte integrante da paisagem.

Por fim, nas Conclusões sistematizou-se o percurso desta investigação que conduziu à demonstração que as funções de defesa criaram na fronteira uma nova paisagem, em que prevalecem as estruturas fundamentais da sua componente cultural.

Recordaram-se as principais questões que suportaram a necessidade de pensar a paisagem global no processo de ordenamento do território aplicada à reflexão sobre a paisagem selecionada pelas suas características e que pode inspirar uma transformação na abordagem dos instrumentos de gestão territorial.

Procurou-se, assim, à luz dos conceitos relativos à arquitetura da paisagem, destacar como o conjunto fortificado da Raia seca da fronteira Leste de Portugal constitui uma expressão identitária das relações espaço-temporais de uma paisagem do poder, mas, e sobretudo, a estreita ligação entre paisagem e política.

PARTE I – DA PAISAGEM

(página deixada deliberadamente em branco)

Capítulo 1. A paisagem como centro de decisão

Esta investigação na área das Artes e Técnicas da Paisagem colocou o foco na operacionalização deste conceito sistémico nos Instrumentos de Gestão Territorial, enquanto ferramentas processuais de ordenamento do território.

Componentes essenciais do sistema de planeamento e resultantes da colaboração transdisciplinar e multissetorial, estes instrumentos da Administração (central e local) deveriam constituir o quadro referencial da construção e gestão da paisagem, refletindo o seu significado ecológico, a memória coletiva e a sua aptidão e valor para as diversas atividades económicas.

Não obstante a disputa do protagonismo da paisagem por vários setores e a permanência do seu interesse sobretudo pela sua valência cénica, a realidade tem vindo a demonstrar a progressiva perda de compreensão do seu entendimento como conceito integrador ecológico e social. A sua segmentação, e conseqüente operacionalização de ações de forma desarticulada, não corresponde ao princípio que deve presidir à intervenção do ser humano nos sistemas naturais – como defende Carapinha (2018, p. 26) citando Ribeiro Telles, “*pensar, desenhar, projetar, gerir paisagem é, afinal, criar, fundar e gerar uma biocenose de substituição*”.

Reconhecendo-se que a paisagem integra em si mesma a conjugação do suporte natural com a componente resultante da ação humana, é da sua compreensão e vivência que poderá derivar o seu pleno aproveitamento como recurso e a salvaguarda da memória e da identidade coletiva.

No contacto com várias escalas, realidades, soluções e perspetivas nacionais e internacionais, encontra-se uma constante incontornável – o trabalho anónimo de sucessivas gerações que permitiu que chegassem aos nossos dias paisagens com marcas culturais que, por circunstâncias várias, não têm sido devidamente valorizadas. Não têm, como tal, desempenhado como poderiam, a função de mais valia fundamental enquanto capital cultural, tantas vezes votado ao esquecimento.

Esse trabalho anónimo é, no seu sentido mais amplo, a paisagem que representa a interação do natural com o que é intervencionado pelo ser humano, em que se inclui o fator cultural dessa criação humana nas suas dimensões utilitária, simbólica e artística, que regista a memória e define identidades.

Mesmo com uma política de paisagem,⁴ domina uma paisagem de políticas que traduzem as escolhas da ação humana, hoje sobre a totalidade do planeta e definida como a Era do Antropoceno.

Pensar a paisagem obriga, assim, à reflexão sobre a distância entre conceitos e realidade, entre academia e administração, entre política e espaço, entre políticos e eleitos e sobretudo, entre uma concetualização da paisagem pensada, planeada e gerida e a paisagem atual.

O processo de ordenamento do território necessita de recentrar a essência do conceito de paisagem que abarca o entendimento integrador, inclusivo, relacional e sistémico. Religando a ecologia e os elementos da estrutura cultural à sua vivência, a paisagem global poderá ser assumida como um verdadeiro recurso e referencial de governação das políticas públicas.

Crescendo gradualmente o interesse pela sociedade rural a partir das investigações de meados do século XIX, estas foram orientadas, sobretudo, pela preocupação da descrição dos processos de ocupação do solo e da configuração morfológica do *habitat* rural. Ora na interação entre o meio e a organização da sociedade, intervém toda a multiplicidade dos fatores biofísicos que explicam a significativa variação regional e a complexidade das suas dinâmicas.

Para além de assegurar as funções vitais para o ser humano, de fonte de recursos naturais e produção de alimentos, a paisagem tem vindo a assumir cada vez maior relevância nas representações sociais, enquanto significado de uma identidade coletiva. Zoido (2016, p. 42) propõe mesmo a *“substituição da política de ordenamento do território pela da paisagem, não pela cooperação ou complementaridade entre ambas, mas optando decididamente pela precedência da consideração da paisagem, convertendo-a inevitavelmente no fundamento da missão pública de governar e administrar o território”*.

Numa realidade cultural em que cada vez mais a forma não segue a função e a função não determina a forma, a construção da paisagem é, ainda assim, sempre o estabelecimento de uma relação entre e com elementos naturais.

Mas agora o Homem, enquanto mera criatura de um sistema global, decide por si mesmo quais os limites das suas ações até estas se poderem tornar, no extremo, um ponto de rutura e obrigá-lo a repensá-las à luz da consciencialização desses limites. Marcou definitivamente a alteração da relação do ser humano com as componentes naturais e as suas articulações, continuidades e fluxos o começo da sedentarização.

⁴ Em Portugal a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho.

A organização das atividades humanas num suporte biofísico, mais ou menos facilitador, determinou a evolução de uma ocupação inicialmente de génese vernacular, para uma forma cada vez mais planeada e interventiva.

A evidência da ciência e da técnica presentes em paisagens agrícolas, florestais ou espaços abertos urbanos não anula a sua condição primária de espaços transformadores de elementos e formas naturais. Decorre, porém, de uma combinação de necessidades produtivas, ciclos e ritmos de crescimento que desafiam morfologias, fluxos e continuidades. A anulação da heterogeneidade das componentes naturais gera a massificação do espaço deixando de se perceber a ordem da natureza.

A operacionalização das funcionalidades para a vida das comunidades não pode resultar de uma mera soma de relações entre elementos com que cada uma cria o seu próprio espaço de vida, mas a procura de fórmulas e instrumentos de gestão da paisagem que garantam o seu equilíbrio como sistema complexo, onde as pessoas vivem e trabalham.

O processo de construção da paisagem é revelador de um conjunto de políticas, cujas opções privilegiam umas transformações em detrimento de outras, frequentemente sem (re)equacionar os conceitos que relacionam o todo Homem – Natureza.

A construção de novas paisagens rurais ou urbanas com novas características é assimilada gradualmente. No entanto, a capacidade técnica tem um cada vez maior poder de destruir e transformar paisagens, mais rapidamente que a sua assimilação ou regeneração. Nesse sentido, a ética da paisagem aplica-se com particular acuidade ao reconhecimento das combinações espaciais e simbólicas que representam fortes marcas culturais resultantes de um longo, lento e complexo processo.

A dualidade da coexistência entre “ser rural” e “ser urbano”, pode ainda hoje ser associada respetivamente às paisagens tradicionais do meio rural e às áreas metropolitanas – as primeiras, tantas vezes conotadas com padrões de vida com menos modernidade e desenvolvimento que as segundas. Ribeiro Telles (2016, p. 94) clarificou que *“não são as paisagens tradicionais, na sua forma biológica e cultural, nem a filosofia que presidiu à sua construção e aos respetivos sistemas de utilização do solo, nem as comunidades rurais que por elas velam (...), as causas responsáveis pelo atraso da agricultura”*, secundando *“em 1957, o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, no seu trabalho: A miséria imerecida do nosso Mundo Rural.”*

Para o “ser rural” a natureza é, de facto, código de sobrevivência no sentido de *habitat* e para o “ser urbano” será sobretudo de vivência estética, como uma compensação da perda de um vínculo, em que tende a prevalecer como percepção mais

superficial, sublinhando Ribeiro Telles (2016, p. 86) que “*a atividade da Sociedade Rural é a única que continua a ser obrigatória, sendo todas as outras facultativas, quer a sociedade urbano-industrial se aperceba ou não deste facto.*”

Essa percepção mediadora diferenciada, enquanto resultante da circunstância contemporânea individual e coletiva fez, de facto para alguns, da natureza e paisagem uma e a mesma coisa – determinantes de sobrevivência – ou, para outros, uma construção cultural (consciente) reconhecendo-se, porém, momentos diversos a essa inter-relação construtiva.

A busca de um novo paradigma de afirmação da paisagem no futuro das relações entre estética, ética e política encontra no contexto cultural ocidental esta mesma narrativa sequencial, isto é, da génese na estética, da procura e fundamentação na ética e do alargamento semântico, que a aproxima e envolve na ação política enquanto capacidade de fazer escolhas. A paisagem, encarada como referencial sistémico, funcional e ético da vivência das comunidades pode servir esse propósito.

Rosario Assunto (1976) aproxima a estética da paisagem, enquanto “*criação artística para diferentes modos de apreciação e valoração, da ecologia que integra o significado original de oikos, a casa como refúgio e habitação*” (Serrão, 2015, p. 25). Existindo essas dimensões apenas para o Homem, a paisagem é, assim, uma realidade mista, ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, que se articula com a vida.

A ética deverá marcar o sentido, as possibilidades e os limites da ação humana, com vista a garantir a ocorrência dos ciclos de regeneração dos recursos e da biodiversidade – com a consciência de que com o quadro de transformações em função das necessidades das comunidades do tempo cronológico, contrasta a complexidade e dinâmica cíclica do tempo biológico.

Apesar da banalização do uso do termo sustentabilidade, é afinal este conceito que está em causa. Brillantemente definido por Gaspar (2016, s.p.) é a “*resultante da geração de uma cultura de oportunidade que é tridimensional – de tradição, memória e herança – ancorada na contemporaneidade, que está no espírito do tempo, mas com noção de fronteira e sentido de risco*”.

O sentido de responsabilidade associado a esta noção, exige a reaproximação da política ao território e da sociedade à paisagem em todas as suas dimensões, religando as escalas de intervenção. Mas exige, igualmente, o contributo fundamental da Academia num enquadramento teórico e de reflexão para voltar a relacionar o que nunca foi realmente separado.

Porém, a paisagem enquanto construção cultural, revela hoje, de um modo geral, não um *ponto de encontro do Homem com a natureza* como definiu Serrão (2004, p.

95), mas um reflexo aleatório e volátil de opções económicas condicionadas pelo lucro o mais imediato possível numa velocidade o mais rápida possível (de produção, de escoamento, de transformação e comercialização). Resistem apenas as paisagens cujos usos se auto sustentam ou aquelas a que a distância confere uma inércia de transformação decorrente da ausência de dinâmicas económicas.

Foram decisões políticas que construíram, ao longo do tempo cronológico, os fundamentos de fluxos sociais e económicos, utilizando instrumentos jurídicos ou administrativos, que determinaram a dinâmica de transformação da paisagem através de regras ou condições para interações com os elementos naturais.

De como intervém a política na paisagem, é paradigmática a alegoria de Ambroggio Lorenzetti, (1290 – 1348), nos frescos do palácio de Siena em Itália, que representa os efeitos do bom governo. Numa dualidade simplista entre a cidade e o campo, a mensagem traduz a envolvimento direta e de proximidade de quem governa, com as inerentes consequências e efeitos na paisagem. Aí, a cidade e o campo equilibram-se e complementam-se numa conceção social que funde uma visão simétrica e linear (tipicamente medieval) e ao mesmo tempo dramática da realidade humana, numa oposição entre o bom e o mau governo (Figura 1.).

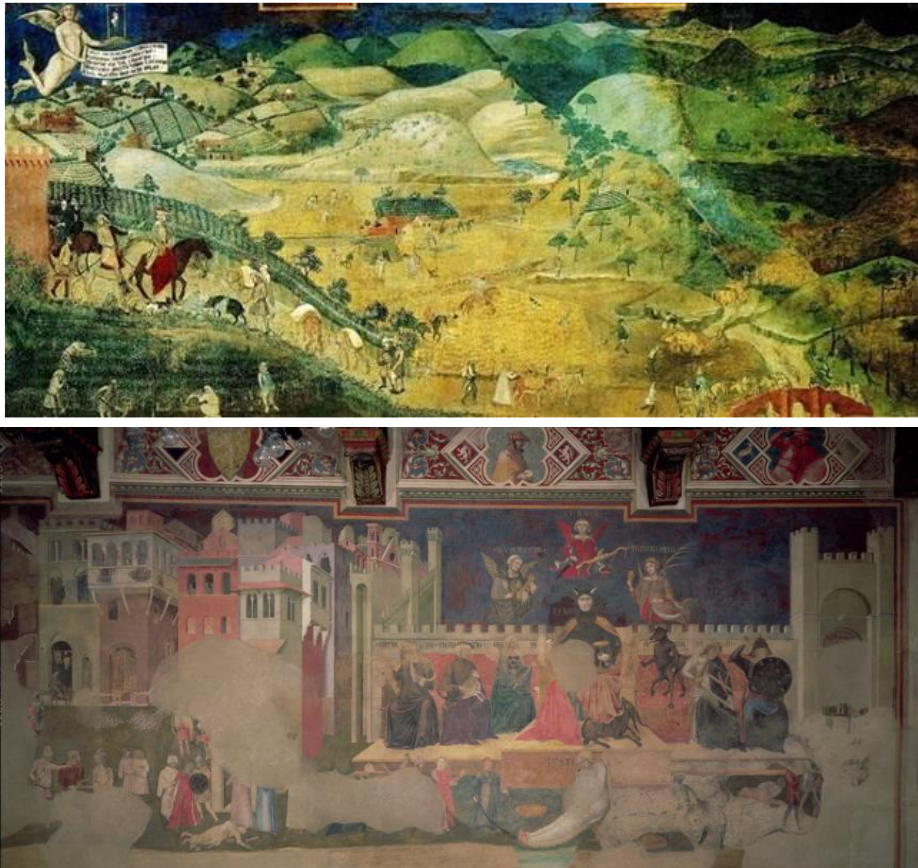


Fig.1. Extrato da Alegoria Ambroggio Lorenzetti. O Bom e o Mau Governo.

Fonte: Palácio de Siena. Itália

Tem implícita a comunicação de quais as características necessárias para bem governar e de que resulta uma intervenção do ser humano na natureza – a paisagem – útil (porque produz alimentos e matérias primas) e equilibrada ou, por outro lado, degradada e sem proveito para a população. Representa, afinal, a governação refletida que hoje será a perspetiva da história da política na paisagem e da resultante paisagem política.

Sublinha Ribeiro Telles logo em 1956 (Ribeiro Telles, 2016, p. 23), que *“cada geração tem uma parcela relativamente pequena na construção da paisagem, podendo, no entanto, ter um papel profundo na distribuição do equilíbrio geral”*. O princípio de que *“as intervenções na paisagem terão de constituir biocenoses de substituição regidas por princípios ecológicos de equilíbrios dinâmicos, que não comportam rápidas transformações nem a variação desordenada de parâmetros”* (Ribeiro Telles, 1994, p. 30), como referencial de dinâmica global inclusiva, evolutiva e abrangente na sua incidência da micro à macro escala, não se pode perder nos instrumentos de gestão territorial, nos diversos níveis de governação, nem na consciencialização dos decisores sobre os efeitos das suas opções.

É a política da paisagem que, a montante de opções políticas setoriais, deverá dar corpo à visão global e normativos orientadores apoiados por contributos da investigação para reequacionar inter-relações, desenvolvendo soluções que usem os recursos de forma mais eficiente e equilibrada ou, ainda, a explicação da realidade no sentido causal, mas frequentemente sustentada em conhecimentos parcelares.

A Direção Geral do Território (DGT) é a autoridade nacional em matéria de paisagem. Pode ler-se na sua página oficial⁵ que foi o reconhecimento do papel fundamental da paisagem na política de ordenamento do território que esteve na origem da encomenda à Universidade de Évora do *Estudo de identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental (publicado em 2004)*. *Constituiu uma base fundamental para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem⁶ e operacionalização dos seus princípios*. Os seus autores Cancela d'Abreu et al. 2004 (p. 5) atribuem à *“política de ordenamento do território o domínio da integração das várias políticas setoriais com reflexo territorial, como sede para equacionar as questões da paisagem nas suas várias vertentes”* e, naturalmente por maioria de razão, nos instrumentos de gestão territorial.

⁵ www.dgterritorio.pt

⁶ Passar-se-á a usar a referência CEP (2000) para identificar a Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000).

Identifica ainda a página daquela Direção Geral, os diversos instrumentos que a diferentes escalas consideram a paisagem na política de ordenamento do território:

- A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alínea h) do artigo 2.º) que prevê *“a promoção da defesa, fruição e valorização do património natural, cultural e paisagístico como um dos fins a concretizar através da referida política pública”*;

- A Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho) que visa *“promover a qualidade e o conhecimento do ambiente natural e construído como fator estratégico na promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos e da sua participação no espaço público”*;

- O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Lei 99/2019, de 5 de setembro)⁷, no âmbito do seu Programa de Ação que assume a *“Valorização do Território através da Paisagem”* como uma das suas medidas, realçando a necessidade de *“integrar a paisagem e o seu valor na gestão dos instrumentos de gestão territorial”*.

Divulga a referida página, para aplicação a nível local / municipal, um documento de orientação *A Paisagem na Revisão dos Planos Diretores Municipais, Orientações para a Implementação da Convenção Europeia da paisagem no Âmbito Municipal* (DGOTDU, 2011), que enquadrou a paisagem no planeamento territorial focando-se na escala dos Planos Diretores Municipais.

Como a experiência e resultados têm vindo a evidenciar com este quadro legal, na sede onde se devem equacionar as questões da paisagem nas suas várias vertentes, esta não tem vindo a ser, porém, abordada como a síntese da interação do natural com a intervenção humana nas dimensões utilitária, simbólica e artística que poderia trazer aos nossos dias o registo da memória coletiva. Isto é, a paisagem global não é tratada em sede dos processos de ordenamento do território como sistema integrador, complexo e dinâmico de construção cultural no seu sentido mais amplo.

Este mesmo entendimento, é sinalizado no testemunho de Ilídio de Araújo num balanço de meio século sobre a evolução da sensibilidade política para os problemas da Paisagem em Portugal (na 2.ª metade do século XX), publicado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2009): *“No Decreto n.º 188/78, notava-se alguma confusão de «planeamento urbanístico» com «ordenamento geral do território» – pois que, enquanto este deve visar o desenvolvimento e harmonização dos diversos sistemas produtivos integrantes das paisagens de um determinado território (sistemas bióticos – agrícolas e florestais – rede urbana, e redes de infraestruturas*

⁷ Passar-se-á a usar a referência PNPOT (2019) para identificar a Lei 99/2019, de 5 de setembro.

regionais), ao primeiro exige-se, apenas, o ordenamento dos espaços urbanos ou urbanizáveis.” (CCDRN, 2009, p. 25).

Mas mesmo a visão quase circunscrita à regulação de espaços urbanos que persistiu durante décadas naqueles instrumentos, não correspondeu, ainda assim, ao cumprimento de uma política urbana, adequada à organização e qualidade de vida das comunidades. “A expansão urbana foi-se fazendo de forma clandestina e caótica (...). Quando a especulação imobiliária caiu em cheio sobre o litoral, ela não só deparou com municípios destituídos, na sua maioria, de qualquer apetrechamento técnico e cultural (...) como deparou, também, com uma total ausência de legislação adequada à proteção dos recursos e de sensibilização do poder legislativo para a necessidade da sua elaboração.” (CCDRN, 2009, p. 40).

Esta leitura é secundada por outros autores como Campos e Ferrão (2015, p. 12), que consideram que “o III Plano de Fomento (1968-1973), elaborado sob a égide da Presidência do Conselho de Ministros por um órgão técnico influenciado pela política regional francesa (*aménagement du territoire*), incorpora uma perspetiva de política regional como instrumento de racionalidade supra-urbana, propondo-se, pela primeira vez, combater as assimetrias existentes através, nomeadamente, do reequilíbrio da rede urbana e do reordenamento da localização das atividades industriais. Todavia, os instrumentos previstos na lei para prosseguir essa racionalidade (designados “planos gerais de urbanização de áreas territoriais”) continuaram a refletir a prevalência da visão “urbanística” da abordagem ao território.”

Mesmo com uma progressiva reorganização da Administração, refere ainda o testemunho de Ilídio de Araújo que “o ordenamento das atividades económicas, numa paisagem, não pode ser comparado ao ordenamento urbanístico (...); a necessidade de um «Ordenamento territorial» (...) continuava voltada para uma perspetiva simplista de arquitetura urbanística, indiferente à necessidade de conciliação da rede urbana e de infraestruturas regionais com as exigências de todos os outros sistemas produtivos integrantes de cada unidade de paisagem.” (CCDRN, 2009, p.46).

Tal como na alegoria de Ambroggio Lorenzetti (1290-1348) atrás referida, mantém-se ainda hoje a importância das decisões políticas que influenciam a capacidade de prover o direito ao “correto ordenamento do território” consagrado na alínea e) do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, entre outros bens e serviços essenciais.

A transposição para a realidade atual daquela alegoria, identificando quais os benefícios de uma governação refletida e justa e da resultante paisagem política, revelaria que nem no poder de proximidade tende a existir o espaço próprio para pensar

a paisagem. A mediação cultural com a natureza que revela hoje a visão e o processo de construção da paisagem, aponta para a necessidade da sua recriação, em circunstâncias em que permanece a dualidade entre a ruralidade de subsistência, enquanto código de sobrevivência no sentido de *habitat* para uns e a natureza, como experiência de vivência estética e de recreio, fortemente associada a esse referencial para outros.

A visão multifacetada da paisagem, entendida como sistema complexo, reclama, assim, a aproximação concetual e metodológica estabelecida pela CEP (2000). Deverá constituir o foco da abordagem nas transformações estruturais no âmbito do ordenamento do território e dos processos de planeamento, nomeadamente as relacionadas com as opções agrícolas e florestais, de que vêm, ao invés, resultando frequentemente a simplificação e homogeneização da paisagem.

Referindo a DGT na sua página que “*a paisagem tem sido considerada nas estratégias políticas, com destaque para a sua valorização promovendo a diversidade paisagística e (re)utilização sustentável*”, os instrumentos de gestão territorial resultantes dos processos de ordenamento do território deveriam, como tal, tratar a paisagem enquanto conceito integrador para fundamentar a espacialização e articulação das políticas públicas. Há, em consequência, que conferir a devida importância ao “*ordenamento da paisagem como processo básico e essencial de organização física*” (Ribeiro Telles, 2016, p. 68). Só assim poderá acautelar-se uma gestão racional e ecológica dos recursos naturais, articulando-a com as ações das políticas setoriais datadas, sem o que a política de ordenamento do território pode subsumir-se a visões setoriais.

A não partir do referencial da paisagem, do seu equilíbrio, estabilidade e viabilidade, o ordenamento território será, efetivamente, o resultado de uma ocupação induzida por interesses setoriais.

Consta do preâmbulo do Programa de Transformação da Paisagem – Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho – o propósito da “*valorização da paisagem, revitalização dos territórios das florestas, remuneração dos serviços dos ecossistemas, bem como de prevenção e adaptação do território às mudanças climáticas*”, corporizando a medida *Valorização do Território através da Paisagem* do Plano de Ação do PN POT (2019), na sequência dos incêndios rurais de 2017 e 2018 e consequente reforma florestal empreendida.

Tendo com referência o Modelo Territorial do PN POT (2019), que identifica as áreas de floresta a valorizar, o critério-base para a “*delimitação dos territórios vulneráveis abrangidos pelo programa de transformação da paisagem*” é a carta de

perigosidade de incêndio, divulgada pelo ICNF, I.P., *observado o valor existente e potencial em bens e serviços*, avaliado pelo ICNF, I.P., pela DGT e pela Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais, I.P.”, como identifica o n.º 2 daquele diploma.

O Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, na sequência da referida Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem através de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP). Constituem a linha programática de planeamento do Programa de Transformação da Paisagem, cujo âmbito territorial é predefinido com base em 20 “*unidades homogéneas*” identificadas para todo o País (Anexo I da Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho), relativas aos territórios potenciais para a definição das áreas a sujeitar àqueles PRGP, atendendo ainda à Carta das Unidades de Paisagem de Portugal Continental.

Anuncia a DGT na sua página que são assumidos como um “*exercício experimental e inovador, destinado a fomentar novos processos de trabalho e novos conteúdos a considerar nos instrumentos de gestão territorial e de política setorial*”. Refletindo essencialmente, na sua origem, o foco na preocupação da dimensão e consequências dos fogos florestais, estes Programas poderão na ótica inovadora do exercício de capacitação da apreensão do significado do termo paisagem, contribuir para a progressiva afirmação do conceito integrador a que corresponde.

Deveriam, no entanto, ser planos de paisagem os instrumentos inovadores, integrados e transversais de uma política de paisagem, estabelecendo as linhas concordantes com os ritmos e complexidades dos sistemas ecológicos, na procura de um fio condutor para trazer o conceito para as ações públicas. A diversas escalas, para unidades ou subunidades, como base das transformações dos sistemas naturais, poderiam repor o equilíbrio ecológico entre os fatores físicos relevo, clima e solo e a sua articulação com a estrutura edificada, ligando espaços rurais e urbanos.

Uma política eficaz e autónoma de ordenamento do território deverá, efetivamente, iniciar-se pelo estabelecimento de uma estrutura básica de proteção das potencialidades e valores em risco de se perderem e este pode ser um papel fundamental e pioneiro dos PRGP, beneficiando da sua génese em escala mais local. Como defendeu Ribeiro Telles (2016, p. 69), “*o desenvolvimento deve iniciar-se à escala local e da região natural, ou seja, da unidade física, biológica, cultural e histórica que sintetiza um teatro geográfico específico e pode viabilizar um projeto coletivo das comunidades que aí vivem e trabalham*” – constroem paisagem.

A transformação a conceber pelos PRGP e a operacionalizar pelas linhas programáticas de projetos de concretização do Programa de Transformação da

Paisagem (Operações Integradas de Gestão da Paisagem, Condomínio de Aldeia e Emparcelar para Ordenar), deverá assim privilegiar a organização da paisagem rural através do “zonamento dos sistemas culturais em face das diferentes características de relevo, solo e clima, do restabelecimento das conectividades necessárias à renovação dos recursos, da zonagem ecológica e do funcionamento do sistema hidrológico” (Ribeiro Telles, 1997a, p. 32). Os resultados deste processo, estão naturalmente fortemente dependentes de uma gestão que lhes dê continuidade e, por isso, em articulação com a formulação das estratégias municipais de ordenamento do território que presidem à dinâmica dos Planos Diretores Municipais. É, efetivamente, nesta sede que se compatibilizam as perspetivas setoriais dos diversos intervenientes da administração, estabelecendo o referencial territorial, regulamentar e programático que deve enquadrar as transformações da paisagem.

No entanto, na grande multiplicidade de planos e programas que se vêm sucedendo, em que se sobrepõem competências, orientações, financiamentos e gestão vai-se perdendo o sentido integrador do ordenamento do território. Nos diversos instrumentos já disponíveis, da escala nacional à escala local, verifica-se essa desarticulação, que não contribui para a concretização de uma verdadeira política de paisagem.

Considera-se, nomeadamente, que a reforma da floresta em curso deveria ter sido precedida de planos de paisagem para as unidades identificadas por Cancela d’Abreu *et al.* (2004), que o Programa de Transformação da Paisagem, como o agora em curso, operacionalizaria conferindo eventual prioridade ao reordenamento e gestão das áreas florestais a reconverter.

Colocar-se-ia, assim, na equação da coesão territorial a (in)justiça territorial da ruralidade, na perspetiva diferente e diferenciadora da paisagem, contando para a referida equação, a mais valia da gestão da provisão de serviços coletivos para o bem comum. Isto implica que tenha de pesar nas decisões políticas, com os consequentes efeitos em estratégias de desenvolvimento económico e social, a grande expressão nacional das áreas de baixa densidade populacional e as respetivas comunidades rurais.

A aplicação do pacote legislativo da reforma da floresta constituirá, todavia seguramente, um importante passo para demonstrar a necessidade de uma visão global que recentre o tema da paisagem e a concretização da respetiva política, em coerência com a aplicação dos recursos financeiros públicos para a sua operacionalização, através de mecanismos de gestão adequados.

A realidade tem vindo a revelar que iniciativas setoriais isoladas, de investimentos na agricultura, floresta ou turismo são de facto os motores que desenham as dinâmicas de transformação dos usos do solo, através dos sistemas de incentivos e financiamentos. Sem o quadro de referência da paisagem e do seu ordenamento, tal como os mecanismos da sua gestão, não têm produzido efeitos significativos nem no equilíbrio dos sistemas naturais nem nos índices de desenvolvimento económico dos territórios rurais que se pretendem alcançar.

A Comissão Europeia (2016) elegeu como recomendação para os decisores políticos, o estímulo ao investimento na identidade e no potencial de crescimento das comunidades rurais, tornando-as assim mais atrativas para as pessoas viverem e trabalharem em diferentes fases das suas vidas. Para Ribeiro Telles (2016, p. 101), “*as comunidades rurais são depositárias de uma cultura e de conhecimentos ancestrais que a ciência tem explicado e a técnica deveria desenvolver, tendo especialmente em conta a diminuição do esforço físico e do tempo necessário para a execução das operações.*”

Adquire, como tal, uma nova dimensão a forma de entender as complexas relações entre ruralidade e urbanidade à luz do conceito de paisagem global que transcende o âmbito científico, académico e de governação isoladamente, num contexto como o presente, em que terá de se repensar a reorganização da sociedade e do território, alocando o investimento público e orientando o privado. Está em causa, nomeadamente, o entendimento citado “*da paisagem como transformação do meio em biocenoses de substituição*” (Ribeiro Telles, 1994, p. 30), em vez da mera substituição de usos e atividades que os instrumentos de gestão territorial regulam, na possível e frágil compatibilização dos entendimentos e interesses entre setores, alheada do conceito de paisagem.

Daí vêm resultando paisagens de políticas e não uma verdadeira política de paisagem. Não se atendem aos ritmos e complexidades dos sistemas ecológicos para poderem acontecer as transformações que levem às intervenções de acordo com os princípios e equilíbrios dinâmicos que “*não comportam rápidas transformações nem a variação desordenada de parâmetros*”, tal como definido por Ribeiro Telles (2016, p. 66) e já atrás referido.

A política de paisagem como centro de decisão que enquadre essas transformações tem igualmente de contemplar os programas de operacionalização que permitam orientar o financiamento das diversas políticas setoriais, num exercício de coerência da Administração. A sua missão na elaboração de instrumentos de ordenamento do território, na coesão e na continuidade de uma identidade coletiva só será cumprida mediante a responsabilização, também com a sociedade, na

coerência da gestão da paisagem, recuperando-a como espaço de vivência. Trata-se do desígnio coletivo de pensar, desenhar e gerir a paisagem.

A paisagem rural, particularmente expressiva a nível nacional, constitui um tecido que é a origem de recursos naturais, capitalizando para além de matérias primas, alimentos e águas superficiais ou subterrâneas, um eco saldo territorial positivo dos serviços dos ecossistemas, entre os quais o balanço favorável de carbono e a conservação da natureza e da biodiversidade. *“A gestão e proteção da paisagem rural e o reforço da sua dimensão de capital natural num quadro de valorização económica, constituem desafios cruciais para o desenvolvimento e a coesão territorial a efetuar num quadro de multifuncionalidade produtiva (...) e de valorização dos serviços ambientais que prestam ao desenvolvimento e qualidade de vida do País.”* (PNPOT, 2019, p. 144).

A paisagem pode configurar a base de um modelo coerente de organização da atividade humana no âmbito da compreensão da complexidade dos sistemas ecológicos, associada aos sociais e económicos. Reequilibrar o funcionamento dos sistemas transformados pelo ser humano, valorizando adequadamente a interação do suporte e aprovisionamento, é criar a reciprocidade inter-relacional entre as comunidades urbanas e rurais através do investimento das políticas públicas. *“Os espaços rurais possuem ativos com enorme potencial para o desenvolvimento sustentável do País, onde a agricultura, as florestas, a produção de energia, os recursos geológicos, o turismo e outros serviços dos ecossistemas são perspetivados numa lógica de produção especializada ou contribuindo para a multifuncionalidade.”* (PNPOT, 2019, p. 10).

Na ausência dessa compreensão dos equilíbrios dinâmicos e dos princípios ecológicos, a realidade atual evidencia que continua a equacionar-se a paisagem no âmbito dos processos de ordenamento do território e planeamento, sobretudo associada a fatores qualificativos como as valências cénicas.

Essa abordagem tem vindo a ser confrontada com um desordenamento onde proliferam os usos desadequados às aptidões biofísicas, a algumas tipologias de edificação dispersa de habitações e atividades económicas, problemas sociais associados ao envelhecimento populacional nas áreas da baixa densidade, exclusão social em áreas urbanas e rurais, desajustamento de serviços de interesse geral e equipamentos coletivos e agravamento da dimensão dos incêndios florestais.

Pinheiro (2014, p. 76) ilustra este último aspeto como *“uma progressiva redução das áreas de uso agrícola invadidas por matos e incultos, constatando-se, simultaneamente, que o controle dos espaços florestais se deve unicamente à maior ou*

menor violência dos incêndios de que são pasto e ao aumento significativo das manchas de construção civil, nos centros urbanos e nas suas imediações”.

A diversidade e especificidade de aptidões decorrentes das características biofísicas requerem a sua compreensão global e integrada, mas também da relação com as comunidades que as viveram e da construção cultural resultante. Repensar essa construção implica operacionalizar a sua tradução espacial ao serviço de intervenções na paisagem em todos os níveis e escalas de atuação. Está, designadamente, em causa o cada vez maior envolvimento dos setores agrícola e florestal porque são, efetivamente, as opções das respetivas políticas públicas que, sobretudo no espaço rústico, determinam a sua ocupação (nem sempre) adequada, gestão (nem sempre) eficaz e possibilidade da sua evolução para sistemas equilibrados.

Considera-se pelo que foi exposto que o conceito operativo da paisagem poderá ter a capacidade de rearticular o que foi interrompido – a estreita ligação entre o ser humano e a natureza, na regulamentação eficaz nos instrumentos de gestão territorial acautelando, nomeadamente, a não simplificação, homogeneização ou descaraterização e a perda ou afetação do fornecimento de bens e serviços prestados pelos ecossistemas. Os efeitos globais das condições ambientais de que hoje estamos cientes, obriga-nos a adotar a respetiva estratégia civilizacional, o que significa reconhecer que os sistemas naturais estão em perigo, evidenciados os efeitos das alterações climáticas, foco do respetivo Programa Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (PNAAC, 2015).

A informação global, e em tempo real, que o presente nos proporciona, com a perceção diferenciada das velocidades e magnitudes das transformações, coloca-nos efetivamente perante novas equações ambientais, socioeconómicas, demográficas e tecnológicas. Reinventar estas combinatórias carece do entendimento integrador, inclusivo e sistémico da paisagem, construindo complementaridades a partir das dicotomias norte-sul, este-oeste ou litoral-interior, em espacialidades que respondam aos desafios das disparidades persistentes entre populações, cidades e regiões.

Na atualidade coexistem todos aqueles modelos, tendo em comum a transformação dos sistemas naturais em formas organizadas para a vida das comunidades humanas, o que permite tirar lições sobre as respetivas vantagens e inconvenientes para saber decidir como atuar hoje pensando no longo prazo.

No prefácio da 2.^a Edição de Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, Orlando Ribeiro (1962, p. XVI) defende que *“há duas formas de olhar para as rápidas transformações por que o mundo passa. Muitos veem sobretudo o que muda, outros procuram surpreender o que, a despeito delas, permanece”*. Esta ideia continua, hoje,

particularmente importante para a reflexão sobre as grandes mudanças contemporâneas com tempos, intensidades, magnitudes e dinâmicas sem paralelo, que se vêm manifestando desde então, também elas diferenciadas e diferidas no País.

De facto, a capacidade de intervenção humana ampliou progressivamente escalas e anulou referenciais, tratando de forma igual o que é diferente, em ações com objetivo de lucro rápido e sem a ponderação dos efeitos a longo prazo, ou o conhecimento profundo das dinâmicas dos sistemas, dos processos e dos seus efeitos cumulativos. É disso exemplo o que sinaliza o Mapa Territórios sob Pressão (PNPOT, 2019, p.112), relativos a *Áreas de Concentração Florestal (> 60% da área do concelho)*, correspondentes à dominância da simplificação da paisagem com usos monoespecíficos, onde incidiram com maior gravidade os incêndios rurais. Estas continuidades potenciam efeitos multiplicadores ecológicos negativos sobre o ciclo da água e nutrientes, a perda de solo e a anulação dos elementos estruturantes da paisagem. Quando não atende às aptidões em função dos sistemas naturais, a ação humana põe igualmente em causa a componente cultural e afetiva do conceito integrador de paisagem, olvidando as lições das gerações anteriores que pouco a pouco a transformaram em intervenções interdependentes do espaço e do tempo.

Carapinha (2018, p. 28) releva a natureza diferenciada do “*tempo cronológico, tempo biológico e tempo inclusivo, o estar em*”. Significa isto que, correndo a linha do tempo cronológico infinita, são os tempos biológicos evolutivos de transformação e renovação que criam a cada momento a temporalidade inclusiva.

A região do Alentejo é um exemplo ilustrativo da transformação da paisagem, fruto de uma “*decisão política e da reorganização da sociedade na segunda década do século XIX*”, como evidenciou Simões (2015, p. 64).

Até lá, a produção cerealífera em maior escala ocorria sobretudo nas áreas dos barros de Beja e na região de Elvas e Campo Maior, num ajustamento às potencialidades do solo em que “*a paisagem rural começou a organizar-se através do zonamento dos sistemas culturais em face das diferentes características do relevo, solo e clima do território*” (Ribeiro Telles, 2016, p.112). Os olivais, as pastagens e a combinação de outras culturas com o substrato arbóreo garantiam o azeite, a cortiça e a bolota, tirando partido das condições edafo-climáticas. Essa ocupação do solo, em sistemas de exploração adaptados àquelas condições, transformou-se com “*o modelo industrial da agricultura cujo objetivo da máxima produção por hectare e por trabalhador, obrigou a grandes investimentos e à simplificação ecológica dos sistemas de produção.*” (Ribeiro Telles, 2016, p. 31). Foram intervenções que perderam o referencial do suporte

biofísico como base de construção da paisagem num desenho em que a ação humana direta se tornou cada vez menos necessária.

A agricultura empresarial da cerealicultura e dos sistemas extensivos de sequeiro transformou a paisagem, numa simplificação que a tornou aberta e de grande dimensão. A paisagem do trigo do final do século XIX (Simões, 2015) ficou indelevelmente conotada com a identidade do Portugal rural mediterrânico, marcada pela vastidão de horizontes, que passaria a constituir a imagem associada sobretudo ao Alentejo. Perdura ainda hoje no imaginário coletivo, mesmo representando a rutura do frágil equilíbrio conseguido entre as comunidades humanas e o suporte biofísico.

Já na primeira metade do século XX a paisagem, ainda por opções políticas e económicas, continuaria a sofrer uma progressiva simplificação. Acentuou-se durante todo esse século, acelerando-se a desvitalização da maior parte do território que habitualmente se designa como interior, já de si mais periférico em relação aos centros de decisão, menos povoado e com condições naturais menos favorecedoras da atividade económica. Uma reconfiguração da sua organização espacial e funcional diferenciada teria de ter tido em conta a acessibilidade e conectividade territorial associada às novas dinâmicas de desenvolvimento acompanhando, em tempo oportuno, o resto da Europa. Teriam, nomeadamente, permitido dotar o País das necessárias redes de infraestruturas, sobretudo ferroviárias, com traçados que favorecessem uma verdadeira articulação entre o sistema de aglomerados e as cidades com funções urbanas estruturantes, como as capitais de distrito.

Referem Campos e Ferrão (2015, p. 12) que *“1968, traz ao poder uma nova geração de decisores com uma formação técnica moderna e uma visão “desenvolvimentista” da sociedade. Essencialmente apoiada na teoria económica, essa geração possui uma consciência clara do papel que as infraestruturas territoriais, a política de habitação e a política de localização industrial tinham na promoção do desenvolvimento (...). Por outro lado, o acentuar das assimetrias regionais resultantes da modernização territorialmente desigual do País baseada num modelo urbano-industrial e os efeitos negativos do caos urbanístico herdado das duas décadas anteriores eram já suficientemente evidentes para justificar a necessidade de medidas corretivas de política pública.”*

Estava então irreversivelmente consolidado um eixo norte sul⁸ na faixa litoral Setúbal Braga e a grande transformação que correspondeu à mudança económica e

⁸ Mattoso (1985, p. 32) associa o desenvolvimento deste eixo ao longo da fachada litoral, já importante na época romana, à ligação do baixo Tejo, onde se fixou a capital, com o Noroeste – origem do Estado, a partir do Condado Portucalense.

social da segunda metade do século XX, repercutiu-se na estrutura da população ativa e marcou o progressivo abandono e alteração do espaço rural.⁹

Para Ramos *et al.* (2010, p. 763) “*foi talvez a rutura mais radical da história social portuguesa e com ela nasceu um país e uma sociedade novos, muito diferentes do que até então tinham sido*”.

A entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 abriu novos referenciais espaciais, temporais e sociais. Espaciais porque a escala e o padrão de usos do solo se alteraram com a introdução de novas culturas e formas de cultivo agora integrados num território e mercado alargados, temporais porque os ciclos curtos da produção, transporte e comercialização imprimiram novas e mais exigentes dinâmicas empresariais e sociais porque se alteraram os agentes e as suas relações com os lugares dessas transformações.

O tratamento diferenciado desta realidade, recentrando o conceito de paisagem nos instrumentos de gestão territorial, tornando-a o centro de decisão e afirmando o seu carácter de bem social e cultural, pode conduzir a opções que restabeleçam a ligação do ser humano com a dimensão ecológica. Reequacionar os respetivos sistemas e a sua interação no correspondente modelo territorial, é uma abordagem que beneficia do facto de o sector primário constituir um motor fundamental da economia, sendo predominante a agricultura extensiva e a agro-silvo-pastorícia e pouco significativa a expressão das áreas artificializadas – cerca de 7% de acordo com o PNPOP (2019)¹⁰.

A globalização, a velocidade e a dinâmica do presente determinam, seguramente, que a interação entre ser humano e meio precisa de ser reconsiderada e mesmo reinventada, agora à luz da oportunidade de combinar o uso da ciência e da memória, no contexto das mudanças ambientais, sociais, económicas e tecnológicas iminentes. O conceito de paisagem abarca essa dinâmica, associada à ação humana num tempo cronológico continuado sobre componentes de base ecológica com tempos longos e cíclicos, diferentes da escala do ser humano.

Foi a CEP (2000) que, de acordo com o respetivo Preâmbulo, se “*estabeleceu como um novo instrumento dedicado exclusivamente à proteção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias*” – introduziu um conjunto de medidas, constantes dos seus artigos 5.º e 6.º, para a construção/criação, proteção, gestão e planeamento das paisagens, incluindo a refuncionalidade do seu passado rural.

⁹ “Em 2001 apenas 12% da população estava empregada na agricultura, contra 64% em 1960” (Ramos *et al.* 2010, pp. 763, 764).

¹⁰ No total, 73,3% do território continental encontra-se afeto a usos florestal, agrícola e agroflorestal e, se acrescermos as áreas de matos e pastagens, atinge-se os 92,2% de território (Documento Diagnóstico Revisão do PNPOP, 2018, p. 133).

A compreensão sistémica da paisagem, enquanto produto cultural e cultura na sua essência, obvia a separação civilizacional entre o passado e o presente. Permite apreender como a apropriação progressiva das formas da natureza provocou mudanças nos usos, na estrutura e na conceção da paisagem – tendo na natureza o verdadeiro referencial de Ordem, da integridade dos sistemas e relações e das suas continuidades próprias, a paisagem é cultura e *habitat*. Resultam da sua complexidade, dinâmicas integradoras dos elementos e ritmos específicos dos sistemas naturais, descontinuados da linha do tempo cronológico, em temporalidades inclusivas de renovação e rejuvenescimento. O reflexo da ação humana, enquanto variante sobre esses sistemas complexos e mutáveis, marcou através de sucessivas transformações, a temporalidade do espaço que carece do conceito de paisagem global para dar sentido à correta abrangência da componente cultural em interação com a natural.

A atividade humana em função da litologia, do relevo, da hidrografia, do clima e dos solos corresponde, na CEP (2000, art.º 5.º) “*a uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade* “. Como noção eminentemente cultural, a paisagem enquanto recurso para o desenvolvimento está inequivocamente associada à governação e a uma cultura espacializada que relaciona diversas visões e práticas. A segmentação e operacionalização em ações setoriais de forma desarticulada, não corresponde ao princípio que deve presidir à transformação das condições naturais.

Fundamentada em planos de paisagem às diversas escalas para unidades ou subunidades, essa transformação integrada e transversal operacionalizaria o princípio da ação globalizante, defendida por Ribeiro Telles (2016, p. 115), “*da construção da paisagem que sirva o Homem e mantenha a diversidade própria da natureza em cada circunstância ambiental.*” Estes planos poderiam restabelecer, através da paisagem, as relações entre estética, ética e política, repondo o equilíbrio ecológico. Para Ribeiro Telles (2016, p. 68), esse “*equilíbrio, a estabilidade, a qualidade e a viabilidade económica da paisagem dependem da perenidade dos sistemas ecológicos, quer naturais quer transformados, que, por sua vez, dependem dos sistemas dinâmicos interrelacionados da água, ar, luz, solo vivo, subsolo, flora, fauna e geomorfologia.*”

É por isso que a paisagem deve constituir o foco do centro de decisão e inspirar o atual processo de ordenamento do território.

É nesta perspetiva que se desenvolve a reflexão sobre o caso de estudo que se apresenta, exemplificando como é possível concretizar esta premissa no âmbito dos processos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial.

Capítulo 2. Elementos estruturantes da paisagem

No seguimento da abordagem à paisagem como centro de decisão nos processos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial, identificam-se no presente capítulo os elementos estruturantes que se considera que deveriam constituir a matriz da construção dos respetivos modelos de ordenamento.

Para essa identificação refere-se o seu enquadramento conceptual, mas também os referenciais programáticos e legislativos e a experiência de processos de reconhecimento já realizados.

Como se expôs no capítulo anterior, é com o reconhecimento dos valores materiais e culturais como elementos estruturantes da paisagem e a sua apropriação social com um novo significado, não quebrando o sentimento de pertença coletiva, que se considera que se poderá focar a abordagem à paisagem como centro de decisão nos instrumentos de ordenamento do território. Convertendo a paisagem no referencial para a racionalidade e a coerência das opções das políticas públicas, seria então possível devolver-lhe a reestruturação inerente à complexidade da associação da componente cultural com as componentes, interações e ritmos dos sistemas ecológicos dando-lhe, assim, um sentido de conjunto.

Mas permitiria, igualmente, a conceção abrangente da paisagem como espaço da vida humana, fundamentada nos seus princípios ontológicos que determinam a sua essência e qualidades intrínsecas. A isto corresponde a adoção de uma ética da paisagem, ao posicionar os limites da ação humana na natureza e ao valorizar a cultura como a *“sábia administração da energia disponível em prol do desenvolvimento da sociedade”* (Ribeiro Telles, 2016, p. 88).

O conceito de elemento estruturante da paisagem é associado por vários autores à figura de Estrutura Ecológica, sendo definida no n.º 1 do Artigo 13.º do Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, como constituindo *“o conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas, culturais ou paisagísticas, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rústicos e urbanos”*. Integram *“a estrutura ecológica as áreas, os valores e os sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rústicos e urbanos, designadamente as redes de proteção e valorização ambiental, regionais e municipais, que incluem as áreas de risco de desequilíbrio*

ambiental”. (artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março).

De acordo com Magalhães *et al.* (2017, diapositivos 4-5), “na abordagem ecológica ao ordenamento do território, as estruturas que asseguram o funcionamento dos vários subsistemas (ar, água, solo, vegetação e fauna) podem ser espacializadas na Estrutura Ecológica”, sendo esta “contínua, composta por várias componentes espaciais dos ecossistemas, cuja conservação é essencial para a manutenção dos recursos naturais.”

Sobre o atributo continuidade, refere Ribeiro Telles (2016, p. 66) que a paisagem tem de possuir uma “*estrutura biológica permanente que contribua para a recuperação da fertilidade, mantendo a presença das formas silvestres da natureza através de uma rede contínua, de reduzida expressão espacial, mas de grande extensão linear.*” Foi essa estrutura biológica permanente, de acordo com o mesmo autor, que garantiu na paisagem tradicional¹¹, “*a manutenção duradoura do equilíbrio entre o que o ser humano dela retirava e a recuperação que a natureza, integrada no próprio sistema de produção, proporcionava, apesar das profundas transformações por que passou.*” (Ribeiro Telles, 2016, p. 65).

Adotando-se as premissas anteriores considera-se, no que respeita à continuidade, que para além do conjunto de áreas que garantem o equilíbrio ecológico, é necessário assegurar a respetiva conectividade, permitindo a mobilidade contínua das espécies e os fluxos dos ciclos da água e ar. Também através de uma estrutura de conectividade ecológica é possível concretizar os objetivos da Reserva Ecológica Nacional, na sua qualidade de estrutura biofísica, definidos no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 124/2019 de 28 de agosto.¹²

Adquire particular importância a definição dos elementos estruturantes da paisagem, assegurando a conectividade ecológica, o processo de ordenamento do território que exige uma reflexão sobre a transformação dos sistemas naturais e as dinâmicas dos *habitats* e ecossistemas, no quadro de uma ocupação e uso sustentável do solo.

¹¹ *As paisagens tradicionais constituíram conjuntos ecologicamente viáveis, apesar dos bens retirados periodicamente pelo Homem para seu proveito. Permaneceram as potencialidades físicas e biológicas que permitiram a manutenção da capacidade de regeneração dos recursos vivos e, por isso, o todo permanecia em equilíbrio* (Ribeiro Telles, 2016, p. 65).

¹² *a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas;*

b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação das áreas estratégicas de infiltração e de recarga de aquíferos, dos riscos de inundações marítimas, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;

c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;

d) Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.”

Partindo do Esquema de Conetividade Ecológica Nacional (PNPOT, 2019, p. 47), como base macro, as Estruturas Regionais de Proteção e Valorização Ambiental dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)¹³ de âmbito regional e, em particular, as Estruturas Ecológicas Municipais¹⁴ cumprem essa função. Constituem a declinação territorial no Plano Diretor Municipal da expressão espacial da estrutura ecológica, desenvolvendo e detalhando as estruturas fundamentais da paisagem e interligando os meios urbano e rural na estratégia de desenvolvimento à escala local, de acordo com o artigo 75.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março).

Ainda no âmbito do conceito de conetividade, a identificação destas Estruturas Ecológicas Municipais dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, orienta a inter-articulação da rede nacional de áreas classificadas, para fins de conservação da natureza e biodiversidade, definida nas Estruturas Regionais de Proteção e Valorização Ambiental dos PROT. Este conceito pode ser o prelúdio de uma mudança da forma de intervir no espaço, a partir de elementos estruturantes da paisagem, sobretudo num contexto em que se constituem como vulnerabilidades críticas para todo o País, os efeitos das alterações climáticas evidenciados no PNPOT (2019, p. 71).¹⁵ Estes efeitos poderão vir a acentuar significativamente características que constituem marcas identitárias do clima no biótopo Mediterrânico¹⁶, em que a paisagem foi, desde sempre ao mesmo tempo, a narrativa de uma história de resiliência de milhares de anos e uma realidade frágil com uma identidade associada a uma temporalidade correspondente a uma grafia, tradutora da construção que a partir dos sistemas naturais, gerou a sua materialidade.

¹³ Regulamentados na Secção III do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março). Passam a ser referenciados como PROT.

¹⁴ N.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março, que desenvolve as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial e n.º 1 do Artigo 13.º do Decreto-Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto, que estabelece os critérios de clarificação de delimitação e reclassificação do solo.

¹⁵ “As alterações climáticas determinam mudanças na intensidade e incidência territorial dos riscos associados às cheias e inundações fluviais, aos galgamentos costeiros, às ondas de calor e à ocorrência de incêndios, com forte impacto em territórios de uso florestal, agravando em geral a sua frequência e intensidade. As áreas urbanas estarão numa situação mais vulnerável. Outros riscos ambientais, como a ocorrência de movimentos de massa em vertentes, podem ser agravados em severidade ou frequência. As alterações do clima são também um fator de injustiça social, com consequências sobre as desigualdades intra e intergeracionais.”

¹⁶ O “incremento da frequência e intensidade de ondas de calor, a redução da precipitação durante a primavera, verão e outono, podendo essa redução atingir 20% a 40% da precipitação anual atual no final do século (devido a uma redução da duração da estação chuvosa), com as maiores perdas a ocorrerem nas regiões do sul. Os períodos de seca poderão ser mais recorrentes e intensos. O processo de desertificação do solo tenderá a intensificar-se. Em 2030, a gestão da escassez de água e de alimentos (agrícolas e pesca) poderá comprometer o aprovisionamento alimentar.” (PNPOT, 2019, pp. 9-10).

O modelo da agricultura mediterrânica como denominador comum e traço marcante e estruturante na dinâmica de construção da paisagem, encontrou o seu equilíbrio na ação humana sobre componentes ecológicas como o relevo, solo e o regime hídrico, dominado pela escassez de recursos superficiais e subterrâneos. Como suporte da dieta, combinou os recursos basais (solo, relevo e clima), estabelecendo a arquitetura da paisagem o equilíbrio ecológico para os importantes *habitats* mediterrânicos dos sistemas *Ager*, *Saltus* e *Sylvae*.¹⁷

As marcas desse trabalho conjunto entre a componente de base ecológica constituída pelos sistemas geomorfológico, hidrológico, bioclimático e vegetal e as transformações das comunidades, registadas na memória pelos significados que lhes foram atribuindo, conferiram-lhe a identidade que Caldeira Cabral (1993) e Ribeiro Telles (1994) sistematizaram em contínuo natural e contínuo cultural. São estes elementos estruturantes da paisagem que se consideram no âmbito desta investigação e que devem constituir a matriz para a organização e gestão do espaço rural e na sua continuidade com o espaço urbano – é o espaço rural que “*permite a existência de corredores ecológicos, onde os ritmos da natureza e a sua presença, garantem uma contrapartida eficaz ao artificialismo das áreas contíguas urbanas*” (Ribeiro Telles, 2016, p. 87) e que devem estruturar as opções da economia definidas em políticas setoriais relativas à agricultura, às florestas, às redes de transportes e comunicações ou às funcionalidades dos sistemas urbanos.

A simplificação da paisagem tem-se vindo, no entanto, a constituir como um dos principais vetores de transformação do espaço rústico anulando a diversidade dos sistemas agrícolas, silvopastoris e florestais e as vivências diferenciadoras que salvaguardam os modelos multifuncionais do mundo rural. “*A preponderância dos setores económicos de maior peso social e político na organização do território tem sido uma das causas da simplificação da paisagem e conseqüente destruição de recursos e valores naturais e culturais.*” (Ribeiro Telles, 2016, p. 115).

Particularmente representativa daquela multifuncionalidade é a pequena agricultura familiar caracterizada por Cordovil (2020, s.p.) como “*pequena agricultura de proximidade – proximidade produção/consumo; proximidade entre pessoas; proximidade e cuidado das terras, que evita o seu abandono e contribui para proteger os recursos e a paisagem envolventes.*” A progressiva redução das áreas agrícolas invadidas por matos e incultos, a florestação contínua e mono específica, as dificuldades

¹⁷ “*Trilogia de origem romana em que “Ager correspondia à agricultura intensiva em volta da cidade ou vila, seguido do Saltus destinado a pastagens e agricultura extensiva. A Sylvae, onde se praticava a recolheção, era gradualmente consumida sempre que a população crescia e necessitava de mais alimentos.”* (Ribeiro Telles, 2016, p. 112).

de gestão fundiária e cadastral da estrutura da propriedade, a par desse abandono, têm vindo a contribuir para comprometer o funcionamento dos sistemas ecológicos, agravando a suscetibilidade aos incêndios. Por oposição, nas paisagens diversificadas esse risco desagrava-se significativamente.¹⁸

O exemplo do resultado da aplicação do conjunto de diplomas que constituem a política florestal, releva a importância de uma efetiva articulação setorial, com base na paisagem e na gestão do uso do solo. A sua recente reforma colocou na agenda atual a reflexão sobre os incêndios rurais dos últimos anos e, necessariamente, que papel poderão ter os instrumentos de gestão territorial na definição dos elementos estruturantes da paisagem e no equilíbrio ecológico que possa mitigar a sua ocorrência.

Cordovil (2019, s.p.) demonstra que *“a estrutura da paisagem exerce sempre uma influência relevante na incidência relativa dos incêndios, numa evidente relação entre a área ardida e a composição da superfície agrícola e florestal, ou seja, da estrutura do coberto vegetal das diferentes paisagens rústicas.”*¹⁹ Atribui ao papel insubstituível dos espaços de interposição agrícola nas grandes extensões contíguas de floresta e matos, a capacidade de os evitar.

A regulamentação do ordenamento do espaço rústico nos instrumentos de gestão territorial, resultante da estrutura da paisagem em função das situações diferenciadas do relevo (vale, encosta, cabeceira), da litologia (que determina as características dos solos) e do clima (que influencia diretamente o regime e a disponibilidade dos recursos hídricos) responderia à questão final de Cordovil (2019, s.p.) sobre a matéria dos incêndios florestais: *“Não obstante a sua catastrófica trajetória, não há reserva de prudência quanto à necessidade de conciliar a ‘vocação lenhosa’ com a resiliência da paisagem que a acolhe. A lenha arde, mas a estratégia persiste. Até quando?”*

O ordenamento rural, de acordo com o suporte biofísico e respetiva zonagem e funcionalidade ecológica, assegurará a organização espacial dos sistemas de produção, associada à dinâmica de renovação de recursos e de diversificação cultural. Ribeiro Telles (2016, pp. 56-66), defende esse ordenamento como uma *“nova conceção da utilização do agros que, de certo modo, anuncia a era pós-industrial que se aproxima,*

¹⁸ De facto, a estrutura da paisagem exerce sempre uma influência relevante na incidência relativa dos incêndios. Como reconhece Cordovil (2019, s.p.), a rearboreização intensiva com espécies como o pinhal e o eucalipto, tornando a presença humana cada vez mais residual e com o abandono das atividades tradicionais do espaço rural (à exceção da pastorícia) agravou progressivamente o risco de incêndio. Confirma aquele autor, pela análise da evolução das Áreas Ardidas em 2000-2017, que nos ciclos em que aquele risco assume maiores proporções de dimensão e intensidade, essa influência é ainda maior.

¹⁹ A análise do autor sobre a evolução das áreas florestais revela um tempo longo de contínua expansão da floresta em Portugal continental, a qual viria a trazê-la de um patamar de cerca de meio milhão para mais de três milhões de hectares entre os meados do século XIX e o final do século XX.

depois do impacto da revolução industrial na paisagem tradicional e ambiente e o abandono das pessoas e das culturas tradicionais nas regiões menos favorecidas.”

Este despovoamento e o decréscimo do número de agricultores têm vindo, efetivamente, a contribuir para a progressiva perda da memória ecológica e cultural da paisagem e dos seus elementos caraterísticos, como caminhos rurais, fontes, moinhos, muros tradicionais de pedra seca, sebes ou bosquetes para abrigo do gado. O ordenamento do espaço rural que parta da identificação dos elementos estruturantes da paisagem organizando no espaço o conjunto da interação de elementos ou componentes, de cuja transformação resulta um todo com caraterísticas próprias, permitirá estabelecer a complementaridade entre temporalidade e materialidade da paisagem, isto é, ler e entender a sua memória.

A compreensão da paisagem mediterrânica é ilustrativa dessa estreita interação, assentando na articulação dos sistemas solo, água e ar com as formas de relevo, num arquétipo que a torna singular relativamente ao clima, à luz e à vegetação. O relevo, como “*indicador sintético do funcionamento ecológico da paisagem*” (Magalhães, 2001, p. 341), determina na sua diversidade situações diferenciadas relacionadas com a estruturação das bacias hidrográficas, a altitude e a conseqüente presença da vegetação associada. O frágil equilíbrio reconhecido à combinação entre Homem e Natureza nesta paisagem, mitigado pelo cultivo arbóreo muitas vezes enxertado nas espécies selvagens,²⁰ em povoamentos de padrão irregular que se juntam às matas naturais, pode facilmente ser comprometido pela intensidade ou dimensão das transformações.

A paisagem nas suas dimensões de património natural e cultural e bem social, deve ser como tal, o foco e o sentido daquelas transformações, num contexto em que o conhecimento científico, destaca a importância do funcionamento dos serviços dos ecossistemas.²¹

É neste contexto relevante sublinhar a informação disponível no PNPOT (2019), acerca do atributo de espaço rústico a 92,3% do continente. Este tecido territorial orgânico e funcional, é marcado maioritariamente pela baixa densidade populacional, onde dominam os usos agrícola e florestal e no qual assentam as diversas matrizes, eixos e articulações ou redes, num sistema capilar de centros urbanos e atividades que usam recursos e geram e recebem bens e serviços. É o “*todo orgânico e biológico da*

²⁰ Como a oliveira e o zambujeiro que lhes garantem particular adaptação à seca pelo forte enraizamento, o que foi replicado com outras espécies.

²¹ Por redefinição da importância atribuída aos processos que ocorrem na natureza, e que oferecem, entre outros, os serviços de proteção biológica, ecológica e ambiental (Pereira *et al.*, 2009).

paisagem em que cada elemento é interdependente, influenciando e sofrendo da presença dos restantes participantes.” (Ribeiro Telles, 2016, p. 23).

Comunidades, na sua maioria envelhecidas,²² mantêm este território e sentem-no enquanto espaço e natureza. Delas dependem, numa relação primária de *habitat* da espécie humana, numa gestão de conhecimento sobretudo vernacular e com um verdadeiro sentido de sustentabilidade. *“A construção da paisagem rural é desde o início da humanização da Terra, um ato cultural que se prolonga no plano das artes e na contemplação estética e poética dessa mesma paisagem.”* (Ribeiro Telles, 2016, p.148).

De acordo com o PNPOT anteriormente em vigor, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, cerca de 44% do total da população já vivia, desde 2001, em 4% do território, num contínuo de Setúbal a Braga. Apesar das suas origens maioritariamente rurais, mais de duas gerações separam a visão da natureza apenas como modo e meio de fruição estética, da que envolve a consciência da sua complexidade como suporte vivo e de vida, que viabiliza a existência do espaço urbano. *“A ruralidade como forma de vida e cultura vai desaparecendo.”* (Ribeiro Telles, 2016, p. 84).

Como a realidade atual tem vindo a demonstrar, persistem as tendências há várias décadas anunciadas para os territórios rurais de baixa densidade populacional – *“as zonas rurais portuguesas apresentam um conjunto de fragilidades particulares, cuja principal ameaça à sua sobrevivência está ligada ao despovoamento e envelhecimento, com uma grande ligação da população rural à atividade agrícola”*, de acordo com o Diagnóstico do PNPOT (2019, p. 4). É neste sentido, que despovoamento e envelhecimento estão associados a efeitos como o abandono e, conseqüentemente, descaraterização do espaço rural. Ora, *“só uma agricultura diversificada, quando possível assente na realidade ecológica, e numa paisagem estruturada e no ordenamento rural que garanta o equilíbrio biológico e a instalação condigna da população rural, poderá corresponder a uma política gradual de desenvolvimento do País.”* (Ribeiro Telles, 2016, p. 56).

Dominam, no entanto, nos instrumentos de gestão territorial modelos resultantes da visão segmentada dos diversos setores que não traduzem as grandes linhas organizadoras do ordenamento rural em função das componentes ecológicas como elementos estruturantes da paisagem. Mesmo incluindo a representação de espaços classificados de conservação da natureza, estes não se conectam entre si e, como tal, no conjunto coerente e articulado das componentes ecológicas e culturais. Esta é uma

²² De acordo com o Diagnóstico do PNPOT (2019), *as regiões de baixa densidade dos territórios rurais continuarão em perda, associada ao envelhecimento e ao isolamento. O envelhecimento é uma realidade presente por todo o território nacional, mas assume contornos mais evidentes nos territórios predominantemente rurais* (p. 61).

realidade que tem ficado, em consequência, aquém do que pretendia alcançar a CEP (2000).

Prevendo o artigo 4.º daquela Convenção que “*cada uma das Partes deve harmonizar a implementação da presente Convenção de acordo com as suas próprias políticas*”, é disponibilizada na página da Direção Geral do Território uma abordagem metodológica para revisão dos Planos Diretores Municipais, destinada a concretizar os objetivos de qualidade paisagística no âmbito da gestão do território ao nível local. As *Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal* (DGOTDU, 2011, p. 35) apontam para “*a definição de unidades de paisagem como áreas em que a paisagem se apresenta com um padrão específico, a que está associado um determinado caráter que lhe confere uma certa identidade*” na fase de Análise e Diagnóstico do Plano Diretor Municipal. Subsequentemente para a proposta de Plano advoga-se o estabelecimento dos objetivos de qualidade paisagística a constar da estratégia municipal e respetivo plano de ação, permitindo a posterior avaliação da qualidade da paisagem.

Uma metodologia desta natureza, aplicada recentemente no âmbito dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, deu origem ao Relatório de delimitação de Unidades de Paisagem (Câmara Municipal de Braga, 2018), onde constam a análise da respetiva multifuncionalidade, a visão no âmbito da proposta de Plano e o estabelecimento dos objetivos de qualidade paisagística, focando a questão da participação ativa dos cidadãos e medidas de proteção, gestão e ordenamento da paisagem.

Ora, mais do que a definição de unidades para estabelecimento de objetivos de qualidade paisagística, do nosso ponto de vista é a identificação dos elementos estruturantes da paisagem que pode constituir um denominador comum dos processos de ordenamento do território, para a manutenção, transformação ou gestão de uma paisagem viva e equilibrada, numa “*temporalidade que unifica o espaço de coexistência dos diversos elementos, incluindo o ser humano.*” (Serrão, 2015, p. 24). Para Ribeiro Telles (2016, p. 21), é a “*ação humana que confere à paisagem a forma, como a expressão duma ideia clara e substancial, fazendo pressentir um sentido de equilíbrio em todos os elementos do conjunto – a cultura é a sabedoria que ordenou a vida na paisagem.*”

Serrão (2015, p. 16) atribui a Simmel (1963) o entendimento de que “*a paisagem faz-se e refaz-se a cada ato contemplativo, em que a natureza retorna por instantes, trazida pela vitalidade que liga o contemplador e o que é contemplado numa só atmosfera de unidade*”; é a experiência de “*viver de e viver com*”.

Mas, na generalidade dos casos, o que a experiência do processo de acompanhamento da elaboração e aprovação dos instrumentos de gestão territorial tem vindo a revelar, é uma abordagem que não contribui para religar os elementos da estrutura cultural, integrando-a na temporalidade inclusiva da paisagem.

A figura da estrutura ecológica municipal fica, assim, longe de abarcar um conceito integrador e, como tal, não acautela um “*modelo que permita reatar entre os indivíduos aquilo que sempre foi o cimento das comunidades – uma cultura comum*”, isto é, “*conservar do passado o que é fundamental para a sua expressão.*” (Ribeiro Telles, 2016, p. 192).

Foi igualmente a experiência de Ilídio de Araújo (CCDR Norte, 2009, p. 31) registada no testemunho *Economia, Arquitetura e Gestão das Paisagens; Um Longo Olhar (1949-2009)*: “*Muito se tem feito, nos últimos anos, para a proteção de alguns valores pontuais das paisagens, e para a correção de alguns fatores pontuais de degradação ambiental; mas, no que respeita à capacidade de gestão integrada dessas paisagens, tem de se concluir que continuamos hoje, coletivamente, quase ao mesmo nível cultural de que eu parti há 50 anos; com a grande diferença, porém, de que hoje – ao contrário de há 60 anos – as nossas paisagens se encontram irrecuperavelmente desordenadas e degradadas.*”

A *Análise das Metodologias de Caracterização Utilizadas aquando da Delimitação da Estrutura Ecológica nos Planos Municipais de Ordenamento do Território do Alentejo* (Nogueira, 2016), sistematizou as diferentes perspetivas levadas a cabo na sua execução no âmbito dos planos de ordenamento do território à escala municipal. Aponta a conclusão daquela Análise para uma interpretação variada da legislação em vigor sobre a estrutura ecológica municipal, resultante do que considera uma “*definição legal extremamente vaga e do carácter aberto que a mesma apresenta – as diferentes definições oferecidas pelos instrumentos legais são omissas no que toca a critérios de delimitação*” (Nogueira, 2016, p. 138).

São, nestas circunstâncias, as figuras da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional, conceitos pioneiros e inovadores à época da sua criação na ausência de instrumentos de ordenamento,²³ que servem ainda, em grande medida, de base à identificação daquelas estruturas ecológicas municipais.

A regulamentação adequada da Estrutura Ecológica Municipal, indo ao encontro

²³ Respetivamente Decreto-Lei n.º 451/82, de 16 de novembro e Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho, sucessivamente alterados estando presentemente em vigor o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, que procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março.

da noção de Ribeiro Telles de paisagem global já atrás referida, careceria igualmente de uma estreita articulação com o ordenamento do uso do solo, isto é, um conjunto de normas operativas diretas e eficazes, abarcando áreas que já possuem os seus próprios regimes jurídicos e estatutos de proteção, traduzindo a sua relevância específica enquanto elementos estruturantes da paisagem, devidamente assumida como orientadora na organização do espaço.

Porém, de um modo geral alheada do conceito integrador de paisagem, a transformação do suporte natural tem sido norteadada no País pela substituição de usos e atividades, de que os instrumentos de gestão territorial estabelecem a regulamentação numa possível e, por vezes, difícil de concertar, compatibilização de entendimentos e interesses entre setores.

Apointando algumas fragilidades às *Metodologias de Caracterização Utilizadas aquando da Delimitação da Estrutura Ecológica nos Planos Municipais de Ordenamento do Território do Alentejo*, no âmbito da análise acima referida, mesmo assim Nogueira (2016) considera que existem oportunidades e potencialidades na sua identificação, no âmbito dos instrumentos de gestão territorial.

A Estrutura Ecológica Municipal pode, efetivamente do nosso ponto de vista, ser o instrumento que permite recentrar no processo de ordenamento do território a conceção da estrutura espacial da paisagem global.

De acordo com a sua própria definição²⁴ de interligação de espaços de materialidades distintas numa expressão formal diferenciada dos elementos, incluir-se-ão necessariamente enquanto “*caraterísticas culturais*” a memória ecológica, relativa à diversidade e equilíbrio dos sistemas, mas também o repositório da memória social da intervenção humana.

A criação de dar forma à paisagem referida por Magalhães (2001, p. 279) ligando “*estruturas de referências anteriormente separadas, fazendo-nos experimentar uma realidade nova, a partir de factos ou fenómenos que nos são familiares ou conhecidos*” congrega a noção da mesma autora de uma abordagem ecológica espacializada na Estrutura Ecológica, com a de Ribeiro Telles (1997b, pp. 20-21) relativa ao conceito de contínuo cultural através da “*presença de elementos e conjuntos arquitetónicos quer estes se traduzam por volumes edificados ou espaços abertos, que constitui uma representação e expressão da cultura que a ela está associada, funcionando como sistemas de referência no espaço e no tempo.*”

Parte-se, assim, da premissa de que a delimitação da Estrutura Ecológica

²⁴ Ver definição página 37.

Municipal pode (re)estabelecer o contínuo natural e cultural da paisagem, constituindo-se como elemento estruturante na definição do uso, da organização da ocupação do solo. Requer, no entanto, a sua adequada regulamentação, na perspetiva de funcionamento dos sistemas ecológicos já que de facto, o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece os critérios a observar na classificação e qualificação do solo, de acordo com os princípios fundamentais da compatibilidade de usos, da graduação, da preferência de usos e da estabilidade, dispõe no n.º 4 do Artigo 13.º que *“a estrutura ecológica municipal incide nas diversas categorias de solo rústico e de solo urbano com um regime de uso do solo adequado às suas características e utilizações, não constituindo uma categoria de uso do solo autónoma.”*

Devidamente regulamentada, representaria a aplicação dos princípios para o desenho da paisagem global ao conjunto das características biofísicas e culturais, ao seu ordenamento e equilíbrio e ainda à proteção, conservação e valorização dos espaços rústicos e urbanos, de acordo com os critérios estabelecidos na legislação.

Para o caso de estudo, será analisada no Plano Diretor Municipal dos concelhos abrangidos, a correspondência com o respetivo conteúdo da Estrutura Ecológica Municipal, no sentido de apreender a articulação dos sistemas ecológicos com a estrutura edificada e os elementos ou valores culturais.

No próximo capítulo, sobre a paisagem do poder, refletiu-se precisamente sobre quais os elementos estruturantes da paisagem que marcaram o trabalho conjunto entre a componente de base ecológica e os valores culturais numa situação de fronteira em que as funções de defesa territorial foram geradoras de uma nova paisagem.

(página deixada deliberadamente em branco)

Capítulo 3. A paisagem do poder

Foram identificados no capítulo anterior os elementos estruturantes da paisagem que podem ter a sua expressão espacial na Estrutura Ecológica Municipal²⁵, onde se incluem as características culturais, como as que o caso de estudo evidenciará.

Neste capítulo sobre a paisagem associada a uma situação de fronteira, refletiu-se sobre os elementos estruturantes de uma nova paisagem – a paisagem do poder. Constitui o produto cultural do processo da marcação de um território, da sua defesa e da consolidação da soberania.

No contexto da consolidação do território nacional, que envolveu a apropriação do espaço de outras culturas, o caso de estudo – a Raia seca da fronteira Leste de Portugal – configurou essa paisagem símbolo de poder. Uma combinação espacial e simbólica, caracteriza-a e distingue-a por manter viva a memória das formas de *habitat* fortificado e de atividade agro-silvo-pastoril, num padrão de relação da ocupação humana com as componentes morfológicas e os sistemas naturais.

As marcas que evidenciam o relacionamento sequencial dos processos requerem a compreensão, com o necessário distanciamento, da sua globalidade na perspetiva histórica e cultural. Relevam-se dois grandes momentos diferenciadores devidamente documentados – o povoamento medieval e o período da Restauração da Independência, que ainda que com dinâmicas sociais e culturais predominantemente continuadoras das anteriores, imprimiram transformações na paisagem que exigem ler-se numa ótica multidisciplinar de forma integradora.

Opções políticas associadas a funções específicas da fronteira inerentes à defesa territorial, conferiram-lhes uma identidade decorrente da materialização e temporalidade, organização e significado, em interação com as componentes ecológicas. O seu carácter resulta das vivências que se lhes associam de que faz parte a carga simbólica do passado e do presente, tal como das características construtivas e implantações diferenciadas no suporte natural.

Os tempos de guerra, ou da sua prevenção, determinaram estratégias políticas de defesa marcadas no tempo e no espaço. Definiram temporalidades simbólicas, enquanto traço de união do espaço e da forma, em coexistência de todos os elementos incluindo o ser humano. Persistem hoje com outra materialidade e, também, com cargas diferenciadas de simbolismo.

²⁵ Ver definição página 37.

As paisagens do poder acolheram arquiteturas específicas que não são, por norma, sinais de paz. O seu próprio caráter significa uma tensão – a do limite entre os dois estados de guerra e paz – e o espaço para o seu exercício é uma representação material suficientemente expressiva para que se reconheça facilmente.

Um conjunto de fronteiras bem delimitadas representativas do poder, foi o do Império Romano ao definir os seus limites geográficos e civilizacionais. “*O limes constituía o limite do Império e era estabelecido por uma linha precisa marcada por uma muralha ou um caminho que separava o limite norte do império – evoluído e civilizado – dos povos bárbaros.*” (Castro, 2013, p. 47).

O exercício do poder do Império, ao longo de vários séculos, alterou profundamente a organização social, o povoamento, o trabalho e a língua dentro daquelas fronteiras, instalando, em concreto na Península Ibérica, os centros políticos em localizações predominantemente interiores em função de centralidades geográficas. Converteu o anterior regime de exploração coletiva agro-pastoril em propriedade privada do solo e é dessa época “*a agricultura extensiva realizada de forma sistemática nas boas terras do Sul de Portugal.*” (Ribeiro Telles, 2016, p. 53). Alterou as bases da economia de subsistência para a exportação de produtos agrícolas essenciais ao Império (como o trigo ali produzido) e promoveu uma gestão agrária dirigida para as espécies melhor adaptadas às condições edafo-climáticas, incluindo a vinha e a oliveira.

As fronteiras então estabelecidas viriam a ser anuladas pelas invasões bárbaras, no século V, levando ao retorno da população aos castros que vinham da época pré-romana e ao regresso da economia guerreira, num processo de encastelamento em que se confinaram as povoações. A charneca e a mata, que teriam enquadrado anteriormente áreas de cereal, olival e vinha, ter-se-ão expandido, constituindo então a paisagem dominante. De acordo com Ribeiro Telles (2016, p. 38), “*a charneca é uma das unidades mesológicas do Portugal mediterrânico, a par da cultura intensiva, do montado pastado e das folhas de cultura extensiva de sequeiro. Representa uma agricultura de recursos em situações ecológicas, pedológicas e biológicas, que exigem para a manutenção do seu equilíbrio e capacidade de regeneração, a obtenção dos produtos apenas a partir dos ciclos biológicos dos ecossistemas naturais instalados.*”

Com a subsequente invasão muçulmana (711 d.C.), novas fronteiras territoriais e civilizacionais se estabeleceram entre o mundo cristão e islâmico, sobrepondo este a sua influência sobre a romana no Sul, e de forma pouco significativa para norte do Rio Douro e sistemas montanhosos do interior. Enquanto na paisagem entre Douro e Tejo predominou a pastorícia a sul assumiu um novo protagonismo a dinamização da agricultura pelo domínio técnico do aproveitamento da água e a introdução de produtos

hortícolas, importante legado da dieta mediterrânica. A pequena propriedade envolvente das aglomerações, centro da vida comunitária, foi a fonte da sua produção, renovando a economia rural e o comércio. A partir dos aglomerados urbanos organizaram-se as hortas, as grandes extensões de pastos, os espaços florestais e as planícies de cereais. “A Sul do Tejo desenvolveu-se a cultura transtagana, com uma separação nítida entre o espaço urbano, incluindo a sua cintura envolvente de agricultura intensiva e o espaço rural de agricultura e pastorícia com características extensivas” (Ribeiro Telles, 2016, p. 111), organizados em face das diferentes características de relevo, solo e clima.

Antes do final do século VIII, o avanço da conquista cristã foi desagregando o poder, a estrutura e as fronteiras muçulmanas resultando um território desorganizado socialmente e despovoado, que também representou insegurança e regressão social. O regresso à economia guerreira, associado à transição para uma ruralidade de subsistência de base agro-pastoril,²⁶ viria a contribuir para acentuar a distinção entre uma sociedade cristã, mais rural e senhorial e a sociedade muçulmana, mais próspera, urbana e mercantil.²⁷

Duby (1979, p. 13) caracteriza aquela distinção como representativa de uma “fronteira do conhecimento entre o Ocidente e o Islão, que apresentava no ano mil profundas disparidades locais”, evidentes nas franjas meridionais da Europa e em particular na Península Ibérica e na Raia.

No estabelecimento de fronteiras geográficas e civilizacionais estava contida a missão da arte política de transmitir poder, assumindo as paisagens fortificadas esse significado. Sendo indissociável a sua forma do conteúdo funcional, constituíram-se igualmente, como um código construtivo que as liga a situações específicas do substrato físico.

O conjunto das fortificações estava associado a um sistema concebido em sucessivas linhas de defesa, num padrão próprio em função do seu posicionamento defensivo. Para além da arquitetura militar enquanto valor histórico, agora sem funcionalidades bélicas ativas, aquele conjunto na fronteira sobreviveu configurando um verdadeiro sítio indo, assim, além da condição de uma localização que inicialmente poderia ter sido determinada somente por fatores estratégicos de defesa.

A conjugação de fatores sociais, políticos e económicos contribuiu para a sua

²⁶ O conjunto Amaia / Marvão evidencia essa transformação, com efeitos nas formas de povoamento e estruturação da paisagem. Ver André Carneiro (2014) “Marvão, estudos e documentos de apoio à candidatura a património mundial”.

²⁷ Foi, de acordo com Mattoso (1985, p. 48), a partir deste modelo urbano que se desenvolveu, com a ajuda do Estado, uma economia de nível nacional, atribuindo-se ao Norte Atlântico o modelo da repartição social, que predominou até ao fim do século XIX, e ao Norte Interior o modelo de organização municipal.

preservação. A ocupação dessa posição concreta a partir de uma mera parte do espaço, adquiriu estatuto e poder, com ligações espaciais a outros lugares particulares.

A sua descodificação, à semelhança do afirmado por Benjamim (2019, p. 122) relativamente ao complexo rupestre do Vale do Tejo, no âmbito da investigação *Do Projeto à (Re)Interpretação do Lugar, “é parte do elemento que despoleta a ação para a análise das estruturas da paisagem: Ecológica, Cultural”* – a gravura naquele caso e as estruturas defensivas no caso presente.

Uma abordagem semelhante da relação das fortificações da fronteira com o meio em que se inserem, permite a leitura da paisagem do poder, só possível com a conjugação das condições naturais e da condição política da localização de “extremo” e respetivos efeitos sociais e económicos.

A componente ecológica confere a estas paisagens a sua forma, assente na morfologia de um relevo de colinas no prolongamento dos relevos ibéricos estruturantes, que se suavizam na zona de fronteira. Erguem-se em plataformas de altitudes dominantes de 200 m a 800 m confinadas, na sua maioria, por talvegues de bacias hidrográficas secundárias. Este relevo de colinas destaca-se na horizontalidade dominante da peneplanície alentejana e das campinas da Idanha, que genericamente caracteriza a morfologia das terras de fronteira do troço da Raia entre Monsaraz e Castelo Rodrigo. Foi esta posição de visibilidade a partir das inclinações para leste, acompanhando frequentemente a transição de altimetrias relevantes de diferenciação da vegetação natural, que constituiu a localização privilegiada para as estruturas fortificadas.²⁸

Ainda Benjamim (2019, p. 146) refere relativamente ao significado das gravuras rupestres do Vale do Tejo, que “*chega aos nossos dias como uma mensagem interativa entre o homem e o espaço, possibilitando construir narrativas entre a comunhão dessa relação e a irreversibilidade das suas transformações.*” Estas paisagens do poder são também protagonistas essenciais desse tipo de mensagem e narrativa. A partir do relevo suave, mas propiciador de posições de dominância visual e de funções estratégicas de vigia e defesa, a paisagem acolheu e assimilou as estruturas contínuas do *habitat* fortificado numa ruralidade dominante com carácter extensivo, reflexo da história e da memória cultural da agricultura.

É ainda perceptível em paisagens da fronteira Leste de Portugal, este padrão comum da paisagem de poder do espaço rural medieval, num registo da combinação

²⁸ A amplitude visual necessária à função de defesa viria a ditar, de forma ainda mais evidente na Época Moderna, uma visão de proximidade mais ampla e mais aberta numa configuração deliberadamente alterada e diretamente dependente do uso do solo.

dos agro-sistemas que a suportaram e da prática ancestral da transumância. Os elementos estruturais que a identificam ainda hoje são o produto cultural do processo da marcação de um território, da sua defesa e da consolidação da soberania, com uma simbologia que evidencia as marcas daquele relacionamento sequencial numa matriz que associou a localização das comunidades às zonas privilegiadas face às bacias hidrográficas e às posições dominantes relativamente ao relevo.

No início da Idade Média, a fronteira entre Portugal e Castela em definição, correspondia a um lugar distante com uma rede de caminhos ou estradas concentradas sobretudo a norte do Rio Tejo na faixa virada ao Atlântico. A partir do complexo montanhoso da Serra da Estrela e, a sul do vale daquele rio, estava quase regularmente distribuída nas peneplanícies, mas numa malha menos densa, de acordo com o registo relativo às *Principais vias terrestres a sul do Douro, Séc. VIII – XI (topónimos atuais)* e *Principais comunicações terrestres e fluviais (Séc. XI)* (Oliveira Marques *et al.*, 2003, p. 45 e p. 72).

A dinâmica da expansão associada à Reconquista envolvendo em simultâneo Portugal e Castela e, por sua vez, entre estes a disputa de espaços raianos na consolidação do poder, teve como consequência imediata a adoção de ações de incentivo à fixação de população destinadas a um povoamento estruturado. “A defesa, o relevo e o clima tenderam a concentrar as populações em aglomerados urbanos por vezes à volta de castelos ou justificados pela qualidade dos solos que os envolvem. Devemos à monarquia rural (1.^a Dinastia) a construção da unidade política e cultural.” (Ribeiro Telles, 2016, pp. 96, 112).²⁹

Sobretudo a partir de cerca de 1200, no quadro de um programa de defesa e de consolidação da fronteira, foi-se reforçando o poder municipal, mais tardio à medida que se avançava para sul e para a fronteira Leste. Também as fortalezas e mosteiros foram essenciais para o exercício do poder em particular nas regiões mais distantes das rotas políticas e económicas³⁰ e a intervenção das ordens militares constituiu um instrumento privilegiado das monarquias peninsulares na reorganização do mundo rural.

Mesmo com a constante perturbação da ordem, com a guerra arruinando ou destruindo, na fronteira entre o espaço cristão e não cristão foi-se afirmando a presença do poder religioso com os mosteiros, numa organização que era ainda fruto da herança

²⁹ Mattoso (1985, p. 5) especifica as duas vertentes dessa unidade atribuindo a “base da autonomia nacional” – a unidade política – “à existência de um poder constituído num território determinado”. Já “a base da comunidade cultural resulta da adoção das mesmas categorias de interpretação do mundo, do mesmo sistema de valores e das mesmas práticas culturais.” Estas não correspondem a fronteiras definidas ou imposições políticas.

³⁰ A própria rota dos peregrinos a Santiago de Compostela, em Portugal com vários caminhos, incluía o da Raia. Com maior relevância entre os séculos XI e XIII e a hospitalidade como código identitário dos Caminhos de Santiago, as necessidades do acolhimento aos peregrinos nos hospitais e mosteiros transformaram-se nas localidades por onde passavam, num fator de animação e dinamização da economia.

das leis agrárias romanas e da respetiva administração. Nem as guerras ou convulsões medievais demoveram, de forma geral, a permanência da população na sua envolvente. Refere Ribeiro Telles (2016, p. 112) que “*com a degradação do Império Romano, são os mosteiros, especialmente os beneditinos, que, espalhados pelos campos e serras, recolhem o imenso espólio cultural da antiguidade greco-romana. Serão os pontos de partida para a reconstrução das paisagens degradadas pelo abandono e pela guerra.*”

Uma conjuntura de consolidação política, veio a permitir o ressurgimento do crescimento da economia rural, fundamentalmente vocacionada para o vinho e o azeite, com a produção de cereais a continuar, no entanto, sempre deficitária, o que esteve na origem de muitas crises alimentares.

Com a estabilização da fronteira, que integrou as Terras de Riba-Côa³¹ na fronteira Leste, a organização militar herdada do período da Reconquista tornou-se desadequada à nova realidade geoestratégica e exercício do poder. A consequente reforma na rede de estruturas fixas de defesa, envolveu a desativação das de menor importância e introduziu novos modelos arquitetónicos na edificação de fortificações nos relevos de colinas, desenhadas pelas linhas de cumeeada e vales das bacias hidrográficas dos afluentes do Rio Douro, os Rios Côa e Águeda no seu percurso sul-norte.

Num contexto em que o desafio do poder central seria então a afirmação gradual da fronteira linear, reforçando os vínculos com as periferias³² e fazendo surgir uma crescente consciência coletiva, os concelhos assumiram-se como elemento agregador do poder.³³ Defende Mattoso (1985, p. 33) que “*a consciência de origem da maioria dos portugueses, marcada por tradições vindas do fundo dos séculos, exprime-se pela ligação ao concelho*”, devido a um passado da vida das populações mais dependente das autoridades municipais do que dos representantes do poder régio.

Abarcavam a vila ou a cidade e o seu termo, numa organização em que se complementava o núcleo urbano e o espaço rural envolvente, mas tinham um peso desigual. Nos concelhos rurais, como eram os da fronteira, dominavam as comunidades

³¹ *Pese embora tratar-se de uma raia teórica projetada na Idade Média, à medida que foi avançando a Reconquista, a delimitação foi procurando certa acomodação aos acidentes geográficos. Os grandes rios peninsulares que, na direção Este-Oeste, chegam a Portugal, inletem bruscamente na direção Sul ao chegar à raia, marcando uma espécie de fronteira natural a que a raia se tinha ido acomodando. E desde a cessão a Portugal dos territórios da Ribeira do Côa no século XIII até à incorporação de Olivença por parte de Espanha (situada a Este do Guadiana), no século XIX, este ajuste foi um processo quase natural.* (Cobos-Guerra, 2009, p. 100).

³² A necessidade de conhecimento da realidade destes territórios mais longe do poder, é evidenciada pela ordenação de Inquirições gerais em 1258, que permitiram caracterizar um ambiente rural e de núcleos urbanos quase desconhecidos, mas já representados, no entanto, nas Cortes de Leiria, de acordo com Saraiva (2013), as primeiras que contaram com representantes do povo, em 1254.

³³ Apesar da sua autonomia relativa e a respetiva organização de normas e magistraturas consagradas em foral, constituíram-se como elementos fundamentais na composição do Portugal medieval.

agrícolas, muitas vezes com diminuto peso demográfico. Os concelhos urbanos caracterizavam-se por uma população mais numerosa, mas sobretudo pela existência de mercados e mercadores, de artesãos especializados ou, ainda, por serem centros urbanos administrativos ou eclesiásticos.

Continuando a atividade das comunidades agrícolas a ser dominante era já evidente o poder atrativo das vilas e cidades, contrastante com a dinâmica económica urbana pela desigualdade de rendimentos. *“Portugal desenvolveu-se, ao longo da fachada litoral (...) num eixo, já importante na época romana, que ligava o baixo Tejo, onde se fixou a capital, com o Noroeste, povoado e rico, solar da mais antiga nobreza do reino, e onde o Estado se formou a partir do Condado Portucalense. Foi ao longo dele que o Poder se deslocou do norte para sul, entre o fim do século XI e meados do século XIII. Os centros urbanos do Interior ficaram cada vez mais dependentes dele, com exceção dos do Algarve.”* (Mattoso, 2019, p. 32).

A partir de finais do século XIII e, dando corpo à preocupação do conhecimento da população e do povoamento, no contexto de uma emergente economia urbana, procedeu-se ao seu registo de forma indireta, através dos Róis de Besteiros do Conto, Tabeliães do Reino, Lista das Igrejas, Mosteiros e conventos e Domínios das Ordens Militares. De acordo com Mattoso (2019, pp. 51-52), *“Afonso III (1248-1279), foi criando, com perspicácia, maleabilidade e persistência, os instrumentos de uma monarquia efetivamente centralizada e capaz de intervir em todos os pontos do território, a par dos instrumentos do controlo sobre os concelhos e criando neles o sentimento de dever de fidelidade.”*

Também o exercício do poder de proximidade da Corte Portuguesa em vários centros urbanos promoveu importantes transformações, nomeadamente ao nível da alteração de posições e de relações sociais no contexto de uma economia monetarizada, substituindo as trocas comerciais do período da economia guerreira e da agricultura de subsistência. Refere ainda Mattoso (2009, p. 30) que *“perduraram muitas características da distribuição antiga do povoamento, que em 1527 era ainda fortemente influenciada pelos fatores naturais. Resultava sobretudo da atração das terras mais fecundas ou mais fáceis de cultivar, da capacidade de circulação permitida ou proporcionada pelos acidentes físicos, mas também da distribuição dos lugares onde se foram fixando os detentores do poder.”*

A consequente circulação de mais pessoas e bens deu lugar ao reforço da rede de acessibilidades, para além da anterior estrutura viária romana, com uma componente de estradas coincidente com os percursos em caminhos que se faziam a pé e nos rios navegáveis. Onde não existiam portos fluviais principais ou pontes, associadas à rede

de caminhos locais, barcas de passagem asseguravam a travessia da rede hidrográfica. Esta reorganização facilitou ainda as comunicações que acautelavam o exercício do poder, ciente que estava a Coroa da vastidão dos espaços para governar no quadro da preocupação da integração num todo unitário e coeso. Defende Mattoso (1985, p.16) que *“o conceito de «reino» representou um complemento importante da identidade nacional como substantivo que designava os cidadãos do país como um todo e ao adquirir um sentido territorial, passou a implicar também a de «fronteiras».* Efetivamente, *“a independência e a marcação da fronteira terrestre são dois atos indissociáveis, com especial necessidade de intervenção política e militar nos tramos onde a geografia natural menos ajudava a partir limites. Desde o nascimento da nossa fronteira nacional, (...) toda a raia seca entre o Douro Internacional e o Tejo está guarnecida por um alinhamento de castelos erguidos na primeira dinastia, distantes de poucas léguas uns dos outros, nunca a mais de uma jornada de viagem a pé ou de uma possibilidade de “ida e volta” a cavalo.”* (Loza, 2009, p. 161).

Cada jornada em viagem duraria, de acordo com o seu motivo, como descreve Ventura (2003, pp. 58 e 66) *“entre cerca de 80 km diários e uns modestos 30”, sendo “o raio de ação judicial, definido como cinco léguas em redor (dos centros urbanos) o sensato caminho a percorrer num dia, indo e voltando, ou ainda, tão perto que não se demore a ir e vir mais de meio dia”.* Estas ordens de grandeza permitem perceber a importância da organização do território que estabelecia as relações de proximidade na vivência das comunidades,³⁴ mas também em *“dimensionamentos, apropriados para os meios de deslocação e de guerra medievais que marcaram a nossa malha urbana até á atualidade.* (Loza, 2009, p. 161).

A própria administração local, em estreita conexão com o crescimento da economia e da rede viária, definia as ordenações e posturas concelhias, exercendo uma verdadeira forma de poder. Neste sentido, regulava a produção e comercialização, incluindo a proteção das produções locais, o tabelamento de preços e salários e o abastecimento urbano. Também o pastoreio passou a ser tributado, por constituir uma fonte de receita para a Coroa, para os municípios e para os proprietários, transformando-se de uma até então prática de subsistência e sem fronteiras, que apenas dependia dos ciclos naturais, num movimento planeado de rebanhos entre as localizações dos pastos.

³⁴ Mattoso (1985, p. 29) esclarece que *“as vias de comunicação tradicionais contornavam as montanhas sem grande dificuldade que os almocreves e viajantes atravessavam, mesmo em pontos agrestes. Aparentemente, a construção de estradas e de caminhos-de-ferro, ao acentuar o contraste entre os lugares mais ou menos acessíveis, é que veio determinar o isolamento dos povoados hoje perdidos nas serras, mas que outrora, quando os seus habitantes estavam habituados a caminhar durante várias horas, mantinham relações frequentes com a planície.”*

A grande transformação no final da Idade Média, de alteração do tipo de armamento e das formas de guerra³⁵ pôs em causa a função de um dos elementos fundamentais do símbolo do poder – a muralha como construção defensiva.

Mantendo, apesar de tudo, o seu carácter de oposição entre interior e exterior, o seu subsequente alargamento passou a integrar novos tecidos urbanos, determinando organizações hierarquizadas diferenciadas de concentração ou dispersão na evolução e articulação entre áreas urbanas e arrabaldes. Da sua permeabilidade com a envolvente rural dependia a circulação dos excedentes agrícolas para alimentar a população, o desenvolvimento do comércio e a integração na estrutura económica das regiões, tal como a articulação com as povoações envolventes. No exterior das muralhas, acompanhavam a topografia parcelas irregulares, destinadas à policultura das hortas, aos cultivos forrageiros e de gramíneas no fundo dos vales e, nas encostas das colinas, às frutícolas e culturas arbustivas, como a vinha. O padrão de transição para grandes extensões de pastos, de planícies de cereais e de charnecas e matos era marcado pelo olival irregular (Figura 2). *“A oliveira é um elo vivo de ligação entre as paisagens do norte e do sul, atestando a importante influência cultural do mediterrâneo em todo o País”* (Ribeiro Telles, 2016, p. 146).

A trajetória até à atualidade de alguns dos aglomerados urbanos da fronteira não foi uniforme, fazendo divergir no percurso na linha do tempo até à contemporaneidade, as memórias coletivas das paisagens do poder. Num determinado tempo e espaço planeado, da introdução da funcionalidade de defesa em locais estratégicos da rede urbana, dependeu a sua continuidade vivencial associada ao desempenho de funções administrativas na organização territorial. Com a estabilização das fronteiras, o desenho da paisagem do poder concretizado pela política de defesa, consolidou a expressão estruturada da rede urbana, que suportou o aumento demográfico ao longo dos séculos XI, XII e XIII. A meio do século XIV, a uma população total de um milhão corresponderia a população urbana de cem mil habitantes, ou seja 10 %, segundo Muhaj (2013, p. 239): *“nos finais do século XIV, a população total tinha decaído em 700 mil e a população urbana tinha mantido o mesmo número, significando este valor inalterado uma maior taxa de urbanização, ou seja 14.28%”*.³⁶

³⁵ “As construções das defesas medievais não obedeciam aos mesmos preceitos das abaluartadas” (Dias, 2009, p. 127) e “no século XVI, já com preocupações determinadas pelo surgimento da artilharia, ocorreu a mudança dos meios militares que levou à reconstrução, no mesmo local, de obras renascentistas que incorporaram os avanços da engenharia militar do período manuelino.” (Loza, 2009, p. 161).

³⁶ De acordo com Muhaj (2013), em Portugal na primeira metade do século XVI, a população urbana era de 317 833 habitantes em 64 496 fogos e a população de fora dos muros e barreiras ascendia a 342 136 habitantes em 85 534 fogos. A diferença de apenas de 24 303 habitantes a mais no espaço rural, que se hoje representa cerca de 93% do território continental (PNPOT, 2019), à época teria uma representatividade ainda mais relevante, é elucidativa do desequilíbrio em causa.

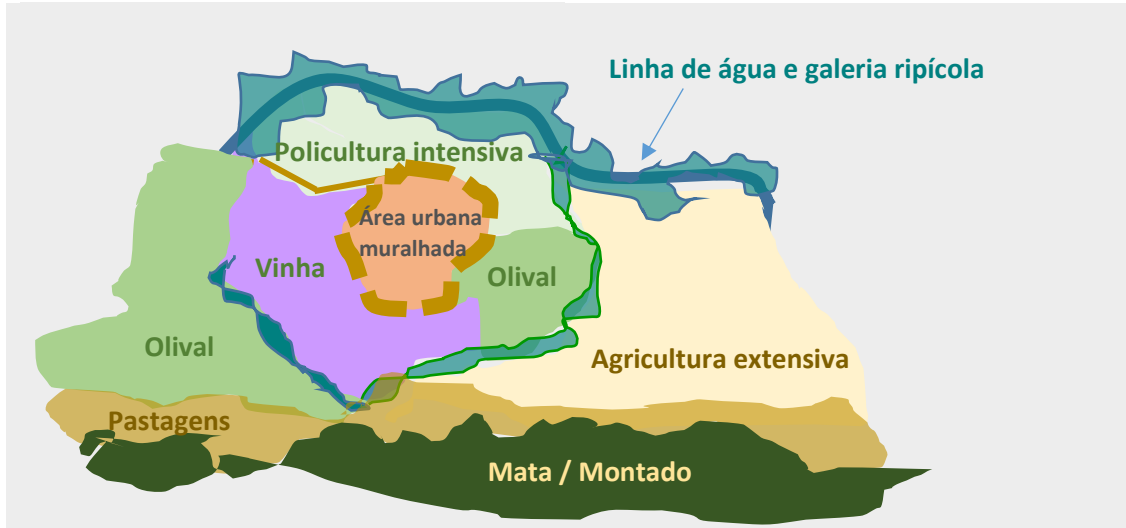


Figura 2. Esquema representativo da distribuição de usos. Sem escala.
Elaboração da autora.

Mas, mesmo nessas condições de crescimento urbano, a tendência dominante foi uma estagnação e recessão demográfica pelos efeitos da guerra e das crises de produção agrária. A migração para as cidades, impulsionada pelas oportunidades da expansão marítima e pelo desenvolvimento de setores alternativos ao agrícola, contribuíram igualmente para o despovoamento e abandono rural.

Só nos importantes centros urbanos do sul do País, de origem romana ou muçulmana, existiu um crescimento urbano planejado. Na maior parte dos aglomerados, tal crescimento apoiava-se na estrutura radial remanescente de antigos caminhos rurais de acesso ao centro, que as cercas muralhadas construídas na segunda metade do século XIII englobaram. Os centros urbanos cuja organização geral da vida das comunidades se associava às funções defensivas, revelam padrões arquitetónicos com a topografia como fator estratégico onde dominava a afirmação de diferentes poderes – político, religioso e militar. Conjugando a localização da existência de espaços produtivos na sua envolvente com uma unidade formal e plástica decorrente da utilização dos materiais de construção provenientes da envolvente, constituíam tecidos sociais coesos e dotados de elementos de interesse coletivo que favoreciam a sociabilidade urbana.

As cidades portuguesas medievais registaram, ainda assim, algumas inovações de planeamento urbanístico, com a valorização de espaços abertos e das atividades comerciais ao longo dos eixos viários estruturantes, que culminavam nas portas. Estas ligavam normalmente eixos existentes no atravessamento urbano e no seu prolongamento para o espaço rural, constituindo uma interface privilegiada entre as populações intra e extramuros. A partir dessas portas foram-se desenvolvendo os

arrabaldes, com diferenciações geográficas significativas no que se refere à morfologia, funcionalidade e organização social, no contexto da localização de mourarias e judiarias. Estes novos núcleos ativos criaram novas centralidades funcionais e de articulação entre a cidade primitiva e o espaço rural, onde a localização dos conventos e mosteiros suburbanos se constituiu também como fator aglutinador de povoamento.

As paisagens do poder medievais da Raia seca da fronteira Leste de Portugal, voltariam a ser transformadas pela arte da fortificação Moderna no programa de defesa estabelecido em 1640, no quadro da Guerra da Restauração da Independência (1640-1668).³⁷ Aí, a ordem e rigor militar fizeram da racionalidade a sua própria estética e a marca desta nova paisagem do poder. Com muralhas rebaixadas, alargadas e rebocadas numa técnica monumental marcada pela extensão, em detrimento da altura da torre medieval, não havia a percepção imediata do desenho da fortaleza (Figuras 3 e 4).

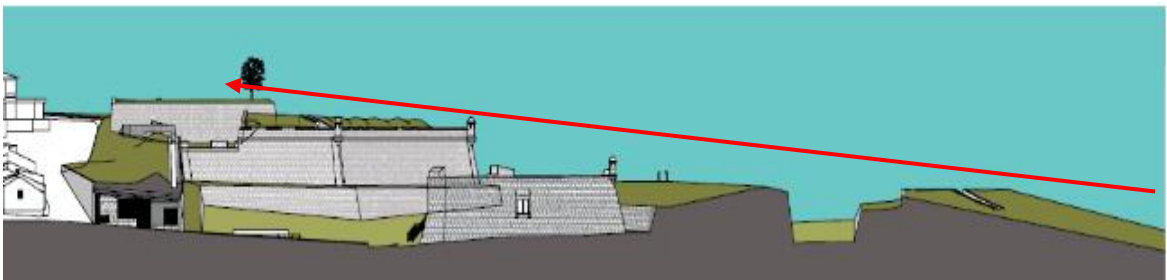


Figura 3. Exemplo de perfil das fortificações de Almeida. Extrato do Perfil 6. Sem escala.
Fonte: Câmara Municipal de Almeida (2009, p. 211).

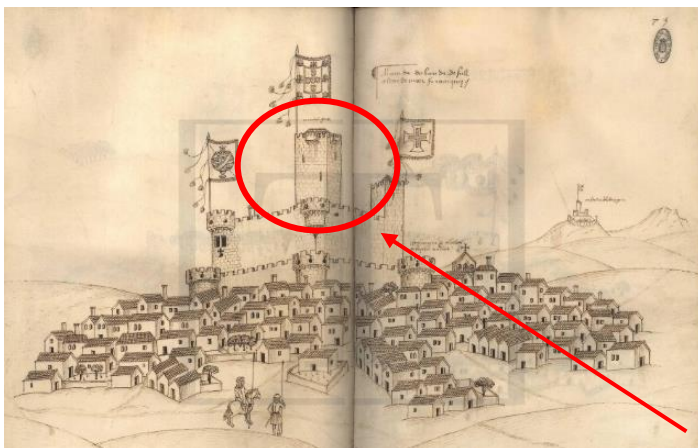


Figura 4. Almeida: a representação de Duarte de Armas. Sem escala.
Fontes: Duarte de Armas – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1509, fl73-74).

Destaque para a proeminência da torre medieval em contraponto ao perfil da fortificação abaluartada que ilustra a não percepção imediata das estruturas construídas quando observadas do exterior.

Envolveu, para além da reconfiguração de muitos aglomerados urbanos, a

³⁷ Para Cobos-Guerra (2009, p. 100) “o projeto de defesa da raia portuguesa é um prodígio de racionalidade e economia de meios (...). O primeiro aspeto inovador é o carácter transversal, ou de defesa em profundidade, com que é concebida a fortificação. O conjunto de acidentes geográficos, rios que não cedem passagem ou montanhas intransponíveis, convertiam a defesa da fronteira na defesa de um conjunto de passagens, normalmente repetindo o esquema de um forte avançado em território inimigo, uma cidade fortificada que fechava a passagem e uma defesa de retaguarda, normalmente um núcleo pequeno.”

simplificação na envolvente da fortificação pelas razões funcionais e de logística da guerra, designadamente a necessidade do alargamento do alcance da amplitude visual. Com a perspetiva a adquirir um papel tão importante como a planta a duas dimensões, na adaptação Moderna das fortificações a partir das cinturas medievais,³⁸ o desenho e a obra caracterizavam-se pela racionalidade no uso de materiais e continuidade morfológica entre interior e exterior, obedecendo aos princípios da tratadística que incidiam sobre a abordagem científica da dualidade defesa – ataque. Um novo olhar de forma global para a cidade atendia ao ideal estabelecido pela teoria, mas a prática de construção no terreno adotava o método mais racional possível, tendo em conta a topografia e análise do tecido urbano existente.

O desaparecimento dos arrabaldes e de muitas das portas das muralhas, cortou a ligação mais próxima dos habitantes com a envolvente. As cidades e vilas foram ficando mais isoladas do espaço rural através do desenho e apropriação de um território militar que tinha de estar liberto de qualquer construção – a marca de uma nova paisagem do poder.

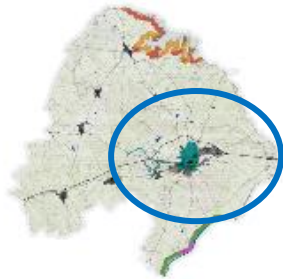
Elvas é um exemplo. Desde a ocupação árabe ao período quinhentista, a cidade consolidou o seu tecido urbano preenchendo todo o espaço delimitado pelas muralhas medievais. As fortificações seiscentistas iniciadas na Guerra da Restauração da Independência (1640-1668) reforçaram esse limite, concentrando o tecido urbano intramuros durante vários séculos. A extensão das obras exteriores (intervenção na fortificação abaluartada posteriores ao projeto inicial) aumentou a área militar e alterou a relação cidade-território.

Um vasto espaço livre envolvendo a fortificação, passou a ser o elemento de ligação e de rotura entre a cidade e o campo, entre a urbe e a sua envolvente. Para além do fosso seco e dos elementos exteriores, constituía um terreno limpo sem obstáculos definido em função da balística onde, se necessário, se derrubavam todas as árvores, muros ou quintas. Ainda que partilhando o mesmo espaço urbano, a separação da função civil da função militar, afirmando a forma de poder, estabelecia-se com a estrada de armas, a mais larga que envolvia a cidade fortaleza, de modo a que o exército pudesse aceder a todos os baluartes (Figura 5).

³⁸ Isto resultou em praças de polígonos o mais regulares possível. Envolveu o desenvolvimento e aplicação de conhecimentos da geometria, numa rigorosa programação em que o volume de terras retirado para a construção do fosso seria desejavelmente, de acordo com vários autores entre os quais Valla (2008), o que era utilizado na edificação dos baluartes.

Concelho de Elvas

Planta de Ordenamento do PDM de Elvas (sem escala)



Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas (sem escala)

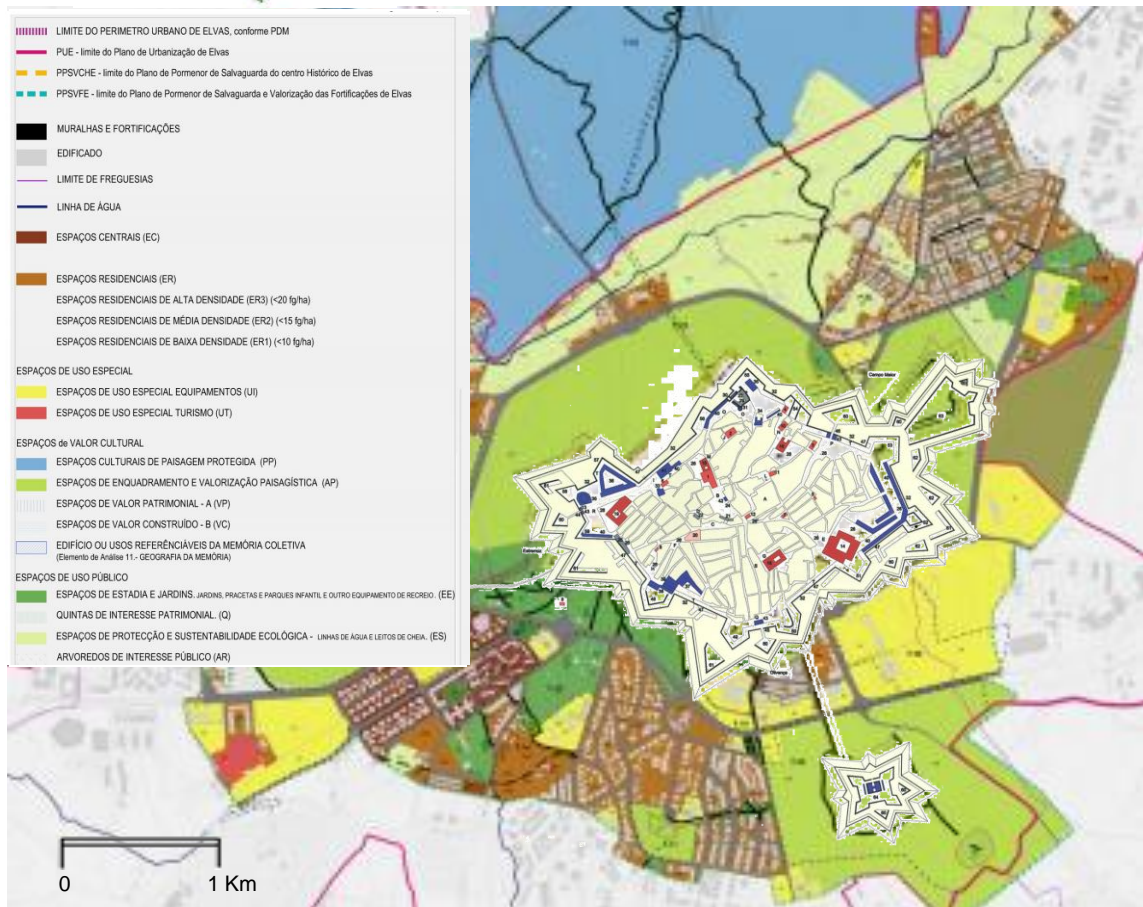


Figura 5. Elvas, a cidade no século XVIII (dentro do perímetro abaluartado a azul – construções militares) sobre extrato da Planta de Implantação do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas.

Fontes: Valla (2008), PDM Elvas (Aprovado pela Deliberação 279/2010, de 2 de outubro), Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas (aprovado pela Deliberação 5043/2016, de 18 de abril).

O facto de na Guerra da Restauração da Independência (1640-1668), a estratégia de defesa portuguesa necessitar da participação direta da população, fez com que as cidades fronteiriças se revitalizassem tornando-se núcleos urbanos com o papel de praças fortes principais em posições estratégicas de passagem direta da fronteira, em particular as situadas nas naturais linhas de penetração terrestre no País – a Beira (Almeida) e Alto Alentejo (Elvas). “Nas “novas” cidades fortificadas portuguesas o

problema era colmatar com novo casario o espaço existente entre as muralhas medievais e as muito ampliadas muralhas modernas. Dava-se, além disso, o paradoxo de a estratégia defensiva portuguesa necessitar da participação direta da população (...). Poderia pensar-se que as novas cidades fronteiriças se conceberam como uma espécie de repovoamento ou de reordenamento da população de fronteira, com a intenção de dispor de núcleos urbanos fortes que servissem de tampão fronteiriço.” (Cobos-Guerra, 2009, pp. 101-102).

A opção de o sistema urbano constituir a base do sistema defensivo aliou a história política à história militar e ao urbanismo, transformando os tecidos urbanos em espaços privilegiados de exercício do poder e no pano de fundo de leitura das cidades ou vilas para a cartografia dos engenheiros militares. De acordo com Carita (2009, p. 78) no âmbito das *“obras do vasto império português, a distribuição de (...) diretivas e plantas por todos os engenheiros militares, recebendo depois as várias propostas e respondendo com as suas correções (...) nos meados e finais do século XVI, (...) pode dizer-se que pela primeira vez na história internacional, foi possível divulgar diretivas arquitetónicas e urbanísticas quase à escala universal.”* Pimentel (2009, p. 29, 48) exemplifica com Almeida, *“onde se projetam — com a implantação dos edifícios exigidos pela logística militar — os caminhos do urbanismo que (...) seriam a um tempo expoentes e balizas, entre a projeção ex novo e o pragmatismo imposto pela necessidade de conservação de antigas estruturas. Da cumplicidade do conjunto militar e urbano, nasce uma das peças mais notáveis e melhor preservadas do património nacional”*.

Apesar de muito mais pequenas, as povoações portuguesas foram dotadas de fortificações maiores em extensão e complexidade, associadas à necessidade de instalação de edifícios militares (como hospitais, intendências, trens de artilharia, quartéis ou casernas), do que as realizadas nas cidades espanholas. Refere Cobos-Guerra (2009, p. 100) que, *“para Portugal, a raia devia ser fortificada para resistir ao ataque daquela que, à época, era a primeira potência militar do mundo. (...) A defesa da fronteira recaía sobre o conjunto da população, e o sistema defensivo baseava-se em cidades fortificadas que aproveitavam núcleos pré-existentes e em novas defesas, normalmente muito mais extensas que as medievais, obrigando a grandes fenómenos de transformação e de crescimento urbanos.”*

A contenção dos aglomerados com os arrabaldes integrando a área fortificada, conduziu, no período da Guerra da Restauração da Independência só terminada em 1668, à destruição do anterior padrão da policultura, das culturas arbustivas, da agricultura extensiva até à charneca e à mata.

Perante a pacificação, tal como havia acontecido com a preparação e duração na guerra, a paisagem da Raia apresentaria uma diferente materialidade. Manteve como denominador comum o seu caráter de espaço rural estruturado, desde sempre, por uma fraca densidade populacional, pontuado pela agricultura e com uma cobertura predominante da charneca.³⁹

O caráter de paisagem do poder identifica, assim, e distingue a Raia seca da fronteira Leste de Portugal entre o Alentejo e a Beira, definindo um padrão próprio conferido pela presença e inter-articulação de estruturas defensivas e pela combinação resultante do seu conjunto. Segundo Pimentel (2009, p. 24) *“A despeito da atenção paralelamente prestada ao reforço da barra do Tejo — defendendo a capital — e, em geral, da orla marítima, o grande investimento defensivo concentrar-se-á então em atalhar as grandes vias de invasão terrestre (...): (...) o vale do Mondego, defendido por Almeida e que (...) abria o acesso à capital (...) num quadro onde o Alentejo (com Elvas) ocupará o papel central, a um tempo pelo acesso fácil que franqueia a Lisboa e por ser território fundiário da Casa de Bragança.”* Complementa Flores (2009, p. 68) que *“o Alentejo foi um território onde a Fortificação Abaluartada teve um enorme desenvolvimento, pois a configuração do terreno tornava mais fácil o avanço espanhol por aí, do que pela zona norte, fosse pelo Minho e Trás-os-Montes, fosse por grande parte das Beiras.”*

Face ao restante sistema defensivo nacional, o caráter coerente enquanto sistema coeso entre Monsaraz e Castelo Rodrigo, diferencia-a do resto do País, revelando uma herança cultural e espacial própria relativa à interação de elementos físicos, biológicos e antrópicos de um conjunto contínuo e ainda perceptível.

Cobos-Guerra (2009, p. 94) atribui *“às estruturas fortificadas da fronteira a geração de uma marca cultural independentemente da degradação ou do desaparecimento de algum dos elementos e relações territoriais e espaciais de todas as partes”*.⁴⁰ Esta marca da paisagem da fronteira vai ao encontro do que definiu Ribeiro Telles (2016, p. 94), como *“um alicerce de identidade nacional e um elo de ligação do*

³⁹ “A par dos regimes políticos, de conflitos e de guerras, são fatores importantes na génese e na evolução das paisagens agrícolas e rurais, as políticas que intervêm nas lógicas de localização e dos sistemas de produção de bens agrícolas.” (Cavaco, 2005. p. 87).

⁴⁰ “A fortificação, e especificamente a fortificação moderna, é o fenómeno arquitetónico que maiores possibilidades terá de entender-se como sistema. Uma fortaleza, somente por si mesma, não tem realmente sentido dentro da estratégia que lhe deu origem e que a torna compreensível no território. Para além disso, a caracterização como sistema permite entender o valor de cada uma das suas peças (independentemente de cada uma delas, por si só, poder não ser excecional), como componentes indispensáveis para a excecionalidade do conjunto. Quer dizer, o valor do conjunto é maior do que a soma do valor de cada uma das suas partes. O sistema integra-se também nas relações territoriais e espaciais de cada uma das partes, com a coerência do funcionamento conjunto, com a marca cultural gerada pela implantação do sistema, independentemente mesmo da degradação ou do desaparecimento de algum dos elementos constituintes.” (Cobos-Guerra, 2009, p. 91-92).

passado com o futuro, (...) que tão bem integra os aglomerados urbanos isolados no espaço rural, constituindo uma herança cultural.”

Existem várias paisagens com conjuntos fortificados, mas na Raia seca da fronteira Leste de Portugal entre o Alentejo e a Beira, é a coerência e resiliência do conjunto que lhe confere o seu caráter de paisagem do poder. Ao longo do tempo, os vários elementos sobrepuseram-se revelando a capacidade de se adaptarem, perpetuando-se na memória da paisagem.

As paisagens do poder da fronteira, construídas pela defesa territorial, são importantes testemunhos de uma intervenção humana coletiva de que Mattoso (1985, pp. 32-33) destaca *“as vilas ou pequenas cidades com um papel de animação local, cuja localização se explica por razões económicas de abastecimento ou de trocas, num âmbito espacial reduzido, baseadas nos contrastes naturais que marcam os seus arredores. Outros centros urbanos foram instalados em sítios de valor estratégico, no cimo de montes escarpados, mas desprovidos de quaisquer recursos locais. Apesar de protegidos pelo poder central como pontos de defesa fronteira, tiveram grande dificuldade em manter-se.”*

Os aglomerados urbanos amuralhados, símbolos das paisagens do poder, mantêm como denominador comum a afirmação da sua presença enquanto significado cultural. Anulou-se a função ativa da defesa territorial, mas mantêm-se o seu caráter de paisagem militar.

Deverá, assim, ser entendida como paisagem de poder que resulta de uma intervenção organizada em função da defesa territorial. Pela sua localização e integração no suporte biofísico, está interdependente um conjunto diversificado de componentes naturais e edificadas que se articulam de forma sistémica, o que distingue o conjunto das fortificações da Raia de outras instalações individuais e características quanto à sua relação com o meio em que se inserem (como quartéis e bases ou áreas militarizadas).

Ao terminar este capítulo da Paisagem do Poder, a que se segue o caso estudo que sustenta o tema desta tese *“A Paisagem Como Centro De Decisão – Reflexão sobre a Relação Ecologia e Cultura na Paisagem de Defesa da Raia Seca da Fronteira Leste de Portugal”*, subscrevemos o entendimento de Mattoso (2019) ao introduzir a *Escrita da História*: *“Para mim a História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente. Ao descobrir a relação entre o ontem e o hoje, creio poder decifrar a ordem possível do mundo, imaginária, porventura, mas indispensável à minha própria sobrevivência, para não me diluir a mim mesmo no caos de um mundo fenomenal, sem referências nem sentido.”*

Compreender a paisagem é, também conseqüentemente, interpretar os registos históricos que integram a cultura dos lugares na relação entre passado e presente da ação humana com o suporte natural.

(página deixada deliberadamente em branco)

PARTE II – O caso de estudo

(página deixada deliberadamente em branco)

Capítulo 4. A Raia seca da fronteira Leste de Portugal

No contexto do tema desta tese “*A Paisagem Como Centro De Decisão*”, da abordagem aos elementos estruturantes da paisagem e da compreensão da paisagem do poder, analisou-se a paisagem de defesa da Raia seca da fronteira Leste de Portugal, pelo carácter diferenciado entre o Alentejo e a Beira conferido pela coerência e resiliência do conjunto das estruturas fortificadas.

Começou-se pela procura do significado do conceito de Raia.

A Raia, para a qual se tenderia a tentar encontrar um limite, é uma realidade que se assemelha mais ao primitivo conceito de “*fronteira ou marca*” de Fernandes *et al.* (2009, p. 171) do que à sua delimitação linear, isto é, tem a expressão espacial da área resultante da interação de forma integrada de elementos físicos, biológicos e antrópicos.

As suas paisagens espelham as diferentes vivências de revitalização ou abandono, persistindo nessas transformações um padrão resiliente e característico – o povoamento em relevos de colinas, numa matriz territorial de centros urbanos de pequena dimensão,⁴¹ anteriormente com funções de defesa e ainda com funções administrativas.

A herança cultural e espacial do sítio que configuram, reflexo de quando e porquê estes conjuntos construíram a paisagem, irá constituir o foco de análise sob a perspetiva da sua conceção abrangente como espaço da vida humana – uma criação cultural, em que, de acordo com Serrão (2015, p. 24), “*o homem modela as paisagens e as paisagens modelam o homem*”, numa fusão de “*viver de e viver com*”.

Ainda para Serrão (2015, pp. 26-27), que atribui a recondução da ideia de paisagem à ideia de natureza como característica da abordagem da filosofia, “*o ambiente ou a bio-ecossistema, com todas as suas partes é global, ignora as fronteiras e afeta igualmente todos os lugares – uma paisagem, inversamente, é sempre local e insubstituível.*”

Concorda-se, assim, e adota-se a noção de que se trata de uma “*categoria sintética entre natureza e cultura.*” (Serrão, 2015, p.17).

Pretendeu-se, deste modo, compreender a Raia enquanto zona de fronteira, na sua condição de alteridade constante, que reflete os momentos singulares resultantes das diferentes vivências dos locais que ora se revitalizaram, ora se degradaram ou abandonaram.

⁴¹ Dos dezassete aglomerados urbanos que serão analisados entre o Alentejo e a Beira, em 2011 (data do último censo populacional disponível com dados definitivos) oito têm entre 60 e 500 habitantes, 6 têm de 501 a 1600 habitantes, 2 têm entre 1601 e 7500 habitantes e só a cidade de Elvas ultrapassa o limiar de 15 000 habitantes, registando naquela data 18 000 habitantes.

Como, quando e porquê surgem estes conjuntos que construíram e transformaram a paisagem, explica a herança cultural e espacial dos sítios que configuram.

Para a identificação dos vários tipos de elementos estruturantes da expressão territorial da Raia em Portugal Continental importa, desde logo, observar a configuração do território, virado ao Atlântico, em que o relevo estrutura duas realidades bem vincadas, com a dominância de terras montanhosas acima do Rio Tejo e a das peneplanícies a sul.

O seu enquadramento biofísico aproxima-a ao troço final do prolongamento das grandes regiões morfológicas ibéricas, num relevo diversificado que determina situações ecológicas diferenciadas relacionadas com a altitude, a estruturação das bacias hidrográficas e a distribuição da vegetação.

De acordo com Mattoso (1985, p. 27), *“a maioria das unidades de relevo é atravessada como que ao acaso, pela fronteira, e prolonga-se para além dela. A maior parte da raia, «seca» ou fluvial, divide paisagens pouco acidentadas e semelhantes de ambos os seus lados. Quanto ao clima, os lugares onde se verifica uma mutação nítida, devido à presença de barreiras montanhosas, não coincidem nunca com a fronteira. Por isso, a maior parte dos autores concluíram que Portugal não se distingue do resto da Península Ibérica por nenhum elemento diferenciador de carácter natural.”*

Associado ao que viria a ser o conceito de fronteira, que se materializaria com a evolução da ocupação humana, a Raia reflete, com particular acuidade, a organização de padrões do uso do solo e do sistema de povoamento, condicionados pelas formas de relevo, a estrutura morfológica e pela litologia. As condições naturais aí presentes representaram de uma forma geral, desde sempre, um esforço humano com exigências acrescidas para a produção agrícola regular e obtenção de rendimentos semelhantes a outros territórios mais ricos em recursos ou em localizações geográficas privilegiadas. A capacidade produtiva associada à natureza dos solos, como garantia da subsistência alimentar, e a disponibilidade de água, foram os fatores preponderantes na possibilidade de evolução dos assentamentos humanos, que polarizaram a organização territorial com base na atividade agrícola e na dinâmica da economia rural.

O encontro de várias culturas configurou matrizes civilizacionais que são uma síntese plural da expressão dos diversos povos e da sua história, gerando não só os fluxos económicos e de sociabilidades inerentes à função de produção, mas outras centralidades, fruto de opções políticas relativas ao povoamento.

Esses fluxos moldaram-se progressiva e sucessivamente ao cruzamento das condições ecológicas, em que para além da condição orográfica entre o norte e o sul de Portugal Continental, se estabelece um gradiente diferenciado de influência do litoral.

A precipitação decresce de norte para sul, no sentido em que aumenta a temperatura, tendo Ribeiro (1986, p.46) caracterizado a sua repartição ao sul do maciço montanhoso da Serra da Estrela, como “*concentrada no fim do outono e começo do inverno, com um máximo no princípio da primavera e um período de carência estival perfeitamente marcado*”.

A cobertura vegetal exprime as características orográficas e climatéricas – a sul do Tejo e na Beira Baixa com influências mediterrânicas e bosques esclerófilos de azinheiras, aparecendo em situações mais frescas o sobreiro, na origem do sistema de montado e em situações marcadamente diferenciadas em altitude, o castanheiro e o carvalho negral. Esta cobertura vegetal reflete igualmente os limites meridionais ou setentrionais da flora atlântica e mediterrânica e uma forte e padronizada diversidade regional da paisagem, acentuada pela influência do litoral e do entrecruzamento desta influência atlântica com a mediterrânica.

A cordilheira central, grande fronteira natural interna do território, desencadeou, por sua vez, nos eixos norte-sul e este-oeste uma combinatória de movimentos ao longo dos tempos, geradora de situações diferenciadoras. No sentido norte-sul alinharam-se estratégias político-militares, movimentos de pessoas e mercadorias ou transumância de gados. A própria formação da nacionalidade representou duas realidades distintas – a constituição de uma fronteira terrestre norte, com o reino da Galiza, e a que viria a constituir uma outra matriz identitária, política e estratégica resultante da área de contacto com o Al-Andalus, enquanto génese da fronteira Leste – a Raia.

Para a consolidação da identidade interna, também ela diferenciada, a interdependência destes dois modelos exigia um forte controle territorial. De acordo com Mattoso (1985, p. 35), “*o fator político foi sem dúvida o mais determinante da identidade nacional, derivando o nome do próprio País de um centro administrativo e não de um povo.*”

Na fronteira Leste, o avanço cristão concretizou-se mais lentamente que ao longo da fachada Atlântica e as estruturas fortificadas asseguraram, a cada momento, a estabilidade necessária à fixação das comunidades.⁴² A “*sociedade de fronteira – ou marca*” (Fernandes *et al.* 2009, p. 171) acompanhou a formação da nacionalidade

⁴² Fatores físicos, como o relevo, a altitude e a natureza pedológica do solo, mas igualmente “a facilidade ou dificuldade da circulação humana, da exploração da terra e o rendimento do trabalho agrícola tomados em conjunto, determinam o grau de atração ou de repulsão que a terra exerceu sobre as comunidades humanas.” (Mattoso, 1985, p. 28).

associada a um modelo fluído de influência sobretudo da escala local urbana, na génese da permeabilidade territorial e do código social e cultural do que se designa como Raia. Este termo ibérico com um sentido territorial específico, encerra, assim, a contradição do conceito de fronteira entre suportes biofísicos idênticos e entre cruzamentos culturais que representam unidade e não divisão, em particular quando não estão presentes obstáculos físicos como cordilheiras ou o traçado dos grandes rios ibéricos como o Minho, o Douro, o Tejo ou o Guadiana.

Para Mattoso (1985, p. 17), *“a noção de fronteira era uma realidade humana, mutável, imprecisa; normalmente uma zona de combate ou uma área deserta. Tornou-se então complementar da noção de «território», como suporte físico da diferença para com aqueles que habitavam para além das respetivas fronteiras.”*

A Raia entre Portugal e Espanha, com 1319 Km correspondentes à fronteira terrestre (INE, 2019), constitui-se aproximadamente com 50% de extensão face à fronteira marítima, cruzando as três grandes bacias hidrográficas de maior representação no território português (Douro, Tejo e Guadiana).

O conjunto dos relevos de colinas que se prolongam por Espanha, entre o Rio Douro e o Rio Guadiana, respetivamente entre os seus cursos este-oeste e norte-sul, quando inicia a entrada no território português, evidenciou-se como preferencial para os assentamentos humanos e respetiva defesa. Enquadram-se nos eixos estruturantes organizadores do suporte biofísico em que obstáculos como a Serra da Estrela e os vales dos rios que correm em território nacional, configuram áreas de relevos aplanados facilitadores da passagem de sul para norte e de este para oeste, em direção ao litoral Atlântico.

Esta continuidade morfológica e climática entre a Beira e o Alentejo conferem-lhe idêntica cobertura vegetal e padrões de uso do solo, que ditou igualmente o desenvolvimento da atividade transumante. Representativa da adaptação às condições naturais na intervenção humana destinada à criação de gado, a transumância construiu ao longo do tempo, e em vastas áreas da Península Ibérica, uma marca cultural. *“A transumância de gados, e toda a subcultura associada, é uma forma de vida estreitamente ligada à bacia mediterrânica, onde se reúnem condições fisiográficas e climáticas que potenciam esta dinâmica agro-pastoril de aproveitamento complementar dos recursos naturais disponíveis”* (Ferreira et al., 2006, p. 305). Geradora de uma extensa rede de caminhos sem fronteiras – as canadas⁴³ que *“(…) constituem um ícone do património pastoril (...)”* (Ferreira et al., 2006, p. 310), promoveram contactos

⁴³ *“Por onde os gados transumantes podiam passar livremente, com identificação obrigatória pelos oficiais das câmaras”* (Ferreira et al., 2006, p. 309).

económicos, sociais e culturais. A transumância desenhou as paisagens vernaculares associadas às rotas da lã, cujas vivências se entrecruzam com o conceito de Raia.

A Reconquista cristã percorreu essas rotas e caminhos com traçados de carácter histórico, num quadro de disputa pela conquista territorial, em que a população se concentrava sobretudo a norte, até às margens do Rio Mondego, sendo raras povoações a sul entre as grandes áreas de charneca. É nessa circunstância que foram atribuídas às ordens militares, aos mosteiros e aos particulares vastos terrenos incultos, o que viria a marcar a organização territorial do País e da Raia. Os processos delimitadores das unidades resultantes foram diferenciados e estabelecidos por linhas ou zonas, por vezes usando limites naturais que separavam, mas não anulavam a unidade entre as duas metades divididas. São disso exemplo o Rio Minho e o Rio Guadiana.⁴⁴

A conjugação recíproca da formação do País e da respetiva identidade, num contexto de definição territorial, correspondeu a uma necessidade de clarificação e afirmação do poder. Para Mattoso (1985, p. 34), “*a desigual capacidade de recursos naturais, com a conseqüente diferenciação demográfica, criou desequilíbrios espaciais que determinaram uma também desigual distribuição de poder, constituindo-se este, no entanto, o poderoso vínculo que contribuiu para a subsistência de Portugal.*”

As posições fronteiriças em particular, careciam de uma matriz estável de povoamento associada à dinamização de redes de circulação de pessoas, bens e movimentos como o da transumância. A perspetiva do exercício do poder sobre essa localização periférica, num modelo de governação centralizado, foi-se consolidando na franja de contacto com o Al-Andalus, cerca de duzentos anos mais cedo em Portugal do que em Castela, respetivamente 1249 e 1492.⁴⁵

Representava esta franja um verdadeiro confronto da realidade civilizacional da Idade Média, sobretudo Ibérica, entre a cristandade ocidental e o Islão. A dicotomia não tinha, naturalmente, uma transposição direta para a realidade mantendo-se a vários níveis contactos e relações entre mouros e cristãos, tal como eram também bastante fluídas as fronteiras, de que a Raia é representativa. É a evidência de que “*as áreas culturais não coincidem com os Estados, e que se organizam segundo uma hierarquia e por meio de afinidades que pouco têm que ver com as fronteiras políticas.*” (Mattoso, 1985, p. 6).

⁴⁴ Entre o tratado de Badajoz e o de Alcanizes, de 1267 a 1297, o Rio Guadiana constituiu a fronteira desde o Caia até Aiamonte.

⁴⁵ Datas da conquista da cidade de Faro e incorporação do Algarve no reino de Portugal e da tomada de Granada pelos Reis Católicos.

Enquanto a fronteira Norte do Rio Minho, entre Portugal e o reino da Galiza, consolidou uma separação política, na Raia terrestre da Beira e do Alentejo – a zona de contacto com o Al-Andalus – desenvolveu-se uma cultura de fronteira. Fundada na economia monetarizada, estava associada às estruturas urbanas como forma dominante de organização social, arquétipo que teve continuidade no estabelecimento dos modelos de poder e demarcação territorial, que se sobrepuseram e coexistiram nas várias escalas e dimensões. Associam-se ao “*espaço urbanizado encostado à fronteira castelhana, cuja rede se havia mantido sem grandes alterações desde a época romana, graças à sua ligação com as antigas capitais da Bética e da Andaluzia.*” (Mattoso, 1985, p. 32).

Apesar de o autor considerar que essa dinâmica “*ficou paralisada depois de inserido no território português*” (*idem*), no começo da nacionalidade e da afirmação do espaço político, a fixação de população foi desde logo reconhecida como condição fundamental de um sistema defensivo. Entre finais do século XI e finais do século XIII, a fronteira consolidou-se com um protagonismo ao mesmo tempo integrador na nacionalidade e separador de um suporte biofísico idêntico, acompanhado da militarização da sociedade e da prevalência da economia guerreira. A sua influência iria ser fundamental na transição de modelo de apropriação social do território, definindo um espaço hierarquizado assente em pontos fortes, que mais do que a definição de limites, sustentaram funcionalidades para o amadurecimento do que veio a ser a fronteira linear. Separando um espaço político alheio a uma individualidade geográfica, a fronteira evidenciava ainda uma mobilidade significativa.⁴⁶

Após o Tratado de Alcanizes de 1297, que estabeleceu a fronteira com maior estabilidade e mais antiga da Europa, a incorporação de novas áreas determinou a necessidade de reorganização da defesa e também do povoamento. Apesar da separação operada, a Raia continuou a materializar a afinidade de uma continuidade biofísica e permeabilidade territorial, associada a um código social e cultural resultante de entrecruzamento de parentescos, propriedades, atividades agrícolas ou pastos.

Analisando, de forma global, as características da fronteira terrestre portuguesa, tendo em conta a marítima a sul e a oeste, articuladas com a densidade e carácter da rede urbana fortificada da Raia, verifica-se (Figura 6):

⁴⁶ Destaca-se a ocorrida de 1147 a 1168, em que a fronteira portuguesa penetrou como um enorme triângulo no interior do atual território espanhol nas áreas de Valência de Alcântara ou, já após o Tratado de Alcanizes (1297), o território cedido a Portugal pelo Tratado de Ponte de Mouro (1386) que poderá constituir uma aproximação, com alguma consistência, à tradução espacial do conceito de Raia.

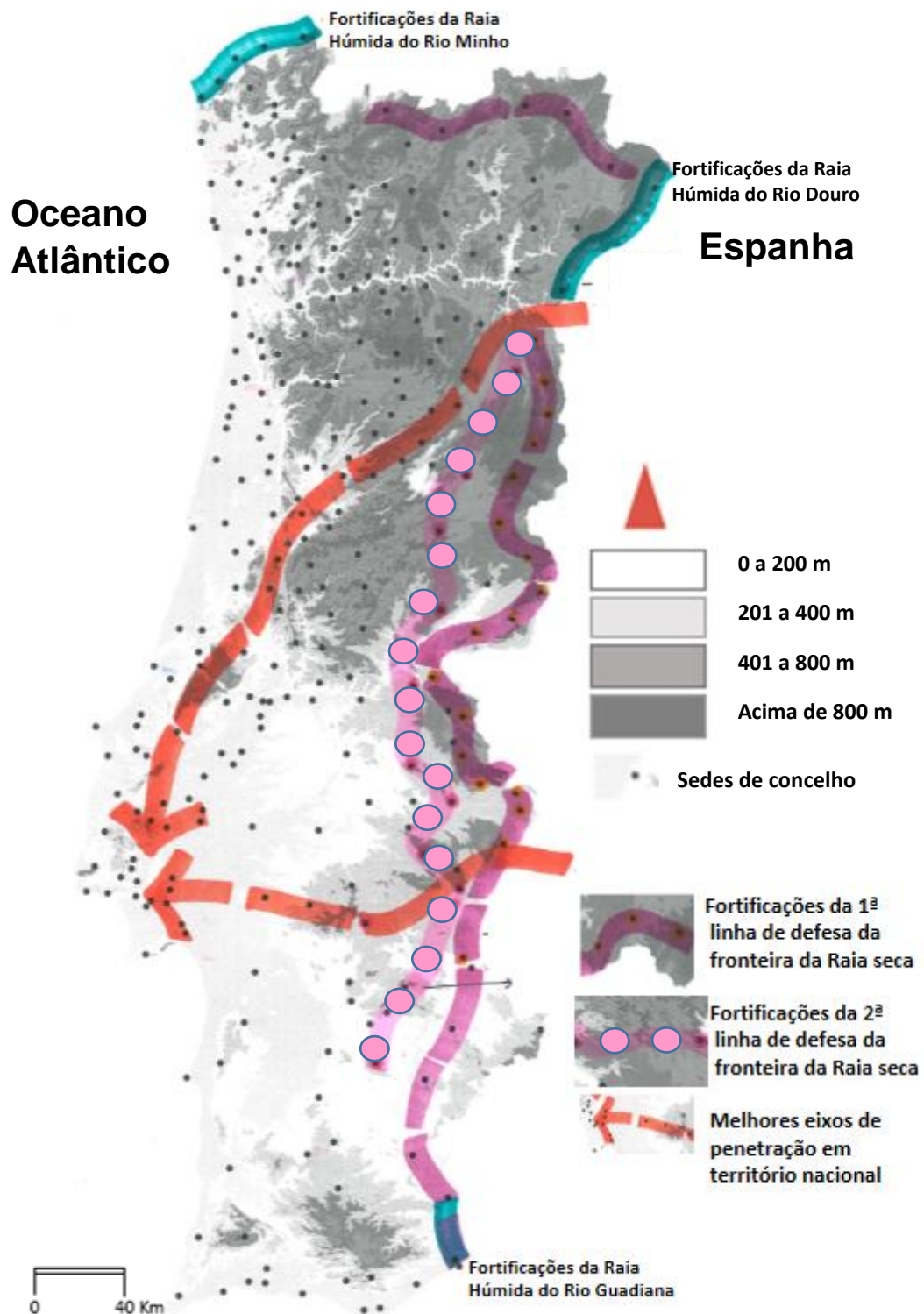


Figura 6. Esquema da Raia húmida e da Raia seca, 1.ª e 2.ª linhas de fortificação e melhores eixos de penetração em território nacional.

Cartograma da autora com base de informação sobre as fortificações de Sousa Lobo *in* (CME (2008, p. 27).

– A norte, na parte mais setentrional do País, é o Rio Minho representando cerca de um quarto da totalidade daquela fronteira;

– Entre o Rio Minho e o Rio Douro o relevo é menos propício à transposição da fronteira terrestre para o território nacional e fica a uma distância significativa da capital estabelecida em Lisboa no século XIII, substituindo Coimbra.

– A leste, o troço sul do Rio Guadiana constitui o limite entre Portugal e Espanha, ainda navegável até Mértola. Já no seu percurso final até à foz no oceano Atlântico integra o sistema defensivo litoral, que constitui uma realidade diferenciadora relativa aos dois restantes troços – o médio em que corre em território nacional entre aproximadamente Mértola e Monsaraz e o troço mais a montante em que volta a constituir a fronteira de entre Monsaraz e Mourão até Elvas.

– Ainda a leste, entre Elvas e Castelo Rodrigo, com exceção do percurso do Tejo internacional, são os vales de cursos de água subsidiários dos maiores rios ou as suas linhas divisórias de relevo, que marcam este grande troço da fronteira, numa combinação de raia húmida e raia seca.

São estes últimos grupos – o troço mais a montante do Rio Guadiana em que volta a constituir a fronteira entre Monsaraz e Mourão até Elvas e o troço fronteiro a leste, entre Elvas e Castelo Rodrigo – que se elegeram como área a considerar como a que melhor representa a Raia. Integram as duas grandes portas terrestres de entrada no País devido às características geomorfológicas e à menor distância à capital. A isto não será alheio o facto de coincidir com as áreas em que a fronteira mais vezes e de forma mais significativa avançou e recuou, transitando o território e a população de uma soberania para outra.

A estruturação territorial que concretizou a realidade zonal da Raia e não o traçado de uma linha separadora nos relevos de colinas com melhor posicionamento estratégico, consolidou-se com as estruturas fortificadas que constituíram a defesa do território que viria a ser Portugal, cujo protagonismo e destino foi sendo fortemente influenciado por diversos cenários de guerras, entre as quais a Guerra da Restauração, a Guerra da Sucessão de Espanha ou a Guerra Peninsular. Todas estão associadas à questão da demarcação territorial e da sua defesa e a Raia assume, assim, um papel fundamental como frente avançada da afirmação da soberania. A identidade nacional, associada àquela soberania, resulta segundo Mattoso (1985, pp. 25-26) de um *“processo histórico que passou por um longo caminho, através do qual se vai formando a consciência de pertença ao coletivo nacional. O processo tem um ponto de partida meramente político: a apropriação do poder por um chefe com uma autoridade própria sobre um conjunto de homens; tem um ponto de chegada que já não se pode classificar*

como meramente político, mas que se situa no domínio dos fenómenos da sociologia ou da psicologia social.” Considera o autor acabado de citar (Idem, p. 15) que as fronteiras que se definiram na Idade Média, e a conseqüente rede de fortificações junto à fronteira terrestre, são provavelmente “*as que maior influência exercem sobre a consolidação da consciência da identidade nacional, numa evidente e íntima relação com o poder político*”, dado o carácter também político dos fatores mais decisivos para a formação da identidade nacional.

Poder-se-á concluir que a Raia para a qual se tenderia a tentar encontrar um limite, é afinal uma realidade resultante da interação conjugadas de elementos físicos, biológicos e antrópicos. As suas paisagens espelham as diferentes vivências de revitalização ou abandono, persistindo nessas transformações um padrão resiliente e característico.

Entendida deste modo como sistema complexo, a paisagem de defesa da Raia seca da fronteira Leste de Portugal irá constituir o material de ensaio para o objetivo principal de recentrar o tema da necessidade da estreita relação entre ecologia e cultura no âmbito dos processos de ordenamento do território. Desde logo, a própria matriz da defesa da Raia seca é uma marca antrópica de sucessivas geometrias, que se foi consolidando a partir da génese nos núcleos habitacionais. Com localização e padrão urbanístico particulares, até à sua constituição em rede, as estruturas defensivas, enquanto referencial programático foram determinantes para a evolução dos centros urbanos, entrelaçando-se com a organização hierarquizada de um sistema que garantia a estabilização das fronteiras, de onde advém parte da identidade comum aos núcleos fortificados da Raia. (Figura 7).

Mas a união desses pontos estruturantes não autonomizaria só por si uma hipotética linha de fronteira. A plasticidade associada à descontinuidade, bem como alguma conseqüente desconexão, não se materializava ainda como linha, apresentando até os diversos limites diferentes graus de definição e importância política de acordo com a sua relevância estratégica. Foram, assim, necessárias medidas políticas que permitiram e fomentaram a permanência da população no território. Entre outras, as cartas de foral revelaram-se imprescindíveis à organização das comunidades locais.

Também o estabelecimento dos coutos de homiziados que se localizaram sobretudo na Raia, concretizaram uma política de reintegração social de condenados na vida dos concelhos, contribuindo para os objetivos de defesa na guerra ou a sua prevenção na paz, com a revitalização da força demográfica, produtiva e militar.

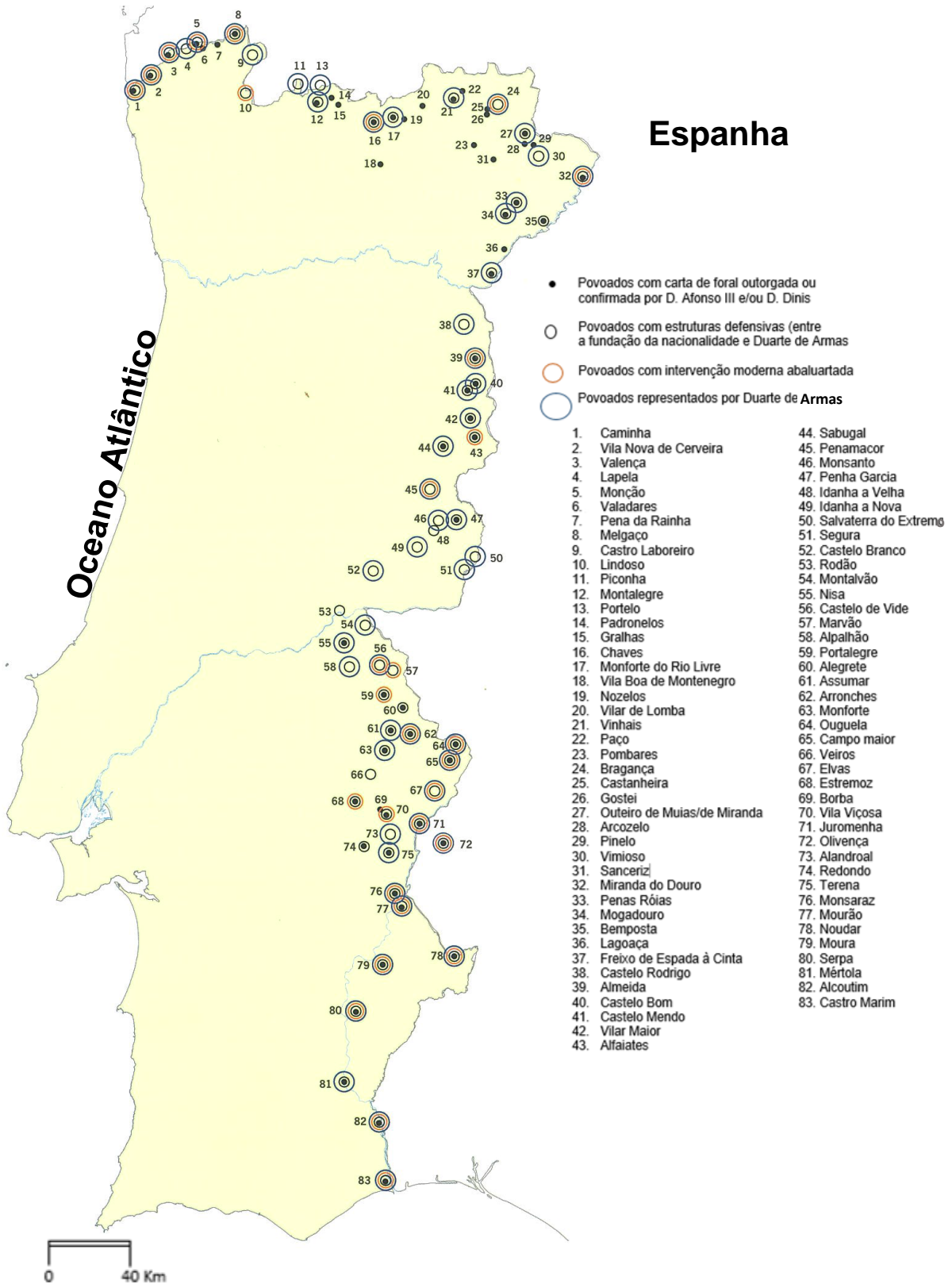


Figura 7. Distribuição dos principais castelos e fortalezas (séculos XIV-XV) da Raia
 Fonte: Rossa *et al.* (2008) in CME (2008, p. 7).

A definição das fronteiras não foi, portanto, apenas militar, tendo como denominador comum medidas políticas com carácter de instrumento de poder. Essas medidas geraram importantes transformações que contribuíram para a construção da paisagem da Raia, de que se identificam os marcos estruturantes no próximo capítulo.

É esta a abordagem ao caso de estudo que se apresenta, refletindo como os elementos estruturantes da paisagem, resultantes das transformações, memória e significados que as comunidades lhes foram atribuindo, podem integrar o contínuo cultural no âmbito dos processos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial.

(página deixada deliberadamente em branco)

Capítulo 5. As transformações estruturais que contribuíram para a construção da paisagem da Raia

Concluiu-se no capítulo anterior que a Raia, para a qual se tenderia a tentar encontrar um limite, espelha uma realidade espacial resultante da interação de elementos físicos, biológicos e antrópicos de forma integrada.

No presente capítulo refletir-se-á sobre as transformações estruturais que contribuíram para a construção da paisagem da Raia, identificando-se os principais marcos. A paisagem só é, de facto, totalmente compreensível através da interpretação dos acontecimentos e circunstâncias da ação humana que a construíram e foram modelando, pelo que a análise da dimensão histórica é essencial.

Na perspetiva do caso de estudo que se apresenta, as memórias das funções de defesa que integram a cultura dos lugares, constituem componentes a considerar enquanto elementos estruturantes da paisagem no âmbito dos processos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial.

Como atrás se concluiu, na Raia a consolidação do território nacional é uma dimensão histórica de referência. Foi uma apropriação do espaço de outras culturas que provocou mudanças nos usos, na estrutura e na conceção da paisagem enquanto relação do ser humano com a natureza. Uma nova realidade determinou no tempo e no espaço transformações que, ainda que continuadoras das dinâmicas sociais, traçaram em grandes linhas os elementos estruturais da matriz que marcaram, em definitivo, a construção da paisagem. Refere Mattoso (1985, pp. 39-40) que *“Portugal teve origem numa realidade político-administrativa, começando por ser uma formação de tipo estatal. Agregando a si uma série de áreas territoriais com poucos vínculos entre si, com acentuadas diferenças culturais e com condições de vida muito distintas, o que fez a sua unidade foi a continuidade de um poder político que dominou o conjunto de uma maneira firme e fortemente centralizada.”*

Interagindo sucessivamente com o suporte biofísico, a ocupação humana de várias origens não excluiu mutuamente os respetivos modelos e padrões que se lhes associaram, criando, sim, na linha do tempo dinâmicas de adaptação contínua. Permaneceram nessa mudança progressiva as características da paisagem que definem a sua estrutura fundamental.

Uma importante e significativa mudança, foi o início do armazenamento alimentar, que simbolizou a capacidade de resposta à transição da vida nómada, associada ao pastoreio, para a sedentária e com ela o aumento da população e a necessidade de uma nova organização. A relação com os sistemas naturais transformou

então lentamente as vivências comunitárias, fruto da associação de atividades como a caça, a pesca, a recolha, à pastorícia e à agricultura.

Mas aquela grande mudança significou, essencialmente, uma lenta e progressiva transição para a aglomeração urbana, a economia e a lei. A fixação do ser humano é a base da paisagem que hoje conhecemos e que corresponde a uma transformação permanente dos sistemas naturais, em função das suas necessidades ao longo dos diferentes períodos da história.

A paisagem rural mediterrânica é fortemente estruturada pela herança da presença romana na Península Ibérica, de que a Raia seca da fronteira Leste também é exemplo. Desde sempre indissociavelmente ligada à topografia, funda-se na particularidade de o ritmo climático resultar da oposição entre as temperaturas e a precipitação (o mínimo de disponibilidade de água coincide com o período de maiores necessidades e de máxima evaporação). *“A precipitação decresce no mesmo sentido em que a temperatura aumenta: para sul e para leste. Caracteristicamente mediterrânica é a repartição das chuvas durante o ano, concentradas no fim do Outono e começo do Inverno, com um máximo secundário em março, e um período de carência estival perfeitamente marcado.”* (Ribeiro, 1986, p. 46). Isto explica nesta paisagem a importância do papel da água no *habitat* urbano e no espaço rural.

*Ager, Saltus, Sylvae*⁴⁷ definiram a primeira leitura da paisagem mediterrânica no seu conjunto. A sua fenomenologia diversificada tem origem na adaptação climática da vegetação baseada num forte enraizamento no solo e na sua biodiversidade. As formas da vegetação natural apresentam uma distribuição caracterizada pelas espécies arbóreas dominantes, que *“longe de terem fronteiras bem definidas, diluem-se umas nas outras, adaptando-se às características dos solos, às diferentes exposições das encostas, aos ventos dominantes, ao relevo e altitude.”* (Ribeiro Telles, 2016, p. 146).

Na evolução até à Idade Média, com a continuidade das diversas transformações, foram sendo apreendidos, adotados e transformados os padrões preexistentes do tipo de povoamento, do uso do solo e da estruturação da propriedade, definindo-se desde logo algumas marcas e elementos do caráter da paisagem associadas ao relevo e ao clima, aproximando-se do que caracterizou Ribeiro (1986), em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*.

Particularmente representativo desse processo de transformação é a utilização comunitária do bosque mediterrânico com aproveitamento silvo-pastoril da madeira, matos, frutos e caça, que esteve na base do sistema de montado, descrito por Fonseca (2004, p. 7), como *“uma substituição de equilíbrios naturais por outros mediados pelo*

⁴⁷ Ver nota rodapé página 40.

homem mais ou menos instáveis, mas que souberam respeitar os limites do sistema natural". Numa intervenção humana em situações de solos de fraca qualidade para a produção de cereais, a árvore permitiu associar culturas permanentes e de rotação com a colheita de frutos, numa duplicação de planos de produção. O sistema de montado *"influenciou definitivamente a comunidade humana que o criou não apenas nas profissões, normas e práticas, mas também na sua forma de estar. O mesmo que dizer, na sua ética."* (Fonseca, 2004, p. 7).

Como defendem vários autores, como Freire da Costa *et al.* (2012, p. 301), houve mesmo áreas, onde a Raia seca da fronteira Leste de Portugal se inclui, que há menos de cem anos conservavam vivências, organização das comunidades e práticas agrícolas reminiscentes das medievais, que marcam ainda hoje o caráter da paisagem, perpetuado no espaço e do tempo.

O território medieval, em que se afirmavam ainda fronteiras⁴⁸ de variada natureza – política, administrativa, religiosa, económica e social – marcou definitivamente a matriz organizacional do País e a sua evolução até à Época Contemporânea mas, não de forma igual, nem tão pouco harmoniosa ou equilibrada.

Durante o processo que se designa por Reconquista Cristã, os avanços e recuos entre o espaço cristão e o espaço muçulmano foram responsáveis pela frequente, e prolongada no tempo, mobilidade da fronteira, mas, igualmente, por uma paisagem também ela mutável, se bem que numa reduzida escala e localizações específicas.

Num cenário ainda de guerra predominavam vastas áreas de charneca que apenas na envolvente das granjas, aldeias e vilas se transformava em campos agricultados, olivais e vinhas, ou associados à instalação e funcionamento dos mosteiros. De acordo com Duby (1979, p. 15) foram eles a origem da *"evolução das técnicas e das áreas agrícolas que se concretizou a partir do século X. Sobre este crescimento rural assentam todos os progressos culturais do século XI na generalidade da Europa"*.

No território português, esboçar-se-iam, a partir dos finais do século XI, duas realidades do ponto de vista da demografia e da paisagem que se lhes associava. Uma Entre Douro e Minho, com um prolongamento até à Serra da Estrela, de grandes densidades populacionais e sistemas de policultura. A outra, a sul, a começar em Coimbra, com um povoamento menos denso fortemente agrupado em núcleos coesos

⁴⁸ De acordo com Saraiva (2013) só após o período dos califas, que durou até cerca do ano 1030, o termo fronteira passaria a ser usado para identificar a demarcação e a posse territorial política e senhorial. O Al-Andalus passou então a ser dominado pelas taifas (a taifa de Badajoz já englobava, em 1022, Mérida, Évora, Lisboa, Santarém e Coimbra) que, ao constituírem-se como reinos independentes, enfraqueceram o poder militar muçulmano global, circunstância que se revelou fundamental para o avanço da Reconquista.

e sustentada por uma agricultura apoiada na cultura do trigo. Mattoso (1985, p. 30) associa a estes “*nítidos precedentes históricos a distribuição populacional de forma diferenciada pelo território.*”

O próprio processo da Reconquista explica, durante a Idade Média, o caráter, a escala e padrões dos assentamentos humanos e da ocupação do solo. E nesse processo foi a fortificação que esteve sempre ligada ao *habitat* coletivo, constituindo um verdadeiro instrumento do povoamento e organização administrativa perante uma fronteira, ainda sem a consistência que permitisse a necessária estabilidade ou durabilidade. Exigia, contudo, um controle territorial que estava baseado na ocupação de pontos fixos e estratégicos, coincidentes com as estruturas urbanas, ainda que com envolventes fluídas. Este modelo viria a abranger progressivamente as áreas meridionais,⁴⁹ numa recomposição da organização territorial, que viria a afirmar a resiliência do sistema urbano.

A estrutura do sistema urbano medieval, cujas cidades ou vilas derivam de núcleos originais amuralhados, é representativa da importância relativa da rede fortificada. Em posição topográfica destacada, as fortificações influenciaram a organização urbanística. Mesmo em localizações periféricas relativamente aos centros do poder, como é o caso da Raia, a reorganização da defesa territorial reestruturou o povoamento medieval e influenciou definitivamente a evolução arquitetónica e urbanística dos aglomerados que se encontravam na fronteira. “*A maior parte dos centros urbanos fronteiriços, de primeira e de segunda linhas, ainda preserva (e exhibe) pelo menos em parte, os seus castelos.*” (Loza, 2009, p. 161).⁵⁰

Na segunda metade do século XIII e com a fronteira entre os dois reinos, de Portugal e Castela, estável até aos dias de hoje permaneceu a coexistência da delimitação através de linhas, utilizando preferencialmente elementos naturais, e a fronteira zonal ou marca. Esta última, característica da Raia seca da fronteira Leste, revelou-se essencial no modelo de construção do reino português e na formação da identidade nacional. Apesar dos sucessivos diferendos ainda por vários séculos, a fronteira fixa frequentemente limitada pelos cursos de água, continuou a ser, tal como a Raia, um território pendular entre pastos comunais, fontes, ou direitos adquiridos pelos

⁴⁹ De acordo com Ramos *et al.* (2010, p. 64), concretizou a criação de complementaridades indispensáveis para a viabilização de uma entidade política cujo surgimento não radicou na geografia nem num qualquer tipo de tradição anterior, fosse ela económica, administrativa ou cultural.

⁵⁰ “O progresso da engenharia militar não cessa de produzir novos modelos e (...) a artilharia pesada, (...) a partir de quinhentos, adquire uma importância determinante (...) com a construção de fortalezas concebida para a eficaz operação dos campos de tiro da piobalística pesada. Nesta fase, o raio de ação e a influência deste tipo de grandes bases estratégicas, substitui a rede de proximidade dos castelos medievais e concentra importantes meios militares, profissionalizados, com capacidade de dissuasão, de intervenção e de reação rápida.” (Loza, 2009, p.161)

usos e pelos costumes. Do mesmo modo, do ponto de vista vivencial, não foram efetivamente linhas, mas antes áreas contidas entre margens que uniram e integraram sistemas territoriais, populações e economias.

Também uma nova relação urbano-rural resultou do processo de transformação e adaptação das construções militares durante finais do século XIII, e sobretudo no século XIV, com a presença das cercas urbanas edificadas nas fortificações originais que defendiam a fronteira da Raia. Foram as que Duarte de Armas retratou em inícios do século XVI.

O regresso à paz, na sequência da estabilização da fronteira, favoreceu uma reorganização da atividade agrícola e a produção de excedentes. Permitiu a realização de feiras, com um importante papel económico e social, de que a Raia não ficou excluída, num contexto em que os produtos agrícolas passaram de meio de subsistência a produto comercial. Mas foi esse contexto que contribuiu também para fomentar o grande movimento das populações em direção às cidades em busca de melhores condições de vida. Este movimento determinou a reorganização espacial dos núcleos populacionais em torno de novos centros e do crescimento demográfico acelerado das cidades portuguesas e, em particular, de Lisboa. Esteve ainda na origem da Lei das Sesmarias (1375), com a qual se procurou a reinstalação da atividade agrícola para a indispensável produção cerealífera, tentando, assim, também obviar as terras abandonadas e aldeias despovoadas.

As crises medievais representaram sempre grandes transformações estruturais, pesando em particular sobre os espaços rurais e, por maioria de razão, na Raia, palco frequente das guerras e escaramuças fronteiriças. A crise demográfica e agrícola que marcou o século XIV, foi ainda agravada pela peste negra, gerando uma instabilidade económica com consequências sociais tão profundas que consideram vários autores, entre os quais Saraiva (2013), aquele século e o seguinte a transição entre a Idade Média e o Renascimento.

Essas circunstâncias favoreceram a migração da população para as áreas urbanas, cujo crescimento não acompanhou o geometrismo contemporâneo das *bastides* noutras partes da Europa⁵¹. Só nas áreas de fronteira ou despovoadas, o poder central estabeleceu um planeamento urbano de conjunto semelhante, destinado ao

⁵¹ Segundo Gaspar (1969, pp. 202-203) relativamente às características morfológicas das *bastides* do Sul de França, estas, “*situam-se, quase sempre em sítios facilmente defensáveis, estão por vezes envolvidas por uma muralha, onde se abrem portas em número variável dependendo da sua importância. As ruas, retilíneas, cruzam-se segundo ângulos retos, demarcando blocos retangulares de casas. Numa posição central, de fácil acesso tanto aos moradores como aos forasteiros, uma praça também de forma retangular, com arcadas ou alpendres nos exemplos mais acabados, e que desempenhava as funções de centro comercial, de convívio e de local de manifestações públicas. A igreja não ficava geralmente instalada neste espaço, mas abria-se num pequeno terreiro próximo (...). As ruas apresentam construções dum lado e doutro, de forma contínua, (...). Os espaços verdes da cidade eram constituídos por quintais, que todas as casas possuíam nas traseiras*”.

melhoramento da defesa, da organização da coleta de impostos, do comércio e da administração civil, religiosa e militar. Com o objetivo de instalar um número significativo de habitantes, surgiram traçados geométricos, com a adaptação à morfologia de cada local e à grande transformação que à época representou a passagem da neurobalística para a pirobalística. Essa passagem foi o motor de um novo programa militar de defesa terrestre, de que a Raia seca da fronteira Leste foi principal protagonista, envolvendo ações de manutenção, renovação e expansão das fortalezas medievais.⁵²

O *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (1509), é um produto daquela preocupação estratégica de defesa, sendo por isso elaborado com vistas de mais do que um ponto cardeal e com plantas das estruturas construídas pormenorizadamente anotadas⁵³ como exemplificado na Figura 8.

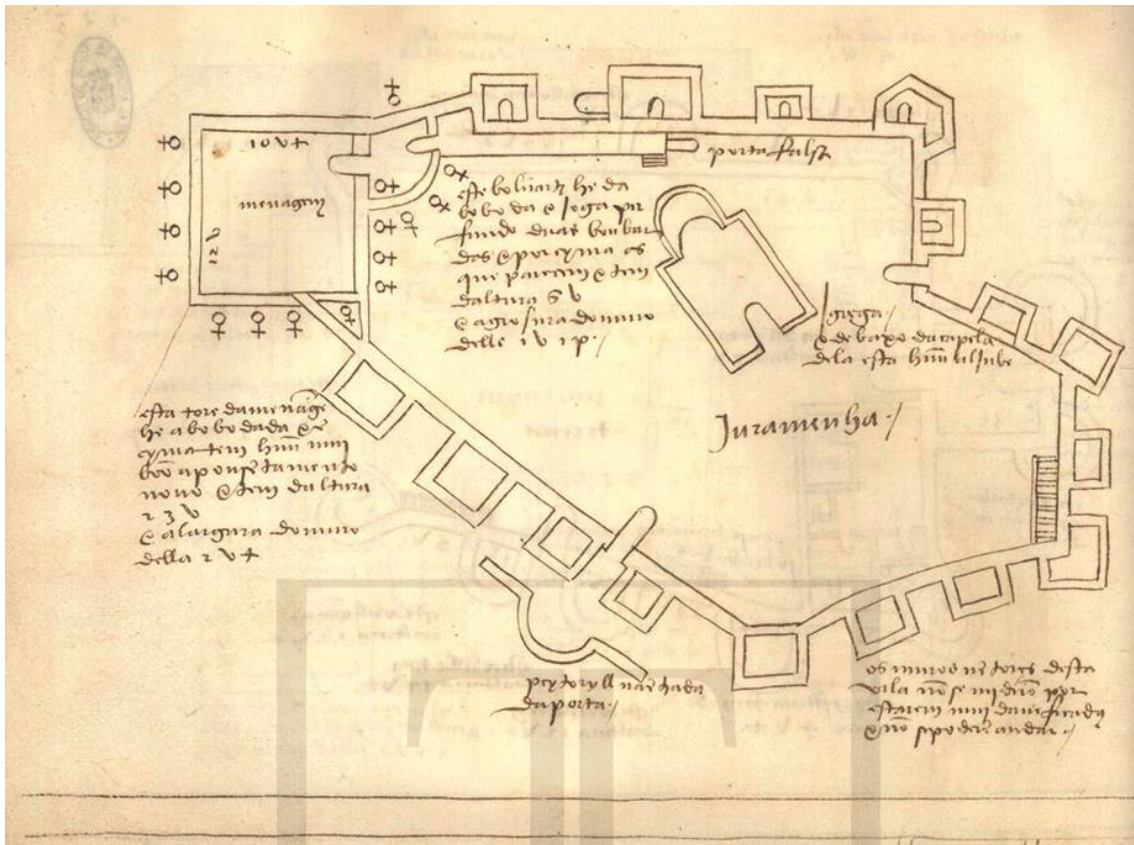


Figura 8. Planta anotada da fortificação de Juromenha

Fonte: Duarte de Armas, 1509, fl123v.

⁵² Exigiu uma nova conceção em que surgiram as barbancas, troços de muralha a envolver no seu interior as fortificações românico-góticas e a abertura de troieiras, plataformas que substituíram os parapeitos ameaçados para obtenção de maior campo de tiro pelas peças de artilharia.

⁵³ De acordo com Barroca (2016, p. 184) “é uma obra ímpar em termos europeus, de que o exemplo mais próximo talvez seja o *Armorial d’Auvergne, Forez et Bourbonnais*, encomendado pelo Duque de Bourbon, Carlos I (1401-1456), ao seu “*hérald d’armes*” Guillaume Revel e executado cerca de 1440-1450”. Este registo de cariz heráldico e sobretudo uma iconografia do poder, foi ilustrado com algumas vistas de castelos e vilas, mas, ao contrário do de Duarte de Armas, sem plantas.

A transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, foi ainda marcada nos finais do século XV e as primeiras décadas do seguinte, pela publicação das ordenações do reino (1512-1514). Prenunciou, como definiu Saraiva (2013, p. 79) “*o modelo do Estado Moderno substituindo nas leis como nas armas e nas ideias o Estado Medieval*”.

A progressiva supremacia da economia monetária sobre a agrária contribuiu para o reforço da centralização da administração, com aquelas ordenações a regulamentarem minuciosamente atividades como fazenda, justiça, administração central e local, incluindo os direitos a cobrar pela coroa e o desaparecimento do antigo direito contido nos forais de cada concelho.

No fim da Idade Média, a expansão marítima havia-se tornado o grande desígnio nacional de vida coletiva, cumprindo simultaneamente os objetivos de mitigar as desvantagens da distância aos maiores centros do poder da Europa e de resolver o problema da escassez de recursos internos, insuficientes para fazer frente ao aumento da população.⁵⁴

Os proveitos da exploração ultramarina não se refletiram, no entanto, no espaço rural. Provocaram, sim, como grandes transformações estruturais, a alteração da economia e o reforço da atração das cidades. O peso específico destas no total demográfico do reino aumentou com o ritmo acelerado da urbanização do País, caracterizado por Saraiva (2013, p. 58) como “*um Estado de olhos voltados ao mar, mas por isso mesmo de costas voltadas para a nação interior*”.⁵⁵

A análise crítica de Gil Vicente (1465-1536) aponta as consequências sociais da economia de expansão em que o Estado enriquecera em origens externas, face a uma nação cada vez mais pobre, pelo efeito interno da alteração da estrutura social e enfraquecimento da atividade agrícola, com os proprietários rurais do clero e da nobreza a querer obter lucros de um solo que produzia cada vez menos. É unânime entre vários historiadores, entre os quais Mattoso (1985), a continuação da permanência na Idade Moderna de crises rurais, por défice de cereais para pão, que já tinham ocorrido em vários períodos da Idade Média.

Mas, a atratividade populacional das cidades portuárias exercida por novas

⁵⁴ Na segunda metade do século XV, esse aumento populacional, terá alargado a extensão de área cultivada, envolvendo o abate de florestas e anulando equilíbrios entre a rotação cultural de cultivo de cereais e a pecuária, que exigia a manutenção de pastos naturais coletivos.

⁵⁵ De acordo com Mattoso (1985, pp. 54, 55), “*a íntima relação da monarquia com uma economia mercantil e urbana conduziu à enorme importância de Lisboa no conjunto do País face à reduzida dimensão de todas as cidades portuguesas. Em 1527, Lisboa já tinha mais de 130.000 habitantes, o Porto pouco mais de 3.000, Évora mais de 2.000 e apenas dez cidades tinham mais de 1000 habitantes (Guimarães, Santarém, Coimbra, Elvas, Portalegre, Setúbal, Beja, Olivença, Tavira e Lagos). Mas a desproporção entre Lisboa já se podia notar por volta de 1290, como se depreende do número de notários que nela existia. Ou seja, a «macrocefalia» de Lisboa foi um fenómeno de sempre, que a concentração do comércio ultramarino durante toda a época moderna não fez mais do que acentuar.*”

atividades associadas à expansão marítima, predominantemente comerciais, teve ainda como consequência direta voltar a colocar o problema da manutenção dos territórios de fronteira sobretudo na fronteira Leste, que implicava a fixação de pessoas num contexto em que apenas as funções de defesa eram o motor da vida das comunidades e da sua economia.

O levantamento mandado fazer em 1527 por D. João III, apenas precedido pelo de fonte indireta do rol das igrejas de 1320, confirma que o essencial da distribuição dos padrões de povoamento já se encontrava configurado nessa época. A garantia da continuidade do exercício da soberania, implicando a necessidade do reforço do povoamento suscitou a conjugação de medidas na perspetiva administrativa, demográfica e militar. Datam de 1538 as Demarcações da Fronteira de Castro Marim a Valença, elaboradas por Mendo Afonso de Resende por ordem de D. João III, que visaram registar a existência dos respetivos marcos de delimitação territorial. Mas esta viagem pela fronteira terrestre consistiu também, de acordo com Freitas (2019, p. 248), *“num inventário resultante da sistemática “recolha nos arquivos oficiais locais da existência de forais, livros de vereação, privilégios, cartas régias, inquirições e delimitações mais antigas, sentenças, documentos emanados da administração local e regional, assentamentos e compromissos de vizinhança”*.⁵⁶

Viria a ser a Guerra da Restauração da Independência (1640–1668) a operar uma significativa transformação estrutural na Raia seca da fronteira Leste de Portugal. Um sistema de fortificações com praças de vanguarda, adaptadas à importante mudança tecnológica operada nos séculos XVI-XVII, incidiu em particular na Beira e no Alentejo, portas de entrada terrestre privilegiadas do território nacional e primeira linha de defesa que protegia outros territórios (ver Figura 6., p.76). A rede de defesa atualizada em várias linhas de sentido norte-sul, tirando partido das cidades medievais fortificadas num conjunto repensado de forma global, envolveu posições estratégicas mais recuadas de importância logística, com um processo de fortificação sistemática da fronteira.

Muitas dessas estruturas medievais, caracterizadas por Duarte de Armas em 1509 no *Livro da Fortalezas*, já dispunham de dispositivos de defesa ativa, adaptados numa fase de transição do uso de armas de fogo, se bem que ainda sem sinais evidentes da inovação, que constituiria a renovação total dos sistemas defensivos abaluartados, face ao uso progressivo e generalizado da pirobalística cada vez mais potente e eficaz. *“Foi (...) no Reinado de D. Manuel I, que se iniciou a transição para a*

⁵⁶ Uma das funções administrativas importantes da delimitação da fronteira entre Portugal e Castela era a aplicação da fiscalidade através dos portos secos da Raia, onde se procedia ao controlo das mercadorias que circulavam no eixo norte sul.

arquitetura militar abaluartada, destinada a resistir ao impacto das balas de canhão. Esta evolução acompanhou a paz e a guerra com Espanha.” (Rodrigues, 2009, p. 85).

A conversão de espaços civis em militares, interveio, para além da fortificação, na própria estruturação urbana e acentuou a nova centralidade de articulação de microrregiões relativamente a funções militares, agora distintas no contexto temporal e funcional da Idade Média. Esta vivência configurou o espaço de experiência coletiva da memória destes lugares e um dos pilares da sua identidade cultural. Ilustra-a Fonseca (2016, p. 136) com a expressão “*aí vivia um povo que ao longo da sua história sofreu, lutou, rejubilou e morreu em defesa de todo um reino*”.

A arte da fortificação na Guerra da Restauração e o urbanismo da engenharia militar deram origem, na transformação estrutural na Raia, a uma realidade assimétrica entre os lados português e castelhano (Figura 9), num contexto de defesa da fronteira terrestre mais antiga da Europa e da independência e soberania nacional.⁵⁷

O sistema defensivo da Raia seca entre a Beira e o Alentejo destaca-se, assim, no todo nacional pela especificidade da sua origem, consolidada na evolução do conjunto das praças militares e no desempenho das funções urbanísticas até à atualidade. A Guerra da Restauração da Independência (1640-1668) significou, deste modo, para além da intervenção nas estruturas fortificadas, a alteração do perfil das cidades e vilas na sua leitura visual e na própria estruturação urbana através do fecho de anteriores eixos, como os que articulavam as portas das cidades ou vilas, com edifícios ou equipamentos militares.

A paisagem que construíram permaneceu nas suas grandes variantes até à atualidade, evoluindo indissociavelmente a interação das suas componentes ecológicas e culturais. Viria a persistir na linha do tempo a marca simbólica da condição de fronteira, de que sobrevive a memória cultural dos sistemas fortificados, a que já não corresponde, porém, um tempo inclusivo.

Na sequência do final daquela Guerra, a transformação do espaço rural exigia uma intervenção compatível com a recente disponibilidade de mão de obra devolvida aos campos, face a um setor agrícola destruído e cuja recuperação exigia tempos, equilíbrios e ritmos lentos e complexos. Estava em causa, num quadro demográfico e num espaço rural particularmente fragilizados, a revitalização da interação humana com os sistemas ecológicos.

⁵⁷ Estava, assim, em causa mais que a afirmação do poder real que acontecia na Europa no século XVII, ainda marcada pela definição das fronteiras das diferentes nações no contexto do governo autónomo de um conjunto de condados e territórios independentes.



Figura 9. Fortificações na Fronteira Hispano-Lusa nas subregiões transfronteiriças assinaladas a amarelo

Fonte: Beck, J. M.; Hortenano, L.A. (2016. p. 274)

No contexto Europeu Portugal fazia já parte dos países com menos recursos humanos e o peso relativo da população urbana estabilizado, tendência que se acentuou no pós-Guerra da Restauração e se prolongou para o século seguinte – de acordo com Freire da Costa *et al.* (2012, p. 213), “os padrões de distribuição ainda no século XVIII não tinham alterado substantivamente os tradicionais desequilíbrios e assimetrias regionais, herdados do período medieval”.⁵⁸

A demografia só voltaria a recuperar, de facto, na segunda metade do século XVIII para logo, em menos de cinquenta anos, tornar a sofrer o enorme revés da Guerra Peninsular (1807-1814).

A Raia voltaria a ser mais uma vez o espaço de expressão mais evidente da vivência, que integrou a memória coletiva associada aos territórios com funções de defesa, com as invasões francesas entre 1807 e 1810, sendo esse início do século XIX, considerado como o fim do Antigo Regime Português. Representaram aquelas três invasões anos de guerra com pesadas consequências na agricultura, pela destruição e requisição de colheitas e animais, pela ocupação pelos exércitos e pela contração da economia. A própria tática da terra queimada para causar dificuldades ao inimigo representou, de acordo com Silbert (1978, p.10), “a ruína dos habitantes e logo nos anos subsequentes graves problemas de subsistência, sobretudo na Beira”.

A crise económica e social desse pós-guerra ocorreu no contexto de uma situação agrícola em que, de acordo com Rebello da Silva (1868, p. 323), “a extensão total de trigo, milho, cevada, centeio e arroz e pousios era inferior a 1 348,572 hectares”, isto é, apenas 0,1 % do território nacional. Mesmo assim, o progressivo alargamento da superfície cultivada a terrenos comuns destinados a garantir pastagens aos rebanhos e fornecimento de lenha, viria a constituir uma transformação significativa que produziu algumas alterações no funcionamento das comunidades rurais.

Para além de um forte retrocesso dos quantitativos populacionais e a deslocação massiva de populações, desorganizaram-se as estruturas sociais e económicas com as frequentes destruições e pilhagens e desestabilizaram-se rotas e circuitos comerciais. Mesmo na luta pela sobrevivência durante aquelas Invasões e nas décadas que se seguiram, continuaram a depender da agricultura cerca de três quartos da população ativa, num quadro caracterizado por Rebello da Silva (1868) de proveitos agrícolas deficientes, a que atribui sobretudo como causa a organização desadequada e os problemas estruturais relacionados com a matriz fundiária.

⁵⁸ De acordo com Mattoso (1985, p. 30), esse padrão ainda fortemente influenciado pelos fatores naturais, de localização de núcleos densos ou em casas dispersas estava já regionalmente definida em 1527.

A subsequente instauração do Regime Liberal, definindo o Estado e a política contemporâneos nas suas estruturas básicas, viria a alterar a primazia da igreja e a constituir um dos grandes momentos de transformação da sociedade. A nova relação entre a sociedade e a religião teve como consequência a alienação de um significativo património fundiário detido pelas Ordens Religiosas, no âmbito da sua extinção em 1834, necessariamente com efeito tanto ao nível do edificado, como ao nível social e cultural. Aquele património integrou uma nova base económica, num contexto em que se pretendia uma também nova eficácia do Estado e uma administração centralizada e hierarquizada, naturalmente não compatível com uma autoridade como a igreja detinha até então.

Alguns mosteiros e conventos haviam constituído, desde sempre, para além de importantes elementos na estrutura da paisagem, a sede da organização de relações de proximidade com as comunidades. No Alentejo e na Raia seca da fronteira Leste de Portugal, um espaço rural ao longo dos séculos maioritariamente despovoado, onde dominavam as charnecas e matos essa era uma relação de particular importância. A transferência de titularidade patrimonial e respetiva gestão operada pelo Regime Liberal terá significado também, assim, que as relações sociais que marcavam o espaço rural terão sido alteradas. Todo um significado associado aos próprios edifícios e obras de arte religiosa de que eram depositários, representavam para as populações importantes locais de culto e de fé, tal como de referências e memórias de uma sociedade rural impreparada para a sua perda.

Revela este percurso de transformações estruturais que a Raia, intercetada pelos eixos fundamentais este-oeste, entre as capitais ibéricas (Lisboa e Madrid) e norte-sul da circulação de pessoas, mercadorias e gados e das linhas fortificadas fronteiriças da Idade Média e da Idade Moderna foi, efetivamente, protagonista da geometria das dinâmicas nacionais e das influências internacionais de várias épocas. Aquelas grandes transformações, no âmbito de estratégias e opções políticas que se sucederam e interagiram, consolidaram a fronteira na sua função de defesa territorial e geraram uma paisagem do poder, configuradora da vivência coletiva destes lugares e um dos pilares da sua identidade cultural.

Persistiu na linha do tempo a relação simbólica de que sobrevive a memória cultural, numa Raia seca na Beira e no Alentejo que é hoje uma frente de despovoamento e de abandono agrícola, o que torna necessário repensar a paisagem enquanto conceito aglutinador das inter-relações das vivências humanas com a ecologia.

A CEP (2000, art.º 2.º), reconhece que *“todo o território projeta uma paisagem tanto natural como cultural, rural, urbana e periurbana”*. Mas, mesmo com a sua adoção em diversos países europeus, entre os quais Portugal, transparece uma passividade contraditória e complexa, relativa à transformação das paisagens rurais. Isto apesar do reconhecimento de que a agricultura, como atividade plurifuncional na história das civilizações, com particular expressão no Mediterrâneo, além de produzir alimentos, incorpora valores culturais.

No próximo capítulo procura-se demonstrar que é possível integrar a marca cultural daquelas vivências enquanto elemento estruturante da paisagem na Raia seca da fronteira Leste de Portugal. Recorrendo à figura de Estrutura Ecológica, as inter-relações ecologia e cultura, irão ao encontro do pensamento de Ribeiro Telles (2016, p. 86) que *“a ruralidade só persiste se a razão de ser de a sociedade rural encontrar a indispensável complementaridade da cultura urbana.”*

(página deixada deliberadamente em branco)

Capítulo 6. A Paisagem da Raia seca da fronteira Leste de Portugal

Expuseram-se no Capítulo 5 os principais marcos das grandes transformações no âmbito de estratégias e opções políticas que se sucederam e interagiram na Raia seca da fronteira Leste de Portugal.

A função de defesa territorial configurou o espaço de vivência coletiva destes lugares como um dos pilares da sua identidade cultural que persistiu na linha do tempo como uma relação simbólica de que sobrevive até hoje a memória, evidenciando as marcas do relacionamento sequencial dos processos e da sua transformação. Parte aquela configuração da continuidade geográfica entre o Alentejo⁵⁹ e as Beiras – Baixa e Alta dos planaltos graníticos – que partilham o clima, a vegetação e a vastidão de horizontes, onde se destacam suaves colinas, em combinatórias que condicionam toda a atividade humana e marcam a forma da paisagem.

A diferenciação da paisagem das estruturas defensivas traduz o conceito de paisagem cultural da CEP (2000) relativo a uma conceção integradora e transdisciplinar entre a ação do homem e a natureza. Conserva ainda traços marcantes de autenticidade e passou a representar, mesmo que inconscientemente, o referencial da memória coletiva de um País eminentemente rural ainda há sete décadas atrás. Aplica-se o entendimento de Magalhães (2007, p. 106) – “*O significado de Paisagem evoluiu de um objeto que se vê e é caracterizado por aquilo que se vê, para aquilo que se vê, mas se caracteriza por aquilo que se não vê. Nesta aceção, a Paisagem é a imagem que resulta da interação entre os processos naturais e os antrópicos. A essência do objeto deixou de ser ele próprio, mas aquilo que ele revela a quem o souber interpretar, o que exige uma descodificação de sinais para que, aquilo que não é visível, seja identificado.*”

A essência do sistema defensivo das fortificações da Raia Seca da fronteira Leste de Portugal, revela o testemunho da intervenção humana coletiva geradora de uma “marca cultural” que descodifica precisamente a “*coerência geográfica, cronológica e tecnológica ou tipológica, representando um património singular e excecional*” (Cobos-Guerra, 2009, p. 94). É uma componente da paisagem global, que se constitui como unidade desenhada pelo relevo, o clima e a hidrografia, que a ocupação humana consolidou entre a escala global e local, num sistema complexo e dinâmico que integra a paisagem do poder de Monsaraz a Castelo Rodrigo.

⁵⁹ A sua amplitude e coerência territorial, determinou que desde a época medieval se constituísse, como afirmaram vários geógrafos, a mais ampla das unidades territoriais, de limites mais alargados do que as sub-regiões que constituem a atual unidade administrativa Alentejo.

Carateriza e individualiza esta paisagem uma combinação espacial e distintiva, que mantém viva a memória das formas de *habitat* fortificado e das atividades agro-silvo-pastoris, num padrão de relação da ocupação humana com as componentes morfológicas e os sistemas naturais, isto é, na estrutura global do sistema defensivo, constituído por vários subsistemas, entrecruzam-se as componentes ecológica e cultural. Segundo Benjamim (2019, p. 30) são estas “*componentes que lhe marcam o carácter do lugar, a forma, a função e a história. Estes três elementos, determinantes no desenho e na compreensão da paisagem, remetem para a matéria (viva e inerte) e para o tempo (histórico e biológico)*”. Do nosso ponto de vista, constitui a transposição de um conceito abrangente e global que, entrelaçando a estrutura ecológica e a estrutura cultural, é a própria paisagem como símbolo da vivência. Consolidou uma unidade cultural resiliente até ao presente, testemunho vivo da herança dessa aliança.

A organização e gestão dos agro-sistemas (charneca, olival, montado), tal como a dimensão e estrutura da propriedade, associaram-se ao relevo, à qualidade dos solos, à disponibilidade de água e às características climáticas. É ainda patente na paisagem da Raia seca da fronteira Leste de Portugal a reminiscência da diversidade deste mosaico de policultura em padrões e intensidades progressivamente menos intervencionados à medida que aumenta a distância até ao campo aberto das searas, à charneca, ao montado ou à mata, onde surgem as hortas, pomares, pequenos regadios, olivais, vinhas e bosquetes ou galerias ripícolas (Figura 10).

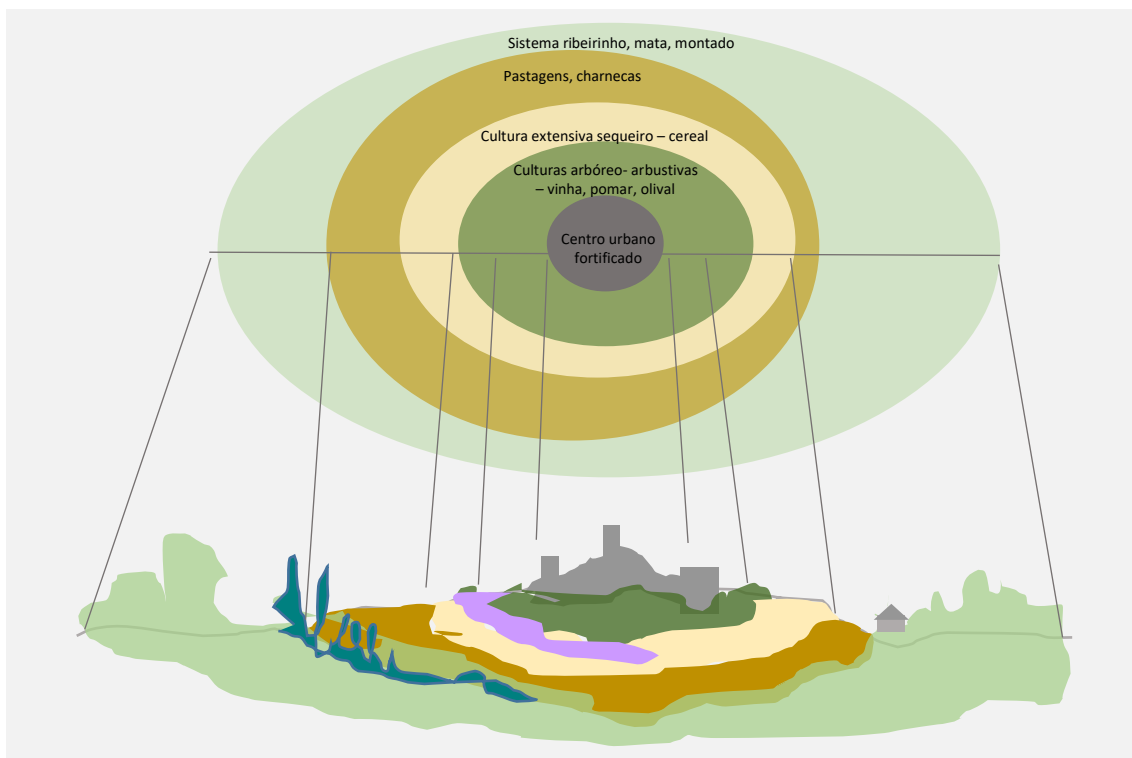


Figura 10. Esquema da policultura.
Cartograma da autora. Sem escala.

“A sábia distribuição dos campos de cultura e pastagens, de vinhas e pomares, a transformação da floresta primitiva em bouças, matas e montados, que defendem as culturas e produzem bens essenciais à sociedade, a implantação do reticulado de sebes e muros que servem de proteção às culturas, a trabalhosa construção de socalcos, a regularização das linhas de água, a edificação de aglomerados urbanos e de obras defensivas, os castelos e fortes, em lugares apropriados, constituem um património intimamente ligado à nossa identidade cultural.” (Ribeiro Telles, 2016, p. 145).

O conjunto das fortificações, identificáveis a partir de longas distâncias, surge como elemento estruturante, acolhendo e integrando em simultâneo os centros urbanos, capturando os horizontes das colinas e tendo como envolvente um espaço rural que representa para a maior parte da população portuguesa a sua origem. É a paisagem construída pela função de defesa que contém em si própria, porque está na sua origem, um símbolo de poder – da marcação de um território, da sua defesa e da consolidação da soberania. O seu carácter resulta da relação entre as componentes morfológicas e os sistemas naturais com a matriz urbana, constituindo-se como uma continuidade da estrutura cultural da paisagem, que a caracteriza e a distingue.

A sua identidade revela-se, assim, na estreita interação entre a estrutura ecológica e a estrutura cultural que parte da configuração morfológica das plataformas altimétricas entre altitudes dominantes de 200 m e 800 m, estruturadas pelas bacias hidrográficas secundárias, e lhe confere a forma de distribuição dos *“corredores secos, com a circulação do ar e dos corredores húmidos com a polivalência da circulação da água.”* (Ribeiro Telles, 2016, p. 154). (Figura 11).

Adaptada às características do suporte natural e à complexidade das exigências do abastecimento populacional, particularmente em localizações periféricas, o desenho da paisagem da Raia seca da fronteira Leste de Portugal resultou da complementaridade e articulação do contínuo cultural com o contínuo natural.

Uma paisagem com nova materialidade viria a surgir em tempo de paz, onde permaneceram como elementos estruturantes a matriz defensiva coincidente com o sistema urbano e o seu carácter rural de fraca densidade populacional, predominando a charneca, o matagal ou o montado que enquadram a agricultura de cereal, de olival, de vinha e de hortícolas.

A defesa territorial havia criado uma expressão espacial, temporal e simbólica que representa hoje o contínuo cultural da Raia, essencial na identificação às diversas escalas dos elementos estruturantes da paisagem. Representa a marca da vivência de um desígnio de pertença coletiva, associada ao código construtivo que liga as fortificações a situações específicas do substrato físico.

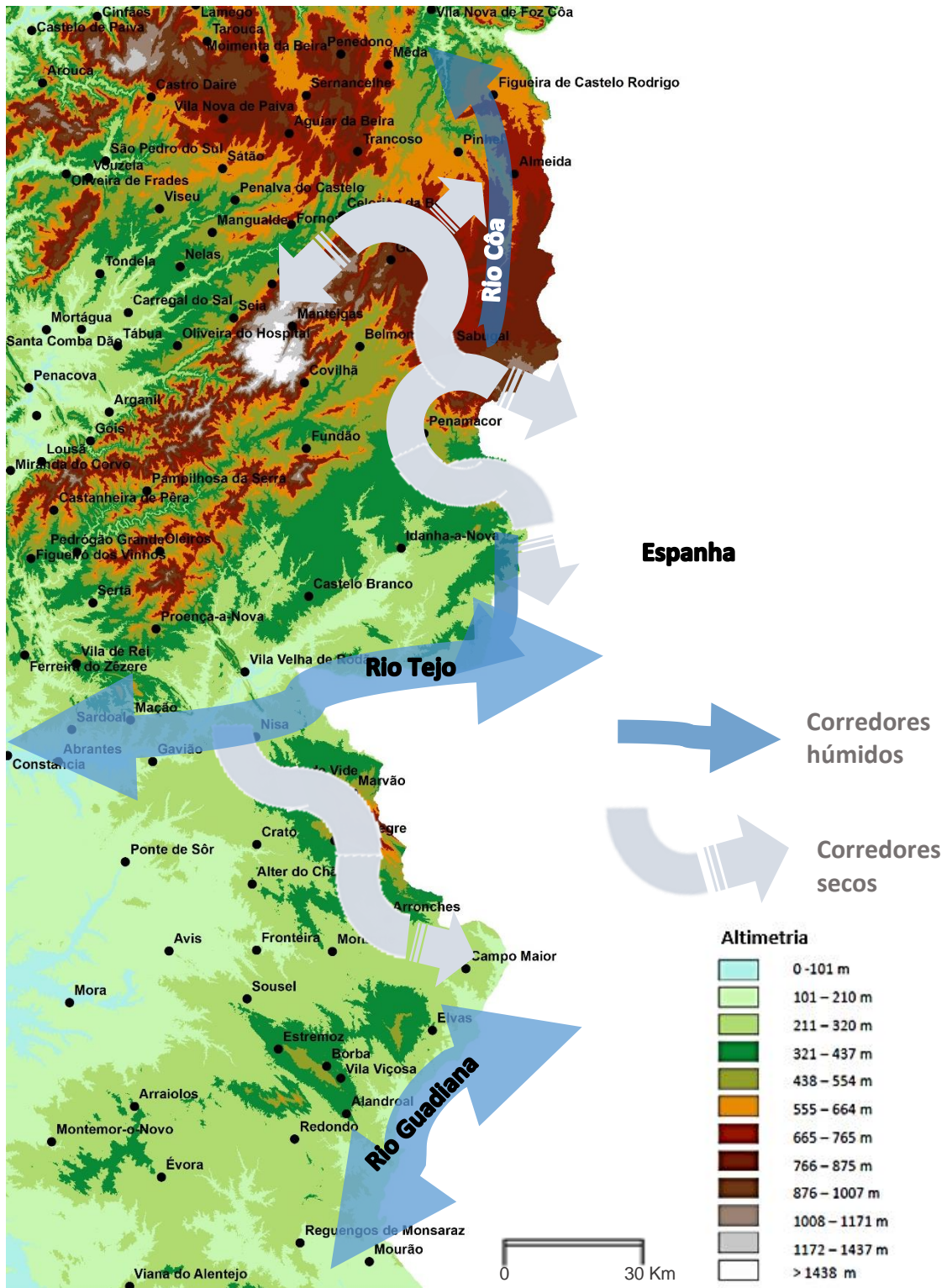


Figura 11. Esquema representativo da morfologia da área em estudo e a distribuição de corredores secos e húmidos

Fonte: Modelo Digital do Terreno (DGT, 2020) com esquematização da autora

É a paisagem que, como defendeu Ribeiro Telles (2016, p. 19), “engloba todos os espaços em que existe estreita dependência entre os seus constituintes” e, como tal, em que o sistema fortificado se pode constituir como uma componente integrante da

articulação da estrutura ecológica e cultural – “*A cultura depende, em muito, da perenidade e gestão dos sistemas ecológicos e da permanência dos marcos culturais impressos no território.*” (Ribeiro Telles, 2016, p. 68).

Na Raia seca da fronteira Leste de Portugal “*o homem modelou a paisagem e a paisagem modelou o homem*”, isto é, viveu da paisagem e com a paisagem correspondendo ao entendimento de Serrão (2015, p.14). Conferiu-lhe a especificidade e a singularidade da memória de um sistema defensivo na sua localização estratégica em relação à geomorfologia e ao sistema hídrico e, na sua planificação, em função de um sistema urbano pré-existente. E, mesmo após a perda de funções de carácter defensivo, o que marcou a evolução socio económica destas áreas fronteiriças, foi a permanência da importância relativa dos núcleos urbanos na estruturação do território e na diferenciação da sua base económica. Assente na tradição destas regiões de transumância de gado ovino e de produção de panos de lã, a instalação de manufaturas para a transformação destes bens produzidos no espaço rural, ilustram o pensamento de Ribeiro Telles (2016, p.88) “*A paisagem rural constituirá uma memória e um espaço de cultura onde subsistem muitos valores do património herdado.*”

Face ao carácter particular da Raia seca da fronteira Leste de Portugal, que se tem vindo a evidenciar, entre o Alentejo e a Beira poderia ainda, todavia, colocar-se na agenda a identificação das componentes estruturantes da paisagem entre Portugal e Espanha num desafio de tornar a unir o que a fronteira separou. Considera-se neste sentido, que existe um arco urbano da Raia seca (Figura 12), complementar do equivalente do outro lado da fronteira, que abarcam entre si a continuidade de um suporte biofísico semelhante (Figura 13). Permitiria verdadeiramente recentrar o conceito de paisagem na compreensão da ordem ambiental, da ordem social e da economia.

A dimensão da governação daria sentido ao símbolo da vivência desta paisagem militar transfronteiriça, religando sem fronteiras a estrutura ecológica e a estrutura cultural. Esta dimensão, tendo como referencial os aglomerados urbanos fortificados que marcaram a paisagem do poder, permite continuar a relevar o seu atual papel político numa governação de proximidade, hoje que já que não se constituem como o longo braço avançado do poder político, que outrora lhes atribuiu o papel de primeira linha da defesa.

A sua dinâmica demográfica regressiva com as origens mais remotas já atrás referidas, resulta de um processo de cristalização relativamente à época romana, após os aglomerados urbanos da Raia terem sido integrados no território português (ver página 74). Os efeitos das sucessivas guerras e subsequentemente, a migração para

os centros urbanos, tanto a nível nacional como regional, deram ao longo do tempo continuidade ao progressivo despovoamento.

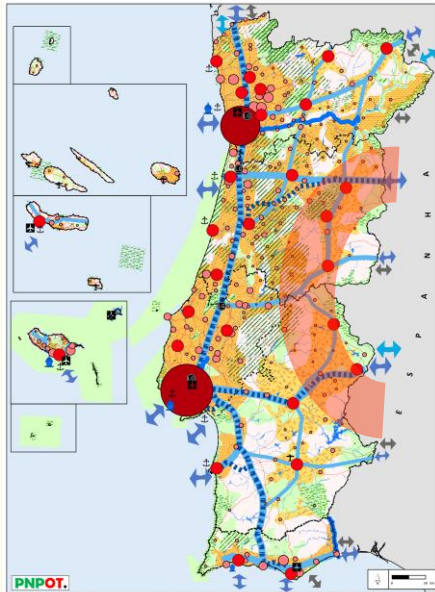


Figura 12. O arco urbano da raia seca
 Fonte do cartograma base: PNPOT (2019).

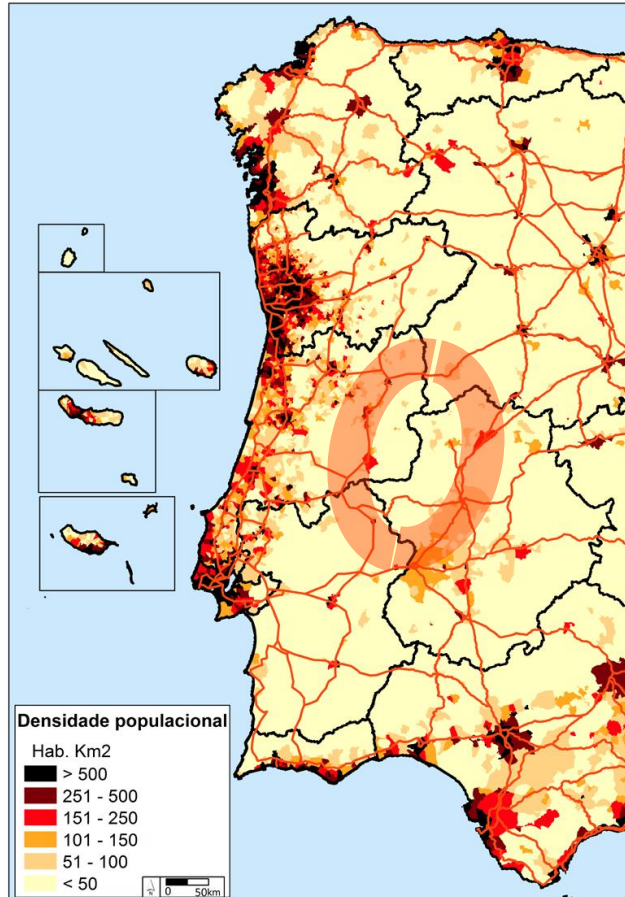


Figura 13. Arcos urbanos complementares

Fonte do cartograma base: PNPOT (2019). Densidade populacional nas NUTS II portuguesas e espanholas confinantes com o território nacional.

Já na narrativa que constitui um diagnóstico de cinco séculos das diversas fases da vida rural do País, desde o século XI até à primeira metade do século XVII, Rebello da Silva (1868, p. 25) afirma, em consonância, que perante um território dominado pelas charnecas e matos “*foram, logo no século XII, as fortificações levantadas nos sítios mais aptos para a defesa das fronteiras e a proteção eficaz das populações, substituindo as povoações aos ermos, os campos cultivados aos baldios, a vida à morte*”.

Aspetos fundamentais identificados naquela obra ajudam a compreender a evolução das transformações da paisagem. Num suporte biofísico adverso a produções regulares e abundantes de cereais para pão, a superfície cultivada era inferior às necessidades alimentares da população, se bem que a cultura cerealífera a dominasse. Aquela superfície, cada vez menos produtiva, estava na posse e administração dos mosteiros, cabidos, ordens militares e morgados, tal como o respetivo sistema tributário. A posse e gestão do solo cultivado são apontadas por Rebello da Silva (1868, p. 203) como “*as verdadeiras causas dos problemas da agricultura*” e das respetivas consequências sociais, predominantemente sentidas nas classes mais desfavorecidas.

Freire da Costa *et al.* (2012) na identificação das alterações mais relevantes e respetivas dinâmicas de transformação do País, concluem que “a paisagem foi-se modificando ao longo dos séculos, em virtude da pressão demográfica sobre ela exercida, sublinhando que Portugal se manteve durante muito tempo uma terra de fronteira, já que no século XIX ainda se arroteavam terras e florestavam montes” (p. 447).

Nesse mesmo sentido, a maior parte da zona da Raia da fronteira Leste de Portugal, é ainda identificada pelo instrumento de topo do sistema de gestão territorial – PNPT (2019, p. 87) – “com condições naturais onde dominam os solos rochosos ou pouco profundos, com risco de desertificação física onde é patente a irrelevância de atividades económicas alternativas à agricultura e um fraco dinamismo económico associado ao despovoamento, evidenciado pelo Índice sintético de desenvolvimento regional.”⁶⁰ A periferidade funcional e crise social associada a formas de economia circunscrita naquele contexto, isto é, conjugando os fatores de populações envelhecidas, desemprego e atividades com baixas produtividades, tem vindo a agravar o despovoamento pela migração da população rural. Com uma “*evolução demográfica regressiva*” (PNPT, 2019, p. 77), os aglomerados abarcam uma zona de influência de reduzida densidade populacional, associando-se à matriz de povoamento débil, característica das unidades de paisagem entre o Alentejo e a Beira definidas por Cancela d’Abreu *et al.* (2004), que tem como principal elemento articulador entre si a rede viária.

Podendo-se concluir que com particular incidência nas zonas de fronteira, as dinâmicas demográficas dependeram do estado de paz ou guerra, e deste o ritmo da evolução da atividade agrícola foram, no entanto, os elementos ecológicos – relevo, solo e clima – ao encontro da estruturação das regiões naturais do território continental feita por Orlando Ribeiro (1986), que sobrelevaram o caráter da paisagem.

A paisagem cultural das fortificações da primeira linha de defesa da Raia seca entre o Alentejo e a Beira, para além da representação gráfica da sua expressão espacial revela, dentro da sua própria especificidade, alguns aspetos comuns:

- A adaptação ao relevo, constituindo-se como a sua continuidade morfológica;
- A estrutura urbana compacta acompanhando a topografia, que se constitui como ponto de referência da envolvente rural;
- A relação dentro e fora da muralha, com funções na vida urbana atual de referência como valor histórico e cultural e com a permanência de elementos

⁶⁰ Competitividade (Portugal = 100), por NUTS III Instituto Nacional de Estatística (2020).

como torres, baluartes e fossos.

Representam a unidade cultural partilhada pelo Alentejo e a Beira, moldada pelos acidentes físicos, em que persiste a marca do sistema defensivo entre as duas localizações mais favoráveis para entrada terrestre no território nacional, com o padrão resiliente e característico do povoamento em relevos de colinas traduzido na matriz territorial dos centros urbanos.

Na aproximação que deve permitir concretizar o que diferencia as fortificações que compõem o conjunto distinguem-se, desde logo, as situações em que a utilização da pólvora e da artilharia nos cenários militares fez diferenciar as fortalezas que sofreram intervenções na Época Moderna das que permaneceram com a estrutura e modelo medieval.⁶¹ Este foi sendo ultrapassado e tornado obsoleto, determinando, em simultâneo, um tendencial declínio social, económico e político dos respetivos aglomerados urbanos. No caso da Raia seca da fronteira Leste de Portugal, de Monsaraz a Castelo Rodrigo, encontram-se entre os que permaneceram com a estrutura e modelo medieval Montalvão, Segura, Salvaterra do Extremo, Penha Garcia, Monsanto, Penamacor, Alfaiates, Vilar Maior e Castelo Rodrigo. Já Monsaraz, Juromenha, Elvas, Campo Maior, Ouguela, Arronches, Marvão e Almeida, com intervenções na época Moderna, mantiveram uma continuidade no desempenho de funções administrativas, essenciais para a sua vivência e dinâmica enquanto aglomerados urbanos. Circunstância comum a ambos os grupos é que de Monsaraz a Castelo Rodrigo a ampliação urbana não envolveu a descaraterização dos lugares, onde é possível interpretar as várias temporalidades e evocar a memória da paisagem.

Para a esquematização dos elementos estruturantes da paisagem a que esta tese se propõe, procurou-se para cada fortaleza da primeira linha de defesa da Raia seca da fronteira Leste de Portugal, a sua integração nas unidades e subunidades de paisagem em *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (Cancela d'Abreu *et al.* 2004) e a respetiva descrição sumária dos principais traços dominantes identificados.

As vistas da viagem de Duarte de Armas, da iniciativa de D. Manuel I, tomadas na passagem do século XV para o século XVI, usaram-se como fonte de informação de registo datado, sobre a sua relação de origem com o meio em que se inserem.

⁶¹ “As construções das defesas medievais não obedeciam aos mesmos preceitos das abaluartadas, posto que, ao longo dos séculos, e dado o avanço do armamento, mesmo da Neurobalística, nunca se atingiu a complexidade dos tempos da Pirobalística” (Dias, 2009, p 126). “Foi a partir das obras efetuadas no Castelo de Almeida, no Reinado de D. Manuel I, que se iniciou a transição para a arquitetura militar abaluartada, destinada a resistir ao impacto das balas de canhão. (Teixeira, 2009, p. 127).

O conjunto de registos que ilustram aquele programa, para além de um inventário que tinha sido encomendado, evidencia igualmente a preocupação com a identificação de fatores estratégicos para a sobrevivência no território. Para a obtenção de água potável são referenciados poços, fontes e chafarizes enquanto recursos essenciais determinantes na localização dos povoados em cuja envolvente se representam os campos agrícolas, pomares e hortas. Integra ainda outros elementos relevantes do ponto de vista militar ou geográfico, como pontes, moinhos, abrigos ou outras construções existentes assim como cercas e muros.⁶²

De igual modo, os cursos de água, torrenciais ou permanentes – o que lhes confere carácter de infraestrutura natural de transporte e comunicação entre lugares afastados, de importante valor económico, para além de fonte de necessidades básicas de fornecimento de água e produção de alimentos – representam uma importante forma de referenciação espacial. A morfologia traduzida em acidentes topográficos, penedos ou escarpas como em Juromenha, Penha Garcia e Monsanto integra o relatório militar a par do registo da informação do percurso total dos caminhos terrestres e orientação no território, completada com a posição referencial relativa, geográfica e topográfica, das fortalezas e atalhas vizinhas ou mais longínquas, nacionais ou de Castela e Leão (Figuras 14, 15 e 16).

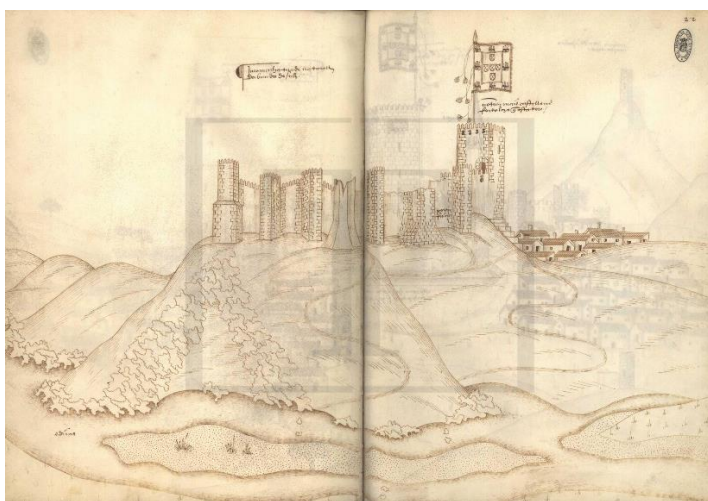


Figura 14. Juromenha – escarpa ribeirinha no códice A de Lisboa.

Fonte: Duarte de Armas – ANTT (1509, fl 21v-22).

Ainda nas últimas páginas do livro, Duarte de Armas dá informação sobre os percursos feitos entre cada uma das fortalezas, sobre a distância que as separa, bem como sobre os elementos e obstáculos que se podem encontrar pelo caminho.

As plantas de interpretação atuais dos tecidos urbanos

⁶² É relevante referir que, ainda segundo Barroca (2016), o códice B do Livro das Fortalezas, volume que se encontra em Madrid, terá pertencido outrora ao próprio Duarte de Armas, registando-se ao longo do manuscrito vários pormenores relativos à ocupação do solo envolvente das fortificações que confirmam, segundo o autor, que constituiria o registo original realizado no local. As vistas relativas a Castelo de Vide, Nisa e Castelo Branco ilustram áreas com notas relativas à presença de olivais, castanhais, vinhas e hortas, que se pressupõe que tenham sido tomadas nos locais de observação para as converter, já em trabalho de gabinete, nos padrões simbólicos representativos que se veem no manuscrito de Lisboa.

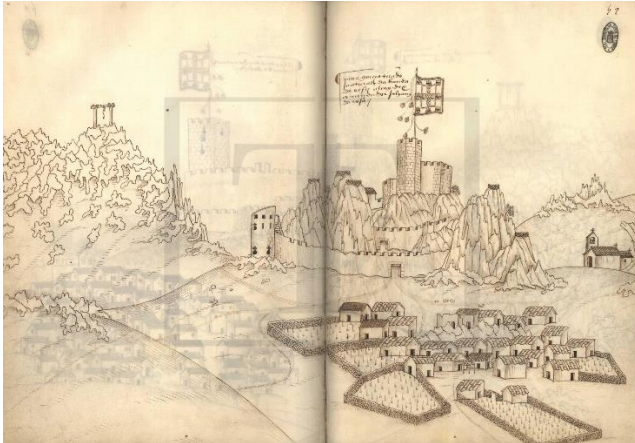


Figura 15. Penha Garcia – relevo rochoso no códice A de Lisboa

Fonte: Duarte de Armas – ANTT (1509, fl 58v-59)

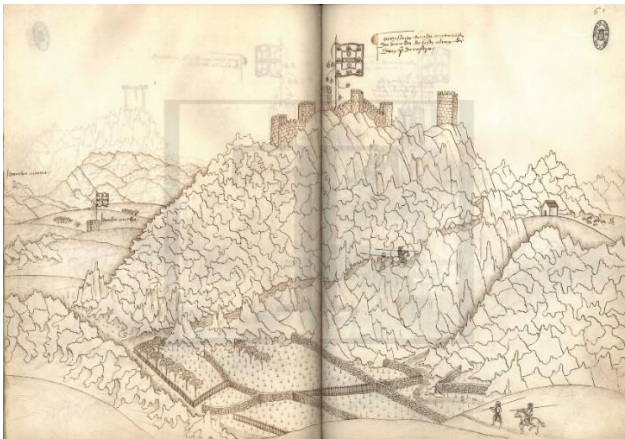


Figura 16. Monsanto – escarpado rochoso no códice A de Lisboa.

Fonte: Duarte de Armas – ANTT (1509, fl 60v-61).

Foi “a partir das fortificações que se desenvolveram os tecidos edificados envolventes e pode ser a partir delas que se pode promover a articulação com as componentes ecológicas” (Correia Dias, 2008, p. 68). Esse conceito foi utilizado para o conjunto das fortificações de Elvas na estratégia para a Requalificação Paisagística Integrada do Sistema Fortificado, recorrendo às ribeiras de Cancão e do Cêto. (Figuras 17.A., 17.B., 17.C, 17.D.).

É, nomeadamente, defendido o estabelecimento de uma estrutura ecológica urbana contínua de articulação entre o centro histórico e a periferia que use o sistema fortificado como agente dessa articulação, prevendo a requalificação da envolvente em três sistemas distintos, mas complementares. “*Passado, presente e futuro combinam-se e refletem o conjunto de sistemas que constituem a intervenção: centro histórico e obras anexas (fortes e fortins), as ribeiras (Cêto e Cancão) e os novos tecidos urbanos de periferia.*” (Correia Dias, 2008. p. 69).

que integram as fortalezas, elaboradas por Matos Gameiro (2018), identificam as partes que ainda existem e já existiam ao tempo da passagem de Duarte de Armas, as partes que se sabe existirem, mas que se encontram invisíveis (como as que foram integrados no casario), as partes que existiam em 1509 mas já desapareceram e, ainda, as partes que não existindo no tempo de Duarte de Armas, ou cuja existência não pode ser comprovada são relevantes para a identificação das estruturas, como as obras da fortificação abaluartada.

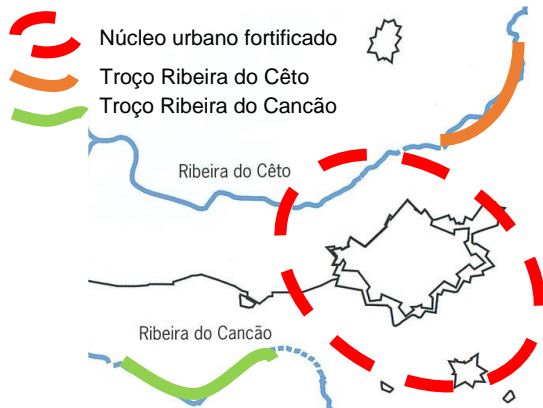


Figura 17.A. Esquema de ligação de elementos da estratégia de requalificação paisagística integrada de Elvas. Fonte: Correia Dias (2008).



Figura 17.B. Elementos a ligar. Núcleo urbano Fortificado de Elvas. Fonte: Correia Dias (2008).



Figura 17.C. Elementos a ligar. Troço da Ribeira do Cêto. Fonte: Correia Dias (2008).

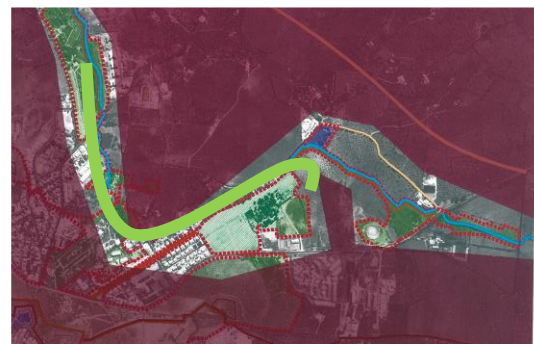


Figura 17.D. Elementos a ligar. Troço da Ribeira do Cancão. Fonte: Correia Dias (2008).

De igual modo, na globalidade da Raia seca da fronteira Leste de Portugal o sistema fortificado constitui-se como componente fundamental da estrutura cultural associado ao conjunto dos aglomerados urbanos e das vias de comunicação que os ligam, no sentido do que foi definido por Magalhães (2007, p. 109): “o *princípio da continuidade* (da estrutura ecológica) *pode ser aplicado ao subsistema cultural, sabendo nós que os aglomerados urbanos ou construções dispersas, dependem de um sistema "arterial" (as vias sob todas as formas) para poderem funcionar em interligação. A Estrutura Cultural pode assim ser constituída pelos espaços edificados e pelas vias que os interligam, à semelhança do que é feito na Estrutura Ecológica.*” É a estruturação sistémica que para Ribeiro Telles (2016, p. 67) representa o conjunto dos “*montados de sobre e azinho, as galerias ripícolas, as sebes vivas e matas, associadas a uma estrutura inerte de muros de pedra ou sebes de cana seca que constituem a estrutura permanente viva da paisagem rural*”. Indispensável na constituição dos corredores naturais como proteção da agricultura e fomento da vida silvestre, definiu, nesse sentido, o mesmo autor citado *in Arquitetura Paisagista, morfologia e complexidade* (Magalhães, 2001, p. 19): “A *Estrutura Ecológica básica, constituída fundamentalmente por elementos organizados em ecossistemas (espaço natural), deverá conjugar-se harmoniosamente com as áreas edificadas, construídas principalmente com materiais*

inertes (espaço artificial). A Estrutura Ecológica deverá relacionar os valores e vivências da cidade com os da natureza e da ruralidade.”

A sua identificação deverá, como tal, corresponder às tipologias de paisagem decorrentes da morfologia e litologia que ditam as aptidões para a utilização dos recursos mas, igualmente, à garantia da funcionalidade e continuidade das estruturas permanentes, do mosaico cultural e da compartimentação do espaço rural com matas e sebes vivas. “*A conservação das estruturas permanentes das paisagens tradicionais, quer rurais, quer urbanas, é indispensável, porque nessas paisagens foram acumuladas durante séculos experiências necessárias à continuação do processo de humanização do pedaço de terra que nos coube.*” (Ribeiro Telles, 2016, p. 94).

Ilustram esse processo de humanização, representando uma elaborada construção cultural, os sistemas mediterrânicos agro-silvo-pastoris que traduzem o frágil equilíbrio conseguido entre a ação humana e o funcionamento dos sistemas naturais, e que se constituem como elementos estruturantes da paisagem. Foi aquela ação que fez evoluir a vasta área de charneca e do coberto vegetal de floresta de sobreiro e azinheira, que é reflexo da macro orografia das serras e vales a norte do Rio Tejo e da planície a sul, enquanto grande marca separadora do clima atlântico do mediterrânico, para os sistemas de montado. Este conceito de exploração agro-silvo-pastoril é considerado como uma paisagem de referência do sul da Europa, traduzindo os sistemas de montado uma identidade e cultura próprias, decorrentes do seu caráter multifuncional e extensivo em zonas de baixa produtividade agrícola. Enquanto sistemas de base silvo pastoril, perfeitamente adaptados às condições mediterrânicas com a resiliência demonstrada num longo historial de transformações, têm vindo a evidenciar que é possível continuar a manter comunidades rurais.⁶³ Também os povoamentos de carvalho negral, testemunho ecológico representativo da transição da peneplanície alentejana para a zona de influência atlântica, com início na Serra de S. Mamede e continuidade nos relevos de colinas até ao vale do Rio Douro, estiveram ligados ao sistema agro silvo pastoril. Têm vindo a perder expressão enquanto componentes do mosaico de atividades ligadas à pastorícia e agricultura.

A reflexão sobre a paisagem de defesa da Raia seca da fronteira Leste de Portugal, nomeadamente sobre a relação ecologia e cultura, conduz-nos ao reconheci-

⁶³ Ocupam frequentemente solos com grandes limitações ao uso em ambiente de clima mediterrânico. Associando culturas permanentes e rotacionais, numa aliança tradicional que permite a utilização das complementaridades ecológicas entre espécies, assegurando a preservação da diversidade genética, promovem a conservação do património agronómico e o combate à erosão, tal como a prevenção da ocorrência de incêndios rurais de grandes dimensões. Através da exploração de ambos os estratos – arbóreo e sob-coberto de pastagem – estes sistemas desenvolvem práticas que beneficiam os ciclos fundamentais da água e dos elementos minerais, melhorando, ainda, as propriedades físicas dos solos através da regeneração progressiva do seu potencial orgânico.

-mento da sua unidade cultural, resiliente até ao presente, testemunho vivo da paisagem como herança da associação dos elementos estruturantes ecológicos e culturais.

Perante a dificuldade de concretização do conteúdo concetual e formal que a legislação atrás referida atribui à Estrutura Ecológica Municipal como a expressão espacial desses elementos estruturantes da paisagem, a sua esquematização nos instrumentos de gestão territorial e na aplicação das políticas públicas, com normativos orientadores, contribuiria para a concretização da política da paisagem, para a reposição do equilíbrio ecológico e para a integração dos valores culturais. A sua regulamentação adequada, careceria igualmente da estreita articulação com o ordenamento do uso do solo. Um conjunto de normas operativas diretas e eficazes, abarcando áreas que já possuem por vezes os seus próprios regimes jurídicos e estatutos de proteção, deveria traduzir a sua relevância específica enquanto elementos estruturantes da paisagem e orientadores na organização do espaço.

Seria, assim, o conceito de paisagem global a constituir o foco do centro de decisão no âmbito dos processos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial.

Apresenta-se, seguidamente, a esquematização dos elementos estruturantes da paisagem para os concelhos que integram a Raia seca da fronteira Leste de Portugal, que poderiam constituir o referencial dos instrumentos de gestão territorial, e a análise da correspondência com as Estruturas Ecológicas Municipais do respetivo PDM. Este instrumento, a constituir-se como ponto de encontro entre o cidadão e a administração e entre o cidadão e o território, representaria assim um compromisso coletivo para uma nova forma de gestão territorial, mais coerente, conseqüente e responsável, dotada da racionalidade coletiva que o ordenamento do território lhe confere.

A concretização de possíveis tipologias de paisagem decorrentes da morfologia e aptidões para a utilização dos recursos naturais solo e água, a partir dessa matriz estruturante garantiria as estruturas permanentes, os mosaicos culturais e a sua interligação com as áreas edificadas e componentes da identidade cultural da paisagem, como as fortificações, de que fazem igualmente parte outros elementos antrópicos como património arqueológico, caminhos, atalhias, muros ou moinhos.

A esquematização dos elementos estruturantes da paisagem que se propõe baseia-se na estrutura de corredor, isto é, a ligação que conecta os sistemas ecológicos, para a continuidade dos fluxos – dos ciclos hidrológico e dos sedimentos e dos que garantem o conforto microclimático – e a indispensável articulação urbano-rural. Procurando ainda as ligações entre património natural e cultural, constituem uma estrutura que promove a continuidade entre áreas de valor ecológico e contraria os efeitos da fragmentação dos sistemas e dos serviços providenciados pelos mesmos.

Defendeu Ribeiro Telles (2016, p. 45) que “*dependendo a sociedade humana da biosfera, há limites para o seu crescimento, que não são exclusivamente económicos, dizendo respeito à manutenção da capacidade de renovação dos recursos naturais renováveis.*” É o princípio que orientou a criação da Reserva Ecológica Nacional, em cujo preâmbulo (DL 321/83, de 5 de julho), se estabelece a *necessidade de garantir a permanência do fundo de fertilidade de determinadas ocorrências físicas e de um mínimo de atividade biológica, salvaguardando determinadas situações específicas que servirão de apoio à indispensável estrutura de proteção e enquadramento dos espaços produtivos ou urbanos.*

Procurou-se, como tal, para os concelhos que integram a Raia seca da fronteira Leste de Portugal, a esquematização dos elementos estruturantes da paisagem, enquanto construção cultural, de que fez parte integrante a componente da defesa territorial. Esta esquematização pode, do nosso ponto de vista, fundamentar nos instrumentos de gestão territorial a identificação da figura de Estrutura Ecológica Municipal numa efetiva base para a vivência ativa da paisagem como espaço.

Mas deve, sobretudo, fundamentar a sua organização e funcionamento como conjunto de sistemas naturais e biocenoses de substituição, respeitando o equilíbrio ecológico na transformação daqueles sistemas e a conectividade entre eles e com os espaços urbanos (Figura 18).

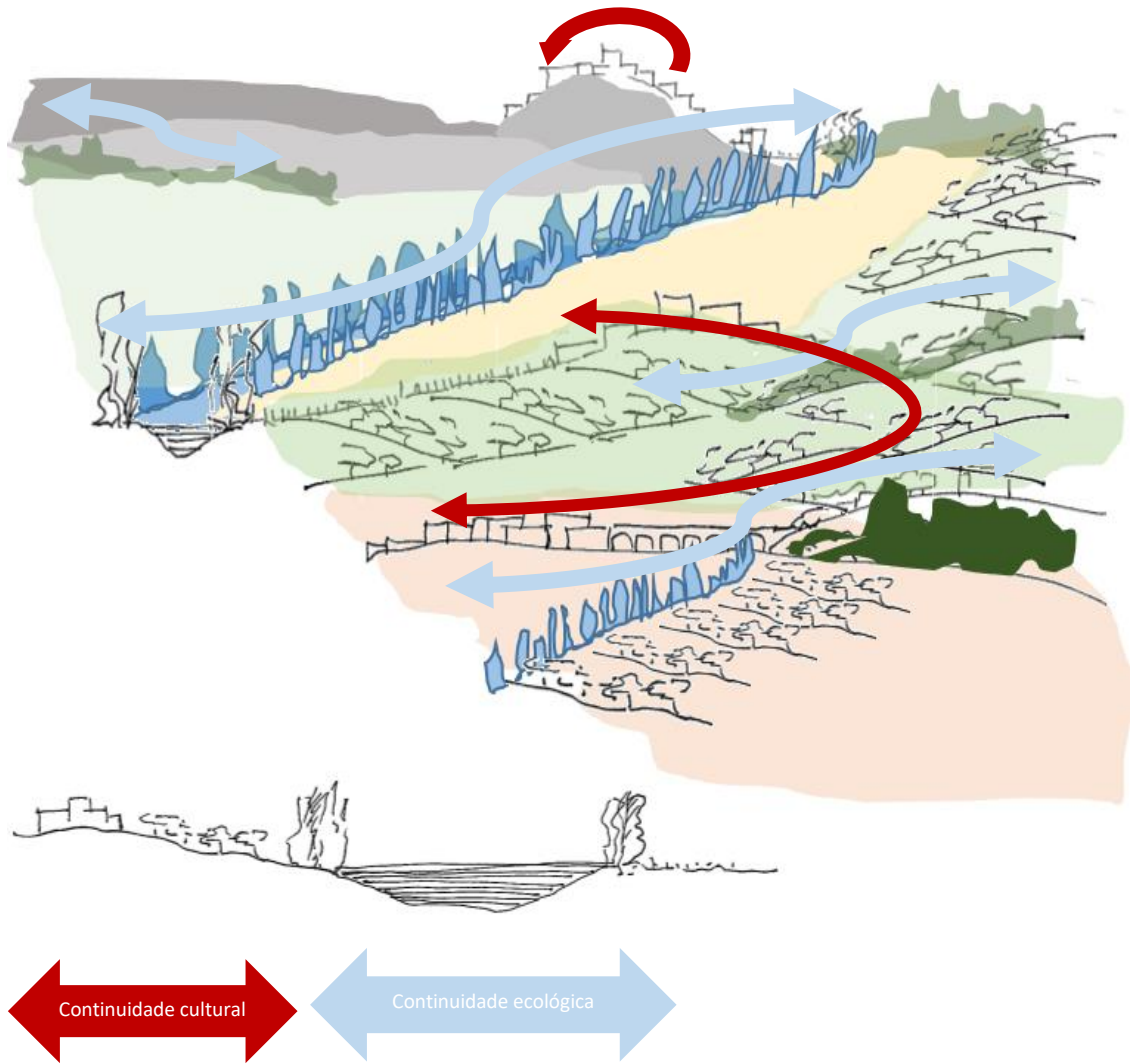


Figura 18. Esquematização de uma estrutura contínua de diferentes atividades
Cartograma da autora.

MONSARAZ. A fortificação insere-se na Unidade de Paisagem 106 Albufeira de Alqueva e envolventes (Cancela d’Abreu *et. al*, 2004). Antes do enchimento da Albufeira constituía o prolongamento natural da Unidade de Paisagem 105 Campos de Reguengos de Monsaraz (Figura 19) enquanto periferia do substrato xistoso dominante, num relevo de transição da peneplanície para o encaixe do vale do Rio Guadiana.

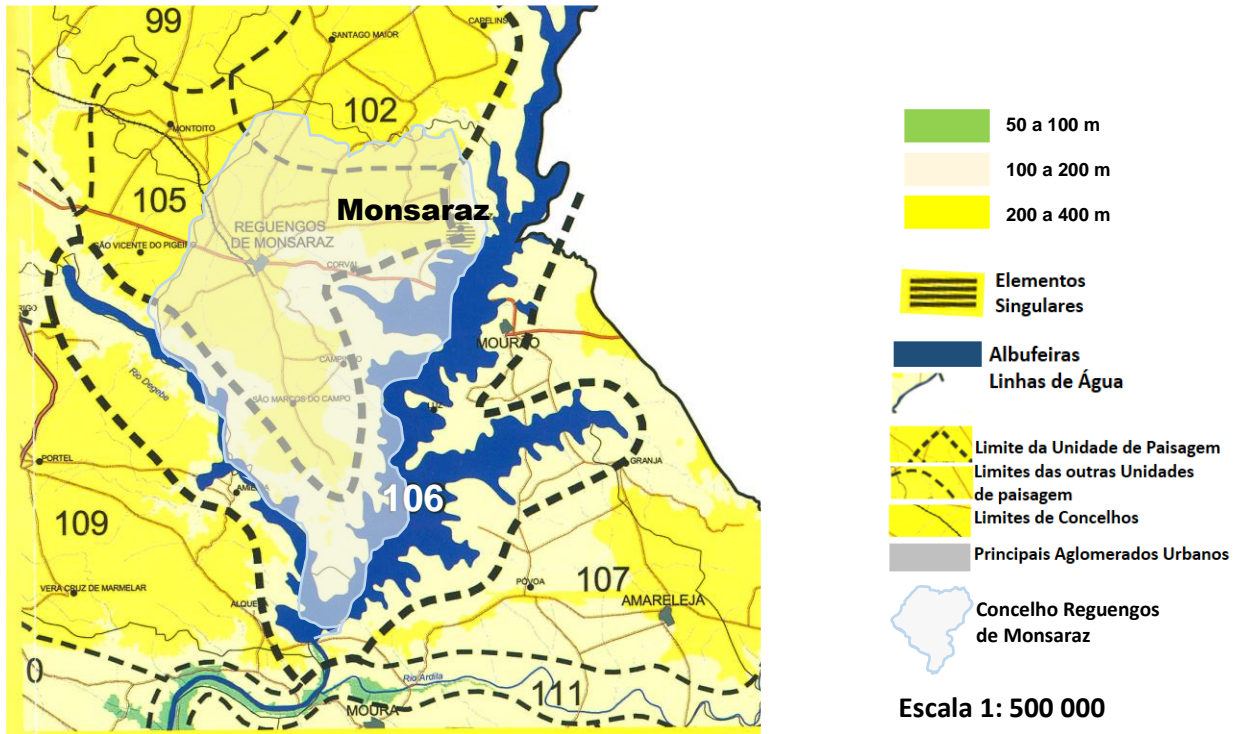


Figura 19. Extrato da Unidade de Paisagem 106 Albufeira de Alqueva e envolvente.
Fonte: Cancela d’Abreu *et al.* (2004).

Carateriza-se pela prevalência de sistemas arvenses de sequeiro, que se prolongam da peneplanície para a ocupação com azinheiras e sobreiros dispersos em formas suaves de transição para as colinas.

Integrando a vila de Monsaraz, a fortificação destaca a sua localização proeminente no relevo, enquanto componente avançada de afirmação do sistema da defesa da fronteira e do contínuo cultural da Raia – uma edificação para ser vista e que proporciona uma visão de amplitude sobre a envolvente. A escolha da sua localização estratégica, com funções militares, não terá sido alheia à proximidade da melhor situação de atravessamento do Rio Guadiana para a comunicação entre as duas margens através de vários portos fluviais. O conjunto fortificado vive, assim, da sua posição dominante na colina e da acessibilidade e recursos daquele curso de água, revelando logo na origem uma ponderada intervenção humana sobre o meio. A análise das vistas de Duarte de Armas conjugadas com a planta de interpretação elaborada por Matos Gameiro (2018), e não obstante as intervenções contemporâneas, é ilustrativa

da integridade atual da leitura do perfil fortificado e urbano, agora recortado numa envolvente substancialmente alterada pela albufeira de Alqueva (Figuras 20 e 21).



Figura 20. Vista de Monsaraz a partir de NW com o plano de água da Albufeira de Alqueva.

Fonte: Arquivo CCDR Alentejo (2019).



Figura 21. Esquema de organização da paisagem com base na vista de Duarte de Armas (1509, fl. 14v-15).

Cartograma da autora.

Estabelecem estes solos uma continuidade entre a várzea envolvente de Monsaraz e as povoações de Campinho e Campo a sul, e a oeste na ligação pelo Corval com a sede de concelho – Reguengos de Monsaraz – com significativa presença de vinha e olival. Estrutura ainda a paisagem um corredor viário relacionando espaços urbanos e rurais.

O Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz, aprovado pela RCM 106/95, de 16 de outubro (com 4 posteriores alterações), identifica no art.º 14.º *Espaços de Proteção e Valorização Ambiental* que correspondem à REN, replicando o artigo 34.º os condicionamentos e orientações associados ao regime jurídico daquela restrição de utilidade pública. Não dispõe ainda da revisão que delimitará a Estrutura Ecológica Municipal, acolhendo o plano de água da Albufeira de Alqueva e (re)estabelecendo as conectividades ecológicas. A partir dos elementos estruturantes que se esquematizam, a organização da paisagem poderá acautelar as continuidades naturais e culturais que aquela Estrutura prevê nos termos da legislação em vigor.

A estruturação desta paisagem (Figura 22), decorre da existência dos corredores húmidos – dois correspondentes ao plano de água da Albufeira de Alqueva e dois este-oeste dos vales dos afluentes do Rio Guadiana. Percorrem a peneplanície num gradiente de altitudes correspondente a um relevo suave com dominância de sistemas agrícolas extensivos.

A expressiva ocorrência de solos agrícolas integrados na Reserva Agrícola Nacional é outro elemento estruturante desta paisagem, a ser preservado enquanto recurso e que determinou a organização do sistema de aglomerados urbanos.

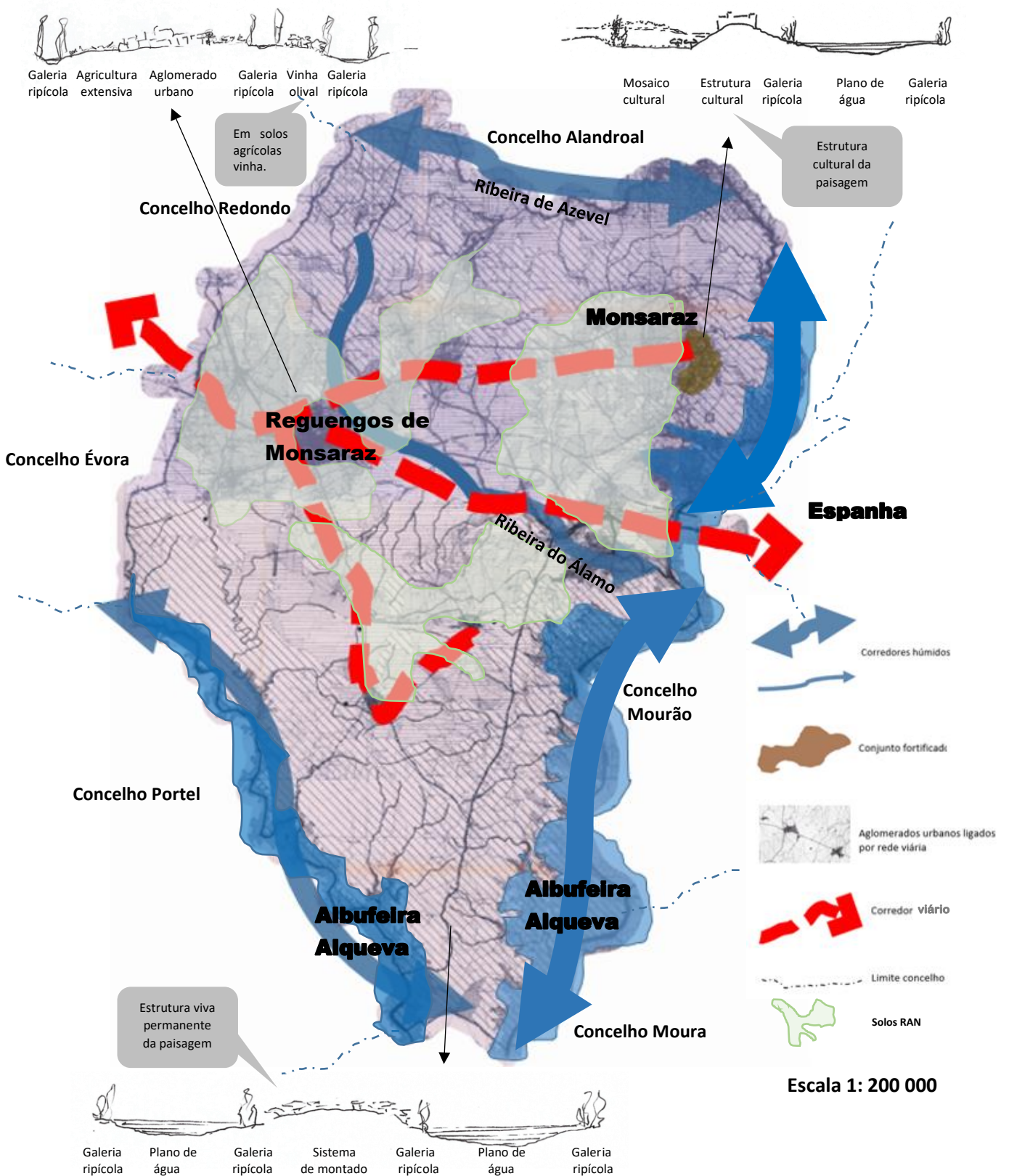
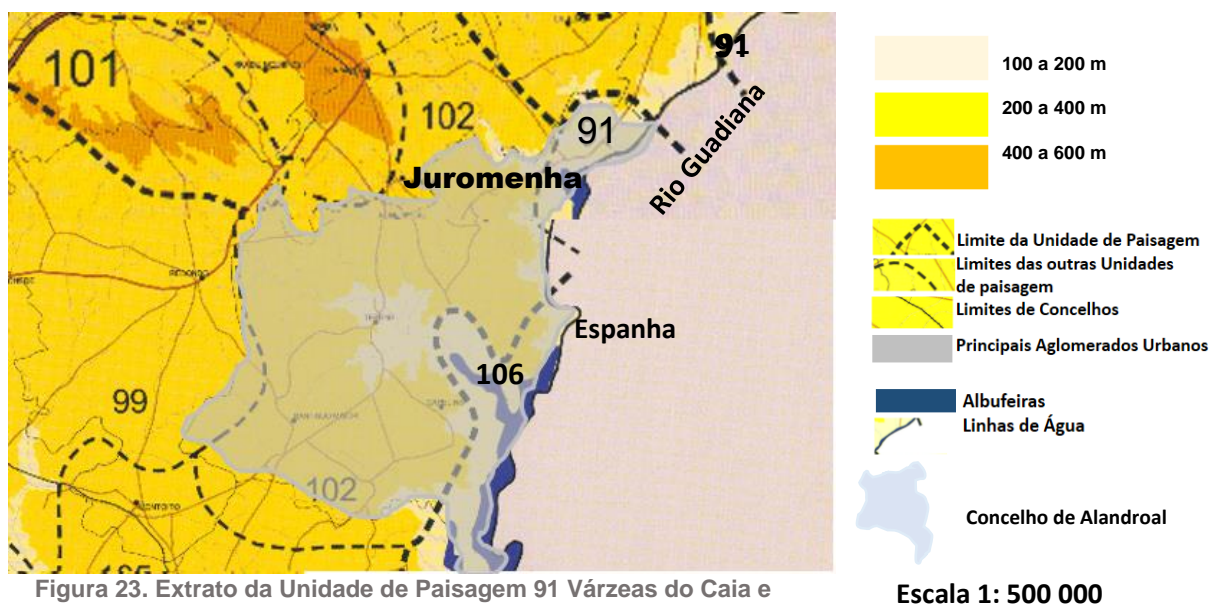


Figura 22. Esquematisação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Reguengos de Monsaraz e das tipologias de paisagem.

Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz (aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 106/95, de 16 de outubro). Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

JUROMENHA. Integra a Unidade de Paisagem 91 Várzeas do Caia e Juromenha (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004), que abrange duas áreas descontínuas ao longo da fronteira (Figura 23).



A localização estratégica da fortaleza de Juromenha determinou a sua conceção e estrutura em função da dominância do vale do Rio Guadiana e da várzea de Olivença, hoje em Espanha. Compartilhando com a vila de Juromenha⁶⁴ a localização ribeirinha, o conjunto é um elemento singular e fundamental da estrutura patrimonial. É uma paisagem de transição entre a peneplanície do uso agrícola de sequeiro (Unidade de Paisagem 102) e o sistema húmido do vale e curso do Rio Guadiana. Com a maior bacia hidrográfica a sul do Tejo e uma zona de vale e respetiva várzea anteriormente bem delimitadas transformou-se, desde 2002, com o enchimento da albufeira de Alqueva, no troço montante deste plano de água artificial (Unidade de Paisagem 106).

A estruturação desta paisagem (Figura 24), decorre dos grandes corredores húmidos – no sentido noroeste-sudeste correspondentes aos vales dos afluentes do Rio Guadiana e ao plano de água da Albufeira de Alqueva. Na margem direita, o Sítio de Importância Comunitário Guadiana/Juromenha (PT CON0032) identifica a presença de azinhal e sistemas de montado, matagais mediterrânicos e completas formações ripícolas. A ocorrência de solos agrícolas, em três núcleos, um dos quais correspondente ao Aproveitamento Hidroagrícola do Lucefecit e os outros dois na várzea de Juromenha e no limite sudoeste do concelho, onde dominam os sistemas agrícolas extensivos, estruturam a paisagem e os corredores viários relacionando espaços urbanos e rurais.

⁶⁴ O Plano de Salvaguarda e Reabilitação da Vila de Juromenha desenvolve uma proposta de organização do espaço, abrangendo a globalidade do núcleo construído da vila e o património cultural classificado do sistema defensivo.

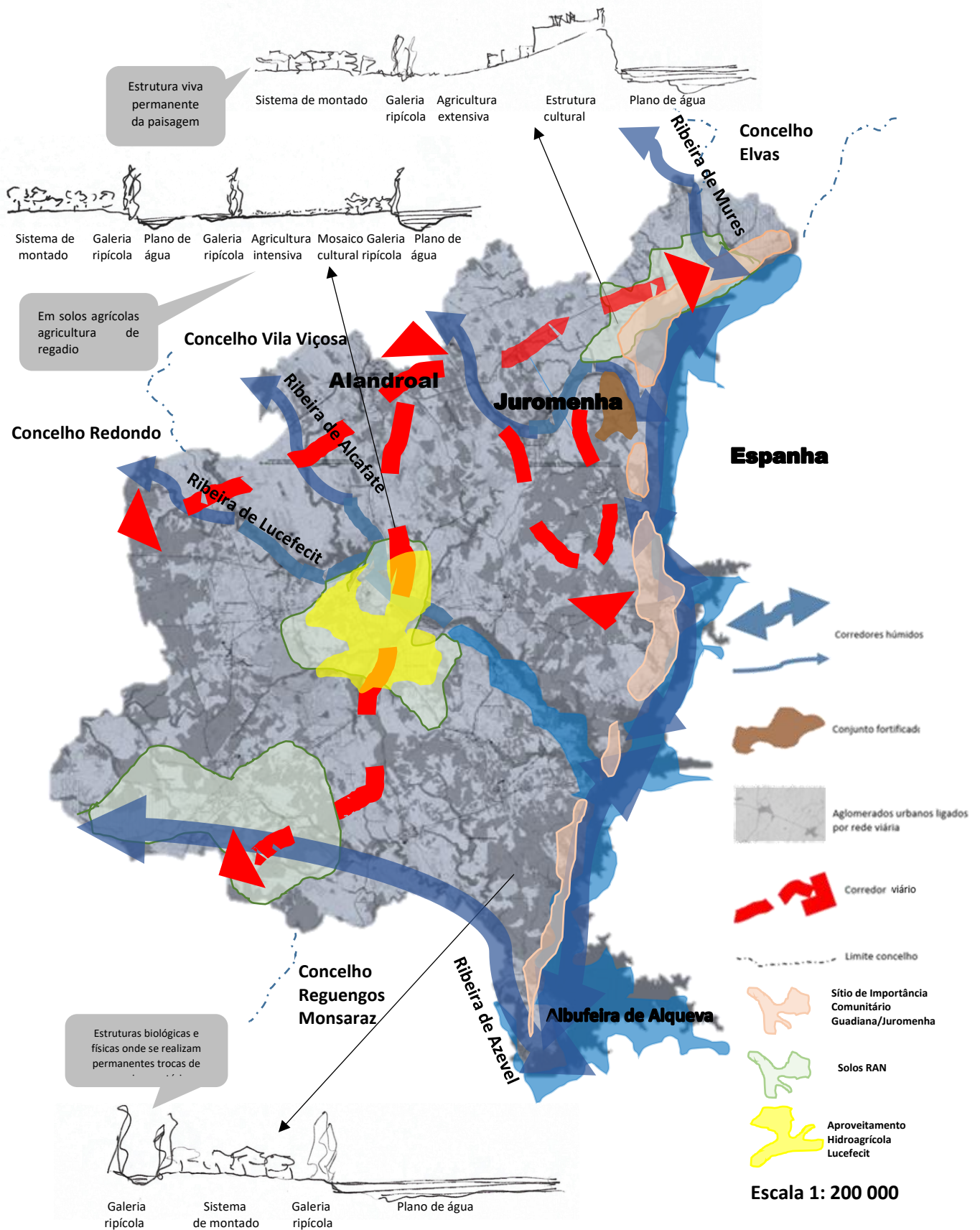


Figura 24. Esquematização dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Alandroal e das tipologias de paisagem.

Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal de Alandroal (aprovado pelo Aviso 12482/15 de 27 de outubro). Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

O Plano Diretor Municipal de Alandroal (aprovado pelo Aviso n.º 12482/15, de 27 de outubro) identifica no artigo 10º do Regulamento a Estrutura Ecológica Municipal que tem como objetivo *“a valorização e proteção dos “habitats” naturais e da paisagem, assim como a manutenção das funções e equilíbrio ecológico do território, bem como os espaços necessários ao equilíbrio do sistema urbano. Para além de funções de proteção, estes espaços integram o verde de alinhamento e de enquadramento de infraestruturas.”*

Aquela estrutura ecológica municipal, organiza-se em *“Áreas nucleares”*, que incluem *“a totalidade do Sítio de Importância Comunitária Guadiana/Juromenha” e “Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos que incluem a rede hidrográfica, os povoamentos de montado, de azinhal, de sobreiral e outras formações de quercíneas (...) galerias ripícolas, matos ribeirinhos e pequenas áreas húmidas adjacentes a regadios.”*

A estrutura ecológica urbana articula-se com os restantes espaços de proteção ambiental integrados na estrutura ecológica municipal.

A delimitação da Estrutura Ecológica Municipal, apesar da sobreposição da sua expressão gráfica às diversas classes de espaço, prevê na respetiva regulamentação que se mantêm os usos atuais do solo e aplica-se o regime respeitante às diversas categorias de solo em que se integram (Artigo 11.º).

Do mesmo modo, aplica-se o regime jurídico das áreas, dos locais ou dos bens imóveis sujeitos a servidão administrativa e restrição de utilidade pública pela qual sejam abrangidos (é o caso das áreas integradas na RAN, REN e áreas nucleares, abrangidas pelo Sítio Guadiana/Juromenha, que são regulamentadas pelas orientações de gestão definidas para o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, de acordo com o Artigo 12.º).

O Património Arquitetónico e Arqueológico é inventariado, mas não considerado no âmbito da estrutura cultural como integrante do conceito abrangente e global de paisagem.

A Estrutura Ecológica Municipal resulta, assim, essencialmente da agregação das principais áreas integradas em figuras legais de proteção dos valores ecológicos e não numa estrutura com identidade própria de contínuo natural e cultural.

ELVAS. O conjunto fortificado de Elvas insere-se na Unidade de Paisagem 90 Colinas de Elvas (Cancela d’Abreu *et al*, 2004), destacada na peneplanície que a rodeia (Figura 25). A cidade e as fortificações constituem-se como um conjunto que acompanha as maiores elevações, fazendo da área acima dos 400 m de altitude um elemento estruturante da paisagem.

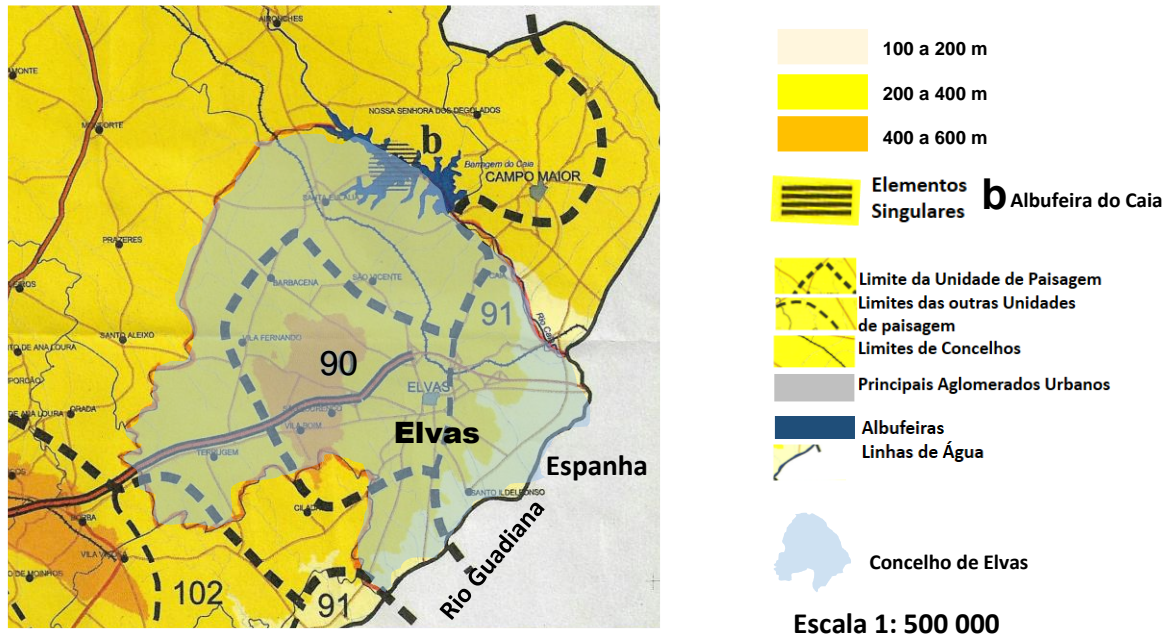


Figura 25. Extrato da Unidade de Paisagem 90 Colinas de Elvas
 Fonte: Cancela d’Abreu *et al*. (2004)

O conjunto de fortes e fortins encima as colinas envolventes, que dominam a visibilidade para leste na direção da fronteira, criando um campo entrincheirado que é a expressão da paisagem militar de vários séculos de fortificação, ainda hoje reconhecível, envolvida por olivais seculares instalados em solos calcários na transição para a peneplanície.

Na fronteira Leste é, em dimensão e integridade, a par de Almeida, um conjunto singular da estrutura patrimonial e um dos elementos estruturantes da paisagem da Raia. A sua importância reflete-se no estabelecimento do limite da área de proteção às fortificações de Elvas definida pelo ICOMOS – UNESCO. Constitui Património classificado a Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações, onde se integram as muralhas e obras anexas de Elvas, o Aqueduto da Amoreira, o Forte de Nossa Senhora da Graça, o Forte de Santa Luzia, o Fortim de São Mamede, o Fortim de São Pedro, o Fortim de São Domingos e o Centro Histórico de Elvas (Figura 26).

De acordo com Matos Gameiro (2014, p. 184) “a fortificação Moderna seiscentista de Elvas é uma das mais extensas e bem conservadas estruturas abaluartadas do mundo, o seu castelo e cercas medievais eram, já em 1509, dos mais relevantes do território português”. No registo de Duarte de Armas, de acordo com o mesmo autor, “constam partes da primeira e da segunda cerca amuralhada, ambas de

origem islâmica e é igualmente visível a terceira cerca do século XIV" (Matos Gameiro, 2014, p. 185), que seria substituída pela fortificação moderna abaluartada. Mesmo na sequência da profunda transformação da leitura visual da cidade, que ainda permanece na atualidade, revelam-se alguns troços das cercas de cada época, tendo ficado ocultos os que foram sendo absorvidos pelas edificações.



Figura 26. Elvas, fotografia aérea com marcação do campo entrincheirado.
Fonte: Bucho (2008, p. 59).

Estruturam a paisagem (Figura 27) dois relevantes corredores húmidos – o vale do Rio Caia com a Albufeira do mesmo nome e o vale do Rio Guadiana, em cuja margem direita, na continuidade de Monsaraz e Juromenha, se garantia a defesa e o controlo de uma das principais portas terrestres de entrada no País. A vasta várzea de solos agrícolas, cuja expressão se alarga a outras áreas do concelho, um dos quais correspondente ao Aproveitamento Hidroagrícola do Caia, criaram a matriz da articulação dos espaços urbanos e rurais.

Em direção ao vale do Guadiana e para sudeste na confluência com o concelho de Vila Viçosa, um importante eixo estruturou o canal de acessibilidade rodó e ferroviária que articula os aglomerados urbanos e se prolonga para Leste, em direção a Espanha.

A Paisagem Como Centro De Decisão

- reflexão sobre a relação ecologia e cultura na paisagem de defesa da Raia seca da fronteira Leste de Portugal

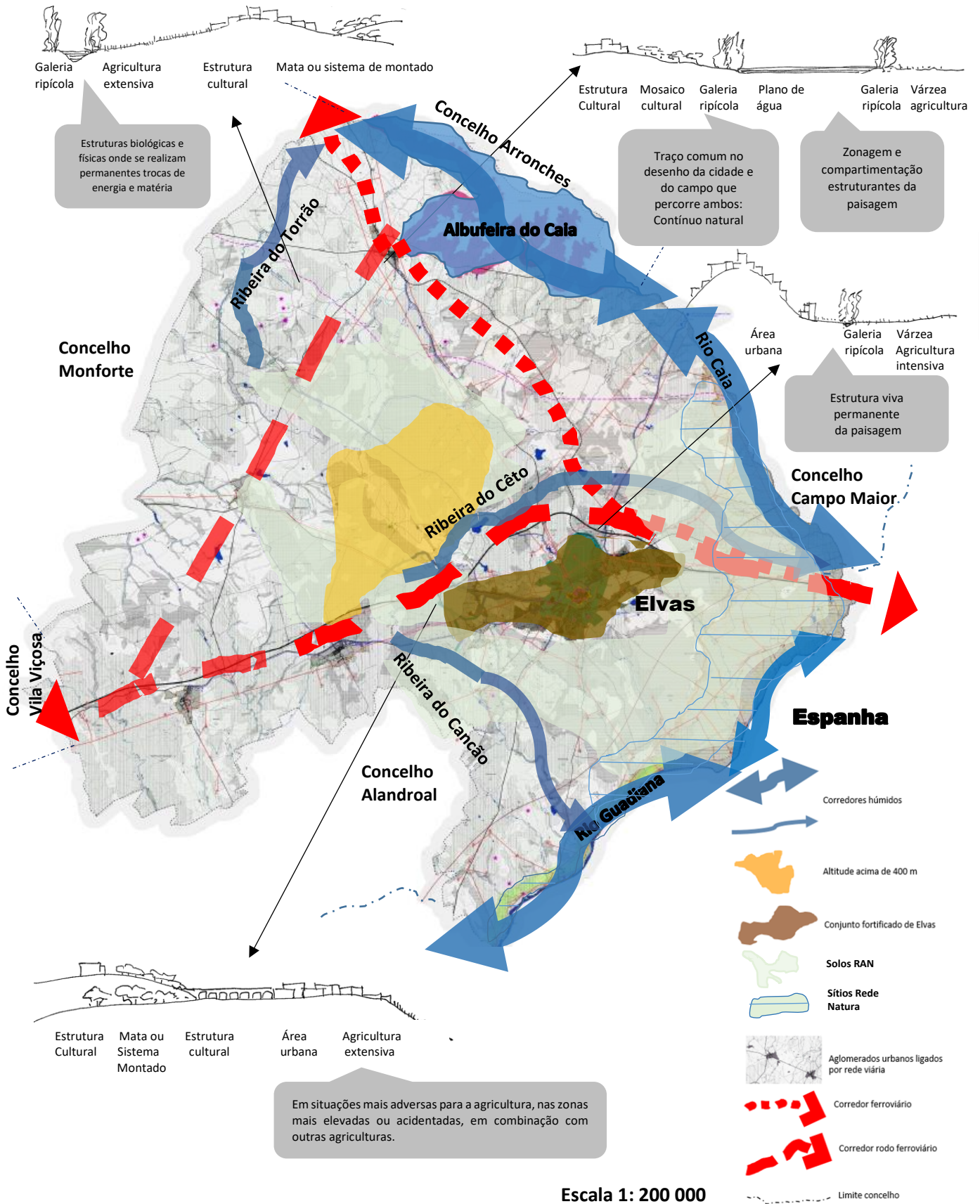


Figura 27. Esquematização dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Elvas e das tipologias de paisagem.

Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Elvas (Deliberação 279/2010, de 2 de outubro). Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

O Plano Diretor Municipal de Elvas, aprovado pela Deliberação 279/2010, de 2 de outubro, identifica o conjunto fortificado como uma unidade operativa de planeamento e gestão onde se previu a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas como instrumento de gestão territorial. A sua conceção à escala do plano de pormenor permitirá o restabelecimento da ligação contínuo cultural e contínuo natural.

A própria abordagem à visão municipal incorpora este entendimento. De acordo com o Artigo 25.º do regulamento do PDM de Elvas, a Estrutura Ecológica Municipal integra-se na Planta de Ordenamento e é constituída pelos sistemas:

- a) *Zonas de festo ou sistemas de relevo marcantes — colinas de Elvas;*
- b) *Zonas de vale;*
- c) *Recursos hídricos de superfície;*
- d) *Povoamentos de Sobro e ou Azinho;*
- e) *Vegetação natural ainda existente;*
- f) *Estrutura verde urbana.*
- g) *Espaços Culturais e Património, para além do classificado, todo o património inventariado, nomeadamente património paisagístico.*

Apesar desta aproximação conceptual a uma estrutura espacial da paisagem na delimitação da Estrutura Ecológica Municipal, não é um conceito integrador que dita as regras para a utilização e gestão integrada da ação humana sobre os sistemas naturais, mas sim os regimes de uso estabelecidos para cada classe de espaço ou os regimes de proteção que traduzem visões específicas para a respetiva salvaguarda de recursos (Artigos 26.º e 27.º). Salienta-se, no entanto, o conteúdo do n.º 6 do Artigo 26.º relativo à adequação da atividade humana às formas de relevo enquanto elementos estruturantes da paisagem preconizando “*nas zonas de vale, integrando os leitos dos cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias, o desenvolvimento da galeria ripícola, para proteção contra a erosão, e dotar estes ecotones aquático-terrestres de vegetação capaz de funcionar como «corredor» de vida silvestre onde a fauna procura refúgio e ou alimento*”; “*nas zonas de relevo, práticas agrícolas e ou florestais que contribuam para a proteção do solo e da água*”; e “*as atividades agrícolas, pastoris, florestais e silvo pastoris podem desenvolver-se de forma extensiva, excetuando-se as áreas de Aproveitamento Hidroagrícola do Caia, onde se pratica agricultura intensiva de regadio, evitando a destruição das estruturas de compartimentação ou outras que assegurem a continuidade dos processos ecológicos.*”

A partir dos elementos estruturantes da paisagem, a articular e regulamentar na Estrutura Ecológica Municipal pode recentrar-se, assim, a paisagem como foco do centro de decisão, inspirador do atual processo de ordenamento do território.

CAMPO MAIOR E OUGUELA. As fortificações de Campo Maior e Ouguela, ambas no concelho de Campo Maior, inserem-se respetivamente na Unidade de Paisagem 89 Peneplanície do Alto Alentejo e na transição para a Unidade de Paisagem 91 Várzeas do Caia e Juromenha (Cancela d’Abreu *et al*, 2004) (Figura 28).

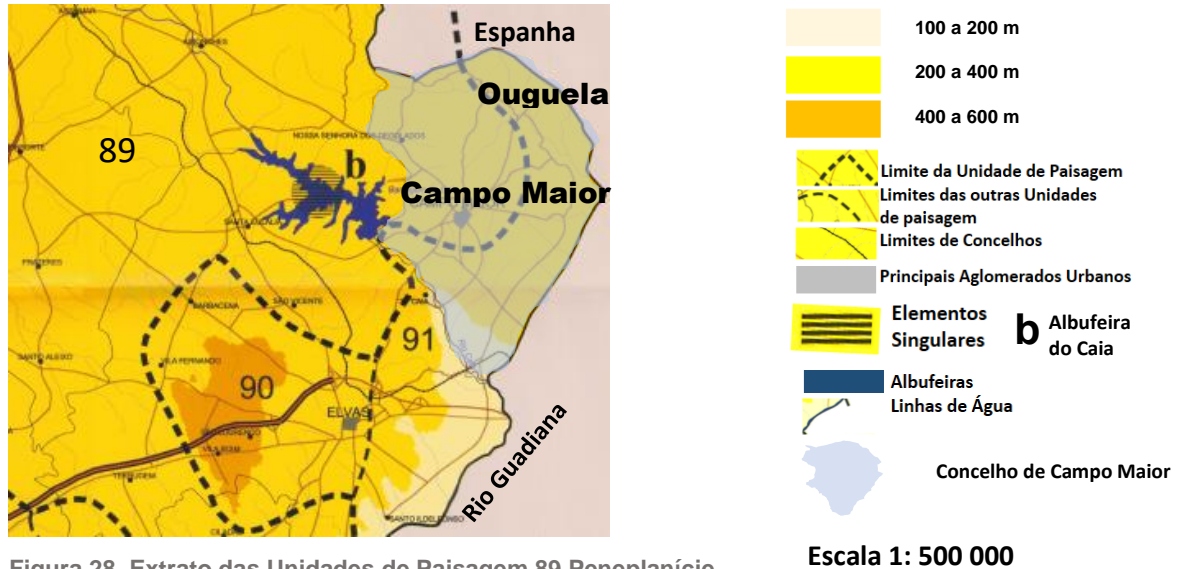


Figura 28. Extrato das Unidades de Paisagem 89 Peneplanície do Alto Alentejo e 91 Várzeas do Caia e Juromenha. Fonte: Cancela d’Abreu *et al*. (2004).

Na fortificação de Campo Maior a Guerra da Restauração da Independência (1640-1668) deu lugar às obras da cerca abaluartada envolvendo a de origem medieval, de que restam apenas partes do princípio do século XIV. Numa situação de transição da peneplanície para a várzea do Rio Xévorá, a fortificação de Ouguela constitui ainda um exemplo característico das praças fronteiriças medievais com muralhas que delimitam mas não contêm a povoação que se desenvolvia nas suaves encostas envolventes .

A estrutura desta paisagem é marcada por duas unidades morfológicas bem definidas – a Peneplanície⁶⁵ e as extensas várzeas do Rio Caia a sul do concelho e dos Rios Xévorá e Ribeira do Abrilongo a norte, constituindo importantes corredores húmidos (Figura 29). No relevo levemente ondulado da peneplanície dominam importantes sistemas de montado de azinho, o olival, as culturas arvenses de sequeiro e pastagens.

Campo Maior dispõe de Planos de Pormenor de Salvaguarda e valorização do Centro Histórico e Enquadramento para a salvaguarda e reabilitação da fortificação abaluartada tendo como objetivo a recuperação e requalificação do espaço público envolvente. Os elementos estruturantes da paisagem podem estabelecer a ligação desse espaço com o espaço rural.

⁶⁵ Onde o padrão de povoamento em localizações quase equidistantes e posições altimétricas diferenciadoras, se associa ao sistema urbano aos conjuntos fortificados – Campo Maior e Ouguela na primeira linha de defesa da fronteira.

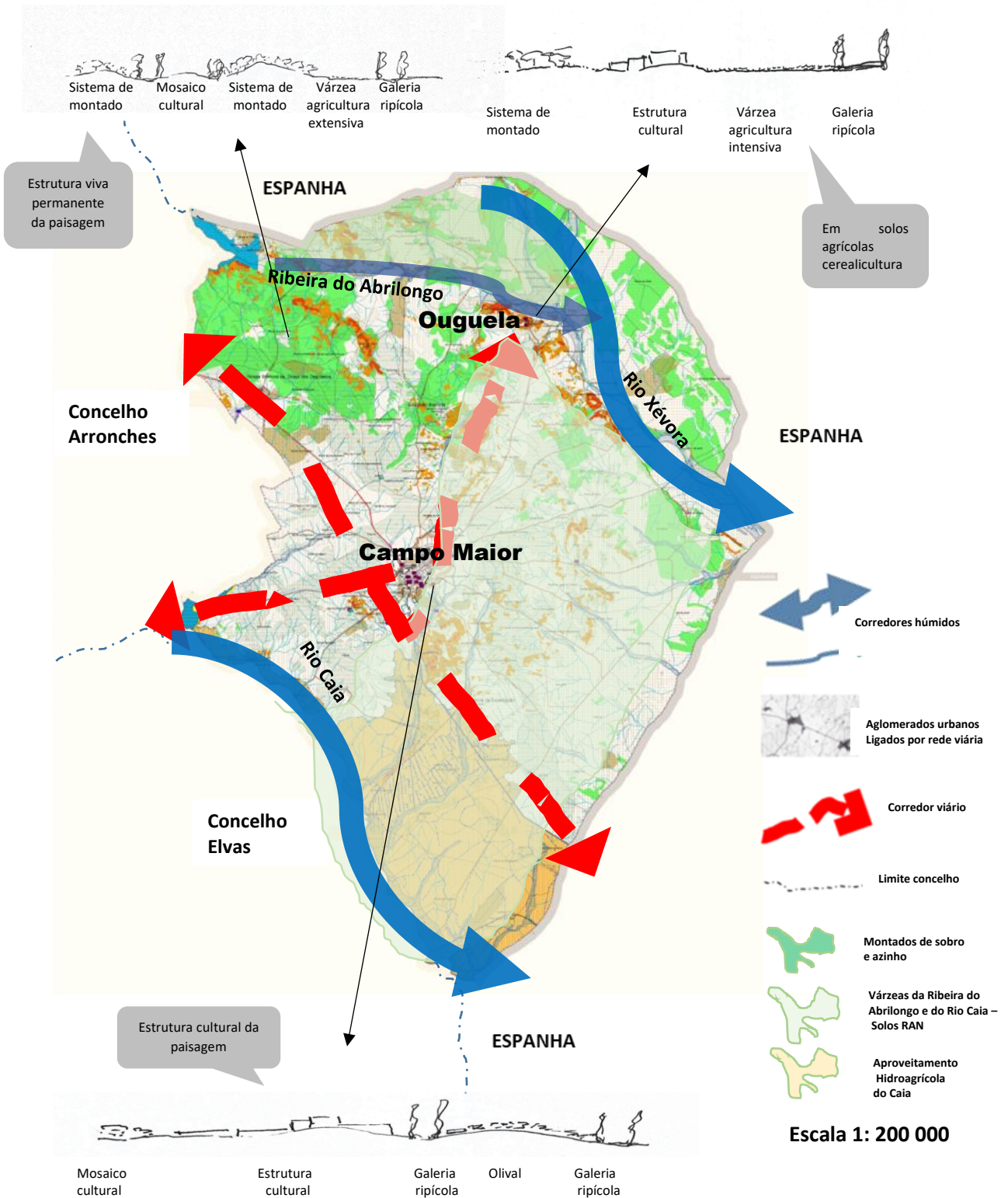


Figura 29. Esquematização dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Campo Maior e das tipologias de paisagem.

Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal de Campo Maior (aprovado pelo Aviso n.º 14265/2016, de 16 de novembro). Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

O PDM de Campo Maior, aprovado pelo Aviso n.º 14 265/2016, de 16 de novembro, definiu na estratégia de desenvolvimento para o concelho um modelo adaptado à circunstância de a sua totalidade estar classificada como Rede Natura 2000, ter 47% da sua área em RAN e ser abrangido pelo Aproveitamento Hidroagrícola do Caia. Destinado a compatibilizar a preservação das áreas consideradas fundamentais para conservação da natureza e a utilização agrícola intensiva de algumas áreas, respeitando as atividades tradicionais que complementam e diversificam a base económica do concelho, o modelo de ordenamento do território estabelece e regulamenta Espaços Naturais (Artigo 33.º), que correspondem às áreas de prados húmidos, galerias ripícolas, linhas de água, planos de água e matagal, com valor natural elevado e muito elevado, nos quais não é possível qualquer alteração do uso do solo ou edificação. Constituem objetivos de ordenamento destes espaços o estabelecimento de corredores ecológicos na Faixa de Proteção do Plano de Água da Albufeira do Caia e a preservação de Espaços Rústicos de Proteção e Enquadramento, com caráter *non aedificandi* na envolvente do perímetro urbano de Campo Maior, na proteção de linhas de água e de tomadas de vista, assim como a constituição de espaços de requalificação arquitetónica e paisagística na envolvente à Fortificação de Campo Maior.

A Estrutura Ecológica Municipal (Artigo 14.º) tem como objetivo a *“valorização e proteção dos “habitats” naturais e da paisagem, assim como a manutenção das funções e equilíbrio ecológico do território, bem como os espaços necessários ao equilíbrio do sistema urbano.”* Organiza-se em *“Estrutura Ecológica Rural”* que integra Áreas nucleares, de valor excepcional, valor muito elevado e elevado da Rede Natura, de forma a assegurar o desempenho das funções ecológicas essenciais à manutenção da biodiversidade; *“Áreas de conectividade ecológica/corredores ecológicos”* que incluem a rede hidrográfica e zonas adjacentes para ligação entre os *habitats* classificados como áreas nucleares; *“Espaços verdes em solo rústico”* que correspondem a áreas na envolvente dos perímetros urbanos destinados a assegurar a manutenção das características rurais e de lazer dessas áreas; e *“Estrutura Ecológica Urbana”* no interior dos perímetros urbanos de espaços verdes com funções de proteção e de lazer, que se articulam com a Estrutura Ecológica Municipal.

Apesar de a sua delimitação se aproximar conceptualmente de uma estrutura espacial com os princípios da Estrutura Ecológica Municipal prevista na legislação, as regras para a utilização e gestão associam-se às categorias de espaço, articuladas com os regimes legais aplicáveis, afastando-se da organização e funcionamento da paisagem enquanto conjunto de biocenoses de substituição, respeitando o equilíbrio ecológico na transformação dos sistemas naturais e a conectividade entre eles e com os espaços urbanos.

ARRONCHES. Arronches insere-se na Unidade de Paisagem 89 Peneplanície do Alto Alentejo (Cancela d’Abreu *et. al*, 2004) (Figura 30).

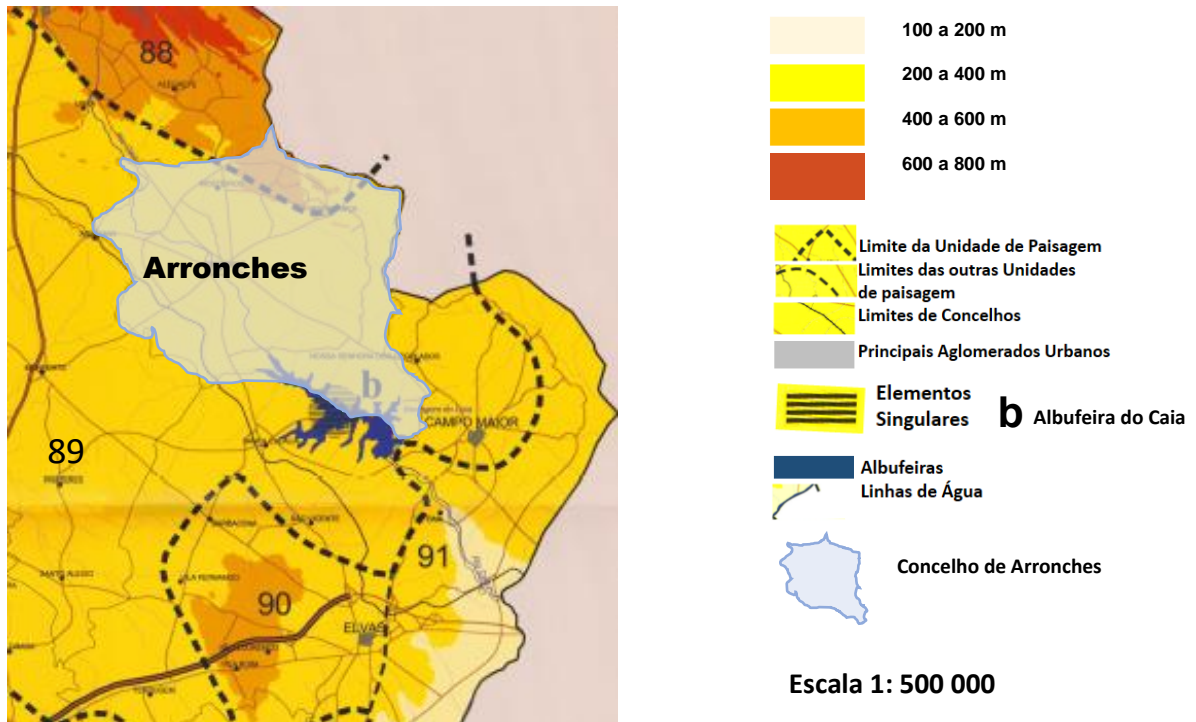


Figura 30. Extrato da Unidade de Paisagem 89 Peneplanície do Alto Alentejo.

Fonte: Cancela d’Abreu *et al.* (2004).

Da fortificação medieval de Arronches e posteriores intervenções datadas da época Moderna desapareceram partes significativas. A vila, numa elevação suavemente destacada da peneplanície, é envolvida pelo percurso meandrizado do Rio Caia. A parte Norte do concelho, com modelações de relevo em suaves colinas (Serra da Moura, Serra do Monte-Novo, Serra da Cabaça e Serra dos Louções) faz a transição para altitudes acima dos 400 m do sopé da Serra de S. Mamede (Unidade de Paisagem 88) em cujo Parque Natural se integram. Marcam a estrutura da paisagem (Figura 31) num eixo noroeste-sudeste, com povoamentos de azinho, galerias ripícolas e sistemas pastoris extensivos, que representam importantes *habitats*.

O Plano Diretor de Arronches, aprovado pela RCM 97/95, de 7 de outubro (com 2 alterações posteriores), não dispõe ainda da revisão que delimitará a Estrutura Ecológica Municipal. Identifica no art.º 38.º como “*Espaços de proteção e valorização ambiental as Áreas de Proteção e Valorização Ambiental*” que correspondem à REN, a Zona Especial de Conservação do Caia (PTCON30 Caia) e à área integrada no Parque Natural da Serra de S. Mamede, a que se aplicam os condicionamentos e orientações associados aos respetivos regimes jurídicos. A partir dos elementos estruturantes que se esquematizam, a organização da paisagem poderá acautelar as continuidades naturais e culturais que aquela Estrutura prevê nos termos da legislação em vigor.

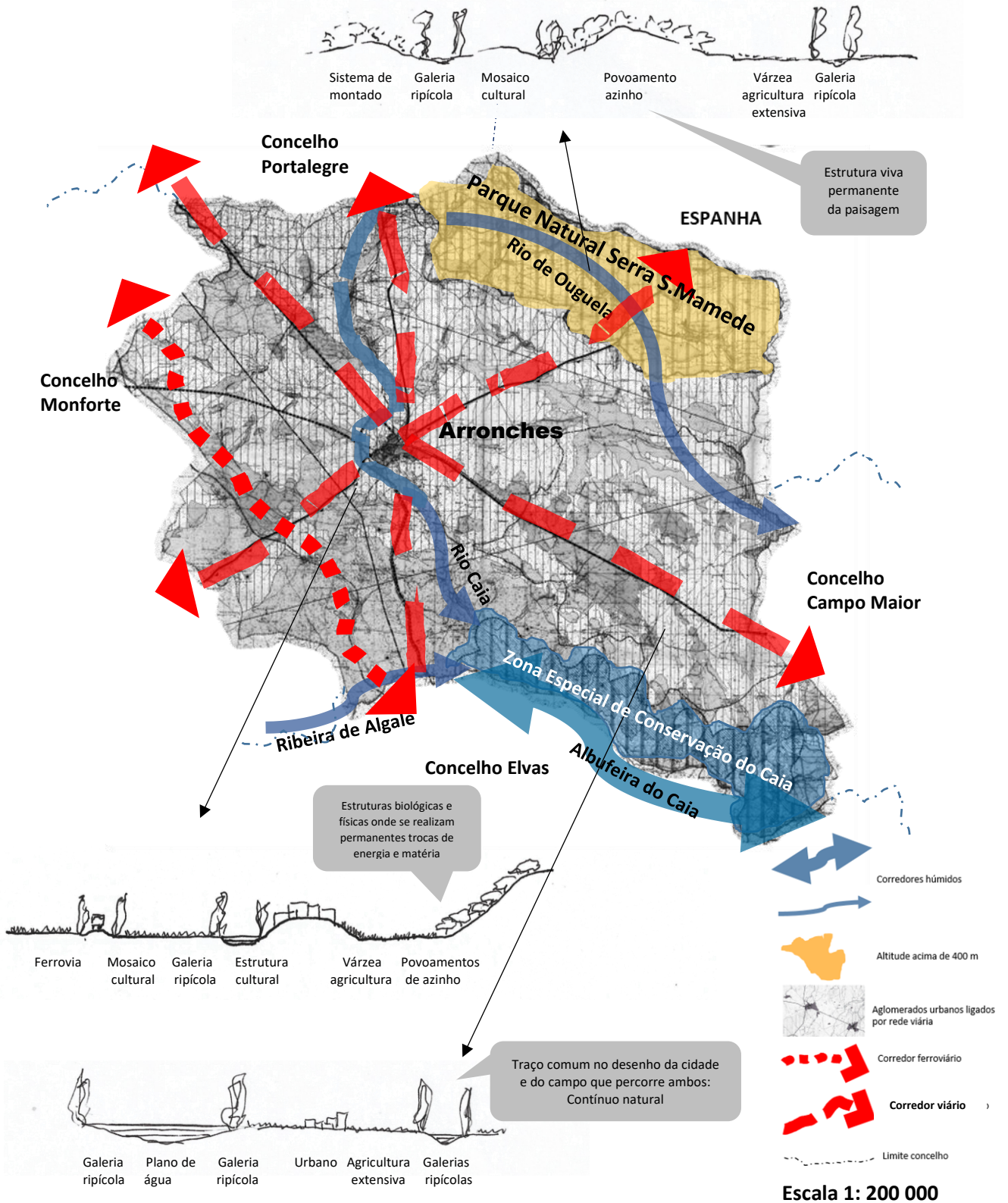


Figura 31. Esquematização dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Arronches e das tipologias de paisagem.

Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal de Arronches (aprovado pela RCM n.º 97/95, de 7 de outubro). Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

MARVÃO. O conjunto da fortificação e vila de Marvão inserem-se na Unidade de Paisagem 88 Serra de S. Mamede (Cancela d'Abreu *et. al*, 2004) (Figura 32).

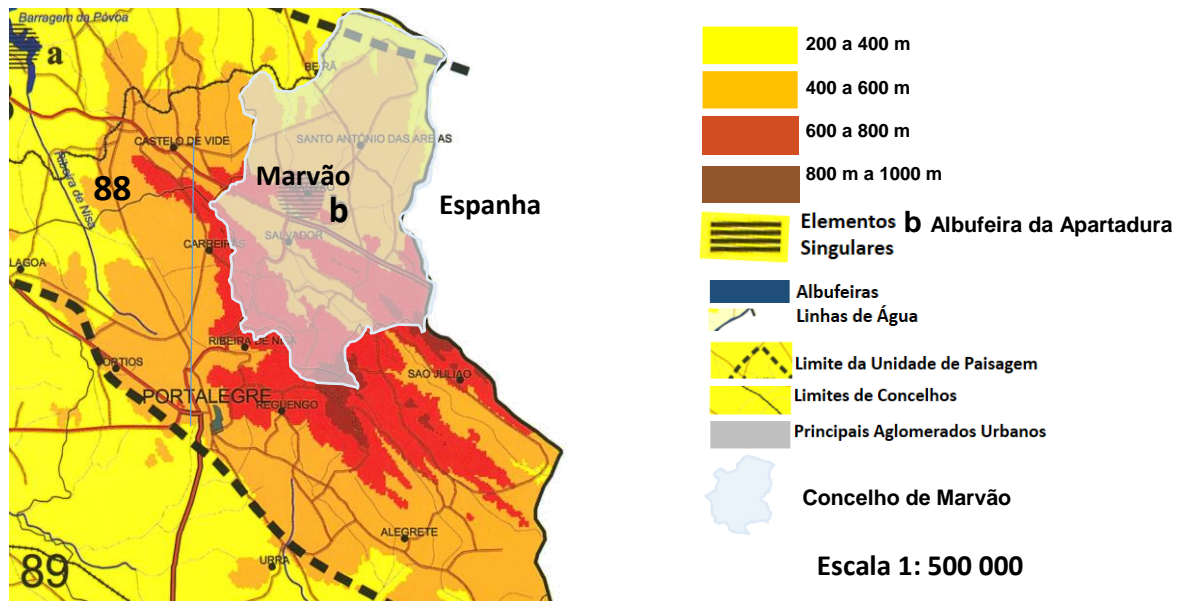


Figura 32. Extrato da Unidade de Paisagem 88 Serra de S. Mamede. Fonte: Cancela d'Abreu *et. al* (2004).

Pela sua localização o aglomerado de Marvão permanece com uma estrutura e imagem urbanas que deverão estar próximas das medievais, apesar de não existirem “debuxos” de Duarte de Armas para a fortificação.⁶⁶

A crista quartzítica onde se localiza Marvão, é um dos elementos estruturantes da paisagem contrastante com a envolvente e dá origem a uma variação de altitude e exposição das encostas, que fazem diferenciar os usos do solo. Destaca-se ainda na estruturação da paisagem um planalto rochoso que faz a transição para o vale do Rio Tejo no sentido sul-norte, onde corre o Rio Sever e afluentes, o mais importante corredor húmido do concelho, com uma várzea de solos agrícolas a montante onde se localizou a cidade romana da Amaia e o atual Aproveitamento Hidroagrícola da Apartadura (Figura 33). Os valores naturais e a paisagem modelada pela ação humana levaram à classificação desta área como Parque Natural da Serra de S. Mamede em 1989. Cancela d'Abreu *et al.* (2004, p. 203) destacam a “coerente ocupação humana, destinando os vales para a agricultura mais intensiva, os planaltos para as culturas de sequeiro ou pastagens, as encostas para as matas”. A manutenção desta coerência, tendo como referencial os elementos estruturantes da paisagem, garantirá a continuidade ecológica e cultural, fortalecendo as ligações urbano rurais.

⁶⁶ Refere Barroca (2016, p. 200) que no exemplar de Lisboa da Torre do Tombo, entre Castelo de Vide e Nisa “há dois fólhos em branco reservados, no índice, para as vistas de Marvão, que Duarte de Armas nunca visitou nem desenhou. Sinal, que planeou regressar à fronteira, para concluir a sua missão”.

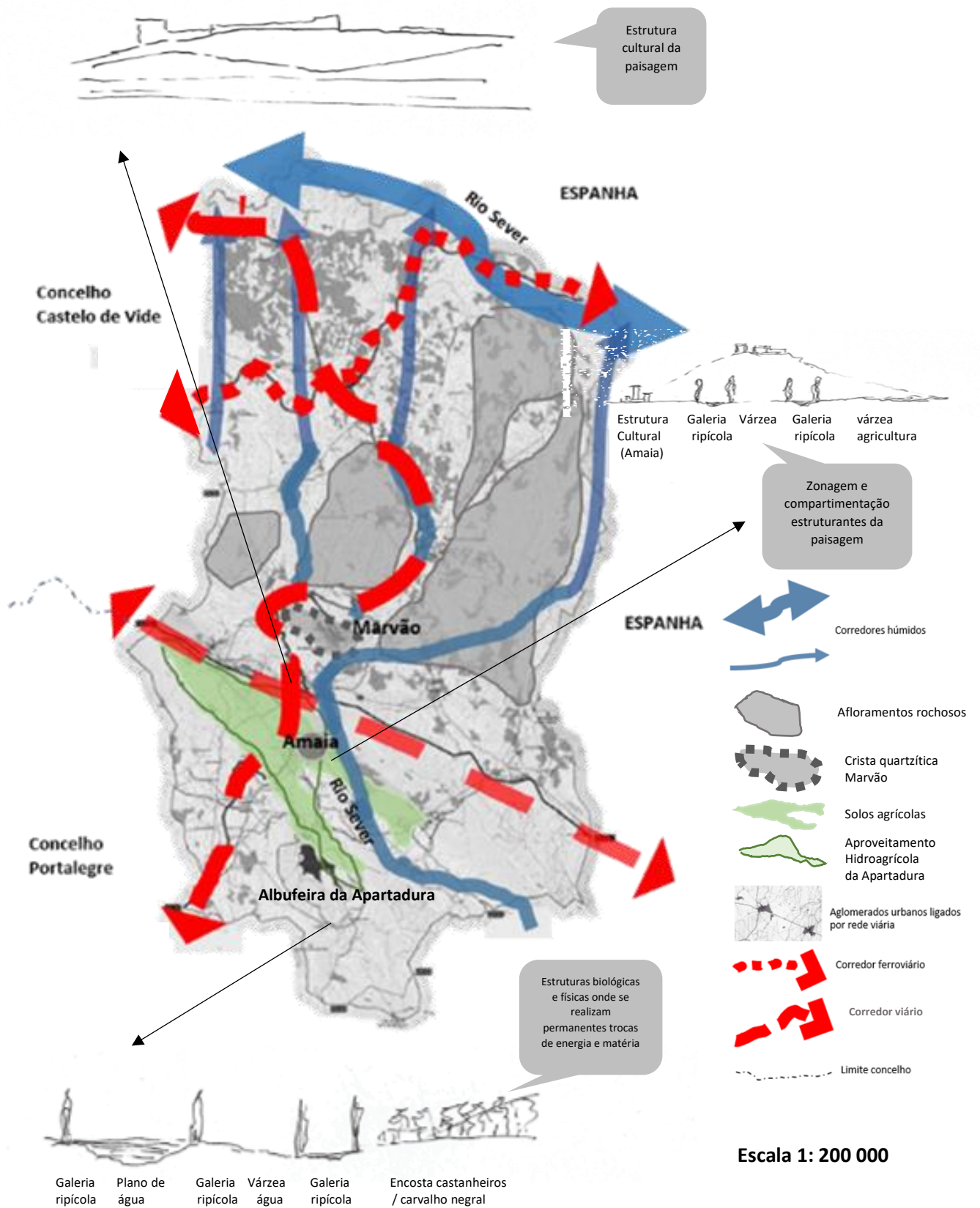


Figura 33. Esquematisação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Marvão e das tipologias de paisagem.

Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal de Marvão, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2018, de 30 de abril. Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

O Plano Diretor Municipal de Marvão foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2018, de 30 de abril.

Marcam o ordenamento e gestão deste território concelhio, a sua total integração na Zona Especial de Conservação de São Mamede (PTCON0007) e no Parque Natural da Serra de S. Mamede.

A abordagem à Estrutura Ecológica Municipal é feita no PDM de Marvão na identificação do “*Sistema ambiental*”, no âmbito dos “*Sistemas territoriais – Salvaguardas*,” constante no Artigo 6.º do regulamento. Aquele sistema “*integra o Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM), o Sítio de Importância Comunitário (SIC) de São Mamede, a Estrutura Ecológica Municipal, as Galerias Ripícolas e os corredores ecológicos do Plano Regional de Ordenamento Florestal, bem como as zonas ameaçadas pelas cheias.*” Visa “*garantir o equilíbrio ecológico do processo de transformação do território municipal, promovendo a melhoria das condições ambientais e de fruição ambiental nas áreas nele integradas.*”

No contexto privilegiado apontado por Cancela d’Abreu *et al.* (2004, p. 203) para a Serra de S. Mamede da “*coerente ocupação humana*” que é a paisagem, o Plano de Ordenamento do Parque Natural, aprovado pela RCM n.º 77/2005, de 21 de março, estabelece como referencial cinco níveis de proteção com os respetivos objetivos e restrições de uso, transversais e aplicáveis aos 4 concelhos que integram aquela Área Protegida (Arronches, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre).

Não estando identificada na Planta de Ordenamento do PDM de Marvão a Estrutura Ecológica Municipal, nela consta a demarcação de “*Espaços naturais e paisagísticos*”. Compreendem os “*espaços do solo rústico de elevado valor natural integrantes de áreas de reconhecido interesse natural e paisagístico em que ocorrem valores naturais com prioridade em termos de conservação, tais como Habitats da fauna e flora*” e integram a componente ecológica dos elementos estruturantes da paisagem – “*Afloramentos Rochosos*” correspondentes a “*valores naturais e paisagísticos de reconhecido interesse, incluindo formações geológicas, paisagísticas e com elevado grau de naturalidade, Albufeira da Apartadura e outros planos de água e Galerias Ripícolas e habitats naturais, bem como uma faixa mínima de 10 metros para cada lado das margens.*”

Regulamenta estes espaços o Artigo 44.º em função do disposto no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de S. Mamede, relativo à proteção de valores naturais com prioridade em termos de conservação.

Não são, assim, os elementos estruturantes da paisagem global, a considerar na Estrutura Ecológica Municipal que dariam continuidade à manutenção de uma coerência ecológica e cultural, que determinam o ordenamento concelhio.

MONTALVÃO. Montalvão é uma povoação pertencente à Unidade de Paisagem 55 Terras de Nisa (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004) (Figura 34), que é representativa da transição da peneplanície para o vale do Tejo, pelo que foi incluída pelos autores no Grupo de Unidades da Beira Interior.

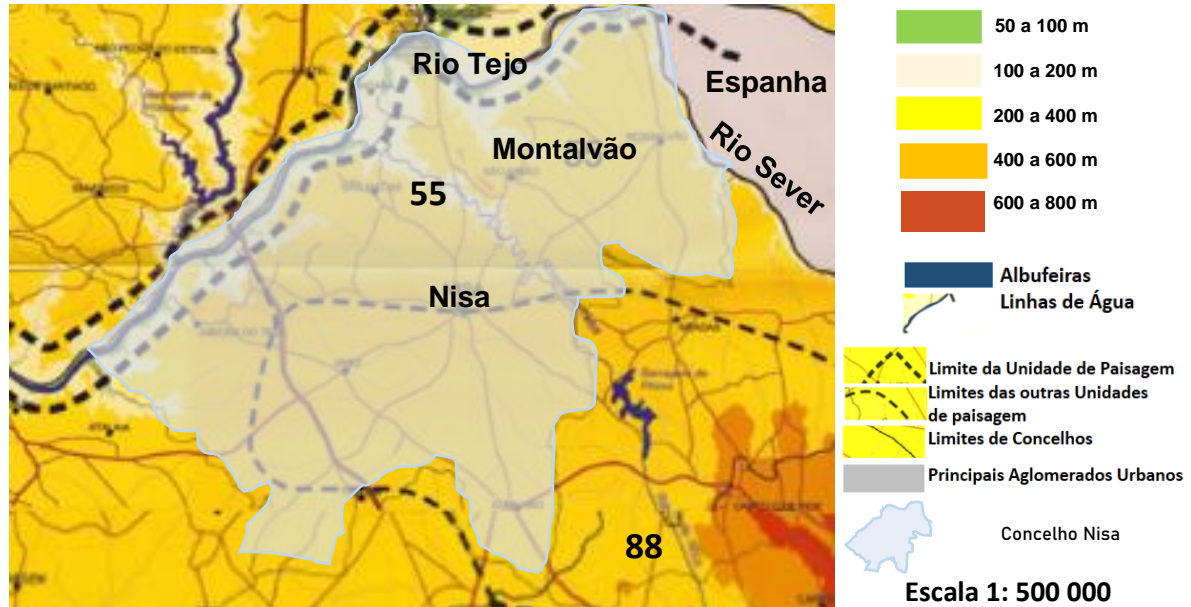


Figura 34. Extrato da Unidade de Paisagem 55 Terras de Nisa

Fonte: Cancela d'Abreu *et al.* (2004)

Não restando componentes significativas da fortificação medieval de Montalvão, permaneceu o parcelamento rural de muros de pedra envolvente da estrutura urbana que se mantém como nos “debuxos” de Duarte de Armas.

No sentido dominante sul-norte, a rede hidrográfica dos principais afluentes, a Ribeira de Nisa e o Rio Sever (linha de fronteira com Espanha), estruturam esta unidade de paisagem (Figura 35). A partir do prolongamento da peneplanície das pastagens que são a base de produção do queijo de denominação de origem controlada de Nisa, os respetivos vales são progressivamente encaixados até à confluência com o Rio Tejo, acompanhando originalmente essa diferenciação morfológica a vegetação autóctone. Constitui ainda um elemento estruturante o relevo da Serra de S. Miguel no sentido noroeste-sudeste que integra o monumento natural das Portas de Rodão na margem esquerda do Rio Tejo. Entre a Serra de S. Mamede a sudeste, a fronteira a leste e o vale do Rio Tejo a norte, esta unidade caracteriza-se pela dominância do coberto vegetal de pinheiro bravo e eucalipto, ocupando indiferenciadamente situações morfológicamente distintas. A reconstrução da paisagem a partir dos seus elementos estruturantes, organizando-a em função do equilíbrio ecológico permitiria estabelecer corredores ecológicos e mosaicos culturais em contexto florestal, promovendo a conectividade indispensável ao intercâmbio genético, essencial para a recuperação e manutenção da biodiversidade e a continuidade dos sistemas pastoris.

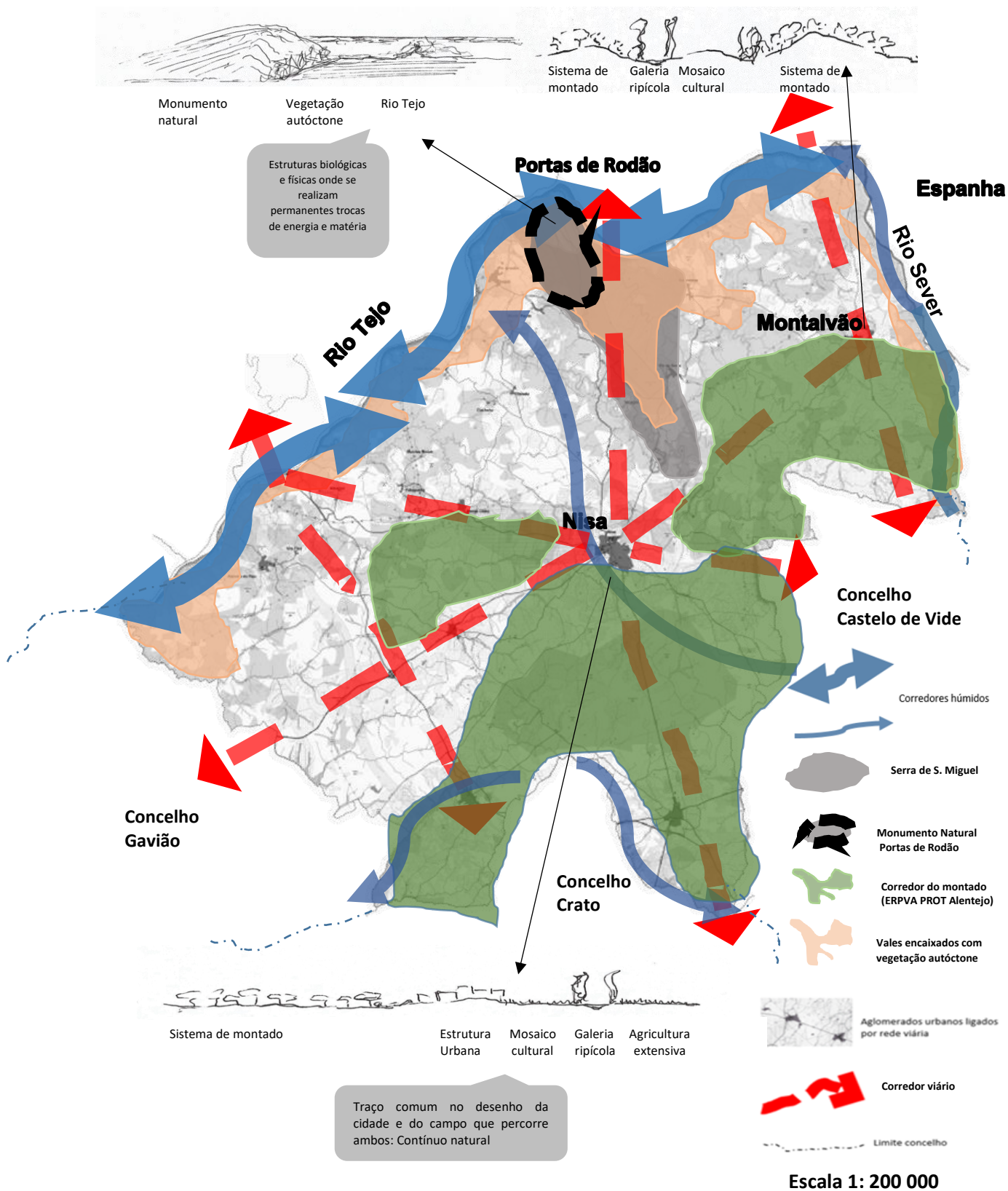


Figura 35. Esquematisação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Nisa e das tipologias de paisagem

Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Ordenamento Geral do Plano Diretor Municipal de Nisa (aprovado pelo Aviso n.º 5839/2016 de 5 de maio). Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

O Plano Diretor Municipal de Nisa, publicado pelo Aviso n.º 13 059/2015, de 9 de novembro é, do nosso ponto de vista, um exemplo que pode aproximar a conceção de estrutura espacial da paisagem (Figura 36), à Estrutura Ecológica Municipal que “*distingue dois grandes sistemas: o Sistema Húmido e o Sistema Seco como primeira grande diferenciação relativamente ao funcionamento e distribuição dos recursos naturais e que englobam as áreas de habitat naturais e seminaturais de interesse comunitário para a conservação da natureza e as áreas de habitat propícias à ocorrência e desenvolvimento de espécies de fauna/flora, principalmente no que respeita às espécies prioritárias.*” (Câmara Municipal de Nisa, 2011, p. 21).

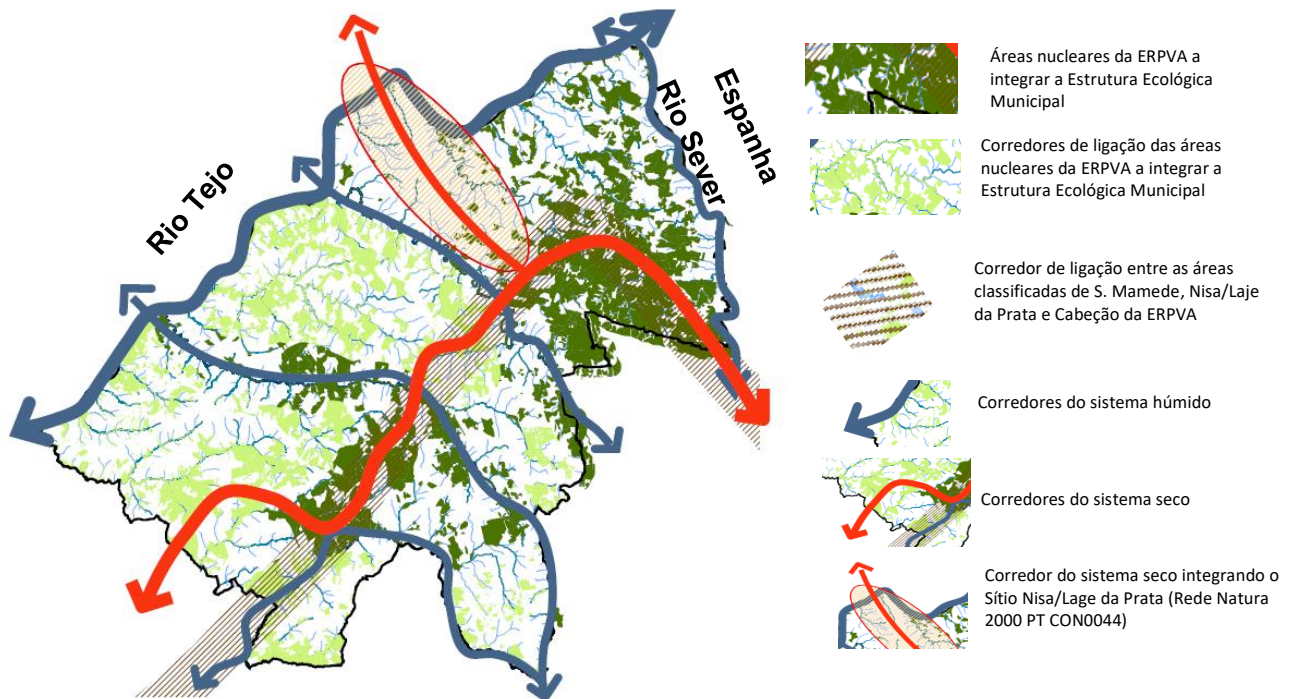


Figura 36. Esquema de conceção para a definição da EEM do concelho de Nisa. Sem escala.

Fonte: Documento de trabalho Relatório III Estrutura Ecológica Municipal do Plano Diretor Municipal de Nisa (2011, p. 21) aprovado pelo Aviso n.º 13 059/2015, de 9 de novembro.

A sua delimitação à escala local parte da transposição da escala regional, isto é da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA),⁶⁷ estabelecida no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo⁶⁸ (PROT Alentejo), para a Estrutura Ecológica Municipal na definição de corredores ecológicos.⁶⁹

⁶⁷ Estrutura constituída por áreas nucleares, que integram as áreas protegidas e os Sítios de Importância Comunitária do PSRN 2000, e por áreas de conectividade ecológica que fazem a ligação entre as anteriores.

⁶⁸ Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, com a Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro.

⁶⁹ No Relatório do PDM de Nisa justifica-se que a necessidade de utilizar critérios diferentes para delimitar os corredores ecológicos que fazem parte da Estrutura Ecológica Municipal dentro dos Sítios de Interesse Comunitário (áreas nucleares) e fora destes (áreas de conectividade) se deve ao facto de não existir cartografia de *habitats* naturais e seminaturais fora daqueles Sítios.

A Câmara Municipal de Nisa (2011, p. 1) tomou como premissa para a Estrutura Ecológica Municipal que esta assenta na base do conceito de contínuo natural e se traduz em corredores ecológicos. Não resulta, assim, da soma de todas as figuras de base ecológica nem se apresenta como figura apenas de carácter indicativo como se considerava até então; resulta da ligação das áreas mais significativas em termos de valores naturais, formando uma rede ecológica composta por núcleos e corredores de ligação, em articulação com os municípios envolventes.

A sua delimitação em articulação com a ERPVA identificada no PROT, atendeu às respetivas “Áreas nucleares” (áreas classificadas de importância nacional e internacional, que refletem prioridades estabelecidas ao nível da Comunidade Europeia e consagradas em diretivas e convenções internacionais) e “Áreas de conectividade ecológica” (corredores que permitem a conectividade entre as áreas nucleares).

O Relatório de Elaboração da Estrutura Ecológica Municipal (Câmara Municipal de Nisa, 2011, p. 1) evidencia o “*condicionamento das áreas da Estrutura Ecológica Municipal em termos de alteração do regime de uso do solo, expansão urbano-turística, abertura de novas vias ou acesso ou a introdução de espécies não indígenas*”.

O Regulamento do PDM de Nisa prevê, no entanto e de acordo com a lei, a sobreposição da expressão gráfica da Estrutura Ecológica Municipal às diversas classes de espaço, com a respetiva regulamentação, tornando a articulação apenas teórica. Isto é, apesar da aproximação conceptual da delimitação da estrutura Ecológica Municipal, não são os elementos estruturantes da paisagem, enquanto conceito integrador, que ditam as regras para a utilização e gestão integrada da ação humana sobre os sistemas naturais. São, sim, os regimes de proteção que traduzem visões específicas de salvaguarda de recursos (Artigos 25º a 29º do PDM de Nisa), em que as respetivas condicionantes variam consoante os diferentes graus de proteção dos valores naturais em causa, como atesta o regime da Estrutura Ecológica Municipal, estabelecido no Artigo 17.º Proteção dos valores:

1 — *O Regime de ocupação nas áreas integradas na Estrutura Ecológica Municipal é o previsto para a respetiva categoria de espaço, articulado, quando for o caso, com os regimes legais específicos aplicáveis às mesmas áreas;*

2 — *Nas áreas nucleares, correspondentes aos Sítios de Importância Comunitária do Plano sectorial da Rede Natura (PSRN), para além do determinado no número anterior a proteção é estabelecida de acordo com as exigências ecológicas e as necessidades de gestão dos valores em presença, a partir das medidas de Gestão de Habitats e Fauna determinadas no Plano de Gestão e Conservação dos sítios de S. Mamede e Nisa/Laje da Prata (NORTENATUR 2008, NORTENATUR 2009), que faz parte integrante dos estudos complementares ao plano.*

SEGURA, SALVATERRA DO EXTREMO, PENHA GARCIA, MONSANTO. As fortificações de Segura, Salvaterra do Extremo, Penha Garcia e Monsanto no concelho de Idanha-a-Nova inserem-se nos limiares das Unidades de Paisagem Penha Garcia e Serra da Malcata (Unidade 50), Castelo Branco – Penamacor – Idanha (Unidade 51), Campina da Idanha (Unidade 52) e Beira Baixa – Tejo Internacional (Unidade 53) e Tejo Superior e Internacional (Unidade 54) (Cancela d’Abreu *et. al*, 2004) (Figura 37).

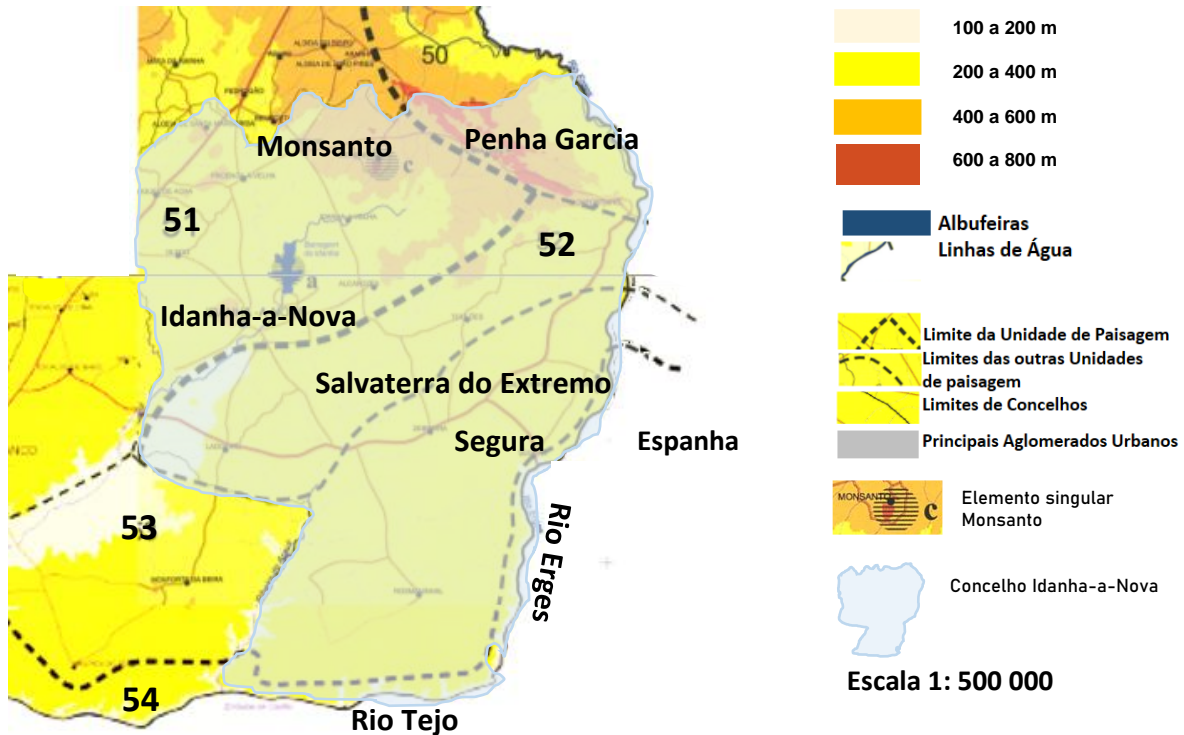


Figura 37. Extrato das Unidades de Paisagem 50, 51, 52, 54
Fonte: Cancela d’Abreu *et al.* (2004)

Na transição das Unidades de Paisagem Beira Baixa – Tejo Internacional (Unidade 53) e Tejo Superior e Internacional (Unidade 54) (Cancela d’Abreu *et. al*, 2004), Salvaterra do Extremo e Segura, integraram importantes posições defensivas do sistema de fortificação medieval e do povoamento a ele associado ao longo do Rio Erges, que constitui a linha de fronteira com Espanha.

O município de Idanha-a-Nova integra situações de transição do vale do Rio Tejo para a Campina da Idanha e desta para um relevo de colinas e afloramentos rochosos. São os elementos estruturantes desta paisagem.

Penha Garcia e Monsanto localizam-se em altitudes acima dos 600 m, fazendo parte do conjunto de fortificações que não foram intervencionadas na Época Moderna. Penha Garcia com origem numa fortificação implantada numa escarpa rochosa, terá determinado o crescimento da povoação nas encostas da penha como retrata Duarte de Armas (Figura 38) nas respetivas vistas. A aldeia histórica de Monsanto localiza-se na transição de altitude da Campina da Idanha para a Unidade de paisagem 50 Penha

Garcia e Serra da Malcata (Cancela d'Abreu *et. al.* 2004). A dominância de afloramentos rochosos de granito expressivamente retratada por Duarte de Armas (Figura 39) marca essa transição de que a humanização da paisagem tirou partido. Referem Cancela d'Abreu *et al.* (2004, p. 110) relativamente à arquitetura e conceção da aldeia de Monsanto “o testemunho de uma extraordinária e sensível inserção num ambiente rochoso adverso, onde a pedra faz de alicerce, de parede, de chão e / ou de telhado”.



Figura 38. Penha Garcia. Duarte de Armas (1509, fl. 59v-60)
Fonte: ANTT

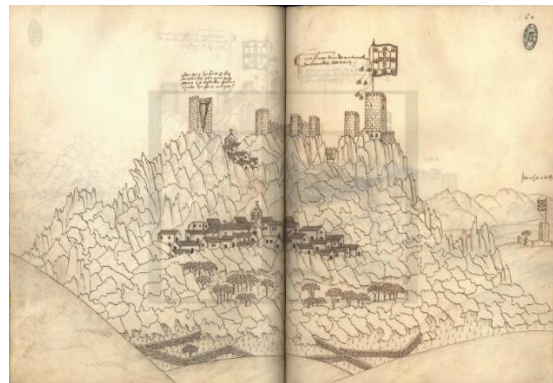


Figura 39. Monsanto. Duarte de Armas (1509, fl. 61v-62)
Fonte: ANTT

Salvaterra do Extremo e Segura localizam-se na margem direita do Rio Erges, afluente da margem direita do Rio Tejo, importante corredor hídrico com características naturais onde, como salienta Cancela d'Abreu *et. al.* (2004, p. 125), ainda “se podem observar as águas correndo naturalmente no leito pedregoso do rio, de acordo com as variações naturais dos caudais”.

As vilas fortificadas de Segura, Salvaterra do Extremo, Penha Garcia e Monsanto perderam importância estratégica na época Moderna, o que contribuiu para o progressivo desaparecimento das estruturas fortificadas, perdurando os aglomerados pelo desempenho de funções urbanas, numa área de marcada baixa densidade populacional. Constituem-se como elementos patrimoniais desta paisagem cuja integração nos corredores estruturantes permitirá a articulação entre espaços urbanos e rurais e a sua continuidade enquanto componentes fundamentais da unidade cultural da Raia (Figura 40).

O Plano Diretor Municipal de Idanha-a-Nova aprovado pela RCM 43/94, de 20 de junho, não dispõe ainda da revisão que delimitará a Estrutura Ecológica Municipal, (re)estabelecendo as conectividades ecológicas. A partir dos elementos estruturantes que se esquematizam, a organização da paisagem poderá acautelar as continuidades naturais e culturais que aquela Estrutura prevê nos termos da legislação em vigor.

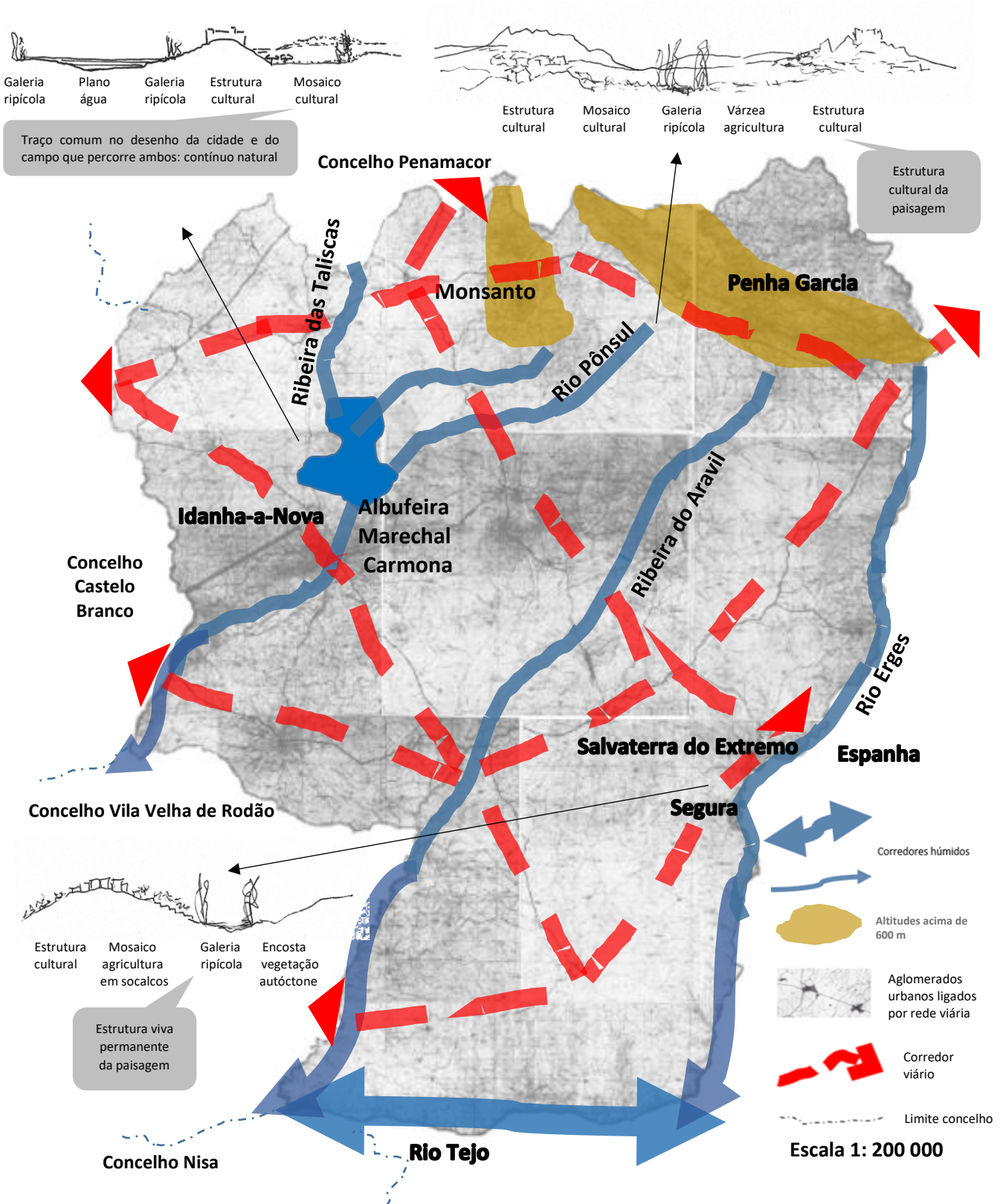


Figura 40. Esquematisação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Idanha-a-Nova e das tipologias de paisagem

Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Ordenamento Geral do Plano Diretor Municipal de Idanha-a-Nova (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/94, de 20 de junho). Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

PENAMACOR. A fortificação de Penamacor integra-se no limiar da Unidade de Paisagem 51 Castelo Branco – Penamacor – Idanha, começando a ser já perceptíveis as características da Unidade de Paisagem 50 Penha Garcia e Serra da Malcata (Cancela d’Abreu *et. al.*, 2004) (Figura 41). Estes autores (p. 109) sinalizam Penamacor como aldeia histórica.

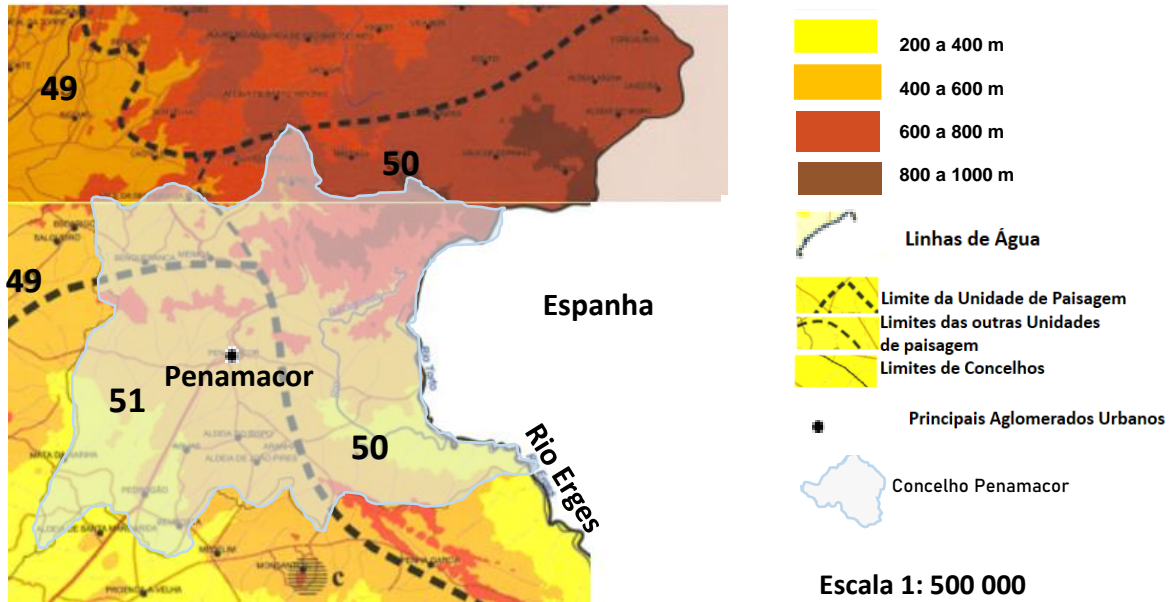


Figura 41. Extrato da Unidade de Paisagem 51 Castelo Branco, Penamacor, Idanha.
Fonte: Cancela d’Abreu *et al.* (2004).

A fortificação medieval, Património classificado como Arquitetura Militar, no alinhamento do relevo noroeste-sudeste onde se localiza Penha Garcia, já constava do registo de Duarte de Armas e não foi objeto de intervenção na Época Moderna, sendo ultrapassada na sua função defensiva pela conceção decorrente dos novos modelos associados a novos requisitos da artilharia.

Estruturam esta paisagem (Figura 42) a dominância de altitudes entre os 400 e os 600 m e uma transição a nordeste para altitudes acima dos 800 m, com os relevos rochosos e formas montanhosas da Serra da Malcata, integrantes da Reserva Natural onde são relevantes os bosques e áreas de matagal mediterrâneo, e do início do planalto da Beira Transmontana. Esta diversidade associada às formas de relevo e à natureza dos solos marcam a estrutura da propriedade, os usos e elementos de compartimentação das parcelas agrícolas. Destacam-se os corredores hídricos dos dois grandes afluentes do Rio Erges – o Rio Torto que constitui a fronteira com Espanha e o Rio Bazágueda. Atravessam a área aplanada entre os 400 e os 600 m as Ribeiras da Meimoa, o Rio Taveiro e a Ribeira das Taliscas. A constituição de corredores para articulação dos elementos estruturantes da paisagem permitirá a continuidade entre espaços urbanos e rurais e a unidade cultural da Raia.

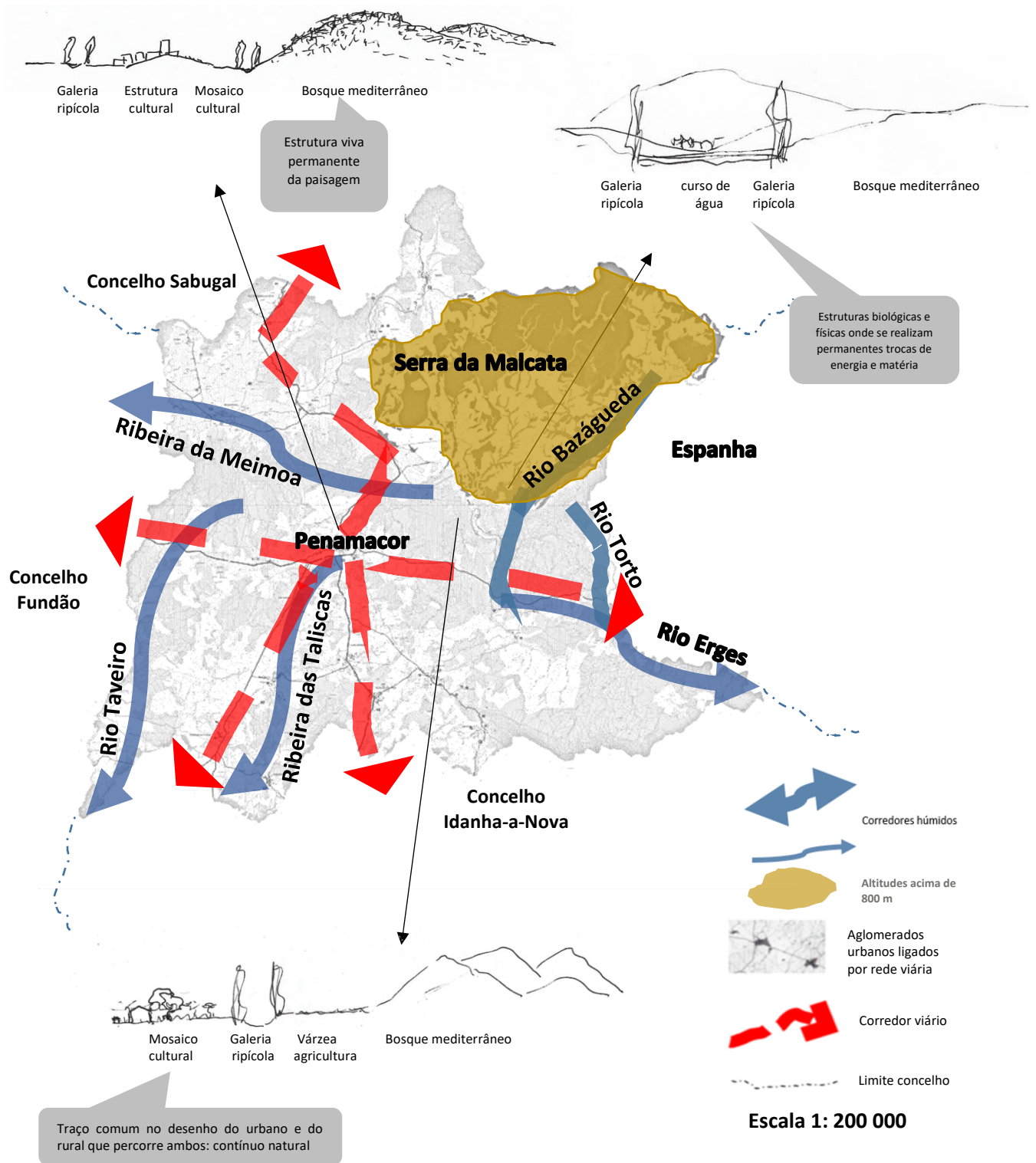


Figura 42. Esquematização dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Penamacor e das tipologias de paisagem.

Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Ordenamento Geral do Plano Diretor Municipal de Penamacor (aprovado pelo Aviso n.º 14 228/2015, de 3 de dezembro). Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

O Plano Diretor Municipal de Penamacor aprovado pelo Aviso n.º 14 228/2015, de 3 de dezembro, estabelece que a Estrutura Ecológica Municipal identificada na Planta de Ordenamento, de acordo com o n.º 1 do Artigo 58.º do respetivo Regulamento, *“pretende criar um contínuo natural através de um conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística do património natural dos espaços rurais e urbanos.”*

Deve, segundo o n.º 2 do mesmo artigo, garantir funções de *“proteção das áreas de maior sensibilidade ecológica e de maior valor para a conservação da fauna e dos habitats nomeadamente os valores intrínsecos à Reserva Natural da Serra da Malcata; a promoção dos sistemas agrícolas e pecuários integrados em áreas de Produtos Tradicionais de Qualidade (...) do concelho de Penamacor; proteção dos corredores ecológicos e das respetivas linhas de água e a sua manutenção em rede.”*

Devido à própria natureza jurídica da figura de Estrutura Ecológica Municipal, a sua expressão gráfica sobrepõe-se às diversas classes de espaço, pelo que prevê a respetiva regulamentação que se aplica o regime respeitante às categorias de solo em que se integram (Artigo 59.º). Do mesmo modo, aplica-se o regime jurídico das áreas sujeitas a servidão administrativa e restrição de utilidade pública pela qual sejam abrangidas (RAN – incluindo o Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira e REN), as orientações de gestão definidas para o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e as normas do Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata.

Ainda que a Estrutura Ecológica Municipal agregue essencialmente as principais áreas integradas em figuras legais de proteção e não se constitua como a base do contínuo natural e cultural para o ordenamento do território, são elencadas disposições sobre preservação de elementos da paisagem (no n.º 2 do artigo 59º) que vão ao encontro do conceito de estrutura cultural. Incluem *sebes de compartimentação da paisagem, preservação ou recuperação da galeria ripícola dos cursos de água, manutenção de bosques de Quercus suber e Quercus pyrenaica e manchas de matagal mediterrânico.*

À semelhança de outros processos de delimitação da Estrutura Ecológica Municipal, com uma aproximação conceptual convergente com o definido na legislação, não são os elementos estruturantes da paisagem, enquanto conceito integrador, que ditam as regras para a utilização e gestão integrada da ação humana sobre os sistemas naturais. Às relativas às classes de espaço definidas no Plano Diretor Municipal sobrepõem-se, ainda, regimes de salvaguarda de recursos ou valores para a conservação da natureza, em diferentes graus de proteção.

ALFAIATES e VILAR MAIOR. As fortificações de Alfaiates e Vilar Maior pertencem ao município do Sabugal e inserem-se na Unidade de Paisagem 47 Planalto da Beira Transmontana (Cancela d'Abreu *et al*, 2004) (Figura 43).

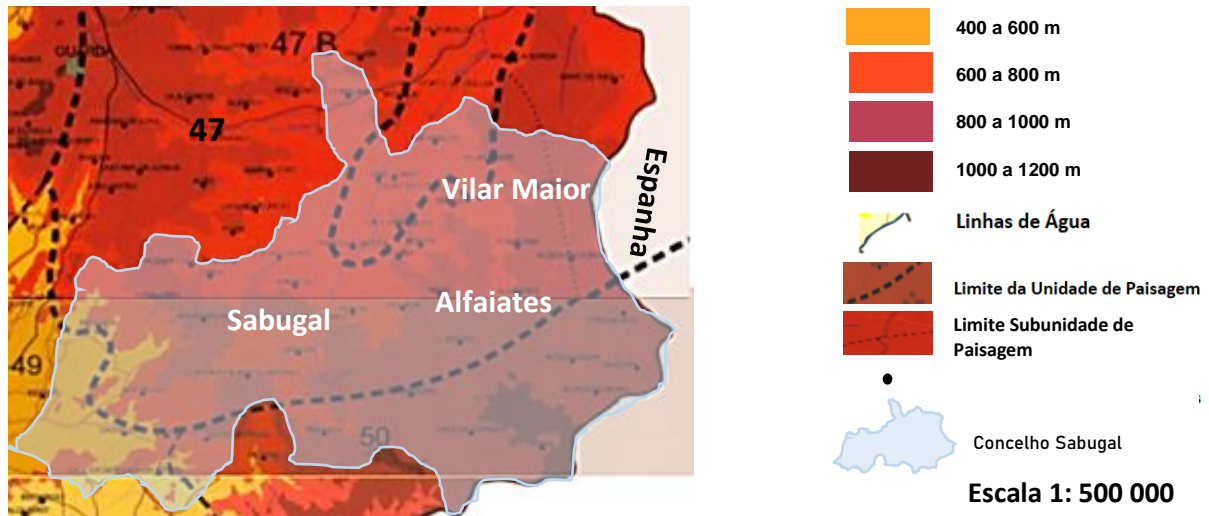


Figura 43. Extrato da Unidade de Paisagem 47 Planalto da Beira Transmontana.
Fonte: Cancela d'Abreu *et al*. (2004).

Alfaiates e Vilar Maior, localizam-se na transição do planalto para a dominância de altitudes acima dos 800 m. Integram o eixo norte-sul do sistema de fortificação da fronteira Leste da Raia seca em alinhamento com os festos que separam as bacias dos Rios Côa e Águeda. Possuíram valor estratégico na época medieval não constando, no entanto, Alfaiates do levantamento de Duarte de Armas de 1509, nem sendo hoje visível a estrutura de defesa da Guerra da Restauração intervencionada no século XVII. A fortificação de Vilar Maior, património da Arquitetura Militar, ocupa uma posição que abarca a visibilidade até Alfaiates e Sabugal Velho, tal como registada por Duarte de Armas em 1509, sem intervenções posteriores.

Estruturam esta extensa e coesa paisagem de planalto rochoso o corredor húmido dos Rio Côa e principais afluentes (Figura 44).

No limiar da fronteira Leste de Portugal, é a paisagem representativa do mundo rural periférico, quer do lado espanhol quer do lado português, com uma economia suportada maioritariamente pela agricultura extensiva e a ocorrência de um conjunto de *habitats* naturais de carvalho negral, de formações ripícolas e de charnecas secas integrados no Sítio da Rede Natura PT CON0004 Malcata. Este elemento de referência pode fundamentar a constituição de corredores ecológicos de articulação com os concelhos de Penamacor e Almeida, a encadear na estrutura de conetividade dos aglomerados urbanos entre si, garantido a conexão do contínuo cultural da Raia.

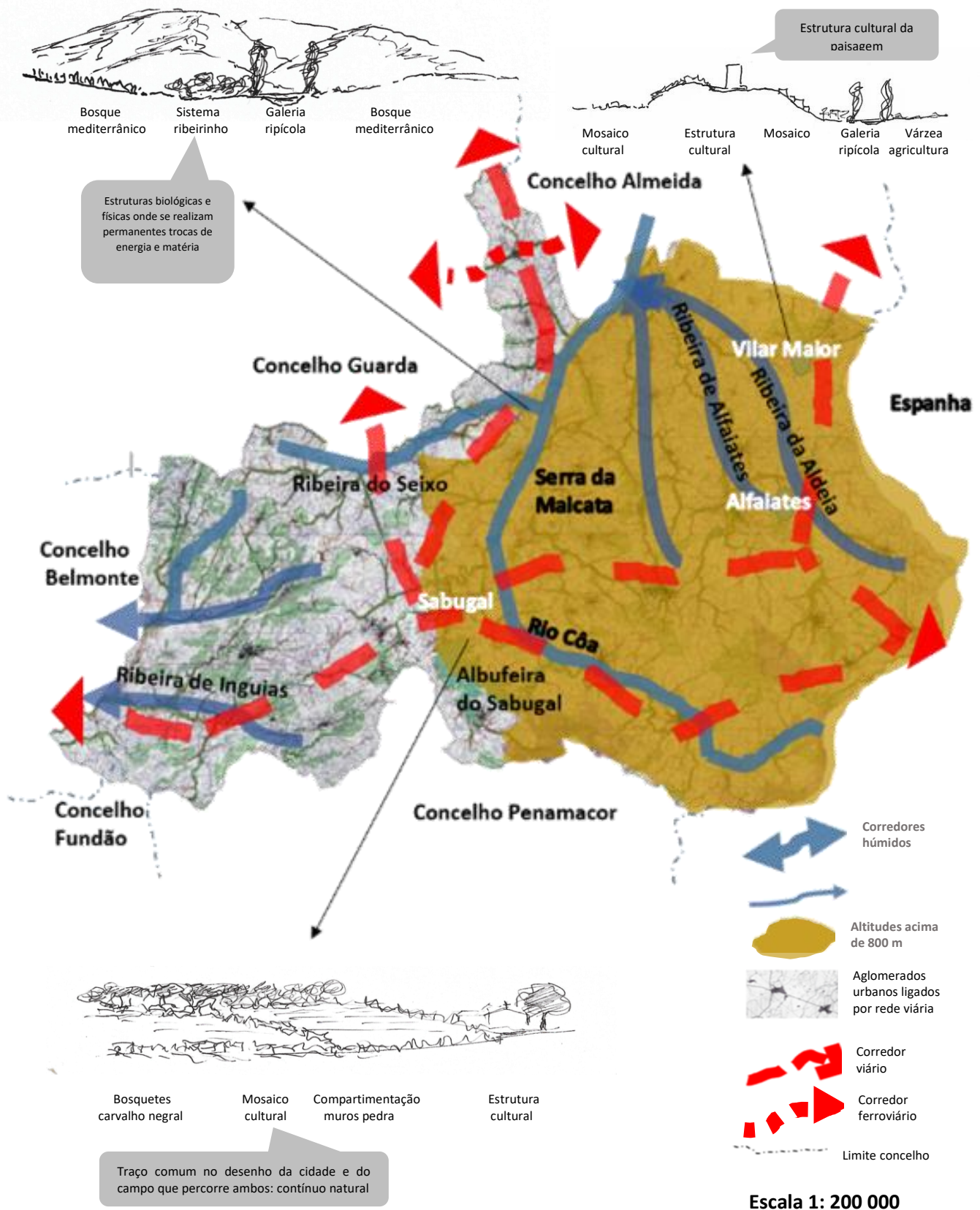


Figura 44. Esquematisação dos elementos estruturantes da paisagem do concelho de Sabugal e das tipologias de paisagem

Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Ordenamento Geral do Plano Diretor Municipal de Sabugal (aprovado pelo Aviso n.º 9352/2018, de 10 de julho). Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

O PDM de Sabugal, aprovado pelo Aviso n.º 9352/2018, de 10 de julho, estabelece no Artigo 78.º do Regulamento sobre a Estrutura Ecológica Municipal,⁷⁰ que *“pretende criar um contínuo natural através de um conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística do património natural dos espaços rurais e urbanos.”* Segundo o n.º 2 do mesmo artigo, deve garantir funções de *“proteção das áreas de maior sensibilidade ecológica e de maior valor para a conservação da fauna e dos habitats nomeadamente os valores intrínsecos à Reserva Natural da Serra da Malcata; a promoção dos sistemas agrícolas e pecuários integrados em áreas de Produtos Tradicionais de Qualidade (...) do concelho de Sabugal; proteção dos corredores ecológicos e das respetivas linhas de água e a sua manutenção em rede.”*

A Estrutura Ecológica Municipal, que consta da Planta de Ordenamento, organiza-se (n.º 3 do Artigo 78.º) em estrutura ecológica fundamental – REN, RAN, Verde Urbano, Albufeiras, linhas e cursos de água; estrutura ecológica complementar – Corredor Ecológico do Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte; estrutura ecológica de valorização – Zona Especial de Conservação (Sítio da Rede Natura 2000 PTCON0004 – Malcata) e área integrada no Perímetro Florestal Alto Côa. Não obstante esta diferenciação, a Estrutura Ecológica Municipal agrega as áreas integradas em figuras legais de proteção com os respetivos regimes, normas e orientações de gestão. Sobrepõem-se às diversas classes de espaço, aplicando-se o regime respeitante às categorias em que se integram (Artigo 79.º).

As disposições sobre preservação de elementos da paisagem (no n.º 2 do artigo 79º) incluem *estruturas tradicionais associadas à atividade agrícola, nomeadamente eiras, poços, tanques, noras, moinhos, muros de pedra, sebes de compartimentação da paisagem, preservação ou recuperação da galeria ripícola dos cursos de água, manutenção de bosques de Quercus suber e Quercus pyrenaica e manchas de matagal mediterrânico e das culturas extensivas de sequeiro* (exceto nos Aproveitamentos Hidroagrícolas da Cova da Beira e Alfaiates) e povoamentos florestais autóctones que vão ao encontro do conceito de estrutura cultural.

Esta abordagem, convergente com o definido na legislação, não é, porém, o suporte do contínuo natural e cultural em que os elementos estruturantes da paisagem, enquanto conceito integrador, ditam as regras para o ordenamento do território e gestão da ação humana sobre os sistemas naturais.

⁷⁰ Idêntico ao correspondente ao Regulamento do PDM de Penamacor.

ALMEIDA. Almeida insere-se na transição da Unidade de Paisagem 47 Planalto da Beira Transmontana para a Unidade de Paisagem 48 Vale do Côa (Cancela d’Abreu *et. al*, 2004) (Figura 45).

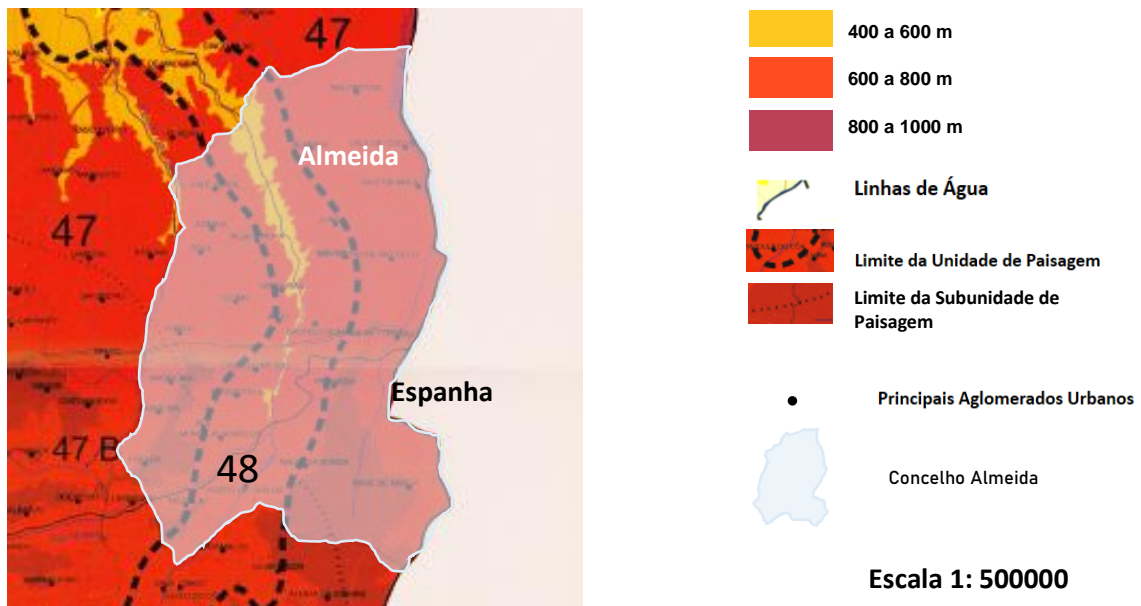


Figura 45. Extrato da Unidade de Paisagem 47 Planalto da Beira Transmontana.
Fonte: Cancela d’Abreu *et al*. (2004).

A fortificação medieval de Almeida, registada por Duarte de Armas em 1509 integrou-se no sistema de defesa na Guerra da Restauração (1640-1668), constituindo uma das principais praças abaluartadas da fronteira terrestre. Tanto pela área abrangida, como pelo carácter da intervenção, o conjunto constitui numa verdadeira paisagem militar. Exemplo de integridade da fortificação abaluartada moderna da Raia, é testemunha viva da importância estratégica desta porta de acesso ao território nacional. Loza (2015, p. 294) caracteriza-a como um “*coroamento da paisagem, uma couraça agarrada ao chão*”, intacta apesar dos tempos de guerra que lhe deram uma razão de existir.

Estruturam esta paisagem o planalto rochoso com o corredor húmido do troço médio do Rio Côa, cujo vale foi inscrito na Lista da UNESCO como Património da Humanidade em 1998, pela importância da arte rupestre paleolítica ao ar livre, e a ocorrência de povoamentos de Carvalho negral pela sua continuidade e bom estado de conservação (Figura 46).

O Plano Diretor Municipal de Almeida, aprovado pela RCM 120/94, de 2 de dezembro, não dispõe ainda da revisão que delimitará a Estrutura Ecológica Municipal. A partir dos elementos estruturantes que se esquematizam, a organização da paisagem poderá acautelar as continuidades naturais e culturais que aquela Estrutura prevê nos termos da legislação em vigor.

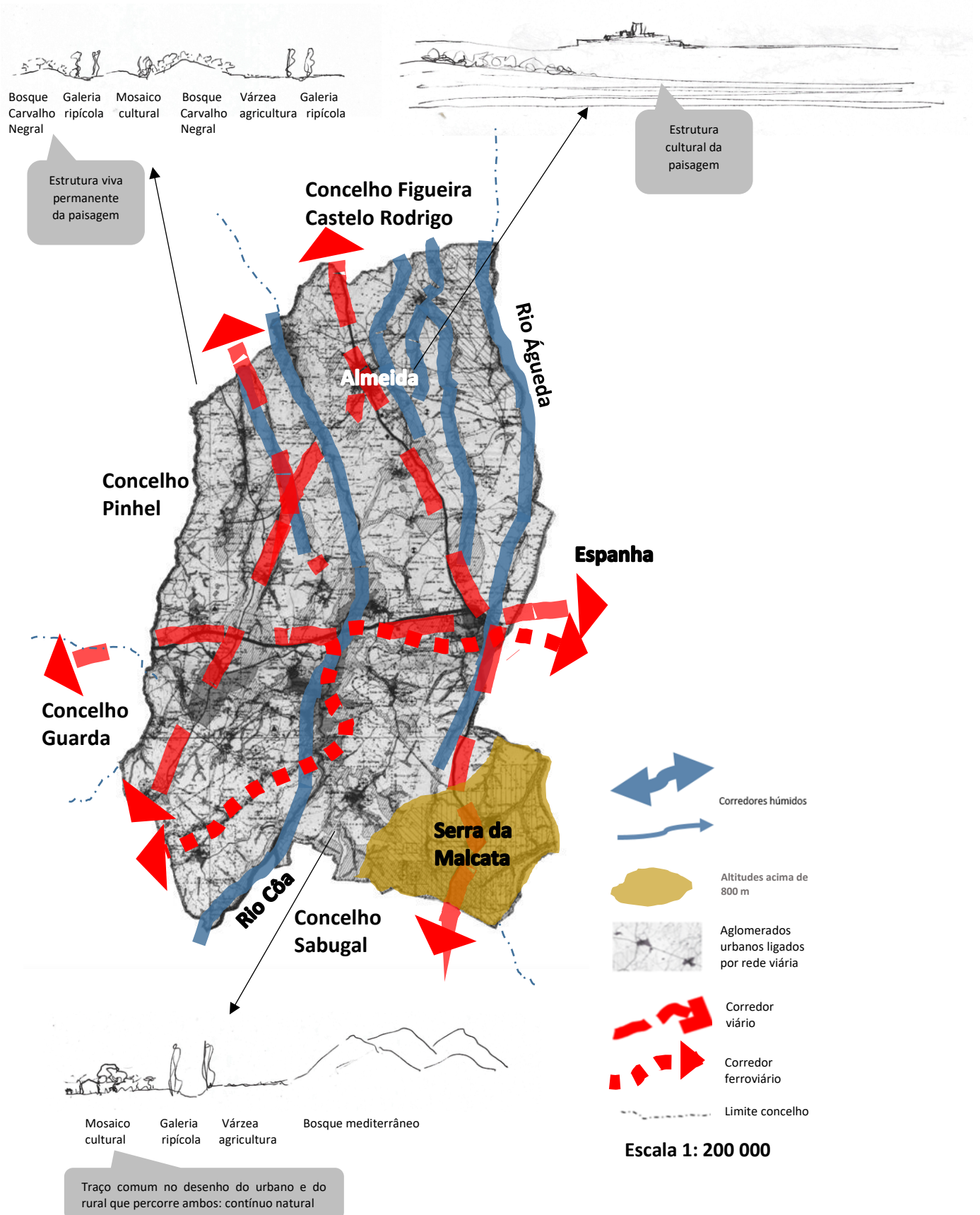


Figura 46. Esquematização dos elementos estruturantes da paisagem para o concelho de Almeida.
 Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Ordenamento Geral do Plano Diretor Municipal de Almeida (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/94, de 2 de dezembro).
 Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

CASTELO RODRIGO. A fortificação de Castelo Rodrigo insere-se na Unidade de Paisagem 47 Planalto da Beira Transmontana (Cancela d'Abreu *et al*, 2004) (Figura 47).

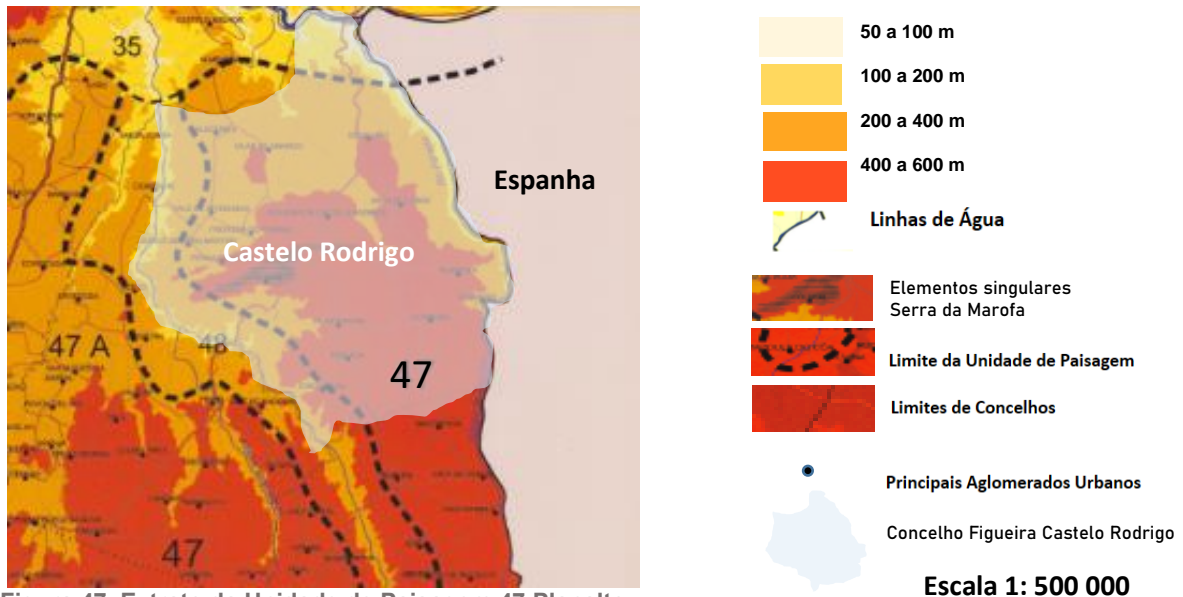


Figura 47. Extrato da Unidade de Paisagem 47 Planalto da Beira Transmontana.

Fonte: Cancela d'Abreu *et al*. (2004).

Castelo Rodrigo, “aldeia histórica” com património de arquitetura militar (castelo e cerca urbana), perdeu importância estratégica no século XVII, suscitando o desenvolvimento de Figueira de Castelo Rodrigo, que assumiu as funções urbanísticas e administrativas de sede de concelho. Conserva importantes referências do período medieval com cintura de muralhas que Duarte de Armas registou no século XVI. É a última fortificação da linha do eixo norte-sul do sistema da fronteira Leste da Raia seca até ao Rio Douro na continuidade das linhas de fecho que separam as bacias dos Rios Côa e Águeda, a par de Alfaiates, Vilar Maior e Almeida.

Estruturam esta paisagem o prolongamento do planalto rochoso da Beira Transmontana e o corredor húmido do troço jusante do Rio Côa, cujos últimos dezassete quilómetros até ao Rio Douro pertencem ao Parque Arqueológico do Vale do Côa, com importante núcleo de gravuras rupestres e moinhos de água, as arribas do Rio Águeda e os bosques endémicos de azinheira, sobreiro e outros carvalhos que integram o Parque Natural do Douro Internacional (Figura 48).

O Plano Diretor Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, aprovado pela RCM 33/95, de 2 de 10 de abril, não dispõe da delimitação da Estrutura Ecológica Municipal. No âmbito da sua revisão a organização da paisagem a partir dos elementos estruturantes que se esquematizam, poderá acautelar as continuidades naturais e culturais que aquela Estrutura prevê nos termos da legislação em vigor.

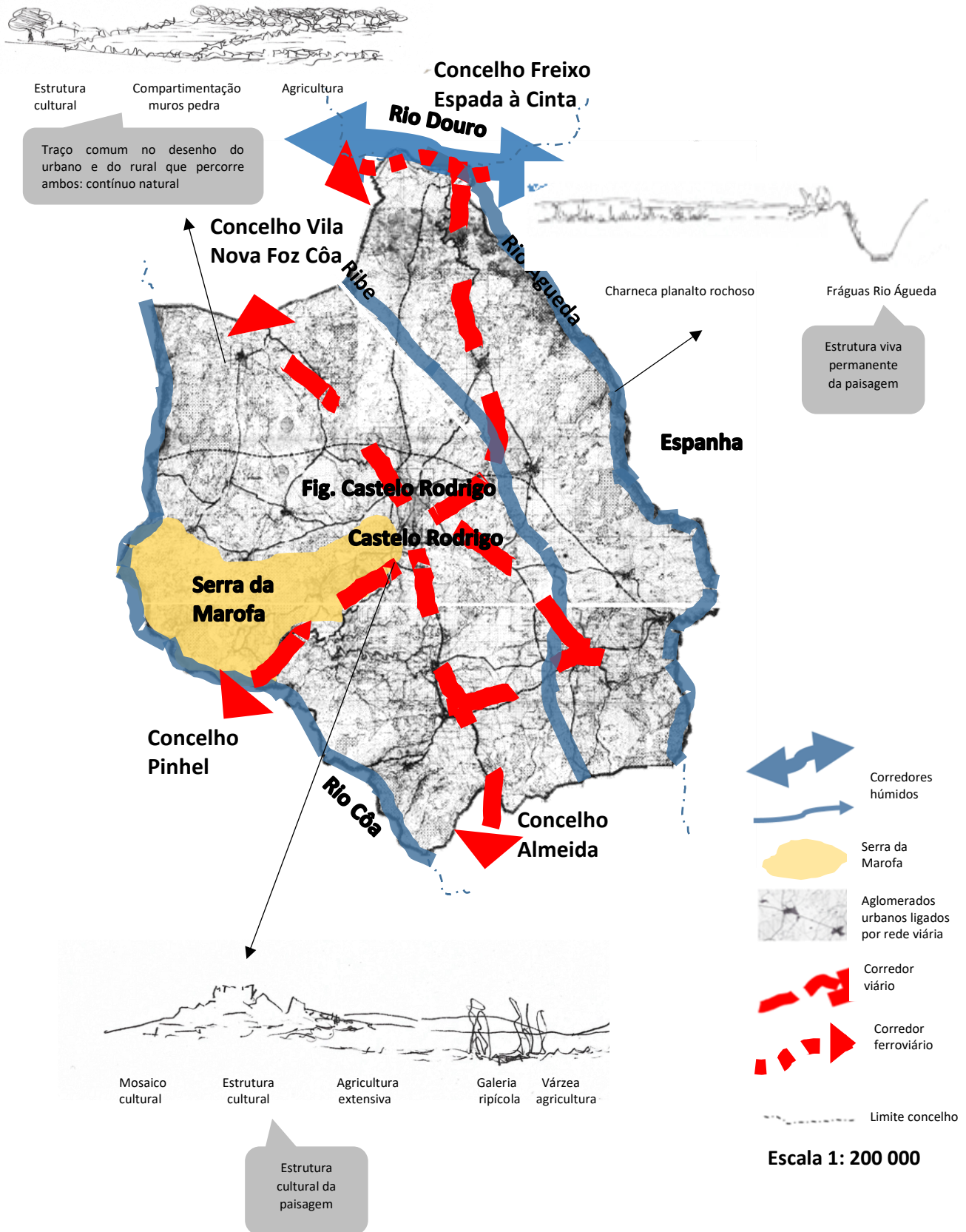


Figura 48. Esquematização dos elementos estruturantes da paisagem para o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo

Fonte: Base cartográfica DGT (2021). SNIT Acesso Simples. Planta de Ordenamento do PDM de Figueira de Castelo Rodrigo (Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/95, de 10 de abril). Esquemas da tipologia de paisagem da autora. Sem escala.

A delimitação da estrutura ecológica municipal nos Planos Diretores Municipais para os concelhos da área em estudo da Raia seca da fronteira Leste de Portugal, que dispõem já da sua identificação, confirma que, não obstante o previsto na legislação, tende a prevalecer o somatório da sobreposição de servidões e restrições de utilidade pública ou instrumentos setoriais da área da conservação da natureza com a respetiva regulamentação inerente.

Permanecendo na Raia seca da fronteira Leste de Portugal uma paisagem que é testemunha da estrutura cultural e da resiliência das tipologias de paisagens que podem restabelecer as conectividades ecológicas relativas a espécies e *habitats* e das que articulam o espaço urbano com o espaço rural, é ainda possível ligar o passado e o presente e projetar o futuro.

A sua organização e regulamentação permitirá a *“construção de novas paisagens onde as culturas se integrem em sistemas agrícolas ecologicamente equilibrados, promovendo um ordenamento do espaço físico que, conservando ou recuperando as estruturas biofísicas, garanta a capacidade de renovação dos recursos naturais e, portanto, a permanência e desenvolvimento da agricultura.”* (Ribeiro Telles, 2016, p. 34).

Considera-se que a esquematização dos elementos estruturantes da paisagem e tipologias de paisagem correspondentes apresentadas, poderão ir ao encontro da noção de Matos (2010, p. 298) da *“estruturação de condições para novos relacionamentos e interações entre os elementos que constituem a paisagem num novo conceito que sugere uma estrutura contínua onde se pode operar através da ocorrência de diferentes atividades”*. A sua concretização como base da estrutura ecológica municipal e a regulamentação nos instrumentos de gestão territorial, permitiria recentrar a paisagem como base da decisão para a organização de sistemas, de usos e atividades e na operacionalização das políticas públicas.

(página deixada deliberadamente em branco)

CONCLUSÕES

(página deixada deliberadamente em branco)

Esta investigação partiu da premissa de que a paisagem, enquanto conceito cultural, só é totalmente compreensível através da interpretação dos acontecimentos e circunstâncias da ação humana que a construíram e foram modelando.

Resulta da evolução no tempo das diversas etapas, correspondentes a ocupações de várias origens sobre o suporte biofísico que se sobrepueram, não se excluindo mutuamente, mas criando, sim, em diversas matrizes temporais, uma dinâmica de adaptação contínua em cadeias temporais e entrecruzadas.

Decifrar em conjunto a complementaridade entre temporalidade e materialidade da paisagem, para a ler e entender a sua memória apela ao conceito de estrutura para a compreensão sistémica da integração da componente cultural introduzida pelas comunidades perante os fatores ecológicos – a sua expressão espacial, com destaque para o clima, relevo e solo, constitui a estrutura ecológica da paisagem, onde a ação humana inscreveu a componente cultural.

Como recentrar nos instrumentos de gestão territorial essa relação ecologia-cultura, de que resulta a paisagem global, constituiu outra das premissas da investigação, para o que se selecionou um caso de estudo em que é ainda patente a marca cultural daquela relação.

O diagrama da figura 49. ilustra como as duas premissas identificadas se conjugaram para estruturar a investigação.

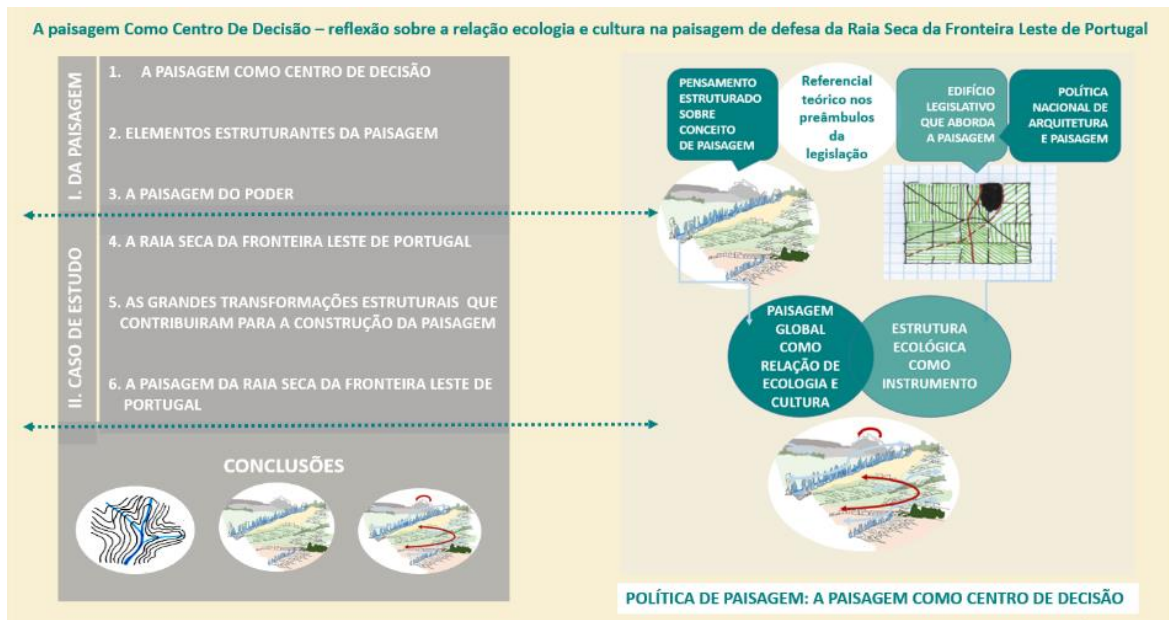


Figura 49. Diagrama da investigação. Esquema da autora.

Partiu-se da existência de um pensamento estruturado sobre o conceito de paisagem e de um edifício legislativo que aborda a paisagem, incorporando nos respetivos preâmbulos alguns dos referenciais teóricos, e identificou-se como será

possível a confluência do conceito de paisagem global – da relação ecologia e cultura – com a estrutura ecológica como instrumento da sua operacionalização, permitindo que a paisagem como centro de decisão contribua para uma efetiva política de paisagem.

O caso de estudo da paisagem de defesa da Raia seca da fronteira Leste de Portugal inspirou a reflexão de como dar continuidade àquela relação ecológica e cultural, que garanta a afirmação formal e funcional do conceito de paisagem global com recurso à legislação existente.

Destaca-se no percurso da investigação que a autenticidade do conjunto de fortificações aí presente, nas suas funções de defesa construtoras de paisagem, é necessariamente também um relato espacial da história e da memória da adaptação ao meio em que se inserem e um testemunho vivo da estrutura cultural da paisagem.

Para o próprio termo ibérico Raia há um sentido territorial específico – encerra a contradição do conceito de fronteira entre suportes biofísicos idênticos de Portugal e Espanha e entre cruzamentos culturais que representam unidade e não divisão, nomeadamente quando não estão presentes obstáculos físicos como cordilheiras ou o traçado dos grandes rios ibéricos como o Minho, o Douro, o Tejo ou o Guadiana.

Por outro lado, é na Raia seca da Fronteira Leste de Portugal que se integram as duas grandes portas terrestres naturais de entrada no País com menor distância à capital, fixada em Lisboa no século XIII. Coincide com as áreas em que a fronteira mais vezes e de forma mais significativa avançou e recuou, transitando o território e a população de uma soberania para outra e enformando a cultura que sustentaria a identidade de cada reino.

Mas foi a continuidade biofísica e permeabilidade territorial, associada a um código social e cultural resultante da inter-relação de parentescos, propriedades, atividades agrícolas ou pastos comunitários que precederam a diferenciação surgida de opções políticas – estas deram origem a paisagens símbolo do poder e a Raia é uma dimensão histórica de referência na consolidação do território nacional. Da sua materialização como expressão das relações espaço-temporais de paisagem do poder dependeu a definição de um País e de uma fronteira, tal como a constituição de uma componente fundamental da estrutura cultural da paisagem.

A afirmação de fronteiras de variada natureza na Idade Média – política, administrativa, religiosa, económica e social – marcou definitivamente a matriz organizacional de Portugal e a sua evolução até à Época Contemporânea, mas não de forma igual nem tão pouco harmoniosa ou equilibrada.

Na Raia na Beira e no Alentejo a ocupação humana desde as origens definiu desde logo algumas marcas e elementos do carácter da paisagem, fortemente

associadas às características do relevo e ao clima, no posicionamento estratégico das colinas do troço final do prolongamento das grandes regiões estruturais ibéricas, cuja morfologia diversificada determina situações ecológicas diferenciadas relacionadas com a altitude, as bacias hidrográficas e a distribuição da vegetação.

Ainda que tendo por base assentamentos prévios rudimentares, as estruturas defensivas fizeram-nos evoluir para fortificações com uma presença e longevidade que lhes conferem ainda hoje o seu carácter. Em posição de visibilidade, a partir das inclinações para leste, destacavam-se na penepalanície alentejana, nas campinas da Idanha e dominando os vales na horizontalidade das plataformas altimétricas de altitudes dominantes entre 200 m e 800 m, confinadas na sua maioria por talvezes de bacias hidrográficas secundárias.

Determinaram a matriz dos centros urbanos e constituíram-se como uma continuidade da estrutura longitudinal do conjunto das fortificações que acompanhou a fronteira Leste de Portugal, num sistema concebido em sucessivas linhas de defesa, em função do seu posicionamento defensivo.

As paisagens das fortificações, enquanto arte política de transmitir poder, com uma forma indissociável do conteúdo funcional, constituíram-se como um código construtivo que as liga a situações específicas do substrato físico.

A temporalidade na memória e nas transformações ocorridas no conjunto das fortificações da Raia seca da fronteira Leste de Portugal, é uma marca identitária associada a uma determinada organização e significado, impressos enquanto elementos antrópicos no conjunto das componentes ecológicas. A leitura da sua evolução foi essencial para a reflexão sobre os elementos estruturantes da paisagem. De carácter único, inovador e essencial para a compreensão dessa evolução, é o registo do século XVI de Duarte de Armas. Mais que um inventário das fortificações originais da Raia que defendiam a fronteira à época e a sua integração urbana, identifica elementos estruturantes da paisagem como os cursos de água e a morfologia, os caminhos terrestres e respetiva orientação, bem como a posição referencial relativa, geográfica e topográfica, das fortalezas e atalhas vizinhas ou mais longínquas.

Na transição para a Época Moderna algumas fortificações medievais foram sendo ampliadas ou reconstruídas até à grande intervenção iniciada com a Guerra da Restauração (1640-1668), no contexto da importante mudança tecnológica e de estratégia militar operada nos séculos XVI-XVII. O conseqüente crescimento das cidades, com obras monumentais, que exigiram visão e capacidade de gestão da rede urbana à escala nacional, conferiu-lhes uma nova centralidade, articulando microrregiões relativamente a funções militares, distintas do contexto temporal e

funcional da Idade Média. A Raia seca da fronteira Leste de Portugal, desde aí na linha de demarcação entre os dois países ibéricos, é uma paisagem com a forte especificidade e a singularidade que lhe são conferidas pela memória de um sistema defensivo.

Estruturada desde sempre por uma fraca densidade populacional, com os aglomerados urbanos coincidentes com os pontos chave daquele sistema, evidenciava uma organização em padrões e intensidades progressivamente menos intervencionados à medida que aumentava a distância até ao campo aberto das searas, à charneca, ao montado ou à mata, intercalada por hortas, pomares, pequenos regadios, olivais, vinhas envolventes dos aglomerados urbanos e bosquetes ou galerias ripícolas.

Mesmo com a tendência marcante de despovoamento, a que se foi associando o envelhecimento populacional sobretudo com a segunda metade do século XX, persistiu o padrão resiliente e característico do povoamento em relevos de colinas, numa matriz territorial de centros urbanos fortificados de pequena dimensão que vêm desempenhando funções administrativas. Deram forma à estrutura cultural da paisagem, com um caráter marcadamente rural, evidenciando a relação da ocupação humana com as componentes morfológicas e os sistemas naturais.

Em momentos resultantes de diferentes vivências a paisagem revitalizou-se, degradou-se ou abandonou-se, mas manteve a sua forma, revelando um importante testemunho de uma intervenção humana coletiva, geradora de uma marca cultural.

A defesa territorial havia criado, com o estabelecimento da fronteira, uma nova paisagem de escala espacial, temporal e simbólica em que a componente militar é ainda a matriz da estrutura cultural e um elemento fundamental para a constituição da Estrutura Ecológica, articulando as componentes da paisagem global às diversas escalas.

Pela identidade específica da Raia seca da fronteira Leste, o que se poderia tender a designar como paisagem militar, resultante do sistema defensivo planeado pelo poder não corresponderá, apesar de tudo, a uma realidade distinta da paisagem global. Propôs-se para aquela definição a de paisagem cultural que resulta de uma intervenção organizada em função da defesa territorial em que, pela sua localização e integração no suporte biofísico, está interdependente um conjunto diversificado de componentes naturais e edificadas que se articulam de forma sistémica. Isto distingue o conjunto das fortificações da Raia de outras instalações isoladas e características quanto à sua relação com o meio em que se inserem, como quartéis e bases ou áreas militarizadas.

Em mais nenhum trecho de linha fortificada, pela sua consistência, representatividade na continuidade (cerca de 350 Km da fronteira terrestre) e autenticidade, se pode afirmar com tanta acuidade que não é por acaso que as fortificações se percebem como parte integrante da paisagem porque a sua forma e estrutura se funda nos fatores morfológicos e acentua-os. Trata-se do seu caráter que a torna única, reconhecida e dotada de um padrão de elementos, sejam eles naturais ou humanizados, que a distinguem e estabelecem a ligação da cultura com a natureza e do passado com o presente.

As paisagens militares da Raia da fronteira Leste de Portugal afirmam esse caráter pela forma de *habitat* fortificado que conserva traços marcantes resultantes da conjugação das condições naturais e da condição política da localização de “extremo” com os respetivos efeitos sociais e económicos, assumindo-se como componentes estruturantes do sistema urbano.

É a transposição do conceito abrangente e global que é a própria paisagem como símbolo de vivência. Crê-se mesmo que terá vocação para ser testemunho vivo da herança da aliança entre contínuo natural e contínuo cultural, enquanto elo de ligação que no decorrer do tempo construiu a memória da paisagem.

Para um país como Portugal, eminentemente rural ainda há algumas décadas atrás e que é a origem de grande parte da população, passou a representar mesmo que inconscientemente, um referencial da memória coletiva.

Adquire, neste sentido, uma nova dimensão a forma de entender as complexas relações entre ruralidade, paisagem e identidade. Transcende o âmbito científico e académico para dever ser assumida por instâncias de governação que relevem a dimensão cultural do conjunto fortificado de Monsaraz a Castelo Rodrigo, repensando a paisagem enquanto conceito aglutinador das inter-relações das vivências humanas com a ecologia.

A escolha do tema para desenvolver esta investigação fundamentou-se precisamente na sua expressão espacial como conjunto de elementos da estrutura cultural, para pôr em evidência a viabilidade de a integrar na figura de estrutura ecológica municipal e a necessidade de recentrar o conceito de paisagem nos Instrumentos de Gestão Territorial. Enquanto componentes essenciais do sistema de planeamento e resultantes de processos de elaboração transdisciplinar e multissetorial, estes instrumentos da Administração (central e local), mais do que um caráter predominantemente regulador, deveriam constituir o quadro referencial da construção da paisagem.

A própria problemática da simplificação da paisagem revela-se, assim também, o reflexo da necessidade de introduzir o seu conceito abrangente como centro de decisão nos instrumentos de ordenamento do território. Ao refletir o seu significado ecológico, a memória coletiva e o seu valor para as diversas atividades económicas, os instrumentos de gestão territorial deveriam constituir-se igualmente como o referencial de racionalidade e coerência das opções das políticas públicas.

Na conhecida disputa do protagonismo da paisagem por vários setores e o crescente interesse sobretudo pela sua valência estética, a realidade tem vindo a revelar a progressiva perda de compreensão do seu entendimento como conceito integrador ecológico e social. Mas mesmo só aquela valência como âncora da atratividade turística, cada vez mais associada à fruição das paisagens que transmitem a continuidade da memória e o significado dos lugares, vem-se tornando evidente que a preservação isolada de património não pode consistir um fim em si.

A experiência tem vindo, de facto, a demonstrar que prevalece, de um modo geral nos instrumentos de gestão territorial, a definição de usos e atividades e a respetiva regulamentação na possível (e difícil de concertar) compatibilização de entendimentos e interesses entre setores, até por vezes contraditórios entre si, alheado do conceito integrador de paisagem. Exemplificou-se o setor florestal como evidência da desarticulação com o conceito de paisagem e os seus efeitos na ocorrência de incêndios rurais de grande dimensão.

A segmentação setorial e a conseqüente operacionalização em ações de forma desarticulada, não corresponde ao princípio que deve presidir à intervenção do ser humano na natureza – a transformação das condições naturais em biocenoses de substituição, como defendeu Ribeiro Telles (1994).

Indispensável à preservação da identidade cultural, a paisagem deve ser a expressão formal de uma intervenção no espaço que respeite e valorize a presença das estruturas natural e cultural.

A esquematização dos elementos estruturantes da paisagem e tipologias de paisagem correspondentes apresentadas, através de *“novos relacionamentos e interações numa estrutura contínua onde se pode operar através da ocorrência de diferentes atividades”*, como defende Matos (2010, p. 298), pode concretizar a premissa de como recentrar nos instrumentos de gestão territorial a relação ecologia-cultura, de que resulta a paisagem global. A corporizar enquanto base da figura da Estrutura Ecológica Municipal nos instrumentos de gestão territorial, permitiria colocar a paisagem no centro da decisão da organização dos usos e atividades com a respetiva regulamentação e na operacionalização das políticas públicas.

A paisagem de defesa territorial, que permanece na Raia seca da fronteira Leste de Portugal, é a evidência viva da resiliência das tipologias de paisagens que podem restabelecer as conexões culturais e ecológicas relativas a espécies e *habitats*, e da articulação do espaço urbano com o espaço rural, “*onde as culturas se integrem em sistemas agrícolas ecologicamente equilibrados, promovendo um ordenamento do espaço físico que, conservando ou recuperando as estruturas biofísicas*” (Ribeiro Telles, 2016, p. 34) ligando o passado e o presente e projetando o futuro.

A temática da paisagem está definitivamente na agenda da atualidade e este contributo terá seguramente ainda um vasto campo para a sua continuidade, relativamente à compreensão, construção e gestão da paisagem global às diversas escalas porque o ordenamento dos usos do solo, em função da aptidão ecológica, do funcionamento dos sistemas e da salvaguarda dos recursos naturais será hoje e a longo prazo, a base da vida de comunidades coesas.

O tema desafiaria, desde logo, à conceção de planos de paisagem às diversas escalas para unidades ou subunidades, para repor o equilíbrio ecológico entre os fatores físicos relevo, clima e solo e a sua articulação com a estrutura edificada, ligando espaços rurais e urbanos. Na ausência desses instrumentos integradores e transversais de uma política de paisagem, a esquematização proposta dos elementos estruturantes da paisagem, como base da Estrutura Ecológica Municipal, pode contribuir para se constituir o fio condutor que traga o conceito para as ações públicas, restabelecendo as relações entre estética, ética e política.

Mas exigirá também uma cada vez maior consciencialização que é fundamental devolver à gestão da paisagem as práticas consentâneas com a complexidade associada às componentes, interações e ritmos dos sistemas ecológicos, sem o que serão perdidos os referenciais que levam à identificação dos habitantes com os lugares.

O protagonismo da paisagem para além de atributo de qualidade cénica no âmbito dos processos de ordenamento do território e planeamento, servindo antes de base à inspiração para o seu desenho contemporâneo, exige a recriação da aproximação da política à paisagem em todas as suas dimensões.

Como contribuição para a aplicação da política de paisagem, no sentido de mitigar os efeitos dessa visão qualificativa redutora, de mero atributo cénico ou espaço de recreação, em detrimento da *expressão da identidade, história e cultura coletivas* identificada na Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho), considera-se que esta investigação pode aproximar a visão integradora, relativa ao conceito de paisagem global, da abordagem do sistema

de gestão territorial e das práticas que devem operacionalizar a definição dos elementos estruturantes da paisagem.

A terminar esta Conclusão recorda-se o principal objetivo da investigação – evidenciar a importância da relação ecologia e cultura, no âmbito da integração do conceito de paisagem global nos instrumentos de gestão territorial.

Com a presente reflexão sobre a Raia seca da fronteira Leste de Portugal, face à luz dos conceitos relativos à arquitetura da paisagem, demonstrou-se que a espacialização do desenho da paisagem a partir da relação entre ecologia e cultura, poderá fundamentar e minorar os efeitos de uma visão redutora e constituir a base para definir o ordenamento do território e a programação da intervenção humana.

Da assunção da paisagem enquanto centro de decisão, constituindo o referencial sistémico, funcional e ético da vivência das comunidades como fundamento das decisões mais adequadas ao bem coletivo, dependerá a continuidade das estruturas ecológicas e culturais em novas combinatórias e temporalidades da paisagem global – apela, enfim, à necessidade da estreita ligação entre paisagem e política, ultrapassando uma paisagem de políticas.

Referências Bibliográficas

(página deixada deliberadamente em branco)

- Anzaldúa, G. (2017). *In Teoria da Fronteira* Mendonça, J.T. Assírio & Alvim. 1.^a edição. ISBN 978-972-37-1910-9.
- Assunto, R. (1973). *Paesaggio e l'estetica. Natura e storia* (Vol. 1). Giannini editore.
- Assunto, R (1976). *Paesaggio ambiente territorio. Un tentativo di precisazione concettuale*. Bollettino del Centro Internazionale di Studi di Architettura A Palladio n. XVIII, pp. 45-48.
- Barroca, M. J. (2016). *O Livro das Fortalezas de Duarte de Armas – Contributo para uma análise comparativa dos Manuscritos de Lisboa e de Madrid*. Congresso Internacional Genius loci: lugares e significados. Porto.
- Beck, J. M. e Hortenano, L.A. (2016). *La apertura de la frontera: ¿Nuevas identidades transfronterizas?* Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles N.º 72, págs. 271-284.
DOI: 10.21138/bage.2340.
- Benjamim, M. A.G.M. (2019). *Do Projeto À (Re)Interpretação Do Lugar. O complexo rupestre do Vale do Tejo*. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura. <http://hdl.handle.net/10174/25747>
- Braga, J. (2014). Memórias Paroquiais: Índice. Id.: Arquivo Nacional da Torre do Tombo Classificação: 270.01.03 Versão: 1/2014 Data: 2014.10.
- Bucho, D. (2008). *Justificação para a inscrição das fortificações de Elvas na Lista do Património Mundial*. Revista Monumentos. N.º 12, pp. 58-67. Lisboa: DGEMN/IHRU. ISBN: 0872-8747.

Caldeira Cabral, F. (1993). *Fundamentos da arquitetura paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza. ISBN: 972-8083-12-2.

Câmara Municipal de Almeida (2009). (Coord. João Campos) Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial – UNESCO. Edição Câmara Municipal de Almeida.

Câmara Municipal de Braga (2018). Relatório de delimitação de Unidades de Paisagem. Divisão Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana.

Câmara Municipal de Elvas (2008). Cidade Quartel Fronteiriça de Elvas e suas fortificações. *Síntese do Dossiê de Candidatura a Património Mundial*. Edição Colibri e Câmara Municipal de Elvas. ISBN: 978-989-689-445-0.

Câmara Municipal de Nisa. (2011). Revisão do Plano Diretor Municipal de Nisa. Relatório III. Estrutura Ecológica Municipal.

Campos, V., Ferrão, J. (2015). O ordenamento do território em Portugal: uma perspetiva genealógica. https://www.researchgate.net/publication/287984002_O_ordenamento_do_territorio_em_Portugal_uma_perspetiva_genealogica.

Cancela d'Abreu, A., Pinto Correia, T. e Oliveira R. (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*. Coordenação / Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). ISBN: 972-8569-28-9

Carapinha, A. (2018). *Da necessidade da paisagem. Sobre a Paisagem - A Arte nas Barragens Portuguesas*, pp. 25-31.

Carita, R. (2009). *A paisagem histórica de Almeida*. Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial – UNESCO. Edição da Câmara Municipal de Almeida. pp. 144-158.

Carneiro, A. (2014). *Marvão: estudos e documentos de apoio à candidatura a património mundial*. Ed. Jorge de Oliveira. Colibri e Câmara Municipal de Marvão.

Castro, M. (2013). *A fronteira Portugal/ Espanha, 18 anos depois de Schengen. O caso de Portalegre/Elvas – Valência de Alcântara/Badajoz*. Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Geografia Humana. Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/8737>.

Cavaco, C. (2005). *As Paisagens Rurais: do "Determinismo Natural" ao "Determinismo Político"?* Finisterra XL, Vol.79. pp. 73-101.

Centro de Estudos Ibéricos (2020). *Geografias & Poéticas da Fronteira. Leituras do Território*. (Coordenação Cristina Robalo-Ribeiro; Rui Jacinto). Coleção Iberografias. Volume 39. 1ª edição. Europress.

Conselho da Europa (2000). *Convenção Europeia da Paisagem*. Conselho da Europa. Aprovada e publicada em Portugal pelo Decreto-Lei n.º 4/2005, de 14 de fevereiro.

CCDR Norte. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. (2009). *Memória & Prospetiva 2*. Ilídio Alves de Araújo *Economia, Arquitetura e Gestão das Paisagens; Um Longo Olhar (1949-2009): Textos, Bibliografia e Notas*.

Cobos-Guerra, F. (2009). *Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial – UNESCO*. Edição da Câmara Municipal de Almeida.

Comissão Europeia. European Network for Rural Development (2016). *CORK 2.0 Declaração “Uma Vida melhor nas Zonas Rurais”*. DOI:10.2762/124301.

Cordovil, F. (2019). *Incêndios Rurais, Território e Políticas Públicas*. Documento de trabalho do autor.

Cordovil, F. (2020). Alegoria - Portugal e as quatro agriculturas. *Jornal Público* 22 de outubro.
<https://www.publico.pt/2020/10/22/opinioao/opinioao/alegoria-portugal-quatro-agriculturas-1936148>.

Correia Dias, C. (2008). *Requalificação da envolvente do sistema fortificado de Elvas*. *Revista Monumentos*. N.º 12, pp. 68-75. Lisboa: DGEMN/IHRU. ISBN: 0872-8747.

Dias, P. (2009). *Fortificações abaluartadas de Almeida*. (Coord. João Campos) *Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial – UNESCO*. Edição Câmara Municipal de Almeida, pp. 125-143.

Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011). *Orientações para a Implementação da Convenção Europeia da paisagem no Âmbito Municipal*. Lisboa: DGT.

Duarte de Armas (1509). *Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do rei D. Manuel I, 1509*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Código de Referência PT/TT/CF/159. Licença: Domínio Público (Autor falecido há mais de 70 anos).

- Duby, G. (1979). *O tempo das catedrais. A Arte e a Sociedade. 980-1420*. Imprensa Universitária. Editorial Estampa.
- INE (2019). Portugal em Números. *In Figures*. 2017. Instituto Nacional de Estatística. ISBN 978-989-25-0473-5.
- INE (2020). Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2018. Instituto Nacional de Estatística.
- Fadigas, L. (2015). *Urbanismo e Território. As políticas públicas*. Edições Sílabo, LDA. ISBN 978-972-618-797-4.
- Fernandes, H., Castro Henriques, I., Campos Matos, S., Horta, J. S. (2009). *Nação e Identidade(s) – Portugal, Os Portugueses e Os Outros*. Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 157-175.
- Ferrão, J. (2011). *O Ordenamento do Território como Política Pública*. Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN:978-972-31-1415-7.
- Ferreira, R. e Cunha, L. (2006). *Rotas de transumância serrana para a Beira Baixa. Itinerários e património associado*. pp. 305-327 *In O interior raiano do Centro de Portugal: Outras fronteiras, novos intercâmbios* Jacinto, R., Bento, V. (coordenação). Centro de Estudos Ibéricos. Câmara Municipal da Guarda. Coleção: Iberografias – 8. ISBN:989-625-078-2.
- Flores, M. (2009). *Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial – UNESCO*. Edição da Câmara Municipal de Almeida.

Fonseca, A. (2004). *O montado no Alentejo (Século XV a XVIII)*. Edições Colibri.

ISBN 972-772-505-8.

Fonseca, T. (2016). *Elvas, das Invasões Francesas às Guerras Liberais*. Edições Colibri.

ISBN: 978-989-689-599-0.

Freire da Costa, L., Lains, P. e Miranda, S. M. (2012). *Histórica Económica de Portugal 1143 – 2010*.

2.^a Edição. A Esfera dos Livros. ISBN: 978-989-626-346-1.

Freitas, I. V. (2019). *Paisagens e vivências na fronteira: De Castro Marim a Montalvão nos inícios do século XVI*. *Edad Media. Revista de História*. 2019. nº 20, pp. 244-280.

DOI: <https://doi.org/10.24197/em.20.2019.244-280>.

Gaspar, J. (1969). *A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média*. *Finisterra*, 4(8).

<https://doi.org/10.18055/Finis2483>

Gaspar, J. (2016). *Território e paisagens – Paisagens sustentáveis e oportunidades de desenvolvimento*. Comunicação pessoal. CCDR Alentejo. Évora.

Llorente, E. (2011). *Paisaje Agrario Transfronterizo. Estudio comparado Tierra de Sayago (Zamora)- Concelho de Miranda (Distrito de Braganza)*. Coordinador: Eduardo Martínez de Pisón. Fundación Duques de Soria.

Llorente, E. (2014). *Dibujando el paisaje que se va. Un modelo espacial del patrimonio agrario*.

Ministerio de Agricultura, Alimentacion y Medio Ambiente. ISBN: 978-84-491-1383-3.

- Loza, R. (2009). *Portugal tem uma “estrela”*. (Coord. João Campos) Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial – UNESCO. Edição Câmara Municipal de Almeida, pp. 159-170.
- Loza, R. (2014). *Portugal. A fronteira como herança, identidade e representação. Portugal*. Centro de Estudos da Arquitetura Militar de Almeida. Revista 11, pp. 47-58. ISSN 1646-9089.
- Loza, R. (2015). *Almeida – Guerra e Paz / Almeida – War and Peace Ordenamento do Território e Desenvolvimento em ambiente de (ex) fronteira*. CEAMA Revista 12, pp. 182-190.
- Magalhães, M. R. (2001). *A arquitetura paisagista, morfologia e complexidade*. Editorial Estampa. ISBN: 972-33-1686-2.
- Magalhães, M. R. (2007). *Paisagem – perspectiva da arquitetura paisagista*. In: A. Serrão (Ed.). *Philosophica, estéticas da natureza* (pp. 103-114). Lisboa: Departamento de Filosofia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Magalhães, M. R., Pena, S.B., Muller, A., Cunha, N.S.; Silva, J., Saavedra, A., Barata, L.T. e Franco, L. (2017). *EPIC WebGIS - Sharing knowledge as a tool to integrate Landscape into planning policies*. Apresentação nas VIII Jornadas Ibéricas de Infraestruturas de Dados Espaciais. Lisboa. 15-17 novembro.
- Matos, R.S. (2010). *A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano – Reflexões*. Tese apresentada à Universidade de Évora para a Obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. <http://hdl.handle.net/10174/4304>.

Matos Gameiro, P. (2014) O Semblante Original das Fortalezas Medievais de Portugal. Tese de Doutoramento. ETSA. Universidad de Granada. UG, julho, 2014.

<http://hdl.handle.net/10174/12428>.

Matos Gameiro, P. (2018). *Azimute – Aferição da orientação dos debuxos do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1677-3>.

Mattoso, J. (1985). *A Identidade Nacional*. Coleção Fundação Mário Soares.

<http://groups.google.com/group/digitalsource>.

Mattoso, J. (1994). *História de Portugal*. Editorial Estampa.

Mattoso, J. (2019). *A Escrita da História*. Editora: Temas e Debates. ISBN: 9789896445973.

Muhaj, A. (2013). *Quando todos os caminhos levavam a Portugal. Impacto da Guerra dos Cem anos na vida económica e política de Portugal (Séculos XIV-XV)*. Tese elaborada para a obtenção do grau de doutor em história medieval. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras.

<http://hdl.handle.net/10451/10663>.

Nogueira, M. (2016). *Análise das Metodologias de Caracterização e Delimitação da Estrutura Ecológica nos Planos Municipais de Ordenamento do Território no Alentejo*. Mestrado em Arquitetura Paisagista. Relatório de Estágio realizado na CCDR Alentejo.

<http://hdl.handle.net/10174/18449>.

Oliveira Marques *et al.* (2003). Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Pimentel, A. F. (2009). *Porta central do reino: relevância epistemológica das fortificações de Almeida*. (Coord. João Campos). Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial – UNESCO. Edição Câmara Municipal de Almeida, pp. 40-52.

Pinheiro, E. C. (2014). *A Beira Interior: de mosaico de paisagens a região identitária*. Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. <http://notasdecircunstancia.blogspot.pt>, n.º 6, 5 de fevereiro de 2014, pp. 71-100.

Pintado, A. e Barrenechea, E. (1974). *A raia de Portugal. A fronteira do subdesenvolvimento*. Edição de José Soares Martins. Afrontamento, Textos, 8.

Ramos, R., Vasconcelos e Sousa, B. e Monteiro, N. (2010). História de Portugal. 4.ª edição. A Esfera dos Livros. ISBN: 978-989-626-139-9.

Rebello da Silva, L. (1868). *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865*, Parte I (de 1097 a 1640). Imprensa Nacional Lisboa. Portugal.

Ribeiro, O. (1962). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. (Coleção Nova Universidade). 2.ª Edição revista e ampliada. Livraria Sá da Costa Editora.

Ribeiro, O. (1986). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. (Coleção Nova Universidade). 4.ª Edição revista e ampliada. Livraria Sá da Costa Editora.

Ribeiro Telles, G. (1980). A Propósito de ecossistema urbano e conservação da natureza. *Atas do Seminário sobre Conservação da Natureza*. Serviço de Estudos do Ambiente, Lisboa 1982. pp. 127-137.

Ribeiro Telles, G. (1994). *Paisagem global: um conceito para o futuro* (número especial), *Iniciativa*. pp. 28-33.

Ribeiro Telles, G. (1997a). *Paisagem Global*. Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 30-45. Paisagem (Coleção Estudos 2). DGOTDU. ISBN: 972-97022-4-1.

Ribeiro Telles, G. (1997b). *Plano verde de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 20-21.

Ribeiro Telles, G. (2003). A Cidade e a paisagem global do século XXI (p. 334). *In: A utopia e os pés na terra, Gonçalo Ribeiro Telles*. J. Caetano (Coord.). Lisboa: Instituto Português de Museus.

Ribeiro Telles, G. (2016). *Textos Escolhidos*. Seleção Fernando Santos Pessoa. ARGUMENTUM. ISBN 978-972-8479-98-5.

Ritter, J. (1963). *Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna*. Escritos da Sociedade para a Promoção da Universidade Westfaliana de Wilhems. Edição Munster, Aschen-dorff.

- Rodrigues, A. V. (2009). *Importância Cultural e Estratégica de Almeida ao Longo do Tempo*.
(Coord. João Campos) Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola
a Património Mundial – UNESCO. Edição Câmara Municipal de Almeida, pp. 60-90.
- Rossa, W., Conceição, M., Trindade, L. (2008). *Raia e cidade*. Revista Monumentos n.º 12, pp. 6-
21. Lisboa: DGEMN/IHRU. ISBN: 0872-8747.
- Saraiva, J. H. (2013). *História de Portugal em 6 volumes*. Atlântico Press.
ISBN: 978-989-8559-35-7.
- Serrão, A. V. (2004). *Filosofia e Paisagem. Aproximações A Uma Categoria Estética*. In *Philo-
sophica*, 23, Lisboa, 2004, pp. 87-102
- Serrão, A. V. (2013). *Filosofia da Paisagem. Estudos*. ed. 1, Lisboa: Centro de Filosofia da Uni-
versidade de Lisboa. ISBN 978-972-8531-96-6.
- Serrão, A. V. (2015). In *Filosofia & Atualidade: Problemas, Métodos, Linguagens*. Jornadas Filosófi-
cas Internacionais de Lisboa. Publicado por Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa,
pp. 11-33. ISBN 978-989-8553-40-9.
- Silva Picão, J. (1983). *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de
Elvas)*. Publicações D. Quixote.
- Silbert, A. (1978). *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. 2.ª Edição. Livros Hori-
Zonte.

- Simmel, G. (1963). *A filosofia da Paisagem*. Tradução de Adriana Veríssimo Serrão, in *Filosofia da Paisagem. Uma Antologia*. Lisboa. CFUL, 2011, pp. 42-51.
- Simmel, G. (2009). *A filosofia da Paisagem*. Tradução de Artur Mourão. Lusophia/UBI. Universidade da Beira Interior.
- Simões, P. (2015). *Guardiões da Paisagem - Os montes alentejanos. Lugares de memória*. Tese apresentada à Universidade de Évora para a Obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. <http://hdl.handle.net/10174/17365>.
- Teixeira, A. (2009). *O potencial arqueológico de um espaço de guerra multiseular*. (Coord. João Campos) Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial – UNESCO. Edição Câmara Municipal de Almeida, pp. 53-59.
- Valla, M. (2008). Dossiê: *Elvas, cidade e envolvente*. Revista Monumentos n.º 12, pp. 34-43. DGEMN/IHRU. ISBN: 0872-8747.
- Ventura, M. G. (2003). *Estudos Sobre o Poder* (séculos XIV – XVI). Edições Colibri. ISBN 972-772-3654-9.
- Ventura, M. G. (2007). *A Definição das Fronteiras 1096 – 1297*. Edições Colibri. ISBN 9789728998851.
- Zoido Naranjo, F. (2016). *El paisaje, fundamento de un buen gobierno del territorio*. *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*, n.º. 102-103, pp. 41-60. ISSN 0214-1302.

Legislação geral

Constituição da República Portuguesa (VII revisão constitucional, 2005).

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo.

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro – revê o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.

Decreto-Lei n.º 451/82, de 16 de novembro – instituiu a Reserva Agrícola Nacional.

Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho – instituiu a Reserva Ecológica Nacional.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho – aprova os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem e de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem.

Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto – trata os critérios a observar na classificação do solo, assente na diferenciação entre as classes de solo rústico e de solo urbano.

Decreto-Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março – classifica como zonas especiais de conservação os sítios de importância comunitária do território nacional.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho – aprova o Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho – aprova a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho – aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho – aprova o Programa de Transformação da Paisagem.

Legislação que aprova Instrumentos de Gestão Territorial

Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/94, de 20 de junho – aprova o Plano Diretor Municipal de Idanha-a-Nova.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/94, de 2 de dezembro – aprova o Plano Diretor Municipal de Almeida.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/95, de 10 de abril – aprova o Plano Diretor Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/95 de, 7 de outubro – aprova o Plano Diretor Municipal de Arronches.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/95, de 16 de outubro – aprova o Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010 de 2 de agosto – aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2018, de 30 de abril – ratifica o Plano Diretor Municipal de Marvão.

Deliberação 279/2010, de 2 de outubro – aprova o Plano Diretor Municipal de Elvas.

Deliberação 5043/2016, de 18 de abril – aprova o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas.

Aviso 12482/15, de 27 de outubro – aprova o Plano Diretor Municipal de Alandroal.

Aviso n.º 13059/2015, de 9 de novembro – aprova o Plano Diretor Municipal de Nisa.

Aviso n.º 14228/2015, de 3 de dezembro – aprova o Plano Diretor Municipal de Penamacor.

Aviso 14265/2016, de 16 de novembro – aprova o Plano Diretor Municipal de Campo Maior.

Aviso n.º 9352/2018, de 10 de julho – aprova o Plano Diretor Municipal de Sabugal.

